

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO**

**TAILANE SANTANA NUNES**

**A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE ABDIAS NASCIMENTO: LUTA  
ANTIRRACISTA E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO  
POLÍTICA NO BRASIL (1983-1987)**

**CACHOEIRA-BA  
2022**

**A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE ABDIAS NASCIMENTO: LUTA  
ANTIRRACISTA E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO  
POLÍTICA NO BRASIL (1983-1987)**

**TAILANE SANTANA NUNES**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Wilson Rogério Penteadó Junior.

**CACHOEIRA-BA**

**2022**

---

N972a Nunes, Tailane Santana.

A Atuação Parlamentar de Abdias Nascimento: luta antirracista e o processo de redemocratização política no Brasil (1983-1987). / Tailane Santana Nunes. Cachoeira, BA, 2022.

240f.; il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Junior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2022.

1. Nascimento, Abdias do, 1914-2011. 2. Discriminação racial - Brasil. 3. Racismo - Brasil. 4. Projetos de lei - Brasil. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 305.896081

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

**TAILANE SANTANA NUNES**

**A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE ABDIAS NASCIMENTO: LUTA  
ANTIRRACISTA E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA NO  
BRASIL (1983-1987)**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira - BA, 24 de novembro de 2022.

**EXAMINADORES:**

Documento assinado digitalmente  
 **WILSON ROGERIO PENTEADO JUNIOR**  
Data: 27/01/2023 13:02:16-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

**Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior**  
(UFRB – Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 **DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA**  
Data: 27/01/2023 19:33:32-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

**Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa**  
(UFRB – Examinador Interno)



---

**Prof. Dra. Zelinda dos Santos Barros**  
(UNILAB – Examinadora Externa à Instituição)

**CACHOEIRA/BA**  
**2022**

## AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer, ser grata por aqueles que contribuíram com a minha chegada até aqui, é um momento especial pois reconhecimentos que não estamos sozinhos neste mundo. Em primeiro lugar, agradeço a meu Ori, a Osum e a minha ancestralidade por me manter forte e saudável tanto fisicamente quanto psicologicamente nestes intensos dois anos de pesquisa. Iniciei o mestrado no mesmo momento em que a pandemia da Covid-19 se instaurou em nosso país, o que impossibilitou aulas e orientações presenciais além de aumentar substancialmente as crises de ansiedade causada pelas constantes perdas de nossos entes queridos. Neste sentido, dedico este trabalho também aos meus amigos que se foram deste plano em decorrência desta doença nefasta. Agradeço também a minha família de sangue, sem a qual seria impossível a minha existência. A minha mãe, Gercinha Maria Santana, mulher forte e guerreira que criou seis filhos como mãe solo, através do suor do seu trabalho como doméstica e gari. Este mestrado também é uma conquista dela, meu espelho e inspiração na vida que sempre me incentivou a se dedicar aos estudos e ter uma formação. Assim como minha irmã, Lidiane Maria Santana, uma mulher destemida que desafia os padrões da sociedade ao mostrar sua independência e me inspira a acreditar em mim mesma todos os dias. Agradeço também aos meus irmãos, Vitor, Dante, Ítalo e Juliana (in memorian), que formaram minha base primordial de apoio até aqui.

Um agradecimento especial é direcionado a minha esposa, companheira e amor da minha vida, Angélica Aparecida Pereira de Souza e Souza que demonstrou ser a pessoa que mais acreditou no potencial desta pesquisa e esteve comigo em todos os momentos da minha formação profissional, pessoal e espiritual. Agradeço imensamente por sua cumplicidade e pela sua existência em minha vida que transforma meus dias em felicidade e amor. Neste interim, gostaria de agradecer também a minha família espiritual, Egbé Ijifaromim, lugar sagrado e ancestral que possibilita o meu crescimento e fortalecimento contínuo na fé dos meus Orixás. Meu Babalorixá Cristionizio Almeida que me ensina com sua sabedoria a acreditar nas forças que me regem e ser perseverante diante dos desafios. Minha Yakekerê Itamara Almeida, por ser um exemplo de força, determinação e alegria demonstrando como devemos valorizar a vida em comunidade. Minha Yajibonã Mãe Mirinha, que desde os primeiros dias de recém-nascida me instruiu no caminho do bem, da fé e da resiliência. Meu Babalaxé Italo Almeida, que desempenha com maestria seu papel de pai ao escutar e aconselhar seus filhos no caminho do discernimento e da reflexão. Aos meus irmãos de barco, Dofono de Oyá William, Dofonitinho de Osum Raul, e Famo de Osum Clara por ter a oportunidade de compartilhar com vocês o

útero do renascimento e por ter construído laços de fortalecimento mútuo em Orixá. Agradeço aos Ogans, Ekedes e Yaôs do meu Egbé por todo carinho e dedicação dispensado a mim e a Osum em especial: Mãe Tata; Mãe Tatiara e Mãe Mayara de Oyá.

No âmbito profissional e ao mesmo tempo afetivo, agradeço imensamente ao meu orientador Wilson Penteado que vem trilhando um caminho de parceira comigo desde a graduação. Agradeço por sua dedicação, pela sua compreensão e pelo incentivo direcionado a mim e a nossa pesquisa nestes anos turbulentos de pandemia. Mesmo sem encontros presenciais, a alta qualidade de suas orientações e seu comprometimento profissional não diminuíram. Por vezes quando me senti pressionada e sobrecarregada, Wilson acolheu minhas inquietações e me tranquilizou quanto ao andamento e qualidade da pesquisa, se pude atingir todos os objetivos propostos em nosso projeto, em grande parte foi por seu excelente trabalho desenvolvido de forma sensível e atenciosa. Dessa forma, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que acolheu e acreditou no meu projeto de pesquisa e a todos os docentes do programa que contribuíram para a minha formação profissional. Além disso, agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB, instituição da qual fui bolsista durante os dois anos do mestrado e que possibilitou minha permanência num programa de pós-graduação em uma das maiores crises de saúde pública mundial.

Por fim, gostaria de agradecer a um elemento surpresa em minha trajetória pessoal e profissional que foi o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, na qual fui professora substituta de sociologia nos últimos meses de escrita da dissertação. Iniciei minha carreira docente no IFMT ao mesmo tempo em que concluía a pesquisa de mestrado. Foram seis meses me dividindo entre pesquisa e sala de aula, o que certamente foi exaustivo, mas também rico em afeto e aprendizado. Meus alunos e colegas de trabalho foram um dos meus principais incentivadores neste período, foi com eles que dividi a angústia e a pressão de assimilar a adaptação em outro estado, as primeiras experiências em sala de aula e o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado. Neste furacão de sentimentos e vivências foram imprescindíveis para mim o apoio do professor Rafael Fortes, meu querido amigo que me acolheu em sua casa e me dedicou carinho e atenção nestes meses de convivência que guardarei sempre comigo; o amor, carinho e atenção do professor Aluísio Gonçalves, com quem compartilhei os momentos mais felizes da minha experiência em Juína-MT; e ao meu conterrâneo Wanderson Souza, que foi minha referência e pilar num ambiente por vezes hostil à presença negra. Agradeço também à professora Regiane Lima, ao professor Geraldo Poleggati

por todo afeto e atenção dispensados a mim. A toda sala dos professores 01, “à esquerda”, agradeço por todos os momentos de alegria regados a bolos, café e risadas, meu carinho e gratidão eternos.

*“Quando a mulher negra se  
movimenta, toda a estrutura da  
sociedade se movimenta com ela”.*  
*Angela Davis.*

## RESUMO

Considerado um dos principais precursores do movimento negro no Brasil, Abdias Nascimento imprimiu seu olhar crítico e pensamento social nos livros, nas artes e no parlamento brasileiro. Desenvolvendo um papel representativo durante a redemocratização política no Brasil, o intelectual tornou-se o primeiro parlamentar afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta antirracista como Deputado Federal (1983-1987) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar a atuação parlamentar de Abdias Nascimento a partir de sua trajetória social, buscando compreender como ela se articula à luta antirracista no contexto de redemocratização política no Brasil, bem como seus efeitos. Partindo do pressuposto de que a apreensão biográfica de um ator social pode servir como importante recurso teórico metodológico para se compreender trajetórias e contextos sociais, parte-se do princípio nesta investigação de que a atuação parlamentar de Abdias Nascimento, envolvendo ações e discursos parlamentares, está indissociavelmente relacionada à sua trajetória, marcada primordialmente pela luta antirracista. Considerando que as principais fontes da pesquisa são discursos e projetos de lei e estudos biográficos sobre Abdias, o exercício metodológico na pesquisa consistiu em análise documental das fontes para atender à questão investigativa central da pesquisa, buscando compreender as escolhas de Abdias, suas decisões e possibilidades marcadas pela interdependência nas relações com outros sujeitos e instituições nas quais estava inserido.

**Palavras-Chave:** Abdias Nascimento; Atuação Parlamentar; Movimento Negro Brasileiro; Estado; Redemocratização Política.

## **ABSTRACT**

Considered one of the main precursors of the black movement in Brazil, Abdias Nascimento imprinted his critical eye and social thinking on books, the arts and the Brazilian parliament. Developing a representative role during political re-democratization in Brazil, the intellectual became the first Afro-Brazilian parliamentarian to dedicate his mandate to the anti-racist struggle as Federal Deputy (1983-1987) for the Democratic Labor Party (PDT). In this sense, the main objective of this research is to investigate the parliamentary performance of Abdias Nascimento from his social trajectory, seeking to understand how it is articulated to the anti-racist struggle in the context of political redemocratization in Brazil, as well as its effects. Assuming that the biographical apprehension of a social actor can serve as an important methodological theoretical resource to understand trajectories and social contexts, it is assumed in this investigation that the parliamentary performance of Abdias Nascimento, involving actions and parliamentary speeches, is inseparably related to its trajectory, marked primarily by the anti-racist struggle. Considering that the main sources of the research are speeches and bills and biographical studies on Abdias, the methodological exercise in the research consisted of documental analysis of the sources to meet the central investigative question of the research, seeking to understand Abdias' choices, his decisions and possibilities marked by interdependence in relationships with other subjects and institutions in which he was inserted.

**Keywords:** Abdias Nascimento; Parliamentary action; Brazilian Black Movement; State; Political Redemocratization.

## LISTA DE IMAGENS

**Imagem 1:** Abdias Nascimento aos 5 anos de idade. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 2:** Dona Ismênia, mãe de José Ferreira do Nascimento e avó de Abdias. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 3:** Abdias Nascimento como soldado do Exército Brasileiro, São Paulo, 1930. Fonte: Acervo IPEAFRO.

Imagem 4: Evento cultural na sede da FNB, 1935. Fonte: Biblioteca Nacional.

**Imagem 5:** Getúlio Vargas anuncia pelo rádio o início do novo regime ditatorial, 1937. Fonte: Biblioteca Nacional.

**Imagem 6:** Recorte de uma reportagem sobre o Teatro do Sentenciado. São Paulo, 1943. Fonte Acervo IPEAFRO.

**Imagem 7:** Primeira foto do grupo fundador do TEN (da esquerda para a direita): Aguinaldo Camargo, José Herbel, Abdias Nascimento, Teodorico dos Santos e Wilson Tibério. Cinelândia, Rio de Janeiro, 1944. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 8:** O professor Ironides Rodrigues profere aulas de alfabetização e cultura geral para integrantes do TEN na sede da UNE, Rio de Janeiro, 1944. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 9:** Abdias Nascimento dirige Aguinaldo Camargo na peça de estreia do TEN, O imperador Jones, de Eugene O'Neill. Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 8 de maio de 1945. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 10:** Abdias Nascimento (Emanuel) e Léa Garcia (Ifigênia) em Sortilégio (mistério negro), de Abdias Nascimento. Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 1957. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 11:** (Da esquerda para a direita) Ataúlfo Alves, Grande Otelo, Abdias Nascimento com Catty, vencedora do 2º concurso, e Maria Tereza, vencedora do 1º concurso, em baile promovido pelo TEN no aniversário da Abolição, 1949. Fonte: IPEAFRO.

**Imagem 12:** Abdias Nascimento em entrevista ao professor Guerreiro Ramos, Fonte: Diário Trabalhista, 24.03.1946, p. 6.

**Imagem 13:** Parte da assembleia do 1º Congresso do Negro Brasileiro, vendo-se nas extremidades da imagem os senhores Venâncio Veiga (à esquerda) e Darcy Ribeiro (à direita). Ilustração do livro O negro revoltado (1968).

**Imagem 14:** O jornal abria suas páginas a candidatos negros de todos os partidos políticos, como neste Quilombo, do TEN, exemplo. Quilombo, Ano 2, n. 7-8 (mar.-abr. 1950), p. 5. Fonte: IPEAFRO.

**Imagem 15:** Folheto de divulgação da campanha de Abdias Nascimento a vereador do então Distrito Federal pelo PST, 1950. Fonte: Acervo IPEAFRO.

**Imagem 16:** Editorial de O Globo em 2 de Abril de 1964.

**Imagem 17:** Abdias Nascimento, Oxum em Êxtase. Acrílico sobre a tela, 102 x 153cm. Búfalo, 1975.

**Imagem 18:** Abdias Nascimento, único representante das populações afrodescendentes da América do Sul, 6º Congresso Pan-africano, Dar es Salaam, Tanzânia, 1974. Fonte: IPEAFRO.

**Imagem 19:** Capa da Revista Thoth, Brasília, n. 1, p. 12. jan./abr. 1997.

**Imagem 20:** Manifestação do Movimento Negro Unificado nas escadaria da Igreja da Sé, em São Paulo (1978). Imagem: Folhapress.

**Imagem 21:** Subindo a Serra da Barriga com Mãe Hilda do Ilê Axé Ogum, na primeira peregrinação do Memorial Zumbi ao local do Quilombo dos Palmares, 20 de novembro de 1980. Fonte: IPEAFRO.

**Imagem 22:** Abdias Nascimento e Leonel de Moura Brizola, Nova York, 1978. Fonte: IPEAFRO.

**Imagem 23:** Manifesto do Índio e do Negro. Manifesto dos candidatos Abdias Nascimento e Mário Juruna em campanha a deputado federal pelo PDT, 1982. Fonte: IPEAFRO

**Imagem 24:** Cartaz da campanha de Abdias Nascimento a deputado federal, 1982. Fonte: IPEAFRO.

**Imagem 25:** Abdias Nascimento discursa na tribuna da Câmara dos Deputados durante convenção nacional do PDT, 1983. Foto: Elisa Larkin Nascimento.

**Imagem 26:** Carlos Alves Moura, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e Abdul Hussei, Consul-Geral da Nigéria no Rio de Janeiro. Seminário do IPEAFRO sobre Namíbia, Câmara Municipal, 1984. Foto: Elisa Larkin Nascimento.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>06</b>
<b>Cap. I: Entre narrativas e memórias, uma trajetória: Abdias Nascimento e a Emergência de um negro revoltado</b> .....	<b>17</b>
1.1 Exército, Integralismo e Frente Negra Brasileira: A juventude na grande São Paulo .....	<b>25</b>
1.2 Do Congresso Afro-Campineiro ao Teatro do Sentenciado: Os primeiros projetos de um ativista em formação .....	<b>37</b>
1.3 Do Comitê Democrático Afro-Brasileiro ao Jornal Quilombo: Abdias Nascimento e a participação do Teatro Experimental do Negro no Cenário Político Nacional .....	<b>63</b>
<b>Cap. II: Entre repressão e mobilização: Abdias Nascimento e o (auto) exílio</b> .....	<b>82</b>
2.1 Arte em movimento: Pinturas, Cultura negra e Ativismo nos Estados Unidos da América.....	<b>92</b>
2.2 Redes afrodiaspóricas: A atuação de Abdias Nascimentos nos Encontros Pan-africanistas.....	<b>100</b>
2.3 Organizações negras e Ditadura Militar: Mobilizações na década de 70 .....	<b>114</b>
<b>Capítulo III – O nascer de uma nova era: Redemocratização, Movimento negro e as eleições de 1982</b> .....	<b>132</b>
3.1 De Volta pra Casa: O retorno de Abdias Nascimento, a questão racial e os Partidos Políticos.....	<b>158</b>
3.2 “O Povo Negro no Poder”: A campanha de Abdias Nascimento para Deputado Federal.....	<b>160</b>
<b>Cap. IV: Olhar para o passado para construir o futuro: A atuação parlamentar de Abdias Nascimento em Discursos e Projetos de Lei</b> .....	<b>167</b>
4.1 Referências às religiões de Matriz africana .....	<b>171</b>
4.2 Denúncia: Racismo no Brasil e Democracia racial .....	<b>180</b>
4.3 Políticas de Ação Compensatória .....	<b>190</b>
4.4 Luta Contra o Apartheid e pela independência da Namíbia .....	<b>197</b>
4.5 Memória e Consciência negra .....	<b>206</b>
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>214</b>
<b>Referências</b> .....	<b>223</b>
<b>Apêndice</b> .....	<b>231</b>

## Introdução

Entre as décadas de 1970 e 1980, após um longo período de repressão social e autoritarismo originado pela Ditadura Militar no Brasil, iniciou-se no país um processo de reintegração das instituições democráticas. Conhecido por “abertura política” ou “Redemocratização”, este capítulo da história brasileira fora de suma importância, pois marcou a transição gradual da ditadura militar para a democracia civil (1975-1985). Diante dos sinais de esgotamento e das fortes manifestações de rejeição ao regime ditador por parte da sociedade civil, os militares propuseram um projeto de abertura política “lenta, gradual e segura” que tivesse como objetivo principal assegurar uma transição controlada pelos mesmos e que garantisse os seus retornos aos quartéis sem perturbações. Entretanto, ao contrário do que planejavam os militares, o período de redemocratização política no Brasil foi marcado pela insurgência e rearticulação de movimentos sociais e organizações políticas diversas, que buscavam através da luta organizada imprimir seus anseios e perspectivas no projeto da nova Nação.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2012), estudiosa dos movimentos sociais no Brasil, este momento é decisivo, pois uma intensa mobilização sociopolítica emerge. Impulsionados pela organização e participação da sociedade civil, novos movimentos associativos e de matrizes diversas conquistam espaços na esfera pública ao reivindicar por direitos negligenciados e acesso a uma cidadania plena. Constituídos por negros, mulheres, indígenas, associações de bairro, além de grupos políticos de oposição ao regime militar, entre outros, estas organizações se formaram para desenhar a Nova República e denunciar conflitos e demandas sociais antes reprimidas pelas estruturas da sociedade brasileira. Estes novos atores sociais se recusavam a permanecer em lugares subalternos e marginalizados determinados pela estrutura social excludente brasileira e explicitavam a necessidade de equacionar *déficits* históricos da desigualdade social do nosso país. Gohn ainda nos oferece uma descrição sucinta de quem eram estes agentes sociais:

São as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de Direitos Humanos, grupos de defesa dos direitos dos excluídos, por diferentes causas como: gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais, inúmeras associações com perfis variados, entidades do chamado Terceiro Setor, fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais etc. Entidades ambientalistas, de defesa do patrimônio histórico, redes comunitárias nos bairros, conselhos populares, conselhos setorializados, conselhos gestores institucionalizados. Todos esses, com fundações e empresas cidadãs, passam a compor esse novo leque do que tem sido denominado como sociedade civil (GOHN, 2013, p. 304-305).

Conjuntamente, tais movimentos produziram uma “quebra de consenso” na sociedade brasileira visto que ampliaram o leque de reivindicações sociopolíticas, demonstrando que a sociedade civil organizada não é homogênea, mas sim diversificada com indivíduos que nem sempre compartilham das mesmas questões sociais, políticas ou culturais. Exigindo o reconhecimento de suas demandas e identidades coletivas, a participação de grupos específicos, como de negros e indígenas no processo de redemocratização brasileira, possibilitou uma interessante descentralização política e uma reflexão acerca da necessidade de se assegurar uma igualdade mínima de participação política dos grupos marginalizados nas diferentes escalas de poder da esfera pública (PAIVA, 2015).

É dentro deste campo de lutas e reivindicações que figura o ator central de nossa pesquisa: Abdias Nascimento. De acordo com Elisa Larkin (2014), enquanto integrante e co-fundador do Movimento Negro Unificado (MNU), a atuação política do sociólogo Abdias Nascimento neste período é intensa e definitiva para os novos caminhos do Brasil. Engajado nas lutas por igualdade a nível mundial, Nascimento respirou e dedicou sua vida às causas públicas, às lutas dos oprimidos e, sobretudo à luta negra. Considerado uma das grandes lideranças do movimento negro no Brasil, o legado de Abdias Nascimento na luta antirracista é extenso visto que o ativista imprimiu seu pensamento crítico tanto no terreno cultural quanto político. Desde a fundação do Teatro Experimental do Negro (1944) e do Movimento Negro Unificado (1978) à sua produção intelectual negra brasileira com obras importantes como *Negro Revoltado (1968)* e *O genocídio do negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado (1978)*, Abdias Nascimento protagonizou diversos tipos de ação e mobilização que confluíam no combate ao racismo e na defesa dos direitos civis e humanos do povo negro.

No período de redemocratização política no Brasil, desenvolvendo um papel representativo, Abdias Nascimento tornou-se o primeiro parlamentar afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta antirracista como Deputado Federal (1983-1987) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas primeiras eleições do processo de reabertura política<sup>1</sup>. Liderando a secretaria do movimento negro do PDT, Abdias conduziu sua campanha eleitoral voltada para a questão racial. Sob o lema: “O povo negro no poder!”, o intelectual problematizava, de forma didática em suas campanhas, a ausência de negros nos altos escalões do poder civil e afirmava que o objetivo central de sua plataforma política era combater o racismo e lutar pelos direitos

---

<sup>1</sup> Além de Deputado Federal, Abdias Nascimento também se dedicou ao mandato de Senador da República (1993-1997). Embora o enfoque central desta pesquisa recaia sobre seu mandato como Deputado, não deixarão de ser considerados aspectos relevantes de sua atuação no Senado, sempre que isto parecer necessário.

da população negra através da sua atuação parlamentar. Segundo Larkin, Abdias Nascimento assumiu em sua missão parlamentar “dar visibilidade e repercussão às iniciativas do movimento social, trazendo seus temas e suas proposições ao debate do Congresso Nacional” (LARKIN, 2014, p.24).

Dentro desta perspectiva, com o intuito de compreender as nuances e intersecções entre o ativismo de Abdias Nascimento, sua atuação parlamentar e o processo de redemocratização política no Brasil, a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar a atuação parlamentar de Abdias Nascimento a partir de sua trajetória social, buscando compreender como ela se articula à luta antirracista no contexto de redemocratização política no Brasil, bem como seus efeitos. Parte-se nesta pesquisa do pressuposto de que a atuação parlamentar de Abdias Nascimento foi intrinsecamente influenciada pela sua trajetória social antirracista junto a movimentos e organizações negras. Por isto, utilizando-se do método da história de vida, buscamos demonstrar como sua trajetória reflete as complexas relações entre indivíduo, movimentos sociais e Estado.

Nesse tocante, faz-se importante ressaltar que meu interesse pelo tema da pesquisa origina-se ainda durante minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, enquanto pesquisava o pensamento social de Abdias Nascimento através da obra *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*, escrito pelo autor nos anos 1980. Nessa pesquisa pude perceber e analisar as redes e alianças criadas por Abdias Nascimento com o movimento pan-africanista internacional no seu autoexílio durante a ditadura militar. Quando retorna ao Brasil no final da década de 1970, o intelectual busca somar sua bagagem internacional aos movimentos de rearticulação negra e ao processo de redemocratização política no Brasil. Enquanto líder da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Nascimento lutou pela inclusão da pauta racial nos partidos políticos. Segundo Elisa Larkin:

No momento das primeiras eleições da abertura política, em 1982, o PDT se destacava ao definir no seu estatuto, como prioridade programática e defesa dos direitos dos negros e dos índios e a luta contra a discriminação racial. Sob a liderança de Abdias Nascimento o PDT havia fundado um órgão interno, a secretaria do Movimento Negro, que reunia os negros organizados dentro do partido como protagonistas da ação política em torno dessa prioridade programática (NASCIMENTO, E. 2014, p. 34)

Ao sistematizar estas informações durante minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, elas despertaram em mim questionamentos acerca da invisibilidade da contribuição negra à agenda da redemocratização política no Brasil: “Onde estariam os ativistas negros no enfrentamento à ditadura militar?”; “Quais eram as intervenções do movimento negro na luta por redemocratização no período?”. Diante de esforços para relembrar meus tempos escolares e os estudos sobre ditadura militar, recordei que os únicos movimentos contra o regime militar do qual tive acesso a informações foram às campanhas por *Diretas Já*<sup>2</sup> e os esforços empreendidos pelos ditos “partidos de esquerda”.

Ao descobrir que nessa fase denominada de “redemocratização” diversos movimentos sociais eclodiram e se rearticularam, tive o interesse de pesquisar as ligações entre o movimento negro e a abertura política no país. Ao analisar estudos acadêmicos sobre os referidos temas havia notado que poucos destes aprofundavam tais ligações. Os estudos sobre redemocratização, em sua maioria, versam demasiadamente sobre os partidos de oposição e as campanhas por *Diretas Já*. No que tange aos estudos sobre os movimentos negros do período, o contexto sócio histórico tende a ser ignorado ou não problematizado nas pesquisas, dando-se a entender que os mesmos não faziam parte deste espectro político de redemocratização. Conforme nos explica George Andrews:

Esta negligência deve-se, sem dúvida, à incapacidade do movimento para influenciar a política eleitoral ou a formação de políticas nos últimos anos da ditadura (1964-1985), ou nos primeiros anos da Terceira República (1985 até o presente [1995]). Em parte, por razões específicas da população afro-brasileira, o movimento negro mostrou-se inábil em mobilizar seu almejado eleitorado: os 45% da população brasileira que são afrodescendentes puros ou miscigenados (ANDREWS, 2015, p.14)

Embora os esforços empreendidos pelos ativistas negros não tenham tido um reflexo considerável nas urnas, a eleição de Abdias Nascimento, um dos principais expoentes do movimento negro ao cargo de Deputado Federal pelo PDT em 1982, demonstra que a participação política negra nas primeiras eleições da abertura política não fora totalmente nula. É importante destacar que os empenhos por conscientização racial produzidos pelo movimento negro despertaram vigorosos debates acerca da desigualdade racial no país, principalmente no que tange à denúncia ao mito da democracia racial do qual Abdias participava intensamente.

---

<sup>2</sup>Diretas Já foi um movimento político de cunho popular que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil, durante a ditadura militar brasileira (1983-1984).

Desde o Teatro Experimental do Negro – TEN, temas como o mito da democracia racial, conscientização negra e a denúncia da exclusão sistemática e antidemocrática de atores negros na política, eram recorrentes no repertório ativista de Abdias Nascimento. Como integrante de importantes organizações negras ao longo da história – Frente Negra Brasileira (1931); Teatro Experimental do Negro (1944); Movimento Negro Unificado (1978); entre outras -, muitas das questões levantadas por Abdias Nascimento enquanto parlamentar tornaram-se reflexos de suas convicções acerca das questões raciais no Brasil. Neste sentido, compreendendo que o agente social é constituído por suas sociabilidades, busco nesta investigação analisar a atuação parlamentar de Abdias sob o prisma de sua trajetória social, levando em consideração sua história de vida junto à luta antirracista, aspirando enxergar as conexões entre sua atuação parlamentar e seu ativismo.

Posto isso, o conceito de trajetória social torna-se central nesta pesquisa, pois utilizaremos relatos de vida e narrativas biográficas para compreender a atuação parlamentar de Abdias Nascimento como um todo. Os estudos sobre trajetórias constituem um campo proeminente nas Ciências Sociais e podem ser compreendidos a partir de diferentes escalas. Entre definições terminológicas e diferentes enfoques, é preciso situar os contrastes conceituais entre: Histórias de vida, (auto) biografias e trajetórias. As primeiras pesquisas com enfoque na metodologia de histórias de vida na sociologia teriam surgido na década de 1920, com os estudos da chamada “Escola de Chicago”.

Através do uso de entrevistas biográficas bem como testemunhos, depoimentos e relatos de vida dos interlocutores de pesquisa, os pesquisadores conseguiam abordar temas em que o pertencimento social dos indivíduos não é dado *a priori* por meio da observação social, como, por exemplo, a célebre pesquisa *The Polish Peasant in Europe and America (1918)*, de Willian I. Thomas e Florian Znaniecki, frequentemente considerada o primeiro trabalho a utilizar relatos autobiográficos como materiais de pesquisa e que aborda processos migratórios de imigrantes poloneses nos Estados Unidos da América, e suas famílias, a partir de documentos pessoais. Ao empregar o método biográfico, a assim chamada Escola de Chicago contribuiu de forma ímpar para a sociologia da época, visto que valorizou a voz do agente social investigado e possibilitou a compreensão no interior dos processos vividos pelos imigrantes, levando em consideração o significado das transformações sociais da imigração para aqueles indivíduos.

Entretanto, após uma larga produção de estudos sob as perspectivas da “Escola de Chicago”, o uso do método biográfico na sociologia sofreu um grande declínio e só voltou a

ser aplicado no início da década de 1980, através do artigo *L'Approche Biographique: Sa Validité Méthodologique, Ses Potentialités (1980)* de Daniel Bertaux, no qual o autor defende que as pesquisas com enfoque biográfico fossem baseadas somente em relatos de vida dos entrevistados, dispensando-se a análise de documentos externos às histórias de vida dos interlocutores da pesquisa. Após a publicação deste artigo, Bertaux tornou-se uma das principais referências nas pesquisas de história de vida ao mesmo tempo em que sua perspectiva metodológica passou a polarizar os debates sobre biografias e histórias de vida nas ciências sociais.

Em 1986, Pierre Bourdieu dedicou um número temático da sua ilustre revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* para discutir os rumos das pesquisas biográficas nas ciências sociais. Num texto curto e incisivo, denominado *A Ilusão biográfica (2000)*, o sociólogo francês teceu uma forte crítica aos estudos biográficos que buscavam construir uma visão harmônica, coerente e linear das histórias de vida analisadas. Para Bourdieu, o enfoque biográfico carecia de autocrítica e maior rigor metodológico dado que, segundo o autor, “a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram de contrabando nas ciências sociais” (2000, p.69). Do ponto de vista *bourdieiano*, para que os estudos biográficos abarcassem questões essencialmente sociológicas, estes deveriam ser transformados em “estudos de trajetórias” onde a preocupação central seria compreender a malha social na qual o ator investigado está inserido:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações (BOURDIEU, 2000, p. 190).

O método proposto por Bourdieu difere-se da perspectiva do sociólogo Bertaux ao sugerir uma análise relacional entre geral/particular ou indivíduo/sociedade e transferir a ênfase de um campo mais psicanalítico e/ou subjetivo para um campo mais objetivo das estruturas sociais, destacando o estudo dos agentes e instituições sociais nas trajetórias individuais. Dentro desta perspectiva, ao ter como foco de pesquisa a trajetória social de um indivíduo dever-se-iam investigar as relações entre as trajetórias individuais e o meio-social em que ela se desenrola, problematizando a vivência de cada sujeito ligado às suas redes de interdependência e pertencimento sociais (GUÉRIOS, 2011). Entretanto, é interessante perceber como esta polarização demonstra uma questão chave para os estudos que empregam os conceitos de histórias de vida e/ou trajetória social: as dificuldades metodológicas estabelecidas pela dualidade *sociedade x indivíduo*.

Contribuições antropológicas mais recentes têm contestado a eficácia conceitual da dicotomia *individuo x sociedade*. No texto *O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?*, a autora Marilyn Strathern (2014) discute justamente se este pêndulo intelectual característico das ciências sociais ainda é válido atualmente. Segundo a autora, a separação analítica entre “sociedade” e “indivíduo” culminou numa percepção da sociedade como uma entidade abstrata exterior e independente ao indivíduo. Para Strathern, esta concepção de sociedade como um todo além dos seres humanos que a compõe, nos levou a perceber os indivíduos apenas como membros de uma determinada sociedade e como parte de um todo maior, perdendo-se a dimensão relacional das dinâmicas sociais. Neste sentido, ao estudar trajetórias e/ou histórias de vida é preciso compreender que pessoas particulares são constituídas de relacionamentos sociais e ao mesmo tempo os engendram.

A partir destas reflexões, absorvo a noção de trajetória de Bourdieu, mas não me atenho estritamente ao sentido que lhe dá o autor. Busco adotar nesta pesquisa a concepção de trajetória social que leva em consideração tanto a análise do macro, estrutura social e contextos sócio-históricos, quanto do micro, experiências de vida e questões individuais/ subjetivas. Tal como indica Suely Kofes: “Evidentemente, se falamos de trajetória, ou de itinerário, estamos privilegiando o caminho, o percurso. Ela pode ser utilizada, sem o traçado que lhe dá Bourdieu, sem que o sentido e a perspectiva subjetiva sejam necessariamente descartados (2001, p.24-25).

Busco analisar a trajetória de Abdias Nascimento me permitindo refletir acerca das relações individuais, contextos e estruturas sociais, interesses políticos e mobilizações sociais que marcam seu itinerário e o constituem enquanto pessoa. Neste sentido, o conceito de trajetória é visualizado aqui enquanto a experimentação de não opor a estrutura e o vivido, buscando explorar atentamente o funcionamento das redes de interdependência que se tornaram significativas para Abdias e sua atuação parlamentar. Busca-se valorizar as experiências e sociabilidades do ator social, assim como indica Kofes em *Vidas e Grafias*:

Sugiro que a relação entre experiência narrada biograficamente e estrutura da experiência permite retirar a narrativa biográfica da oposição entre indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo. A expressão da experiência conteria relações, conexões, movimentos da vida, experiência social e reflexões dos próprios sujeitos, conteria a expressão da experiência que não prescinde da sua expressão narrativa. A estrutura da experiência conectaria experiência vivida e os sentidos dados e criados pelos sujeitos (2015, p.35).

Sob uma cuidadosa análise acerca das experiências e redes de interdependência na qual a trajetória de Abdias Nascimento está ancorada, investigamos sua atuação parlamentar

estabelecendo conexões com suas experiências prévias junto à movimentos e organizações sociais (a exemplo da Frente Negra Brasileira – 1931; Teatro Experimental do Negro - 1944 e o Movimento Negro Unificado – 1978), até sua ascensão à vida parlamentar.

Dentro dessa perspectiva algumas das questões que norteiam esta pesquisa são: Como a atuação parlamentar de Abdias Nascimento é construída a partir de sua trajetória? Quais são as nuances e intersecções entre o seu ativismo, sua atuação parlamentar e o processo de redemocratização política no Brasil? Como as pautas defendidas pelo ativista e pelo Movimento Negro Unificado são refletidas em seus pronunciamentos e projetos de lei? Quais os motivos, contextos e relações que o induziram a iniciar uma vida político-partidária? Como eram constituídas as suas relações com a sigla partidária que o elegeu, o Partido Democrático Trabalhista – PDT? Como o intelectual articulou sua vinculação ao Movimento Negro Unificado à sua institucionalização junto a um partido de esquerda?

Para responder a tais inquietações, me amparo em fontes documentais, como os pronunciamentos e projetos de leis elaborados por Nascimento entre 1983-1987 e relatos biográficos acerca da vida e obra do ativista, através da análise metodológica qualitativa com ênfase na pesquisa documental. Segundo nos informa Godoy (2015), a pesquisa qualitativa ocupa atualmente um espaço devidamente reconhecido nos estudos com seres humanos e suas complexas relações sociais. Esta metodologia caracteriza-se por produzir uma análise integrada, buscando compreender o fenômeno social no contexto em que ele ocorre e do qual ele faz parte. Portanto, a preocupação básica do cientista social que utiliza a metodologia qualitativa é a estreita aproximação dos dados, de fazê-los falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

A abordagem qualitativa não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ao contrário, enquanto exercício de pesquisa, o método qualitativo é flexível e permite que o pesquisador incorpore as técnicas de produção de dados mais adequadas à observação que está sendo feita (GODOY, 2015). Neste sentido, levando em consideração que as principais fontes desta pesquisa são de origem documental, constituídos dos pronunciamentos e projetos de lei de Abdias Nascimento, propõe-se uma abordagem qualitativa com enfoque na pesquisa documental. Conforme definição de Kripka *et.al* (2015),

A pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando esta for a única abordagem qualitativa (KRIPKA *et al.*, 2015, p.58).

Os documentos são compreendidos aqui de forma ampla, incluindo quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação: jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas; bem como elementos iconográficos (imagens, fotografias e filmes). Estes documentos são classificados como primários, quando são produzidos por pessoas que vivenciaram tal fenômeno analisado, ou secundários, quando são coletados por pessoas que não estavam presentes no evento (GODOY, 2015). No decorrer da pesquisa documental é possível identificar, através da análise de um ou vários destes documentos, informações factuais dos mesmos e circunstâncias socio-históricas e econômicas com as quais estes documentos possam estar relacionados e que podem contribuir para as questões de interesse da pesquisa, proporcionando assim um “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas interpretações complementares” (GODOY, 2015, p.2).

Na presente pesquisa documental, foram utilizados como fontes primárias: os Diários do Congresso Nacional (1983-1987) e as Coleções de Anais da Câmara dos Deputados (1983-1987), consultados em forma digital no Portal da Câmara dos Deputados. As fontes secundárias foram constituídas principalmente dos livros lançados por Elisa Larkin sobre a vida parlamentar de Abdias, sendo eles: *Grandes Vultos que Honraram o Senado: Abdias Nascimento (2014)* e o seu mais recente lançamento *Abdias Nascimento: A Luta na Política (2020)*. Sobre isto, importante salientar que, embora tenhamos objetos de pesquisa em comum, busco me distanciar das obras de Larkin na medida em que proponho uma análise centrada nas relações, nem sempre harmoniosas, entre Abdias Nascimento e o MNU, buscando compreender as aproximações e os distanciamentos deste ator com os grupos e partidos políticos à época. Neste sentido, pretendo alcançar certa criticidade por vezes ausentes em abordagens biográficas sobre Abdias Nascimento, visto que retratam o ativista como uma figura unânime dentro dos movimentos negros. Além destas fontes, foi utilizado, ainda que em menor escala, números da *Revista Thoth: Escriba dos Deuses*, produzido pelo gabinete de Nascimento quando o mesmo foi Senador (1997-1999), onde há documentado alguns discursos do autor em seu mandato como Deputado. Para construir a análise destes documentos, foi utilizada uma das principais

ferramentas da pesquisa documental: a análise de discurso. A partir desta metodologia, busquei construir um exercício de descrição e interpretação dos pronunciamentos e projetos de lei, num movimento de análise em que se torna possível contemplar o processo de produção de sentidos da atuação parlamentar de Abdias Nascimento. Levamos em consideração os processos de identificação do ator social com suas formações ideológicas tecidas ao longo de sua trajetória social, principalmente as relacionadas à questão racial e ao movimento negro, além das condições de produção do discurso circunscritos no período de redemocratização política e reorganização do movimento negro brasileiro.

Dessa forma, a presente dissertação se estrutura em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor o ator social central da nossa pesquisa: Abdias Nascimento. Busco neste capítulo, grafar a vida de Nascimento desde a sua infância, ressaltando suas experiências familiares e escolares, perpassando pela sua juventude e suas primeiras atuações políticas com a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, o impacto dessas organizações em sua formação política, chegando até a sua saída do Brasil para um auto-exílio nos Estados Unidos da América em 1968. A partir disso, no segundo capítulo, dou continuidade às narrativas biográficas sobre o ativista, agora ao nível internacional, ressaltando suas experiências junto aos movimentos negros organizados, como o movimento pan-africanista de Marcus Garvey e a Négritude Francofa de Aimé Césaire. Logo após, busco retratar o retorno de Abdias Nascimento ao Brasil no final da década de 1970, e o início do período de redemocratização política no Brasil. Ressalto nesta etapa a reorganização dos movimentos sociais e a recepção de Nascimento neste novo campo de mobilização negra.

No terceiro capítulo, demonstro as articulações entre entidades negras para a criação de um movimento negro unificado e as estratégias de atuação deste movimento em seus primeiros anos de existência, buscando compreender os lugares ocupados e modos de atuação de Abdias Nascimento. Ato contínuo, são analisadas relações estabelecidas entre ativistas negros e partidos políticos durante as primeiras eleições da abertura democrática em 1982, buscando destacar como a questão racial era absorvida por estes partidos, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Neste ínterim, faço uma análise do vínculo de Abdias Nascimento com o PDT, sua contribuição para a fundação do partido e sua campanha para Deputado Federal calcada no lema “O povo negro no poder”.

Por fim, o quarto e último capítulo é dedicado à análise dos dados da atuação parlamentar de Nascimento como Deputado da 47ª Legislatura (1983-1987). São examinados pronunciamentos e projetos de leis do ativista conforme categorias de análise contruídas ao

longo do mapeamento dos dados presentes nas fontes da pesquisa. Destes dados, foram catalogadas quinze (15) proposições parlamentares, incluindo-se nesta categoria Projetos de Lei; Projetos de Resoluções e Indicações. No que se refere aos discursos, foram encontrados no Portal da Câmara cerca de oitenta e cinco (85) pronunciamentos e discursos. Devido à natureza diversa deste material no que tange às temáticas abordadas, selecionamos para efeitos analíticos os discursos que estão diretamente relacionados aos temas das proposições parlamentares. Desta forma, assumimos os Projetos de Lei, Projetos de Proposições e Indicações como elementos centrais de análise, enquanto os discursos como ferramentas auxiliares de compreensão da atuação parlamentar.

A partir desta abordagem estratégica, foi possível identificar os temas recorrentes à performance de Abdias Nascimento como Deputado Federal em cinco (5) categorias: Referências às Religiões de Matriz Africana; Racismo no Brasil e Democracia Racial; Políticas de Ação Compensatória; Luta anticolonial e contra o *apartheid*; e Memória e Consciência Negra. A análise de tais categorias revela a determinação e resiliência de Abdias Nascimento em sua atuação no Congresso Nacional, que mesmo obtendo resistência dos seus colegas parlamentares ante seus posicionamentos antirracistas, permaneceu firme na defesa por direitos da população afro-brasileira, inspirando gerações futuras.

Ato contínuo, partimos para as considerações finais encerrando a presente dissertação.

## Cap. 1: Entre narrativas e memórias, uma trajetória: Abdias Nascimento e a Emergência de um negro revoltado

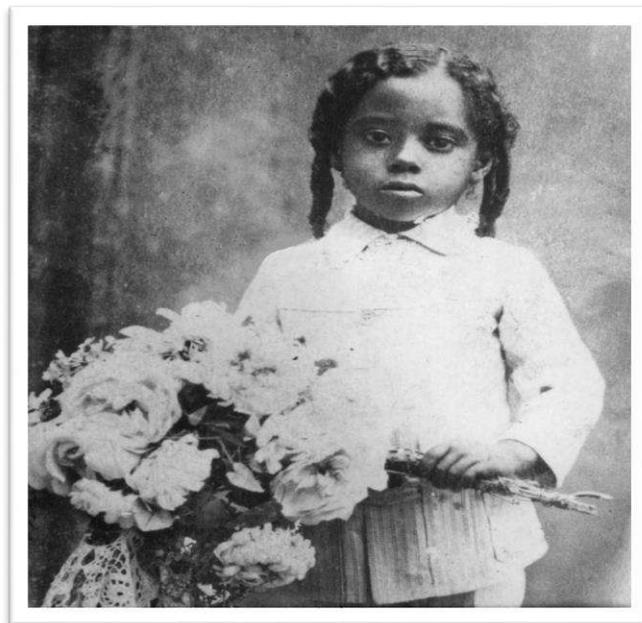
Ao mergulharmos na trajetória de vida do sábio Abdias Nascimento torna-se evidente seu entrelaçamento com a história do movimento negro no Brasil. Engajado nas lutas libertárias a nível mundial, Abdias imprimiu seu olhar político e seu pensamento social nos livros, no teatro e nas artes, tornando-se conhecido mundialmente como um dos precursores da luta antirracista no Brasil. Seu nascimento se deu em 14 de março de 1914 em Franca, cidade do interior do estado de São Paulo. Filho da doceira Georgina Ferreira do Nascimento e do sapateiro José Ferreira do Nascimento, Abdias Nascimento era o segundo filho dentre sete irmãos. Sua mãe era natural de Uberabinha (MG) e era filha de Laureano Antônio do Vale, personalidade notável em Franca por ser chefe da Orquestra Municipal. No que se refere ao seu pai, José Ferreira, sabe-se que o mesmo teria nascido em Pedregulhos, cidade vizinha a Franca, e seria filho não-reconhecido de um comerciante português de Formiga (MG).

Os primeiros filhos do casal: Benedito, Abdias e Rubens, nasceram em Franca, mas, devido ao caos gerado pela epidemia de gripe espanhola de 1918, mudaram-se para a cidade de Cristais, uma pequena vila rural situada em meio aos cafezais paulistas. As lembranças de uma infância modesta, marcada pelo contato diário com o campo, a natureza e os animais, dos quais muitas vezes provinham os alimentos, é compartilhado por Abdias Nascimento num livro de depoimentos intitulado *Abdias Nascimento: o Griot e as muralhas*, escrito pelo intelectual em conjunto a Elé Semog:

Existia uma fartura naquela vida humilde (...). Olha, no nosso quintal tinha manga, abacate, mamoeiro, limoeiros, tinha cidra – de que gosto tanto-, pimenta e quase todo tipo de hortaliças; alface, couve, cebolinha, tudo bem na porta de casa o ano inteiro (...). Uma lembrança bonita que eu tenho de Franca é dos passeios que nós dávamos pelo campo. Não falo das fazendas. Eram passeios pelo campo na vizinhança da cidade, aonde nós íamos a pé, toda a família. Nós apanhávamos gabirola, pitanga, frutas que nasciam assim, à vontade, sem ninguém plantar. Mais distante um pouquinho, tinha a plantação de jabuticaba que ficava lá pra quem quisesse. Não existia coisa mais maravilhosa do que, depois de uma chuvarada de verão, a gente trepar numa jabuticabeira para pegar os frutos, sentindo aquele cheiro de terra molhada. Essas coisas é que enriqueciam, e muito, a vida da gente (NASCIMENTO; SEMOG., 2006, p. 29-30).

Além do contato íntimo com a natureza, Abdias teria convivido também com comunidades de ascendência negro-africana que preservavam seus traços culturais e suas identidades. Conforme Elisa Larkin (2014) nos revela, próximo onde a família de Nascimento morava, havia uma comunidade negra chamada Engenho Queimado, a qual o autor visitava todos os anos para apreciar a festa do milho. Segundo relatos (ALMADA, 2009) Nascimento ficara impressionado com o perfil esguio e distinto dos negros do quilombo, algo que teria marcado sua formação cultural.

Criado dentro de um contexto de forte presença da oralidade, como legado da cultura de matriz africana, o pequeno Abdias reconhecia em seu meio a preservação dos saberes e costumes africanos, desde sua mãe, Georgina, que detivera um grande conhecimento sobre ervas e utilidades, até as noites regadas de memórias e histórias contadas pelas mulheres negras e das quais ele sempre participava: “Era uma beleza! Elas narravam histórias e fatos do tempo da escravidão. Referiam-se aos sofrimentos, às alegrias, a vários personagens, situações, vivências que para mim pareciam todas muito próximas” (ALMADA, 2009, p. 26).



*Imagem 1: Abdias Nascimento aos 5 anos de idade. Fonte: Acervo IPEAFRO*

Posteriormente, na condição de pesquisador, Nascimento identificou as moradoras do Engenho Queimado como possíveis senegalesas:

Esse perfil esguio e digno me faz crer que elas tinham uma origem diferente da maioria dos negros que conheço, porque, no geral, as mulheres negras do Brasil são de origem banta, com fenótipo mais acachapado; mais redondinhas. Elas eram esguias, longilíneas. [...]. Essa gente da comunidade do Engenho Queimado esteve presente com uma expressão muito marcante na minha formação cultural. [...] Chego a pensar que poderia ser uma espécie de

quilombo contemporâneo, pois faziam praticamente de tudo lá dentro e estavam muito próximos da autossuficiência (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.47).

Entretanto, da mesma forma em que guarda suas boas recordações da infância em Franca, o autor nos relata em sua autobiografia, suas primeiras percepções sobre os desafios que encontrava crescendo numa cidade do interior paulista, no início do século XX, onde se guardava fortes resquícios da cultura escravocrata outrora vigente. As primeiras situações de tratamento desiguais aconteciam justamente nas fazendas, antigas lavouras, que Abdias frequentava. Conforme consta (LARKIN, 2014), sua mãe trabalhava como ama de leite nas grandes fazendas, e quando era contratada pelas famílias, levava consigo Abdias e seus irmãos para passar a temporada de amamentação. Em depoimento, Nascimento recorda as dinâmicas sociais do local:

Nas fazendas que visitávamos praticamente todos os negros, homens e mulheres, eram crias, filhos, netos e ex-escravos que trabalhavam em serviços domésticos. [...] eles não eram denominados escravos, mas a estrutura do regime escravocrata estava mantida ali, como se fosse imutável. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p.42)

Ao analisar este depoimento de Abdias, é interessante perceber como tais memórias, circunscritas no campo da narrativa da história de vida, representam e, podem ser compreendidas, enquanto documentos etnográficos, tal qual indica Suely Kofes em *Vidas e Grafias* (2015). Numa reconstrução histórica, o testemunho de Nascimento nos revela nuances omitidas acerca das dinâmicas escravocratas que permaneceram praticamente inertes durante o período de pós-abolição (1888-1930). Isto porque, embora a Lei Áurea promulgada em 13 de maio de 1888 abolisse, em tese, a escravidão no país, a mesma não surtiu efeitos significativos na realidade da população negra visto que nenhuma medida foi tomada para integrar os novos “cidadãos” negros à sociedade e ao mercado de trabalho formal.

A ausência de políticas públicas de inclusão social após o fim da escravidão, resultou numa marginalidade sistemática da população negra no país. Africanos e descendentes antes escravizados, lutaram pela extinção do regime colonial articulando levantes, fugas, revoltas e estratégias de sobrevivência e resistência ao sistema opressor, como os quilombos. Agora excluídos do plano da nação brasileira, os recém libertos não tinham acesso a empregos remunerados nas fazendas e eram preteridos nas vagas de emprego da cidade. Com vistas a sua sobrevivência, muitos destes retornavam e/ou permaneciam nas fazendas na condição de cativos, sendo submetidos a novas formas de exploração. Assim como muitos outros negros

da cidade, a avó materna de Abdias Nascimento, Dona Ismênia, fora uma das vítimas deste sistema colonial, sendo escravizada e mantida refém da exploração branca.



*Imagem 2: Dona Ismênia, mãe de José Ferreira do Nascimento e avó de Abdias. Fonte: Acervo IPEAFRO*

Ao mesmo tempo em que a população negra sofria com a marginalização e exclusão social, o Brasil investia numa intensa campanha de imigração europeia com o objetivo de acelerar o processo de embranquecimento da população brasileira e o que se entendia por “progresso” da nação, oferecendo aos europeus postos de trabalhos na nova república. Segundo Elisa Larkin (2014), entre 1890 e 1914 cerca de mais de 1,5 milhão de europeus chegaram ao Estado de São Paulo, sendo que 60% destes tiveram seus custeios de viagem quitados pelo Governo Estadual. O alto investimento na imigração europeia caracterizava-se como uma ferramenta para eliminar, aos poucos, a presença negra no país. Tidos como desqualificados, desordeiros e degenerados, a raça negra<sup>3</sup> representava a falta de progresso e deveria ser extinta do novo projeto de nação, segundo a lógica da elite dominante do país.

Desde 1870 até os anos 1920, teorias que buscavam comprovar uma hierarquia biológica entre as raças dominavam a esfera social brasileira. De acordo com SCHWARCZ (1993), o racialismo científico, como ficou conhecido este campo de estudos, teve como um dos principais porta-vozes no Brasil o médico baiano Nina Rodrigues. Produzindo uma série de estudos sobre “o problema do negro no Brasil”, Rodrigues inspirou-se na medicina legal e nas

---

<sup>3</sup> Por vezes vou me referir neste trabalho à “raça negra” enquanto categoria social, não atribuindo aqui sentido biológico.

teorias *lombrosianas*<sup>4</sup> ao produzira tese deque haveria um determinismo racial operante nos casos de criminalidade e violência social. Para o legista, o negro era naturalmente e biologicamente, um criminoso nato que tenderia a provocar a desordem social e a degenerescência. Além disso, os povos negros carregariam “traços primitivos” e não ofereciam avanços para o país já que, em suas palavras, “até hoje não se puderam os negros se constituir em povos civilizados, [...] a raça negra há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (RODRIGUES, 1945, p.24-28)

Guiados por estas diretrizes racialistas, o processo de edificação de uma nova identidade-nação buscava, então, expurgar a “mancha negra” do país promovendo um embranquecimento da população através da imigração europeia somado à marginalização sistemática dos negros em relação ao trabalho, que a este ponto, já estavam perdendo seus poucos postos de trabalho nas fazendas e na cidade para europeus. Em Franca, onde a imigração italiana foi intensa, os imigrantes ocupavam as lavouras enquanto a população negra movia-se para a cidade, segundo as lembranças de Abdias: “existiam pouquíssimos negros no campo, e naquela época eu não me dava conta de que o que estava ocorrendo era a substituição em massa da força de trabalho do negro, por causa do fim da escravidão, pela mão de obra remunerada do trabalhador imigrante” (NASCIMENTO; SEMOG., 2006, p. 56).

É importante sinalizar que, ao realizar certo distanciamento histórico, quanto aos contextos sociais experimentados por Abdias Nascimento, busco reconstruir e evidenciar uma superfície social que delinea e influencia as primeiras impressões do ativista enquanto uma criança negra que cresce numa esfera social desigual e excludente. De acordo com Kofes (2001) nas pesquisas acerca das trajetórias, estas primeiras experiências de vida do indivíduo, quando ainda criança, podem se revelar de extrema importância para a compreensão dos posicionamentos e escolhas dos mesmos durante sua trajetória social. No mesmo sentido, Bourdieu em *A ilusão biográfica* (2000) nos informa que é impossível compreender ou escrever acerca de uma biografia e/ou trajetória sem que tenhamos construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou.

Dentro dessa perspectiva, recorro às narrativas sobre a infância de Nascimento ao evidenciar seus anos de formação humana da mesma forma que seus anos de instrução acadêmica/intelectual. Conforme Macedo (2005), ao crescer neste contexto social excludente

---

<sup>4</sup>A teoria *lombrosiana* é uma teoria evolucionista racialista que afirma que a tendência ao crime é biológica e/ou hereditária com base em dados antropométricos. Criminosos seriam casos de atavismo evolutivo em nosso meio, germes de um passado ancestral que permaneciam adormecidos em nossa hereditariedade.

da pós-abolição, Abdias precisou conciliar trabalhos e estudos durante a infância e adolescência, pois sua família não detinha muitos recursos para sua educação. Dividindo-se entre diversas atividades, o rapaz entregava pão, leite e carnes nas casas das famílias ricas de Franca durante as madrugadas antes de ir para as aulas, além de trabalhar como ajudante de farmácia fora do turno escolar.

Sua mãe, Dona Georgina, tinha contatos com pessoas influentes da cidade primeiramente em razão da fama do seu pai maestro, e em segundo, pelos serviços prestados aos fazendeiros e famílias ricas, nesse sentido, muitas vezes a mesma intercedia por Nascimento em relação aos estudos e ocupações. Entretanto, quando entrou para a escola primária pública de Franca, o Grupo Escolar Coronel Francisco Martins aos 7 anos, Abdias Nascimento passou a vivenciar cotidianamente as sequelas de um sistema colonial ainda presente na sociedade brasileira. O ingresso do autor ocorre um ano depois de ser instaurada uma reforma no ensino público de São Paulo, tornando obrigatória a educação primária nas escolas rurais (LARKIN, 2014). Enquanto aluno negro dessas instituições, o estigma da inferioridade racial e os estereótipos raciais, como os de burros e preguiçosos natos, acompanharam e afetaram duramente a experiência escolar de Nascimento:

Já naquela época eu mordi do amargo fruto do racismo, porquanto, no Grupo Escolar Coronel Francisco Martins, onde eu fiz o primeiro ciclo de estudos, eu nunca fui um dos escolhidos para as festas de fim de ano. Eu decorava todos os monólogos, as poesias que todos os garotos representavam, aprendia todas as danças, todos os gestos, todas as mímicas... mas eu jamais fui escolhido para representar (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.56).

Vindo de família católica, Abdias admirava a dramaturgia natalina. Nas procissões da semana santa católica, o jovem buscava recriar em casa, com amigos e vizinhos, as cenas e os personagens que era impedido de encenar na escola (ALMADA, 2009). Em *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1925)*, Surya Barros nos revela que a escolarização das pessoas negras não era vista como um direito, dever ou prioridade para o governo, mas sim, como um instrumento para o processo de modernização em curso. Sendo assim, mesmo que a presença de pessoas negras nas escolas paulistas pudesse ser constatada nos quadros de alunos das instituições, depoimentos de alunos negros que vivenciaram este processo de escolarização expõem que suas existências e permanências no ambiente escolar geravam incômodos, o que incentivava a produção institucional de obstáculos no sentido de dificultar a presença destes alunos nas escolas paulistas.

No que se refere ao nosso autor, Abdias relata que “as professoras sempre arrumavam formas ofensivas para me chamar a atenção (ALMADA, 2009, p. 28)”, e nesses casos a mãe, dona Josina, como era carinhosamente chamada, intercedia e protestava contra qualquer tipo de discriminação ou tratamento diferente dado ao seu filho. Dentre inúmeros relatos, o autor destaca nas suas memórias o que teria sido o seu “marco zero” da consciência racial: o espancamento de um colega negro por uma vizinha branca:

O episódio mais marcante envolveu minha mãe, uma vizinha e um colega do grupo escolar onde eu estudava. Era órfão, o coitadinho, vivia perambulando na rua contando com uma ou outra pessoa para dar-lhe um prato de comida. Um dia estava sendo surrado por uma vizinha branca. A minha mãe tirou-o das mãos dessa mulher, enfrentando-a violentamente. As palavras e a atitude dela foram a minha primeira lição de solidariedade racial, a primeira lição de pan-africanismo, que recebi ainda menino (ALMADA, 2009, p.29-30).

Apesar dos episódios cotidianos de racismo, durante a infância e adolescência, Nascimento era um aluno empenhado e tentou buscar atividades extraescolares como aprender violão, piano, telegrafias, instrumentos de sopro, mas infelizmente todas foram interrompidas, pelos custos de permanência nos cursos. Dentre muitas dessas empreitadas, Abdias conseguiu entrar para a Escola de Comércio do Ateneu Francano aos 11 anos para estudar contabilidade no curso secundário, antes ginásial (MACEDO, 2005). Nessa época, cumpria a rotina de ir ao grupo escolar pela manhã, após já ter realizado o roteiro de entregas de carne e leite, seguir para o trabalho na farmácia ou no consultório médico à tarde e finalizar o dia indo para o Ateneu à noite, além de ajudar a mãe com o fogão à lenha quando chegava em casa (LARKIN, 2014). No consultório médico, Abdias trabalhava como atendente e tinha acesso a uma biblioteca, onde começou a construir sua relação com os clássicos da literatura brasileira, como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.

Na procura por oportunidades para inserir-se no mercado de trabalho antes de se formar em contabilidade, Abdias teria sido contratado como guarda-livros de uma fazenda. Nascimento seria responsável por administrar a conta de toda a escrituração comercial do estabelecimento e sua família teria ficado feliz, já que o rapaz ganharia um salário bom, maior do que os adultos costumavam receber naquele período. Todavia, em depoimento dado à Sandra Almada no livro *Retratos do Brasil Negro: Abdias Nascimento* (2009), o ativista relata que já durante os testes realizados acerca da sua capacitação profissional, o mesmo sentiu uma arrogância por parte dos trabalhadores. Quando, no dia seguinte, vieram buscá-lo para a primeira ida a fazenda, mandaram uma carroça cheia de galinhas e mantimentos como meio de transporte. Ao se direcionar para sentar-se dignamente ao lado do carroceiro, na frente do carro, Abdias foi

ordenado a se acomodar na parte traseira do veículo, junto com a carga de animais. Surpreso, Nascimento se recusou imediatamente a viajar como carga e renunciou ao emprego no mesmo momento, visto que identificou as premissas racistas do tratamento direcionado a ele:

Não se tratava apenas do trabalho de guarda-livros, pois o acordo feito foi de que eu seria também escriturário e professor dos filhos dos colonos, e inclusive dos próprios colonos. Como é que eu ia chegar na fazenda, para exercer uma atividade dessas, no meio de um monte de galináceos? Eles queriam é que eu chegasse envergonhado, humilhado... (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 69).

A recusa do trabalho obviamente decepcionou os pais de Abdias, a luta da família pela sobrevivência era uma constante, e num período em que a procura por trabalho entre a população negra era intensa, o que fazia a decisão do autor soar como um orgulho exagerado. Felizmente, por ser uma exceção dentre muitos estudantes devido ao seu grau de instrução, Abdias conseguiu conquistar ainda outra vaga de emprego, uma ocupação bem remunerada arranjada por um amigo da família do jovem, que quando soube do ocorrido com ele, chamou-o para conversar e contratá-lo como seu auxiliar numa companhia de eletricidade. Mais uma vez, a “sorte” estaria batendo na porta de Abdias, já que sua especialização profissional o assegurava um salário superior aos dos seus familiares. Ainda assim, o rapaz renunciou à oportunidade por acreditar que se deixasse Franca para morar na capital, São Paulo, conseguiria melhores posições de trabalho (LARKIN, 2014; ALMADA, 2009).

Ao se formar em contabilidade no ano de 1929, aos 15 anos, Abdias teria feito a primeira viagem a São Paulo. De acordo com Elisa Larkin (2014), a cidade de Franca mantinha a tradição de enviar uma representação para integrar um grande evento eleitoral com desfile na capital, relacionado à disputa entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes. Abdias teria ido como atleta, visto que corria a prova dos 100 metros. Curioso para ver a Guarda Civil de São Paulo da qual tanto se comentava, Abdias teria se decepcionado, quando na chegada da delegação ao evento, notou que não havia sequer uma pessoa negra no corpo da instituição.

Eu estava ali, no meio dos atletas de Franca, com o pescoço esticado feito um ganso para conseguir ver a Guarda Civil que se aproximava, mas só conseguia enxergar aqueles guardas brancos, muito brancos. Eram todos louros, grandões, parrudões, parecia até que eram de outro país, pois eu nunca tinha visto tantos juntos. E o desfile foi acontecendo, acontecendo, e nada de aparecer um guarda negro. Unzinho só. Aquilo parecia uma guarda de vikings, ou daqueles povos nórdicos. Quando dei por mim, o desfile estava acabando e eu fiquei assim, com aquela surpresa decepcionada. Não consegui nem aplaudir aquela exibição. [...] Como é que podia existir uma guarda civil sem ter ao menos um guarda negro? (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 68)

Apesar da experiência frustrante, quando Abdias retornou a Franca, estava determinado a deixar sua cidade natal para uma nova vida de possibilidade na capital. Ao comunicar a sua família sobre a decisão tomada, os mesmos não compreenderam o motivo de deixar um emprego estável para se aventurar na capital. Seu pai, Sr. José via os sonhos altos do menino como perigosos para ele. O medo de que o filho investisse em educação e se frustrasse na busca por emprego depois era o que fazia o pai de Abdias não encorajar o mesmo a grandes ambições. Segundo consta (ALMADA, 2009), ele evocava constantemente o caso de um menino negro órfão que fora adotado por um médico que investiu em sua educação e teve um final trágico:

A minha mãe estimulava a gente – a mim, sobretudo – a sair de Franca, um lugar muito acanhado para se trabalhar, para fazer uma carreira. O papai fazia o contracanto: Não nada de estudar! O filho adotivo do doutor Petraglia acabou se suicidando porque ninguém queria se tratar com aquele médico negro. Negro que quer estudar dá nisso. Então tire isso da cabeça, de fazer estudo superior, ser doutor, tire isso da cabeça! (ALMADA, 2009. p.37-38)

A mãe de Nascimento, ao contrário, incentivava os filhos a seguirem o próprio caminho. Ela apoiou a saída do autor de Franca, considerando que a cidade não oferecia empregos nem oportunidades de carreira para a população negra. Foi assim que, com a benção da sua mãe, Abdias Nascimento seguiu para São Paulo em 1930: “Eu vivia muito agoniado. Queria e precisava encontrar caminhos, uma alternativa que proporcionasse melhores condições para a minha mãe (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 58)”.

### **1.1 Exército, Integralismo e Frente Negra Brasileira: A juventude na grande São Paulo**

Em 1930, Abdias Nascimento chega à capital paulista aos 16 anos de idade. Entusiasmado para alçar novos voos, o jovem rapaz tinha como objetivo principal entrar para o Exército como voluntário, porém sua idade era um empecilho visto que a idade mínima requisitada para o alistamento militar era 18 anos. Para superar tal obstáculo, Abdias resolveu então falsificar sua certidão de Nascimento, alterando sua idade. Anteriormente, o autor ainda teria recorrido ao amigo advogado Dr. Antônio Constantino solicitando-o cartas de recomendação para que não fosse preterido no processo de alistamento. Foi então que, munido com as devidas documentações, Nascimento conseguiu se alistar no mesmo ano, começando a servir no 2º Grupo de Artilharia Pesada, um grande quartel que integrava a vila militar de Quitaúna, próximo a São Paulo (ALMADA, 2009; LARKIN, 2014.).

Para compreender os aspectos de como se desenrola este novo capítulo da trajetória de Abdias Nascimento, considero relevante abordar os eventos históricos e políticos que delineavam a sociedade paulista nas primeiras décadas do séc. XX, principalmente no que tange à dinâmica das relações raciais e a população negra. Segundo Macedo (2005), os anos 30 podem ser descritos como um divisor de águas na história nacional, posto que certas estruturas e acordos que engendraram a política brasileira se findaram ao mesmo tempo em que outras articulações foram formadas.

Neste período, a política brasileira era dominada pelas elites paulista e mineira devido a um acordo de alternância de poder da presidência da república que os dois Estados mantinham. Conhecida como “República do Café com Leite” (1889-1930), tal aliança formada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, fazia alusão à alta produção de café e leite, carros-chefes da economia destes dois estados respectivamente, e do Brasil. A partir deste acordo, as elites oligárquicas asseguravam seus interesses econômicos por meio de uma política externa agroexportadora e do controle governamental do país.

Porém, os anos 30 traziam uma nova configuração social a nível mundial. O *crack*<sup>5</sup> da bolsa de Nova York, ocorrido um ano antes, lançava o mundo numa profunda crise econômica. Conseqüentemente, o café, que até aquele momento era o principal produto de exportação da economia brasileira, começa a ser desvalorizado no mercado internacional e o volume de exportações caía drasticamente. Foi então que o presidente Washington Luís (paulista), contrariando a política do café com leite, resolve não respeitar a alternância com Minas Gerais e lançar como candidato à presidência outro paulista: Júlio Prestes.

Revoltados com a quebra da aliança, o governador de Minas Gerais, juntamente com os estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul, decide formar a Aliança Libertadora (AL), com o objetivo de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de seu sucessor. Nesse ínterim, o gaúcho Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa, ambos presidentes<sup>6</sup> de seus estados, foram os candidatos da Aliança a presidente e vice-presidente do Brasil, contra Júlio Prestes.

---

<sup>5</sup>A quebra (crash) da Bolsa de Valores de Nova Iorque aconteceu no dia 24 de outubro de 1929 desencadeando na Grande Depressão, a mais devastadora crise econômica dos Estados Unidos que afetou todos os países ocidentais industrializados

<sup>6</sup> Durante a República Velha (1889-1930), os executivos da unidade federativa eram denominados presidentes de estado.

Naquele ano, as eleições, que foram marcadas por violência e fraudes de ambos os lados, apontara o candidato paulista Júlio Prestes como vencedor do pleito. Porém, o resultado não foi aceito por todos e o clima de conflito se instaurou com o assassinato de João Pessoa, candidato da oposição à vice-presidência, o que causou grande comoção popular e intensificou o ímpeto revolucionário. Num clima de conflito eminente, as forças de oposição se rebelaram e conseguiriam destituir Washington Luís da presidência. Dias depois, uma junta militar instalou Getúlio Vargas no poder, e o mesmo tomou posse como presidente provisório da República, prometendo que novas eleições seriam realizadas. Tal episódio, conhecido na história do Brasil como Revolução de 1930, não significou o fim efetivo do poder da oligarquia rural do país, mas apenas sua divisão com outros grupos sociais que não encontravam espaço no aparelho do Estado até então (FAUSTO, 1970).

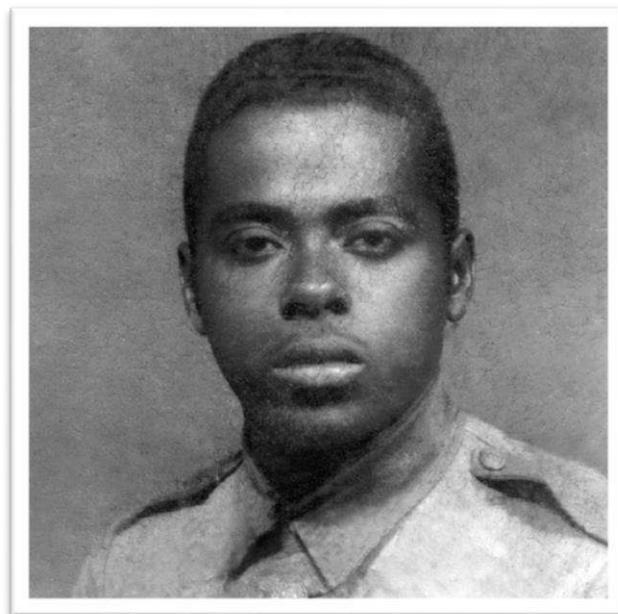
De acordo com Elisa Larkin (2014), o nosso ativista, até então jovem soldado, não estava totalmente a par das nuances políticas que este cenário político conturbado representava para o país. Segundo a autora, Abdias não tinham acesso livre à literatura, informação ou ambientes de aprendizagem no exército, até porque não era lhe esperado que desenvolvesse tais habilidades. Suas funções enquanto soldado restringia-se alimentar os animais, carregar sacos de milho e alfafa e bem como limpar as baias dos cavalos. Além disso, Abdias era proibido de participar de quaisquer atividades de cunho político

Vinha do interior, completamente ignorante, tolo, sem meios de me orientar em assuntos políticos, mas transbordante de vontade de atuar. Contudo, era muito arriscado participar dos movimentos de reivindicação negra, porque soldado era proibido de se meter em política ou qualquer atividade de cunho social. Mesmo assim, eu distribuí por certo tempo, no quartel, exemplares do *Lanterna Vermelha*, jornal comunista clandestino, e fundei um jornalzinho, o *Recruta*, que chegou a circular por alguns números. A gente fazia aquele troço sem contato com ninguém esclarecido. Estava ali de soldado pronto para obedecer às ordens; até pra atirar no pessoal da Aliança Nacional Libertadora se por acaso os oficiais dessem ordem, Não tinha escolha. Não tinha informação (NASCIMENTO, A. 1976, p.29).

Quando as tensões da Revolução de 1930 se tornaram eminentes, Nascimento foi transferido da Artilharia Pesada para o 4º Regime da Infantaria, localizado no mesmo quartel. Naquele mesmo ano, recebera a notícia de que sua mãe estaria muito doente. Como nenhum soldado estava permitido a sair, a única solução para o ativista fora fugir para Franca com a esperança de que encontrasse sua mãe em vida, o que não foi possível, como nos revela em seu relato:

Recebi um telegrama me chamando lá em Franca. Morrerá dona Josina. E quando lá cheguei, foi uma cena de revolta. Eu vi toda aquela gente, todas aquelas pessoas nobres que compravam doce de minha mãe, estavam lá acompanhando o enterro. Tive vontade de mandar todo o mundo para o quinto dos infernos. O que eles estavam fazendo ali? Eles tinham ajudado a cavar a cova da minha mãe e agora estavam ali. Foi um momento meu de profunda revolta. (ALMADA, 2009, p. 40)

Ao retornar para o quartel, Abdias teve a grata surpresa de não ser punido com prisão, como sugeria o regulamento do exército. Ao ser chamado pelo comandante para se explicar, descobriu que o mesmo era o oficial negro Alfredo Correa, que escutou prontamente suas justificativas e decidiu o transferir para trabalhar num escritório na Casa das Ordens. Tal decisão foi possível em virtude da formação educacional que Abdias possuía pouco comum entre outros soldados, já que o mesmo além de ser alfabetizado, também possuía diploma de segundo grau.



*Imagem 3: Abdias Nascimento como soldado do Exército Brasileiro, São Paulo, 1930. Fonte: Acervo IPEAFRO*

Logo após a transferência de Abdias, outro levante político emergiu na sociedade paulista: a Revolução Constitucionalista de 1932. O governo provisório de Getúlio Vargas se tornou problemático na medida em que o mesmo acumulava diversos poderes enquanto presidente. Tendo em vista que não havia um congresso aberto nem partidos atuando no campo político de oposição, o governo vigente começara a tornar-se autoritário, desfazendo alianças com os apoiadores da Revolução de 1930 e não cumprindo promessas anteriores, como as de convocar novas eleições presidenciais e realizar a Assembleia Nacional Constituinte. Além do

mais, Vargas estava escolhendo interventores políticos para governar os estados sem considerar as indicações dos políticos locais, o que colocava a autonomia dos mesmos em risco (MACEDO, 2005).

Dessa forma, insatisfeitos com a postura arbitrária do governo, fazendeiros paulistas, estudantes universitários e profissionais liberais iniciaram uma revolta exigindo a convocação de novas eleições. O movimento foi uma resposta paulista à Revolução de 1930, a qual acabou com a autonomia dos estados garantida pela Constituição de 1891. No total, foram 87 dias de combates, de 9 de julho a 4 de outubro de 1932, sendo os últimos enfrentamentos ocorridos dois dias depois da rendição paulista. Abdias participou da revolução atuando como cabo pelo lado de São Paulo no batalhão do General Euclides Figueiredo. Composto a 11ª Companhia de Infantaria, famosa por concentrar soldados insubordinados e indisciplinados, Abdias era um dos escolhidos para frente da batalha e chegou a levar um tiro enquanto acompanhava oficiais em missão (LARKIN, 2014).

Ao retomar a experiência de Nascimento como soldado na Revolução Constitucionalista de 1932, suscito ainda um fato omitido na história oficial do conflito: a contribuição da população negra nos postos de batalha. Segundo Petrônio Domingues (2008), os negros participaram ativamente da revolução constitucionalista, chegando a fundar inclusive batalhões específicos formados por pessoas negras, a chamada “Legião Negra”. A Legião era formada por ativistas que se desligaram da *Frente Negra Brasileira*, pois discordavam da postura neutra adotada pela instituição durante a revolta. Contabilizando cerca de 2.000 negros e negras, o batalhão tinha vários agrupamentos atuando em diferentes áreas das frentes de batalha mantendo-se ativamente organizada até os anos 1940, após o conflito militar.

Embora não tenha sido um legendário, o protagonismo negro da organização inspirava o jovem Nascimento, que via naquela organização a possibilidade de agência negra frente à exclusão sistemática da população negra na vida pública paulista (MACEDO, 2005). Ao sair para as noites de boemia com o seu amigo Sebastião Rodrigues em seus dias e horários de folga, Abdias frequentemente se deparava com a proibição de sua entrada nos clubes e estabelecimentos pelo simples fato de ser negro. Apesar dos protestos de Abdias diante tais situações, casos de discriminação e segregação racial eram recorrentes à população negra na época. Desde a década anterior, 1920, sociedades culturais e recreativas fundadas pelos homens

de cor<sup>7</sup> já denunciavam estes casos de racismo por meio dos seus veículos de comunicação: os jornais da imprensa negra.

Formado por negros escolarizados que utilizavam a escrita e oralidade como ferramenta de luta, a imprensa negra é academicamente reconhecida como um movimento político onde os jornais eram destinados a refletir acerca das questões raciais e sociais. Tais jornais eram essenciais para a população negra, já que os folhetins tradicionais não veiculavam informações específicas para a comunidade negra. Segundo a definição de Bastide, a imprensa negra era:

Uma imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação dos fatos relativos à classe da gente de cor. É uma imprensa adicional. Esses jornais procuram, primeiramente agrupar os homens de cor, dar-lhes o senso de solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade, superestimando os valores negros. É, pois, um órgão de educação. É um órgão de protesto; para lutar contra o preconceito, o negro terá que se insurgir e o jornal servirá para fazer ouvir o seu protesto (BASTIDE, 1951. p.51).

Compromissadas com a luta contra “o preconceito de cor”, as páginas dos jornais da imprensa negra eram veículos de denúncias sobre a velada segregação racial que imperava no país e que impedia o acesso dos negros a ambientes públicos, como hotéis, clubes, restaurantes e cinema. Conforme Pinto (2006), por meio dos jornais da imprensa negra do séc. XIX, os afro-brasileiros conseguiram formular uma fala própria e torná-la pública: “ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los (PINTO, 2006, p.70)”.

Caracterizando-se como uma importante ferramenta de mobilização social, estes periódicos abarcavam as discussões de interesse dos negros brasileiros, como o combate à discriminação racial nos mais diversos espaços sociais e a integração dos negros no projeto de desenvolvimento do Brasil. Durante o período em que ficaram ativos, contabilizaram-se mais de 30 folhetins circulando regularmente em São Paulo. Foram publicados títulos como *O Menelick* (1915), *A Liberdade* (1918), e *Clarim da Alvorada* que foi lançado em 1924 e fora do estado, títulos como *A Raça* (1935) publicada em Uberlândia/MG.

---

<sup>7</sup>A expressão “Sociedade dos Homens de Cor” refere-se a grupos associativos de homens negros formados no contexto de pós-abolição, nas primeiras décadas do século XX. Tais associações e clubes eram responsáveis pelo combate ao “preconceito de cor” e pela criação de uma atmosfera social negra no período. Para saber detalhes sobre este capítulo da mobilização negra, ver: LIBERAC, Antônio. *As associações dos Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista* (2006).



Imagem 4: Folhetim *A voz da raça* produzido e veiculado pela Frente Negra Brasileira (1933-1937). Fonte: Arquivos Fundação Palmares

Segundo consta (NASCIMENTO, 1993), foi neste contexto de pós-revolução constitucionalista, que Abdias começa a criar uma relação mais próxima com a militância negra organizada. No retorno ao seu cargo de escritório no exército, um amigo de infância, Geraldo Campos, estava participando de uma organização de jovens negros, o Centro Cívico Campineiro, e o convidou para algumas das reuniões. Nos encontros do grupo, o jovem tomara conhecimento da *Frente Negra Brasileira* e buscou participar das atividades promovidas pela instituição.

Considerada a maior e mais importante organização negra do contexto de pós-abolição (GUIMARÃES, 1999), a *Frente Negra Brasileira* surgiu na década de 30 em pleno Estado Novo de Getúlio Vargas reivindicando a inclusão de pautas a favor da população negra nos programas políticos. Numa reação à exclusão e abandono do sistema político tradicional, os negros paulistas fundaram a FNB com um projeto antirracista que tinha como principal objetivo a integração do negro na sociedade brasileira. Segundo Domingues (2007), em seu auge, a FNB reuniu de 25 a 30.000 filiados e contava com mais de 60 delegações distribuídas pelo Brasil. Entre os membros da organização, poderiam ser encontrados trabalhadores de diversas classes sociais que nutriam uma grande admiração pela FNB:

Pelo que consta, a instituição fascinava a população negra paulista pelo seu tamanho, pelo número de componentes e pela sua organização burocrática e

administrativa complexa, fornecendo aos negros algo para se orgulhar num contexto histórico pautado pela pobreza generalizada e imagem estigmatizada do seu grupo racial, além da disputa no mercado de trabalho com os imigrantes europeus. (MACEDO, 2005.p.43)

Conforme nos demonstra Florestan Fernandes no clássico *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), o surgimento da Frente Negra Brasileira foi impulsionado pela necessidade de integração dos negros na sociedade brasileira, visto que a permanência da população negra nas cidades após a abolição era um fator incômodo para a elite brasileira. A nova Constituição, promulgada em 1934 após a revolução constitucionalista, a eugenia e o projeto de embranquecimento ainda aparecia como uma meta da educação brasileira, não à toa, muitos negros eram presos acusados de vadiagem<sup>8</sup> e diversas casas de religiões de matriz africana eram invadidas e impedidas de praticar sua fé pelas forças armadas do Estado. Dentro desta perspectiva, quando a FNB emerge como uma organização negra, seu objetivo principal era promover a integração social da população afro-brasileira em todos os níveis da sociedade brasileira socialmente, politicamente e economicamente.

Segundo Elisa Larkin (2014), a Frente desenvolveu importantes iniciativas políticas, culturais e educativas em prol da comunidade negra da época. Agindo no sentido de criar novas oportunidades para os afro-brasileiros, a instituição oferecia cursos profissionalizantes e de alfabetização, e construiu uma escola dedicada ao ensino de pessoas negras. Além disso, em sua sede diversos serviços comunitários eram prestados, tais como consultas com dentistas e salão de cabeleireiro. Vistos como um exemplo de divulgação da dignidade preta, a Frente era uma referência importante para seus associados e era respeitada enquanto instituição. Segundo consta (MACEDO, 2005), possuir uma carteira de associado da Frente Negra Brasileira era um orgulho e poderia ajudar na busca por empregos, já que a organização era vista como um modelo.

No campo político, a Frente mantinha sua posição de combate aos casos de discriminação racial na sociedade brasileira denunciando estabelecimentos que impediam a entrada de pessoas negras, em hotéis, teatros, barbearias e outros locais públicos bem como discriminações nas vagas de emprego que frequentemente exigiam “boa-aparência” – leia-se cor branca – como requisito para o acesso ao emprego. Na contramão da estrutura racista da

---

<sup>8</sup> O Decreto-Lei nº 3.688/41 trazia em seu artigo 59 o tipo penal de vadiagem que consiste em “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, com pena de prisão simples, de quinze dias a três meses. Além de exercer um controle sobre a população, o decreto atingia majoritariamente a população negra que não estava ocupando os postos de trabalho.

época, a FNB organizava seminários, desfiles, atos públicos, bailes e eventos sociais e culturais que refletissem o potencial do negro brasileiro de se integrar na sociedade vigente.



Imagem 4: Evento cultural na sede da FNB, 1935. Fonte: Biblioteca Nacional.

Contudo, como bem aponta Macedo (2005), ao mesmo tempo em que a FNB lutava contra os efeitos do “preconceito de cor” no Brasil, a instituição defendia seus ideais integracionistas e almejava, em certa medida, que os negros brasileiros pudessem assimilar os valores da sociedade dominante. Por este motivo, a promoção de eventos socioculturais era constante na entidade e assumia o papel representativo de demonstrar a capacidade de absorção dos valores e costumes elitistas pela população negra. Conforme nos informa Petrônio Domingues em seu texto *Frente Negrinas: Notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil* (2016), embora a promoção de bailes fosse comum nas associações recreativas negras em São Paulo, a proposta da FNB era diferente, pois “naquela entidade, os bailes funcionavam como chamariz para os festivais que, além de proporcionar entretenimento, tinham um sentido doutrinário (DOMINGUES, 2016, p.361). Dentro desta perspectiva, a atuação das mulheres negras, chamadas de “Frente Negrinas”, foi imprescindível para a manutenção da união e coesão entre os membros associados da FNB, o que garantiu o sucesso da instituição. As mulheres dividiam-se em dois agrupamentos específicos: as *Rosas Negras* e a *Cruzada Feminina*. O primeiro grupo eram as responsáveis pela organização de

saraus, festas e bailes dançantes que aumentavam a coesão do grupo através de atividades lúdicas. Já o segundo grupo, a *Cruzada Feminina*, era encarregado de fortalecer o campo educacional da Frente Negra e realizar campanhas de arrecadações.

Segundo Sandra Almada (2009), Abdias teria atuado na Frente Negra por meio de ações isoladas que buscavam reagir a atos discriminatórios, mas de forma limitada por sua condição militar. Em um dos seus depoimentos acerca da sua participação na instituição o autor nos relata sobre sua condição enquanto militante na FNB: “não podia me envolver profundamente na ação, pois estava servindo o Exército, cujo regulamento disciplinar proibia qualquer participação em atividades sociais e políticas. Assim minha participação era mais simbólica e espiritual (NASCIMENTO, 1976, p.28). Mesmo na condição de um militante quase anônimo, Abdias acreditava que sua experiência na FNB ampliou sua consciência racial e o seu senso de pertença a uma identidade coletiva negra: “foi nesse princípio de militância orgânica que eu comecei a sentir e entender o orgulho coletivo, porque o orgulho individual, que também é necessário, eu já tinha, pois meu pai e minha mãe me ensinaram muito bem” (ALMADA, 2009, p.48).

Porém, segundo consta em suas narrativas biográficas (ALMADA, 2009; MACEDO, 2005), Nascimento deu início a sua trajetória política não somente através da luta negra, mas também a partir de outras frentes que se demonstravam importantes para o intelectual naquele período, como a causa nacionalista/integralista. Conforme já relatado, durante os anos de 1932 a 1937, o contexto político brasileiro era extremamente marcado pela instabilidade do Governo Vargas e pela organização de insatisfação popular com o modelo político vigente. Após a instauração do Estado Novo em 1938, o cenário político nacional radicalizou-se e grupos políticos que buscavam mudar a forma com que os preceitos democráticos eram aplicados começaram a conquistar espaço na esfera pública. Influenciados pelos ideais nacionalistas e totalitários que se desenvolveram na Europa após o fim da I Guerra Mundial, grupos como a Ação Integralista Brasileira (AIB), prometiam criar uma nova nação a partir da valorização e conservação dos aspectos genuinamente brasileiros.

Fundado por Plínio Salgado em 07 de outubro de 1932, a AIB tinha como objetivo instituir no Brasil um poder centralizado que fosse capaz de unir e integrar a nação. Sob o lema “Deus, pátria e família”, a *Ação Integralista* era marcada pelos valores nacionalistas e pela rejeição ao comunismo, liberalismo e democracia, dos quais acreditavam serem influências externas não aplicáveis à realidade nacional. Segundo os mesmos, os problemas econômicos e

estruturais brasileiros, de acordo com o objetivo integralista de nação, estariam relacionados à falta de projetos econômicos nacionalistas por parte do governo.

Interessante ressaltar que, como a pretensão da AIB era apresentar uma unidade nacional através da constituição de um Estado integral, a mesma apresentava uma visão particular sobre as relações raciais no Brasil. Sentinelo (2010) nos demonstra que o movimento acreditava ser necessário investir na criação de uma sociedade racial e etnicamente homogênea para que seus ideais se concretizassem. Neste sentido, a miscigenação era um fator “valorizado” pelos integralistas na medida em que acreditavam que, por meio dela, surgiria um novo tipo racial, autenticamente brasileiro.

Para os integralistas, a “mistura de raças” estaria relacionada às tradições históricas, culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira desde o processo histórico da colonização. (...) As “raças” que faziam parte da sociedade brasileira, no discurso integralista, eram valorizadas de acordo com os interesses da nação que deveria ser consolidada. O índio era um elemento genuinamente brasileiro e propício à miscigenação, devido às suas características de cordialidade (“alma cordial”) e benevolência, por isso “a base comum”. Os negros também eram cordiais e destinados à mistura, como já haviam demonstrado ao longo do tempo em que vinham se “branqueando”. Já o branco (especialmente na figura do colonizador português) era exaltado como o elemento aglutinador, responsável por gerenciar as diversidades existentes na sociedade brasileira e criar a nacionalidade integral (SENTINELO, 2010, p.148).

O integralismo teria se utilizado deste discurso em favor da miscigenação e do mito das três raças fundadoras para atrair membros negros à organização. Fato relevante para compreendermos como este movimento se aproximou da população negra na época, é a aproximação ideológica entre a Frente Negra Brasileira e a AIB. Segundo Macedo (2005) a analogia entre o lema integralista “Deus, Pátria e Família” e o cabeçalho “Deus, Pátria, raça e Família” utilizado no periódico informativo *A voz da Raça* da FNB, demonstravam uma ligação entre as duas organizações que partilhavam também um anticomunismo oriundo da influência católica comum tanto à AIB quanto à FNB.

Assim como muitos frente-negrinos, Abdias Nascimento participou simultaneamente nas duas organizações. Seus primeiros contatos com o integralismo se deram a partir dos atos públicos promovidos pela AIB em 1934, quando a organização buscava conquistar estudantes e intelectuais para uma campanha em prol da alfabetização para jovens e criação de escolas e creches nas comunidades carentes. Contabilizando 19 anos de idade à época da sua adesão ao integralismo, Abdias era instrutor do Tiro de Guerra e, por causa da sua função, circulava por ambientes da classe média urbana e mantinha relações com integrantes das forças armadas que

nutriam simpatia pelos ideais integralistas. Para Macedo (2005), este ambiente militar teria favorecido a ligação de Nascimento com o movimento de direita fascista, já que sua participação neste movimento não era proibida pelo exército como ocorria em relação à FNB. Nas palavras de Abdias sua aproximação com o integralismo se deu a partir das posições anti-imperialistas e anti-burguesas da organização:

As lutas nacionalistas e anti-imperialistas, a oposição ao capitalismo e à burguesia, foram os temas que me atraíram para as fileiras integralistas. Etapa importante da minha vida. No integralismo foi onde pela primeira vez comecei a entender a realidade social, econômica e política do país e as implicações internacionais que o envolviam. A juventude integralista estudava muito e com seriedade. (...) conheci bem perto o chefe integralista Plínio Salgado de quem em certa época fui amigo. Dentro do integralismo eu me separava do movimento negro, mantendo assim duas atividades separadas (NASCIMENTO, 1976, p. 89).

Embora valorizasse suas experiências e aprendizados construídos na AIB, Abdias só teria permanecido no movimento integralista até o ano de 1937 quando, engajado numa mobilização para que fosse criada a Faculdade de Economia na então Universidade do Brasil (atualmente UFRJ), teria notado tendências de discriminação na organização. Neste período, a AIB tinha fundado um jornal do qual Abdias participava enquanto colaborador. Entretanto, as matérias e entrevistas produzidas por Nascimento para o jornal eram preteridas pela redação, que nunca as publicava. Ao perceber as diferenças de tratamento direcionadas a ele, o intelectual resolveu retirar-se da AIB e chegou a realizar uma declaração pública de repúdio ao integralismo durante a Convenção Política do Negro, que presidiu em 1945:

Em relação ao integralismo, posso afirmar que não oferece nenhuma oportunidade para o negro e o povo realizarem suas aspirações. (...). Posso esta convicção porque o integralismo tem uma cúpula doutrinária que esmaga qualquer movimento genuinamente popular, pois todo o seu edifício está assentado numa ordem convencional, burguesa e capitalista, que impede as reivindicações específicas (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 83).

Apesar de ter declarado repúdio ao movimento integralista posteriormente, a passagem de Abdias pela AIB marcou sua trajetória e o perseguiu durante certo tempo, segundo Elisa Larkin (2014). Intelectuais negros que participaram do integralismo frequentemente eram excluídos de organizações políticas e acusados de serem fascistas por conta do seu passado na organização. Um dos exemplos célebres deste movimento de exclusão pode ser percebido a partir do apagamento histórico que o intelectual negro Guerreiro Ramos, amigo próximo de Abdias e também integralista, sofreu dentro do campo das ciências sociais e na academia

brasileira. Como demonstram Angela Figueiredo e Ramon Grosfoguel no artigo *Por que não Guerreiro Ramos?* (2007), entre muitas justificativas atribuídas ao esquecimento da contribuição de Guerreiro à sociologia brasileira, apareceria o fato de o mesmo ter sido integralista em dado momento histórico.

Por conseguinte, quase ao mesmo tempo em que finda sua participação no movimento integralista, Nascimento se depara com o fim da sua carreira militar em fins de 1936. De acordo com seus relatos biográficos, o intelectual teria sido expulso do exército após se envolver em uma confusão numa porta de bar, onde fora impedido de entrar pela porta da frente por ser negro:

Eu e o Rodrigues Alves havíamos sido mandados entrar pela porta dos fundos de um bar. Não aceitamos aquilo, claro. Começou uma briga com o gerente. Bofetão para lá, bofetão para cá, vinha passando o delegado da Ordem Política e Social de São Paulo. Ele veio e entrou na briga, mas não a favor da gente, não a favor da justiça e da lei. Demos uma surra, e depois fugimos. Alguém nos denunciou e foram lá com uma força pública para nos prender, nos pegaram, vieram debaixo de porrada e ficamos na prisão apanhando durante trinta dias (ALMADA, 2009, p.37)

Logo depois do desligamento do exército, Abdias teria virado “carta marcada” em São Paulo visto que sua ficha já constava no Gabinete de Investigações. Tal perseguição policial somada à fome e ao desemprego, fizeram com que o jovem tomasse a decisão de mudar para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições na então capital do país: “Era a capital, sempre a gente tinha esperança de que na capital havia mais oportunidade de vida, e eu vim para o Rio e fui morar no morro da Mangueira” (LARKIN, 2014, p. 142). No Rio de Janeiro, Nascimento viveria tempos de incerteza e aventura, marcados pela instauração do Estado Novo, prisões, aventuras e uma aproximação com as manifestações culturais negras. Além disso, é nesse período em que o intelectual desenvolve um ativismo mais centrado em questões raciais, como veremos a seguir.

## **1.2 Do Congresso Afro-Campineiro ao Teatro do Sentenciado: Os primeiros projetos de um ativista em formação**

Após ser expulso do exército, Abdias Nascimento segue para o Rio de Janeiro em 1937 e se estabelece no morro da mangueira, na casa do seu amigo Rodrigues Alves. Morando perto das escolas de samba e dos terreiros de candomblé, o autor começou ali a construir o que viria ser uma relação íntima com a cultura negra e com as religiões de matriz africana. A convivência

com guardiões da cultura afro-brasileira como o saudoso Babalorixá Joãozinho da Goméia e o poeta Solano Trindade, fora de suma importância para Abdias, pois o proporcionava um contato íntimo com suas raízes afro-brasileiras:

No Rio de Janeiro, os negros tinham uma relação mais estreita com a sua cultura, através dos terreiros, dos candomblés, diferentemente de São Paulo. E isso foi uma nova educação para mim. Comecei a compreender as nossas tradições culturais, a me interessar por essa misteriosa relação do negro com a religião. E, ao frequentar regularmente os terreiros, passaria a conviver com outro tipo de intelectual, como o poeta Solano Trindade. (...). Essas amizades me impediram de me transformar num intelectual esquecido de suas raízes (ALMADA, 2009, p.57).

Neste ínterim, Abdias conseguiu um emprego de revisor do jornal *O Radical*<sup>9</sup> e retornou ao exército, agora na condição de estudante da Escola de Formação de Oficiais da Reserva, no curso de oficial de cavalaria. Paralelamente, o autor também dá início a sua formação acadêmica matriculando-se na Faculdade de Economia na Universidade do Brasil. Porém, quando estava começando o curso, outro momento de instabilidade política desponta no cenário nacional: era o início da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Para compreender como chegamos a este contexto político, retorno ao ano de 1934, quando, após a Revolução Constitucionalista, é promulgada uma nova Constituição no Brasil.

Elaborada pela Assembleia Constituinte entre novembro de 1933 e julho de 1934, a nova Constituição brasileira traria diversos avanços para a democracia emergente. Em primeiro lugar, a promulgação de uma nova constituição poria fim ao governo provisório de Getúlio Vargas, instaurado nos anos 1930, e introduziria uma nova ordem política baseada nas premissas democráticas, com garantia do voto direto e secreto. Além disso, a nova constituição assegurava a alternância de poder e os direitos civis de todos os cidadãos, possibilitando assim que, pela primeira vez mulheres fizessem parte da política, exercendo seus direitos enquanto eleitoras e elegíveis a cargos políticos.

Entretanto, tais aspirações duraram pouco. Três anos depois, em 1937, antes mesmo que a primeira eleição para presidente se realizasse, Getúlio Vargas aplica um golpe para se manter

---

9 Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FVG), este jornal carioca ficou ativo entre 1932-1954. Definindo-se como um órgão destinado a defender e propagar os princípios da Revolução de 1930 no seio da classe trabalhadora, *O Radical* caracterizou-se pela ênfase ao noticiário trabalhista, sindical e policial. Aberto às reivindicações imediatas dos trabalhadores, dava ampla cobertura às greves e convocações de assembleias, à atuação dos sindicatos e às condições de trabalho e de vida dos operários.

no poder e instaura uma ditadura, conhecida como Estado Novo (1937-1945). Em 10 de novembro de 1937, era outorgada uma nova carta constitucional que englobava diversos dispositivos políticos e de segurança semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como o regime fascista de Mussolini na Itália. Fechando o Congresso Nacional e com a decretação de rigorosas leis de censura, Vargas dava continuidade ao seu “governo” sem que nenhuma forma de oposição pudesse se expressar legalmente.



*Imagem 5: Getúlio Vargas anuncia pelo rádio o início do novo regime ditatorial, 1937. Fonte: Biblioteca Nacional.*

Com o início da ditadura do Estado Novo, o espaço para manifestações políticas era cada vez mais cerceado, e foi neste contexto que, pela primeira vez, a militância de Abdias o mandaria para a prisão. Nascimento estava a distribuir panfletos contra a presença de frotas estadunidenses na Baía de Guanabara que tinham como objetivo dar suporte ao regime ditatorial, quando foi preso juntamente com outros ativistas e mandado para a prisão Frei Caneca:

Em dezembro de 1937 fui preso juntamente com um grupo de estudantes universitários quando distribuimos panfletos denunciando a ditadura de Vargas e o imperialismo norte-americano. Condenado pelo famigerado Tribunal de Segurança Nacional, fui mantido na penitenciária do Rio de Janeiro até abril do ano seguinte (NASCIMENTO, 1976, p.30).

Durante os seis meses que ficou no Frei Caneca, Abdias cumpriu sua pena junto a diversos intelectuais de esquerda e militantes comunistas, dos quais teriam sido detidos no decorrer do Levante Comunista de 1935. Entre eles também se encontravam o líder Luís Carlos

Prestes<sup>10</sup>, na condição de preso incomunicável, além de lideranças e ativistas integralistas. Segundo relatos de Abdias, embora os dois grupos defendessem lados opostos ideologicamente, durante o tempo em que passaram encarcerados juntos, os grupos planejavam e promoviam alguns debates e seminários permanentes na prisão (MACEDO, 2005). Ao conquistar liberdade em 1938, Nascimento foi expulso do exército pela segunda vez por ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Da mesma forma, quase perdera sua vaga na Faculdade de economia, mas graças à solidariedade dos colegas que insistiram com a diretoria para manter sua permanência no curso, conseguiu se formar ainda naquele ano (ALMADA, 2009).

Após se formar, Abdias Nascimento retorna ao interior do estado de São Paulo, agora com destino à cidade de Campinas para uma temporada com Geraldo Campos, seu amigo de infância e natural de Franca, que também havia sido preso com ele no Rio de Janeiro. Assim conheceu Aguinaldo Camargo<sup>11</sup> e os três organizaram, em 1938, o Congresso Afro-Campineiro. Tal evento, além de marcar o início do ativismo negro organizado de Abdias Nascimento, demonstra como o autor busca introduzir-se no campo de debates e estudos sócio antropológicos sobre a comunidade negra daquele período:

Nós discutimos vários aspectos da população negra, mas, sobretudo, as questões que diziam respeito às desigualdades e à pobreza. Esse congresso foi marcante na minha vida. Primeiro, como capacidade de organização, segundo, por poder descobrir que com competência era possível fazer alianças com forças que não eram nossas, mas que estavam sensíveis à nossa causa, como foi o caso da Escola Normal e do Instituto de Ciências e Letras (NASCIMENTO; SEMOG., 2006, p. 91).

Segundo Elisa Larkin (2014), o Congresso Afro-campineiro contribuiu de forma inédita para a causa negra daquele momento histórico, visto que, além de ser um evento idealizado e organizado por ativistas negros, o mesmo trazia debates sobre a questão racial para uma cidade onde o racismo era naturalizado e lugares públicos como o cinema, eram segregados

---

<sup>10</sup> De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Luís Carlos Prestes (1898-1990) foi um político, militar e líder revolucionário brasileiro. Liderou a grande marcha pelo interior do país conhecida como Coluna Prestes e comandou o Partido Comunista Brasileiro por mais de 50 anos. Exilou-se na União Soviética em 1931 e quando retornou ao Brasil no ano de 1934 fundou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), grupo de resistência ao Estado Novo de Vargas. Eleito presidente da organização, Prestes participou da Intentona Comunista, um levante organizado pelo Partido Comunista em 1935 na tentativa de tirar Getúlio Vargas do poder. Após o fracasso do grupo, Júlio Prestes foi preso e, sua mulher, Olga Benário, apesar de estar grávida, mandada de volta para a Alemanha onde morreu em um campo de concentração nazista em 1942.

<sup>11</sup> Um dos fundadores e mais destacados integrantes do Teatro Experimental do Negro, intelectual multifacetado, Aguinaldo Camargo diplomou-se em agronomia e frequentemente era requisitado para trabalhos no campo científico, relacionados também à biologia, em diversos Estados da Federação. Advogado formado pela Universidade do Rio de Janeiro, Aguinaldo era comissário de polícia lotado em Bangu. Mas tinha o teatro como sua real vocação. Faleceu em 1952, vítima de atropelamento. Fonte: Acervo IPEAFRO <<https://ipeafro.org.br/personalidades/aguinaldo-camargo/>>.

racialmente. Por outro lado, ao término exitoso do evento, Abdias Nascimento enfrentava algumas dificuldades por sua condição de desempregado. Chegando a ficar meses acolhido em casas de amigos, o ativista só encontrou emprego novamente em 1939, através de um antigo amigo integralista que lhe oferecera uma vaga de subcontador no Banco Mercantil de São Paulo. Neste serviço, Abdias chegou a ser responsável pela implantação de outras agências do banco pelo interior do Estado. Porém, o ativista acabou se demitindo do trabalho pouco tempo depois (LARKIN, 2014)

Quando regressou para o Rio de Janeiro em 1940, Abdias é contratado para trabalhar como agente do censo. Suas experiências na “cidade maravilhosa” continuavam intensas. Conforme descreve em depoimento a Sandra Almada (2009), depois de ter conhecido o núcleo da cultura negra da cidade a partir de suas relações com os integrantes da Estação Primeira de Mangueira e personalidades do Candomblé, seu objetivo era começar uma nova fase da sua vida, mais despretensiosa e sem grandes agitações. Porém, ao encontrar com dois amigos antigos, os poetas estudantes Gerardo Mello Mourão<sup>12</sup> e Napoleão Lopes Filho, Nascimento embarcaria em outras aventuras para além da capital do Brasil. Neste período, estavam chegando à cidade três poetas argentinos: Efraín Tomás Bó<sup>13</sup>, Juan Raúl Young<sup>14</sup> e Godofredo Tito Iommi<sup>15</sup> se juntaram ao trio de brasileiros e juntos formaram a irmandade Santa Hermandad de la Orquídea, grupo que desenvolveu uma estreita convivência através de atividades intelectuais e aventuras juvenis.

Segundo Almada (2009) os integrantes da Hermandad nutriam uma grande admiração pelos poetas surrealistas e teciam críticas à lógica da ordem social. Em meio a confusões cotidianas, o grupo realizava discussões sobre arte e cultura, além de produzir poesias. Devido à escassez de dinheiro, os jovens moravam juntos em um quarto no bairro da Glória, “na casa da dona Zaida, uma espanhola que alugava quartos tipo pensão e era muito bacana com a gente.

---

<sup>12</sup> Gerardo Mourão (1917-2007) foi um poeta, ficcionista, jornalista, tradutor, ensaísta e biógrafo. Era membro da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia Brasileira de Hagiologia e do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura do Brasil. Em 1978 foi indicado ao Prêmio Nobel de Literatura pelo diretor dos estudos americanos da Universidade de Nova Iorque.

<sup>13</sup> Efraim Tomás Bó nasceu na Argentina e naturalizou-se brasileiro em 1940. Escreveu a vida inteira, artigos e editoriais sobre filosofia e literatura publicando seus escritos no jornal socialista "La Vanguardia" de Buenos Aires, e nas revistas paulistas Convivium e Cavalo Azul. Por sua extensa contribuição, foi homenageado pelo estado do Rio de Janeiro que batizou com o seu nome uma das ruas do bairro de Jacarepaguá, ao lado da cidade de Deus. Fonte disponível em: < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/efraim.html> >. Acesso em 15/10/2021

<sup>14</sup> A respeito de Napoleão Lopes Filho, encontramos informações breves sobre sua carreira de poeta, ator e também crítico de teatro. Sobre Juan Raúl Young também há poucas referências, porém sabemos que era poeta e escritor de peças teatrais.

<sup>15</sup> Godofredo Tito Iommi nasceu em Buenos Aires em 1917. Filho de pais italianos, o poeta e arquiteto desenvolveu grande parte de sua obra no Chile, onde morreu em 2001.

Não só para compreender aquela quase confusão em que vivíamos, mas também por tolerar os frequentes atrasos no aluguel (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.100).

Formada por intelectuais cultos, segundo Elisa Larkin, a Santa Hermandad de la Orquídea foi uma escola de vida para Abdias Nascimento visto que “aprofundou-lhe os conhecimentos gerais e literários ao dinamizar a criatividade e o pensamento crítico” (LARKIN, 2014, p.141). Sob um juramento de lealdade, o grupo decidiu que uma das primeiras de suas aventuras seria uma viagem que os proporcionasse expandir e divulgar os seus saberes pelo mundo. O destino da viagem, apontado por um jogo de sorte, era a cidade de Manaus, no estado do Amazonas. Determinado o curso, Nascimento conseguiu passagens para Belém do Pará com um amigo almirante do exército e a Santa Hermandad atingiu seu objetivo de viabilizar a viagem.

Chegando a Belém do Pará, os jovens encontraram dificuldades para se estabelecer e sobreviveram por meio das doações de moradores locais. Na tentativa de angariar recursos financeiros para se fortalecer e seguir viagem, o grupo decidiu utilizar dos conhecimentos obtidos ao longo da vida. Como cada um dos “orquídeos” tinha uma formação, seja o de escritor, jornalista ou pesquisador, os mesmos tiveram a ideia de ministrar palestras pelas cidades do interior:

Conferências sobre os mais diversos temas, palestras, entrevistas, artigos publicados em jornais. Aqueles jovens – como jornalistas, escritores, estudiosos – fizeram um sucesso danado por onde passaram, utilizando essas diversas atividades como moeda de troca, de modo que o brilhantismo individual e a bagagem intelectual assegurassem hospedagem, traslado e, obviamente, o necessário para alimentar aquelas almas românticas, intelectualizadas, curiosas e... notívagas (ALMADA, 2009, p. 53).

Após obter os recursos para arcar com suas despesas, o grupo seguiu para a cidade de Manaus e depois para Colômbia, Bolívia, Peru, e finalmente chegou ao Uruguai no início de 1943. Dentre muitas aventuras vividas junto à Santa Hermandad, uma experiência marcaria e transformaria a vida de Abdias Nascimento para sempre e esta ocorreu na cidade de Lima, no Peru, onde o autor se estabeleceu por um tempo em meio às viagens. Certa ocasião, ao ir ao Teatro Municipal de Lima, Abdias e seus amigos ficaram entusiasmados para assistir à peça *O imperador Jones*, de Eugene O’Neil, autor norte-americano. Tal peça consistia num texto escrito pelo autor em 1920 e era notável pelo seu caráter provocador, já que além de ter um protagonista negro, a peça também problematizava o racismo em um dos momentos mais críticos da segregação racial dos Estados Unidos.

Na primeira versão, realizada em 1920, na Broadway, o ator negro Charles Gilpin<sup>16</sup> deu vida ao personagem central Brutus Jones, um ex-cabineiro de trem. A peça que Abdias assistiria em Lima, porém, tinha um aspecto diferente do roteiro original: o protagonista da peça, Brutus Jones, fora interpretado por um ator branco, Hugo D'Eviéri, que precisou fazer *blackface* e pintar-se de preto para dar vida ao personagem. Aquele momento chocou Abdias e o fez lembrar às vezes em que era preterido nas peças de teatro da escola por ser negro:

Fui lá ver um espetáculo, quando o ator branco Hugo D'evieri se pintava de preto para fazer o imperador Jones. Aí foi um choque para mim. Foi. Um momento de antes e depois. É porque ali eu dei um balanço da minha vida diante daquela peça. Então me lembrei da escola onde eu era excluído, nunca podia representar nada, nunca. Eu ensaiava, ensaiava, decorava poesia, chegava lá na hora de escolher os elementos da festa, todo final de ano tinha uma festa, no meu tempo de escola, de 8, 7 anos. Então eu comecei a dar um balanço naquela coisa; eu fiquei pensando que nunca tinha visto uma peça de teatro, nunca tinha visto uma peça de teatro. Por quê? Como que é isso? Então fui ver aquilo. Nunca tinha ido ao teatro porque era uma atividade de custo proibitivo para mim. E também não tinha assim amigos da minha raça que trabalhasse em teatro, que pudesse me ajudar, me influenciar, me levar, me dar entrada, não tinha. Aquilo tudo me cutucou naquela hora (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 112)

Ao assimilar como a exclusão e a falta de acesso das pessoas negras ao teatro eram sistematicamente engendradas pelo racismo, ascendeu-se em Abdias o desejo de fundar um teatro negro no Brasil. As discussões sobre o espetáculo com os companheiros da Santa Hermandad aguçaram ainda mais seu senso crítico, e o autor decidira começar ali mesmo seus estudos sobre o teatro. Pouco tempo depois, ao seguir viagem para Buenos Aires, Nascimento é agraciado com uma bolsa de estudos para estudar teatro junto à companhia *Teatro Del Pueblo*, mesma companhia responsável pela encenação do *Imperador Jones* a qual o autor assistira em Lima. Caracterizada como uma escola livre de teatro, o *Teatro Del Pueblo* havia sido criado em 1930 e manteve-se ativo até 1976, seu diretor Leónidas Barletta atraía diversos poetas e intelectuais para colaborarem nas suas produções e era conhecido por promover atividades externas que possibilitassem o acesso do povo ao teatro (LARKIN, 2014).

---

<sup>16</sup> Charles Sidney Gilpin (1878-1930), ator, cantor e dançarino, foi o artista afro-americano de maior sucesso no início do século XX. Conhecido por sua interpretação de Brutus Jones em *O Imperador Jones*, de Eugene O'Neill, o ator interpretou uma variedade de papéis e seu trabalho foi reconhecido, em 1921, quando nomeado pela *Drama League of New York* como um dos 10 melhores artistas que fizeram contribuições valiosas para o *American Theatre*, sendo também o primeiro ator afro-americano a ser homenageado. Para mais informações ver Hill, A. (27 de outubro de 2007). Charles Sidney Gilpin (1878-1930). <https://www.blackpast.org/african-american-history/gilpin-charles-sidney-1878-1930>.

Foi frequentando este ambiente que Abdias aprendeu suas primeiras lições de dramaturgia. Ao final de cada peça, o grupo de atores do *Teatro Del Pueblo* discutia os aspectos comuns das peças como o texto, a interpretação, a direção, o cenário, o figurino etc., Abdias que acompanhava estes momentos, filtrava estas informações e adquiria sua formação teatral a partir dali:

Era no Teatro Del Pueblo que conseguia adquirir o conhecimento de que eu tanto precisava para poder voltar e fazer teatro no Brasil. Com os membros da Santa Hermandad, eu discutia os aspectos literários, conteúdo, contexto, linguagem técnica teatral e de representar, como colocar uma peça em cena, enfim, tudo isso eu absorvia vendo o Teatro Del Pueblo (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 120).

Quando retorna ao Brasil no mesmo ano, 1943, Nascimento estava pronto para colocar os conhecimentos apreendidos em prática. Entretanto, o autor foi surpreendido com a notícia de que o exército havia instaurado um inquérito disciplinar contra ele em razão da sua primeira expulsão em 1936, em que reagiu a um episódio de discriminação num bar de São Paulo. Tal processo, que já estava correndo à revelia enquanto o intelectual viajava pela América do Sul com a Hermandad, resultara em cerca de um ano de prisão, cumprida por Abdias na penitenciária do Carandiru, famosa por abrigar presos perigosos e por sua política repressiva. Todavia, na época em que Nascimento fora encaminhado para o Carandiru, a unidade prisional acabava de passar por uma crise e estava começando a estabelecer novas diretrizes de gestão. Sob as orientações do médico e pastor protestante Flamínio Fávero, conhecido por praticar uma visão mais humanitária na sua administração, a direção da instituição buscava criar projetos educativos que possibilitassem a ressocialização dos detentos (LARKIN, 2014).

Neste sentido, quando Abdias, aos 29 anos, ingressa como detento na penitenciária do Carandiru em abril de 1943, o intelectual visualiza ali uma boa oportunidade para desenvolver um trabalho teatral e decide submeter dois projetos à diretoria da instituição. O primeiro era o *Teatro do Sentenciado*, voltado à produção de peças teatrais pelos presidiários, e o segundo, o *Nosso jornal*, que se tratava de uma proposta de periódico a ser elaborado pelos internos. Ao final da avaliação, os dois projetos foram aceitos pela diretoria e Nascimento deu início aos seus empreendimentos libertários (ALMADA, 2009). Iremos discorrer brevemente aqui sobre o mais conhecido deles, o *Teatro do Sentenciado*, que nos auxiliará a compreender as rotas anteriores de Abdias Nascimento ao surgimento do Teatro Experimental do Negro.

Segundo Narvaes (2020), o *Teatro do Sentenciado* se manteve ativo entre junho de 1943 e abril de 1944, e era composto por 54 internos do Carandiru. Realizando um total de seis

encenações, as apresentações tinham suas datas de estreias e eram repetidas ocasionalmente para os familiares dos detentos e os funcionários da instituição. Os espetáculos foram: *O dia do Colombo*; *Revista Penitenciária*, *Patrocínio e a República*; *Defensor Perpétuo do Brasil*, *O preguiçoso* e *Zé Bacoco*, sendo esta última, a peça autoral de Abdias. Além disso, o grupo desenvolveu números musicais intitulados *Jaz Cristal* e *Anjos do Ritmo*. Ao analisar o conteúdo das peças representadas pelo Teatro do Sentenciado, a autora infere que há um movimento de resistência e crítica à instituição prisional:

Ao relatar os desmandos das autoridades dentro do sistema prisional e também os vícios nos processos, Nascimento mostra os processos de resistência operados pelo Teatro, pelo Nosso jornal e pelo grupo dos sete<sup>17</sup>. Nesses casos buscavam resistir de forma mais estratégicas, mas o conjunto das histórias que expõe também mostra as pequenas subversões cotidianas da ordem prisional e as táticas mais individualizadas (NARVAES, 2020, p.248)

Através da dramaturgia, o *Teatro do Sentenciado* buscava instrumentalizar os detentos acerca dos processos de desumanização aos quais eram submetidos nas instituições prisionais. Coordenados por Nascimento, os alunos redigiam textos para peças, montavam palcos e cenários e produziam os figurinos. As artes cênicas agiam como um instrumento precioso para diminuir a ociosidade do confinamento e transformar um ambiente violento numa atmosfera de aprendizagem.

O projeto acabou quando Abdias saiu da prisão em abril de 1944. Para conseguir sua liberdade, o autor aproveitou os conhecimentos adquiridos na leitura dos livros de direito da penitenciária e advogou por conta própria em sua causa durante o processo judicial. De acordo com Larkin (2014), Nascimento encontrou a solução para o seu caso quando apontou para o conflito de interesses gerado pelo seu processo. O inquérito, que havia sido instaurado pelo exército, deveria ser julgado como um processo interno pela instituição militar, porém o mesmo teria sido encaminhado para uma jurisdição indevida e fora julgado como um processo da área civil. Ao revelar os erros cometidos no processo, o Supremo Tribunal Federal, ao qual Abdias entrou com o recurso, conferiu causa ganha ao ativista.

---

<sup>17</sup> Segundo NARVAES (2020), o grupo dos sete era uma auto-organização dos sentenciados que tinha como objetivo o cuidado mútuo e a discussão das questões que envolviam a disciplina e os problemas da penitenciária. O grupo era formado por Messias Nogueira dos Santos, pelo Sorridente, pelo Carrancudo, pelo seríssimo, pelo 6.962, pelos 7.115 e por Abdias Nascimento.



Imagem 6: Recorte de uma reportagem sobre o Teatro do Sentenciado. São Paulo, 1943. Fonte Acervo IPEAFRO.

Logo após conquistar sua liberdade novamente, Abdias deu prosseguimento ao seu objetivo de criar um teatro negro no Brasil. Com vistas a atrair possíveis intelectuais e parceiros que o ajudassem a transformar o projeto em realidade, Nascimento dirigiu-se para São Paulo, na tentativa de estabelecer contato com Mário de Andrade<sup>18</sup>. Por meio do escritor Fernando Góes<sup>19</sup>, a proposta chegou ao conhecimento do modernista, mas fora recebida com pouco entusiasmo, fato que desanimou Abdias, mas não o fez desistir. O autor decidiu se mudar novamente para o Rio de Janeiro, ainda Distrito Federal, acreditando que talvez na “cidade maravilhosa” encontrasse mais receptividade a sua ideia.

Segundo Macedo (2005), o pensamento de Abdias fazia total sentido na época visto que o Rio ocupava uma posição central para o país tanto do ponto de vista político quanto cultural, ao contrário de São Paulo, que naquele momento era considerada uma “cidade estrangeira” pela quantidade de imigrantes na sua população, e ainda não havia desenvolvido um campo teatral considerável. Ademais, o Rio de Janeiro encontrava-se também sob alta influência do projeto modernista da década de 20, onde uma renovação cultural era proposta na literatura, na música

<sup>18</sup> Mário de Andrade (1893-1945) foi um escritor brasileiro. Publicou “Pauliceia Desvairada”, o primeiro livro de poemas da primeira fase do Modernismo. Além de poeta, foi romancista, contista, crítico literário, professor e pesquisador de manifestações musicais e excelente folclorista.

<sup>19</sup> Fernando Ferreira Góes (1915-1979) nasceu na cidade de Salvador-Ba. Cronista, crítico literário, ensaísta, e poeta, foi professor de jornalismo da Universidade Católica de São Paulo e da Escola Cásper Líbero de Jornalismo, da capital paulista. Além disso, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Escritor assíduo, Góes trabalhou na imprensa negra nos jornais *Tribuna Negra* e *Alvorada*. Em 1969 foi premiado pela Academia Brasileira de Letras.

e nas artes cênicas, sendo que nesta última o progresso ainda era lento, o que constituía um terreno fértil para Abdias:

O cosmopolitismo do Rio de Janeiro, nos anos 1940, somado às mudanças que começam a ocorrer na cena teatral carioca a partir de 1942, mais o carisma e a habilidade de Abdias do Nascimento em estabelecer contatos, parecem ser os grandes responsáveis pelo estabelecimento de um teatro negro nesta cidade em 1944 (MACEDO, 2005, p, 70).

Dentro desta perspectiva, ao chegar ao Rio, Nascimento deu continuidade ao seu propósito de buscar efetivar a criação de um teatro negro, entrando em contato com pessoas próximas e propondo-os uma adesão voluntária ao projeto. Dentre as pessoas que aceitaram o convite do intelectual e contribuíram para o primeiro momento de fundação do TEN, constavam: Aguinaldo Camargo, amigo de Abdias que o ajudou a organizar também o Congresso afro-campineiro; o estudante de direito Ironildes Rodrigues<sup>20</sup>; o pintor Wilson Tibério<sup>21</sup>; o contador José Herbel<sup>22</sup>, e o funcionário público Teodorico do Santos. Juntos o grupo conseguiu enfim fundar o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 13 de outubro de 1944, inaugurando uma nova fase da mobilização negra no Brasil e transformando a vida político-cultural do país, já que mais do que encenação de peças, o TEN cumpriria o propósito de ser uma fonte de valorização da identidade negra, como demonstra o depoimento de Abdias:

Um teatro negro do Brasil teria de partir do conhecimento prévio da realidade histórica, na qual exerceria sua influência e cumpriria sua missão revolucionária. Engajado a esses propósitos foi que surgiu o TEN, que fundamentalmente propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-européia; propunha-se a valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos estudos sobre o brasileiro; de outro, fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido (NASCIMENTO, 1968, p.198)

---

<sup>20</sup> Ironildes Rodrigues nasceu em Minas Gerais no ano de 1923. Mudou para o Rio de Janeiro em 1947 e, posteriormente, graduou-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro. Escritor, crítico e ativista negro, Ironildes foi um dos colaboradores do Teatro Experimental do Negro desde sua fundação. Ministrou aulas de alfabetização e de cultura geral nos cursos de preparação de elenco do TEN. Contribuiu ainda para diversas atividades da companhia, apresentando palestras, elaborando textos e fazendo traduções para o jornal *Quilombo*. Dotado de uma cultura vasta, lecionou Latim, Francês, Português e Literatura e faleceu em 1987.

<sup>21</sup> Nascido em Porto Alegre em 1932, Wilson Tibério foi um grande pintor, desenhista e escultor afro-brasileiro. Pintando desde os 8 anos de idade, deixou o Brasil em 1943 como bolsista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro instalando-se inicialmente na França. Fora do Brasil, expôs em várias galerias na Rússia, China, Itália, África e França. Morreu em 2005 na França, sem jamais ter retornado ao Brasil.

<sup>22</sup> Segundo Oliveira (2018), existem poucas referências sobre José Herbel, co-fundador do TEN. Sabe-se que o mesmo era contabilista e/ou administrador. Desenvolvendo um importante papel no grupo, Herbel e Teodorico dos Santos deram início ao núcleo que passou a recrutar operários, empregadas domésticas e pessoas sem emprego para que pudessem participar do TEN e também das aulas de alfabetização.

Considero importante elucidar que a proposta de um teatro integrado por pessoas negras não era necessariamente o que definia o caráter revolucionário do TEN. Segundo Rosa (2002) desde o século XVIII a população negra já ocupava um lugar no teatro brasileiro. Considerada como uma atividade indigna, a atuação não era apreciada pelos brancos colonizadores e quem ocupava os palcos eram muitas vezes companhias formadas exclusivamente por pessoas negras. No entanto, este cenário transforma-se totalmente a partir da vinda da corte para o Brasil, no século XIX.

Neste período, o status social do teatro começara a mudar e um processo de elitização das artes cênicas se iniciou. Os brancos, que antes não frequentavam os espaços teatrais, começaram a ocupar não somente as plateias, mas também os palcos e os processos criativos das encenações. Tão logo o teatro tornava-se cada vez mais branco, a marginalização da população negra intensificava-se. Os negros, que antes desempenhavam inúmeros papéis e protagonistas, agora passam a ser relegados aos papéis estigmatizados da escravidão ou de figuras exóticas, animais, reforçando uma estética preconceituosa e alienante, conforme explica a autora: “muitos são originados na condição de escravo ou descendente, o que impõe a esses indivíduos a compulsória inferioridade, sendo o teatro fiel ao retratá-los como indivíduos sem subjetividade e ricos de características e estereótipos depreciativos” (ROSA, 2002, p. 36).

Neste sentido, quando o TEN surgiu em 1944 com a proposta de um teatro feito por negros e para negros, podemos assinalar que o seu diferencial era justamente a forma pela qual os negros passariam a ser representados pelo teatro e quais os papéis seriam destinados aos mesmos. A grande questão não era a simples presença ou não de atores negros no teatro, mas sim qual a representação dos mesmos nos palcos. Naquele momento o TEN revolucionaria a cena teatral no Brasil, justamente por representar o indivíduo negro em lugares sociais diferentes dos impostos pelos parâmetros racistas da sociedade brasileira.



*Imagem 7: Primeira foto do grupo fundador do TEN (da esquerda para a direita): Aguinaldo Camargo, José Herbel, Abdias Nascimento, Teodorico dos Santos e Wilson Tibério. Cinelândia, Rio de Janeiro, 1944. Fonte: Acervo IPEAFRO*

Com seus objetivos primários definidos, o TEN começou então a se organizar formalmente como um grupo teatral. Um dos primeiros passos foi conseguir um local fixo para que os integrantes pudessem se reunir. Tarefa difícil, já que a maioria não detinha recursos para alugar imóveis ou algo parecido. Decidiram então recorrer à União Nacional dos Estudantes (UNE), solicitando um espaço na sede da instituição. Quando conseguiram se estabelecer na parte do restaurante do prédio, começaram a anunciar o novo projeto nas rádios, convocando todos os tipos de trabalhadores para participar do teatro negro. Em conformidade com Elisa Larkin (2014), a resposta à proposta de Abdias foi grande e entusiasmada. Entre os muitos que entraram em contato, havia uma parcela considerável de pessoas analfabetas, uma das características sintomáticas do processo de pós-abolição no Brasil.

Em *Raça e oportunidades educacionais no Brasil (1990)*, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, nos revelam que, embora os dados produzidos pelos Censos e as pesquisas sobre a educação negligenciem os efeitos da variável raça na escolaridade dos brasileiros, os números crescentes de estudos empíricos indicam que a população preta e parda do país está exposta a uma desvantagem sistemática no campo educacional. Para os autores, a falta de oportunidades após a abolição foi um fator decisivo no acesso do afro-brasileiro na educação. Sendo assim, a intensa diferença, que se observava nos índices de analfabetismo entre brancos e negros,

poderia ser compreendida com um produto do passado escravista somado a novos mecanismos de estigmatização e exclusão deste segmento racial nas escolas.

Empenhado em construir um teatro que despertasse o negro para sua condição social objetiva na sociedade, Abdias elegeu a educação e o “esclarecimento” do povo negro como uma das primeiras missões do Teatro Experimental do Negro, promovendo cursos de alfabetização para os seus primeiros integrantes:

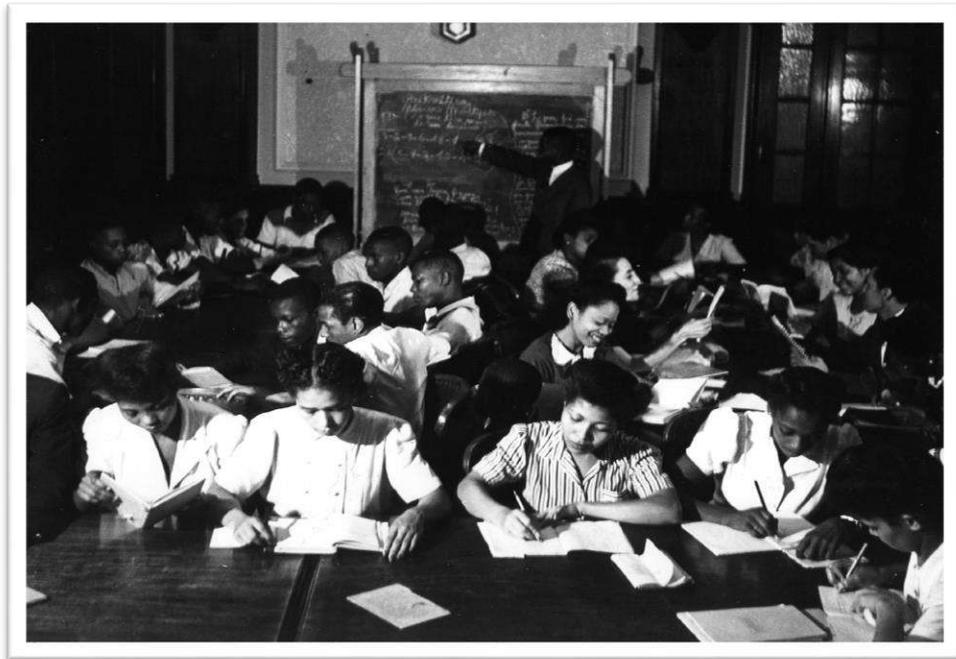
A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

Os cursos de alfabetização do TEN tinham o objetivo de produzir uma educação popular que despertasse o senso crítico racial ao mesmo tempo em que a leitura e escrita era desenvolvida. Por este ângulo, a educação era visualizada pelo grupo como uma ferramenta de emancipação do povo negro onde o resgate da história afro-brasileira nas salas de aulas produziria um domínio da população negra sobre sua própria história. As aulas, ministradas pelo escritor Ironildes Rodrigues, articulavam a arte com a educação e eram ministradas na sede da UNE, onde chegaram a ser matriculadas cerca de seiscentas pessoas, entre homens e mulheres, operários e empregadas domésticas, que se reuniam à noite após o expediente de trabalho. No depoimento *Diário de um negro atuante* (1998), o professor Rodrigues relata sua experiência enquanto educador no TEN:

O Teatro Experimental do Negro tinha por base um veículo poderoso de educação popular. Tinha sua sede num dos salões da União Nacional dos Estudantes, onde aportavam, dos subúrbios de vários pontos da cidade, operários, domésticas, negros e brancos de várias procedências humildes. Ali, a pedido de Abdias, ministrei por anos a fio, um extenso curso de alfabetização em que, além dos rudimentos de português, história, aritmética, educação moral e cívica, ensinei também noções de história evolução do teatro universal, tudo entremeado com lições sobre folclore afro-brasileiro e as façanhas e lenda dos maiores vultos de nossa raça; Uma vez por semana, um valor de nossas letras ali ia fazer conferência educativa acessível àqueles alunos operários que, até altas horas da noite vencendo um indisfarçável cansaço físico, ali iam aprendendo tudo o que uma pessoa recebe num curso de cultura teórica e, ao mesmo tempo prática. Como aprendizado das matérias mais prementes para um alfabetizado, havia leitura, ensaios e os debates de peças como o Imperador Jones de Eugene O’Neil, História de Carlitos de Henrique Pongetti, História de Perlinplin de Marcia Lorca, Todos os filhos de Deus têm asas, Moleque sonhador, Onde está marcada a cruz, todas as peças

de forte conteúdo racial e humano de Eugene O’Neil (RODRIGUES, p.27, 1998)

De acordo com Abdias (2004), após seis meses de debates, aulas e atividades práticas, os alunos/artistas do TEN estavam prontos para sua primeira experiência nos palcos. Antes da grande estreia, o grupo recebeu uma proposta de colaboração do Teatro do Estudante para montar e participar da peça *Palmares*, onde um integrante do TEN, Aguinaldo Camargo, deu vida ao personagem central Zumbi.



*Imagem 8: O professor Ironildes Rodrigues profere aulas de alfabetização e cultura geral para integrantes do TEN na sede da UNE, Rio de Janeiro, 1944. Fonte: Acervo IPEAFRO*

Após essa primeira experiência “teste”, o grupo começou a analisar as peças disponíveis para sua estreia. Como o objetivo do grupo era retirar a representação grotesca que os personagens negros tinham no teatro, a peça de abertura escolhida deveria valorizar a identidade negra e o legado cultural africano no Brasil. Todavia, as peças que até então figuravam no cenário nacional, trabalhavam a cultura afro-brasileira de um ponto de vista folclórico e/ou exótico e o Teatro Experimental do Negro não pretendia reproduzir estes lugares comuns e subalternizados nos palcos, papéis que não dimensionassem a complexidade da personalidade do afro-brasileiro. Sendo assim, de acordo com Nascimento (2004), a escolha da peça *O imperador Jones*, apresentou-se como única escolha possível para o grupo visto que “tratava-se de uma peça significativa: transpondo as fronteiras do real, da logicidade racionalista da cultura branca (NASCIMENTO, 2004, p.4).

Por outro lado, Macedo (2005) também aponta que uma das razões pela qual o TEN seleciona a peça de O’Neil para a primeira encenação seria pela legitimação e reconhecimento que a encenação da peça poderia proporcionar ao grupo perante a sociedade carioca. Eugene O’Neil era considerado como um dos maiores dramaturgos norte-americanos neste período por ter ganhado o prêmio Nobel de literatura em 1936. A “audácia” de Nascimento ao escolher uma peça deste autor, para ser representada por atores desconhecidos, gerava desconfianças quanto à capacidade do grupo de sustentar a produção teatral. Além do ceticismo de muitos acerca da estréia do TEN, os rumores de que haveria um teatro negro no Brasil causava desconforto e indignação, como podemos observar neste trecho do artigo “Teatro de Negros”, publicado pelo jornal *O Globo*, no editorial de 17 de outubro de 1944, onde o periódico alega não haver necessidade de uma divisão entre negros e brancos:

Sem preconceitos, sem estigmas, misturados e em fusão nos cadinhos de todos os sangues, estamos construindo a nacionalidade e afirmando a raça de amanhã. Falar em defender teatro de negros entre nós é o mesmo que estimular o esporte dos negros, quando os quadros das nossas olimpíadas, mesmo no estrangeiro, misturam todos, acabar criando as escolas e universidades dos negros, os regimentos de negros e assim por diante. E no caso em apreço, a criação artificial do teatro que se propaga e tanto mais lamentável quanto é certo que a distinção estabelecida iria viver, aliás, falsamente, nas esferas sugestivas e impressionantes do teatro, que só deve ser um reflexo da vida dos nossos costumes, tendências, sentimentos e paixões. (*O Globo apud NASCIMENTO*, 1966, p 11-12)

É interessante perceber como a reportagem do jornal *O Globo* não reflete simplesmente a opinião do periódico mas sim, um projeto de nação e identidade brasileira daquele período. Segundo Guimarães (2001), o contexto sócio-político em que o TEN emerge, em meados dos anos 1940, é marcado pelas discussões em torno das concepções de “povo”, “nacionalidade” e “democracia”. Com a derrota do nazismo na Segunda Grande Guerra e o enfraquecimento da ditadura do Estado Novo, o país prosseguia na busca de construir, num projeto iniciado anos antes, sua identidade nacional e afirmar seu diferencial como nação. Procurando se afastar dos ideais fascistas que até então imperavam no cenário político nacional, o *slogan* do Brasil como uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja sem preconceitos raciais que impedissem a ascensão social do negro, foi adotado como a singularidade da nação brasileira frente ao racismo “escancarado” de outros países como os Estados Unidos e a própria Alemanha Nazista.

A obra *Casa Grande & Senzala* (1933), do autor Gilberto Freyre, desempenha um papel representativo nesse tocante, visto que ao defender que as relações sociais entre negros, brancos e índios no Brasil eram mais brandas e íntimas, do que as vistas em outros países como os

Estados Unidos, o autor deu o pontapé para a produção de discursos que questionavam a existência do racismo no Brasil, principalmente pelo seu alto índice de miscigenação racial.

As expressões “cadinho de todos os sangues” e “raça do amanhã” utilizadas na reportagem do jornal *O Globo* representam este discurso de que a nação brasileira é naturalmente miscigenada e multirracial sendo, conseqüentemente, igualitária. Um caldeirão étnico racial onde a raça branca, indígena e negra se mesclavam e contribuía, cada uma a seu modo, para um novo tipo étnico: o brasileiro. A partir disso, já podemos imaginar o transtorno que Nascimento e o TEN causavam na esfera pública ao falar de um “teatro de negro” e defenderem uma identidade afro-brasileira nos palcos. Tido como uma ofensa à cultura nacional, o Teatro Experimental do Negro era por vezes acusado de praticar um racismo às avessas e de “importar” um problema americano, a questão racial, para a sociedade brasileira. De acordo com Elisa Larkin, o fato do TEN possuir em sua nomenclatura e mencionar o vocábulo negro causava indignações:

De certa forma, era esse mesmo o objetivo do nome Teatro Experimental do Negro: chocar, afirmando a identidade do grupo e assim lançando um desafio aberto à hegemonia do padrão ocidental, que no Brasil se expressava no linguajar da mestiçagem. Definir seu nome foi uma estratégia semântica do TEN: reverter a carga negativa da palavra para brandi-la qual arma simbólica a denunciar a hipocrisia do insulto e construir um novo sentido, positivo e afirmativo, a sustentar uma identidade impregnada de conteúdos históricos e culturais resgatados da negação imposta pela cultura hegemônica (LARKIN, 2014, p. 156).

Mesmo sob dúvidas, especulações e ataques, o Teatro Experimental do Negro deu continuidade ao seu propósito e entrou em contato com Eugene O’Neil solicitando permissão para reproduzir a peça no Brasil. Em carta endereçada a Abdias Nascimento, o autor cedeu os direitos autorais do Imperador Jones e o parabenizou pela iniciativa de criar um teatro negro no Brasil: “O senhor tem a minha permissão para encenar O imperador Jones isento de qualquer direito autoral, e quero desejar ao senhor todo o sucesso que espera com o seu Teatro Experimental do Negro” (NASCIMENTO, 2004, p.16). Depois de conseguir os direitos de reprodução, Nascimento foi à busca de um local apropriado para a estreia do TEN e à altura da peça a ser encenada, foi então que, em uma reunião com representantes do meio teatral, Abdias conseguiu um encontro pessoal com Getúlio Vargas e solicitou ao presidente que cedesse o Teatro Municipal do Rio de Janeiro para o lançamento do grupo.

Visto como um local das elites, o Municipal era a casa de espetáculos mais importante do país no momento e mesmo assim, Nascimento conseguira reservar uma data para a estreia

do TEN: 8 de maio de 1945. Entretanto, o grupo só teria um dia para montar, ensaiar e representar a peça no Municipal. Sem muitos recursos, o grupo deu início à preparação do espetáculo com o ímpeto de mostrar que o negro era capaz de ocupar o Teatro Municipal e realizar um espetáculo histórico para o teatro brasileiro. Segundo Abdias (2004), o apoio de Eugene O’Neil os encorajou a produzir o espetáculo apesar do grau de dificuldade técnica que a peça apresentava. Aguinaldo Camargo foi selecionado como o protagonista Brutus Jones por sua força dramática, e o TEN ainda contou com o auxílio de Ricardo Werneck de Aguiar na tradução do texto original e de Enrico Bianco<sup>23</sup> na construção do cenário. Em depoimento, Abdias nos dá uma ideia de como se sucedeu a aguardada estreia do Teatro Experimental do Negro:

Sob intensa expectativa, a 8 de maio de 1945, uma noite histórica para o teatro brasileiro, o TEN apresentou seu espetáculo fundador. O estreante ator Aguinaldo Camargo entrou no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde antes nunca pisara um negro como intérprete ou como público, e, numa interpretação inesquecível, viveu o trágico Brutus Jones, de O’Neill. Na sua unanimidade, a crítica saudou entusiasticamente o aparecimento do Teatro Experimental do Negro e do grande ator negro Aguinaldo Camargo, comparando-o em estrutura dramática a Paul Robeson<sup>24</sup>, que também desempenhou o mesmo personagem nos Estados Unidos. Henrique Pongetti, cronista de O Globo, registrou: “Os negros do Brasil – e os brancos também – possuem agora um grande astro dramático: Aguinaldo de Oliveira Camargo. Um anti-escolar, rústico, instintivo grande ator” (NASCIMENTO, 2004, p.5)

A bem-sucedida estreia do TEN causara diversas reações, entre surpresa e entusiasmo com o novo projeto cultural que se apresentava. A peça, um sucesso de crítica, foi representada em mais duas temporadas, em Niterói e São Paulo. Dessa forma, o TEN conquistava sua primeira vitória e o reconhecimento de grandes nomes do teatro nacional, que começaram a escrever peças para serem representadas pelo grupo, a exemplo do dramaturgo Nelson Rodrigues<sup>25</sup> que posteriormente escreveu o *Anjo negro* especialmente para o Teatro Experimental do Negro. Mas, como o trabalho tinha que continuar, enquanto não surgiram peças que retratassem a questão racial brasileira, o grupo permaneceu trabalhando com os textos

---

<sup>23</sup> Enrico Bianco (1918-2013), desenhista, gravador e pintor italiano, chegou ao Brasil em 1937 e passou logo a trabalhar com Cândido Portinari, de quem foi discípulo. Influenciado pelo modernismo, foi autor de inúmeras obras que foram expostas em galerias nacionais e internacionais. Está presente na coleção do MAN com duas telas sobre a peça teatral de autoria de Abdias do Nascimento, chamada Sortilégio.

<sup>24</sup> Paul LeRoy Bustill Robeson (1898-1976) foi um renomado ator, atleta, cantor, escritor e ativista americano dos direitos políticos e civis. Robeson foi o primeiro ator negro a interpretar o Otelo, de Shakespeare, na Broadway em 1930. Para saber mais informações, consultar: < <https://www.biography.com/musician/paul-robeson>>.

<sup>25</sup> Nelson Rodrigues (1912-1980) foi um escritor, jornalista e dramaturgo brasileiro. Revolucionando a cena do teatro brasileiro, teve a carreira marcada pela crítica, ao explorar a vida cotidiana do subúrbio carioca, com crimes, incestos e diálogos carregados de tragédia e humor.

de O’Neil. Foram montadas mais duas peças do autor: *O moleque sonhador* e *Todos os filhos de Deus têm asas*, encenado em 1946 no Teatro Fênix.

Somente no ano de 1947, o grupo teatral teve acesso ao primeiro texto brasileiro escrito para a companhia: o drama *O filho pródigo*, do autor Lúcio Cardoso<sup>26</sup>. Tal fato demonstrava como o TEN também fora responsável por estimular a produção de uma dramaturgia brasileira que contemplasse o legado cultural negro no país. A peça em questão foi montada no Teatro Ginástico e contou com a interpretação de Aguinaldo Camargo, Ruth de Souza<sup>27</sup> e Abdias Nascimento. Depois chegou a vez de *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro<sup>28</sup>, também criado para o TEN, onde o autor abordava elementos folclóricos da Bahia através da convivência dos deuses africanos com os mortais. Durante a encenação da peça, o grupo articulou de forma orgânica, o canto, a dança e a poesia dramática da peça.

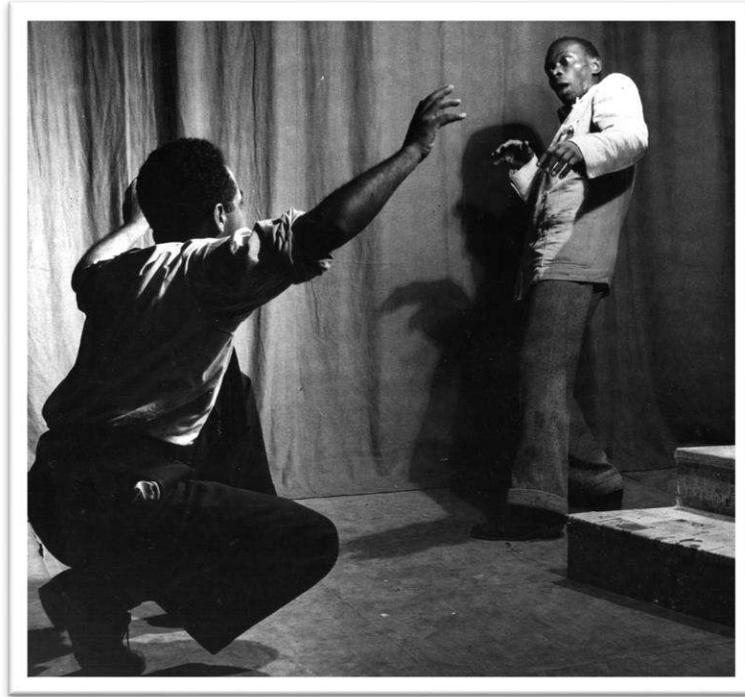
Posteriormente, em 1948, a companhia foi presenteada com a obra *Filhos de Santo*, escrito por José de Moraes Pinho e ambientado na cidade do Recife. O texto “entrelaça questões de misticismo e exploradores de Xangô (o candomblé da região) com a história de trabalhadores grevistas perseguidos pela polícia. Paixão mórbida de um branco pela negra Lindalva, que se torna tuberculosa pelo trabalho na fábrica” (NASCIMENTO, 1966, p. 20). A obra foi encenada no Teatro Regina em 1949. Logo após, Abdias Nascimento estreou como autor em *Rapsódia negra*, produção responsável por lançar à fama duas grandes artistas: a coreógrafa Mercedes Batista e a atriz Léa Garcia

---

<sup>26</sup> Joaquim Lúcio Cardoso Filho (1912-1968) era um romancista, poeta, dramaturgo, tradutor e artista plástico. O autor produziu diversas novelas, contos, livros infantis e romances, até que em 1959 publica *Crônica da casa assassinada* – clássico da literatura brasileira.

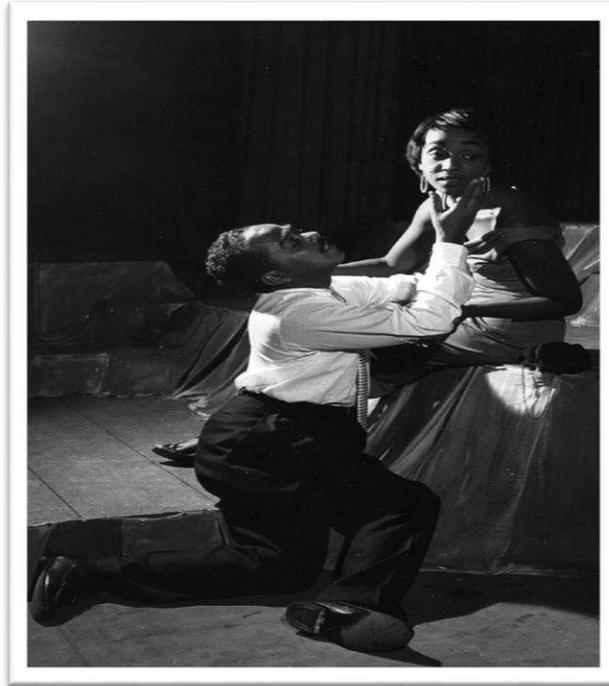
<sup>27</sup> Considerada uma das grandes damas do teatro brasileiro, Ruth de Souza (1928-2019) nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1928 e iniciou sua carreira artística no Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1945. Após estrear grandes peças do teatro negro, Ruth realizou um período de aperfeiçoamento nos Estados Unidos e estagiou na Karamu House, em Cleveland. De volta ao Brasil em 1953, a atriz retomou seus trabalhos no cinema e deu início à carreira na televisão, produzindo um grande legado para a dramaturgia negra. Para acessar mais informações: Ver Acervo IPEAFRO: < <https://ipeafro.org.br/personalidades/ruth-de-souza/>.

<sup>28</sup> Autor das peças teatrais *Aruanda*, *Yemanjá* e *Deuses de Ferro*, Joaquim Ribeiro (1907-1964) foi professor da Escola Dramática Municipal, do Colégio Pedro II e Técnico de Educação do Ministério da Educação, além de ser pesquisador nas áreas da Educação, História do Brasil, Folclore, Estética, Estilística, Hermenêutica, Romance e Teatro.



*Imagem 9: Abdias Nascimento dirige Aguinaldo Camargo na peça de estreia do TEN, O imperador Jones, de Eugene O'Neill. Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 8 de maio de 1945. Fonte: Acervo IPEAFRO*

O enfoque nas relações raciais brasileiras e na ambiguidade da mestiçagem viria com a montagem da peça *O sortilégio*, escrita por Abdias Nascimento em 1951. A peça, cuja encenação fora proibida pela censura, retratava o drama do Dr. Emanuel, um homem negro formado em direito que se havia casado com uma mulher branca. Sofrendo com o preconceito da sociedade branca, Emanuel passa a desconfiar de que sua esposa não teria casado por amor, mas sim pelo fato de ter perdido a virgindade antes do casamento e não ser aceita na sociedade dominante. Para completar, seu verdadeiro amor, Efigênia, o afastava pelo desejo de branquear seus descendentes casando-se com um homem branco. Os rumores de que o filho que a esposa esperava não era seu, fez com que Emanuel tomasse uma medida drástica: assassina a esposa Margarida e foge para um terreiro de candomblé no alto de um morro onde começa a refletir sobre quem era de fato, sua formação cultural branca e sua herança afro-brasileira.



*Imagem 10: Abdias Nascimento (Emanuel) e Léa Garcia (Ifigênia) em Sortilégio (mistério negro), de Abdias Nascimento. Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 1957. Fonte: Acervo IPEAFRO*

Ao comentar sobre a peça, Abdias nos revela que *Sortilégio* buscava trazer em sua discussão o cerne das relações raciais brasileiras e do conflito entre a identidade e a cultura africana e a sociedade hegemônica, propondo também uma estética afro-centrada. Segundo Miriam Mendes, *Sortilégio* demonstrava o drama do negro brasileiro frente a uma sociedade que não o integra socialmente e dilacera sua cultura:

O que se filtra através desse tipo de encenação é a tomada de consciência do negro sobre sua situação no mundo dos brancos: a libertação estaria na rejeição dos elementos da cultura branca, o que o tornam fraco porque alienado dos valores da sua raça, e a sua aculturação não o integra realmente na sociedade a que aspira pertencer. Ao contrário, ela repele-o e persegue-o (MENDES, 1993, p. 62).

Além destas acima citadas, o TEN chegou a encenar: *Terras do sem fim* (1947), de Jorge Amado, *Orfeu da conceição* (1956), de Vinicius de Moraes; e *Perdoa-me por me traíres* (1957), de Nelson Rodrigues<sup>29</sup>. Enquanto um grupo de teatro engajado, além de montar peças centradas na questão racial, o TEN buscava também produzir iniciativas político-culturais que trabalhassem em prol da valorização da identidade negra e do enaltecimento dos padrões estéticos afro-brasileiros. De acordo com Elisa Larkin, ao realizar os concursos de beleza negra *Rainha das Mulatas* e *Boneca de Pixe* (1947-1950), o Teatro Experimental do Negro procurava

<sup>29</sup> Outros autores escreveram peças que Abdias Nascimento reuniu na antologia *Dramas para negros e prólogo para brancos*, lançado pelo TEN em 1961.

valorizar a figura da mulher negra que sempre foi retratada como um objeto sexual pela sociedade brasileira.

Como bem indica Lélia Gonzalez em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), desde o período colonial, o corpo feminino negro é visto em somente duas possibilidades: a de servidão ou a de exploração sexual. A concepção do negro como um ser animalesco e hipersexualizado, originada nas teorias racialistas, geravam a exclusão da mulher negra do que seria a categoria de belo e/ou admirável. Neste sentido, como os concursos de beleza tradicionais não aceitavam candidaturas negras, o TEN buscava com seus concursos possibilitar espaços de autoestima para as mulheres negras:

O teatro rebolado sempre incluiu negras e mulatas reboativas em seu elenco, mas, quando é hora de falar em “beleza brasileira”, os juízes sempre assumem gostos elencos. Importam da Europa e da Grécia Antiga os padrões do que é bonito. Pura alienação cultural. Houve críticos esquerdistas fazendo confusão dos concursos com exploração meramente sexual da mulher negra. Essas pessoas não compreendiam, não podiam compreender a distância que nos separava, qual uma linha eletrificada, de tais preocupações. Pois o alvo desses concursos era exatamente pôr um ponto final na tradição brasileira de só ver na mulher negra e mulata um objeto erótico, o que vem acontecendo desde os recuados tempos do Brasil-Colônia (NASCIMENTO, 1976, p. 42)

O questionamento acerca do padrão dominante da beleza era uma marca prioritária para o TEN visto que a reconstrução da identidade negra e a retomada da consciência racial perpassavam pelo processo de formação de uma autoestima negra. Neste mesmo propósito, além dos concursos de beleza, o grupo também organizou o concurso de artes plásticas *O Cristo Negro* (1955), onde se teceu críticas à retratação de Jesus Cristo como um homem louro de olhos azuis, não considerando sua origem africana.



*Imagem 11: (Da esquerda para a direita) Ataúlfo Alves, Grande Otelo, Abdias Nascimento com Catty, vencedora do 2º concurso, e Maria Tereza, vencedora do 1º concurso, em baile promovido pelo TEN no aniversário da Abolição, 1949. Fonte: IPEAFRO*

Segundo Abdias (2004), o objetivo dos concursos era atingir a alienação estética da sociedade convencional. Dessa forma, o Teatro Experimental do Negro buscava despertar a procura do negro por sua real identidade, fazendo com que o mesmo se voltasse para sua herança ancestral africana e descartasse os ideais de embranquecimento impostos pela cultura dominante. Tais iniciativas demonstravam também como o teatro negro de Abdias Nascimento desempenhava um papel importante na elaboração de um movimento negro da época. Além dos concursos de beleza e dos cursos educacionais, o TEN buscou assumir um protagonismo político na luta negra, organizando convenções políticas, seminários e congressos para discutir os problemas relacionados à comunidade negra da época.

Como vimos anteriormente, após a instauração do Estado Novo (1937-1945), todas as associações políticas foram colocadas na ilegalidade e o direito de protesto e liberdade de expressão foi cerceado. Tais medidas impactaram diretamente o ativismo negro organizado deste período. Organizações de grande referência como a Frente Negra Brasileira (1930-1937), enfraqueceram e findaram logo em seguida, fato que marcou o epílogo da primeira fase do movimento negro no Brasil (MACEDO, 2005). Apesar dos clubes recreativos e as sociedades dos homens de cor ainda permanecerem ativos, os mesmos restringiam-se a desenvolver atividades culturais, afastando-se da arena política. Igualmente, quando o TEN emerge neste

mesmo período (1944), o mesmo é visto apenas como um grupo teatral, e seus fins políticos não eram destacados.

Todavia, em 1945, esse cenário se reverte. Com a queda do regime ditatorial do governo Vargas e o enfraquecimento dos órgãos de censura, organizações com conotações políticas claras começam a ressurgir. Atento às configurações políticas deste período, o TEN também buscou se organizar politicamente, visando assegurar a participação negra no processo de redemocratização política em curso. Neste sentido, em março de 1945, Abdias Nascimento em companhia de Rodrigues Alves e Aguinaldo Camargo fundam o que veria a ser, segundo eles, o braço político do TEN: O Comitê Democrático Afro-brasileiro. Segundo Nascimento, o principal objetivo deste setor do teatro negro era o de “inserir as aspirações específicas da coletividade afro-brasileira no processo de construção da nova democracia que se articulava após a queda do Estado Novo” (NASCIMENTO, 2004, p.14).

Constituindo-se em uma organização ampla o Comitê era aberto à participação de todos, independentemente da cor, e contava com muitos integrantes brancos ligados à UNE, cuja sede abrigava as reuniões do coletivo. Em seus primeiros momentos de atuação, o Comitê Afro-brasileiro empenhou-se na luta pela anistia dos presos políticos, embora a maioria destes fosse branca. Entretanto, quando a anistia foi anunciada e os presos políticos foram libertados, Abdias e os outros fundadores indicaram que seria necessário que a organização retornasse para seus objetivos iniciais: combater a discriminação racial e promover a participação política dos negros brasileiros. Mas quando este ponto foi abordado, o grupo encontrou uma resistência interna, encabeçada pelos supostos aliados de esquerda, conforme nos relata Abdias Nascimento:

Chegara o instante de o Comitê se engajar noutras batalhas políticas mais restritas aos interesses da comunidade afro-brasileira, vencida que estava a etapa da anistia. Foi então que os “radicais”, negros e brancos, revelaram a verdadeira razão de sua presença no seio do Comitê: tratar de questão específica do negro era fascismo, que ia resultar na divisão das classes oprimidas. O grupo fundador do Comitê insistiu na necessidade de o Comitê cumprir seu objetivo fundamental: a defesa das massas afro-brasileiras em todos os aspectos da realidade do país. E aqui chegamos ao momento culminante: usando a máscara dos “radicais” negros, os “radicais” brancos, como maioria, expulsaram do Comitê os seus três fundadores: Abdias Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves. O motivo justificador da expulsão: éramos negros racistas! Com a nossa exclusão, os “amigos” brancos destruíram mais esse esforço no sentido de organizar uma força política independente da comunidade negra. Pois logo que saímos do Comitê este morria de morte natural: para defender a classe operária e os oprimidos de qualquer origem já existia o Partido Comunista, ao qual os “radicais” pertenciam (NASCIMENTO, 1980, p.173).

Segundo consta, esta seria a primeira de muitas desavenças que Abdias Nascimento teria tido com militantes de esquerda em sua trajetória. O fato de o autor ter sido integralista também fora usado como justificativa para a expulsão do intelectual do Comitê que ele mesmo fundara. De acordo com Nascimento, os estudantes brancos da UNE exigiram uma retratação pública do autor sobre seu passado, que foi negado pelo ativista: “não tinha nada a declarar naquela espécie de autocrítica sob coação. Nada havia em meu passado para lamentar ou me arrepender. Não me submeteria àquela chantagem” (CALVACANTI; RAMOS, 1976, p.73).

Depois do incidente, o TEN ainda permaneceria com sede na UNE durante um ano, mas no início de 1946 a situação se tornaria insustentável, o que levou à saída do grupo do local. De acordo com Macedo (2005), o teatro negro não chegou a ter uma sede própria, mudando-se mais três vezes após a saída da UNE. Mesmo com todos os percalços, Abdias e o TEN não desistiram do projeto de inserir a comunidade negra no processo de elaboração da nova constituição do país. Ainda no ano de 1945, o grupo organizou a *Convenção Nacional do Negro*, reunindo centenas de ativistas negros em São Paulo (1945) e no Rio de Janeiro (1946), a fim de discutir as questões referentes ao desenvolvimento político, social e cultural do negro e elaborar propostas a serem apresentadas à constituinte instalada naquele ano.

A Convenção realizada em São Paulo teve um destaque maior, pois nela foi construído e lançado o “Manifesto à Nação Brasileira”, um documento que pontuava as reivindicações e propostas primordiais dos ativistas presentes a ser considerada na Assembleia Constituinte. Dada a relevância do documento, reproduzo aqui a lista de reivindicações que faz parte do documento final:

1. Que se torne explícita na constituição de nosso país a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca.
2. Que se torne matéria de lei, na forma de crime lesa-pátria, o preconceito de cor e raça.
3. Que se torne matéria de lei penal e crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular.
4. Enquanto não for tornado gratuito o ensino de todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares.
5. Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem estabelecer-se com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com capital não superior a Cr\$ 20.000,00.
6. Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros (NASCIMENTO, 1982, p.59).

De acordo com a análise de Macedo (2005), embora o documento apresentasse propostas inovadoras como a criminalização do “preconceito de cor”, as reivindicações solicitadas são basicamente de cunho reformista. A postura de não-enfretamento adotada com as leis e os poderes estabelecidos delineava uma estratégia do protesto negro da época que, aos poucos, ganhava destaque no cenário político nacional. Durante o intervalo entre o Estado Novo e o Golpe Militar (1945-1964), as massas populares começaram a ser incorporadas na política pela corrente conhecida como democracia populista.

O populismo surge neste período com o objetivo de construir uma política voltada para as massas urbanas, constituídas em sua maioria, pelo proletariado recém egresso da zona rural e pelas camadas médias em ascensão. Tal público frequentemente eram os alvos das promessas e dos discursos dos líderes populistas, e nesse ínterim, a população afro-brasileira também aparecia como um dos públicos preferenciais, principalmente as camadas mais intelectualizadas e organizadas politicamente como era o caso do TEN e de Abdias Nascimento.

Na condição de líder negro influente, os partidos populistas viam a sua aprovação como uma potencial oportunidade de conseguir voto ou apoio da população negra. Presente na fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, a aproximação do intelectual com a direita populista era uma sintomática das relações estabelecidas entre os ativistas negros e os partidos populistas. Quase numa dinâmica de troca de favores, os partidos buscavam estabelecer contatos com as lideranças negras para tomar conhecimento de suas reivindicações e ao mesmo tempo solicitar o apoio dos ativistas aos seus programas políticos. Como Abdias esteve presente no PTB desde a sua fundação, não podemos afirmar que o mesmo teria sido “cooptado” pelo partido, mas certamente, a partir daquele contexto e após a realização da *Convenção*, os negros começaram a ser vistos, tanto pela direita quanto pela esquerda, como atores políticos influentes que deveriam ser levados em conta no jogo político da redemocratização.

### 1.3 Do Comitê Democrático Afro-Brasileiro ao Jornal Quilombo: Abdias Nascimento e a participação do Teatro Experimental do Negro no Cenário Político Nacional

Outro ponto interessante que ilustra essa aproximação da luta negra com os populistas é quando Abdias assume uma coluna no periódico *Diário Trabalhista*, fundado por simpatizantes do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra<sup>30</sup>. Na condição de diretor da coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*, Nascimento colaborou com o periódico entre os anos de 1946 e 1948. Dedicada a refletir sobre as demandas da população negra, os debates promovidos pela coluna giravam em torno da existência ou não de um preconceito racial ou de cor no Brasil e quais seriam as origens do “problema do negro” no país. Ademais era discutida a importância da cultura e educação para a ascensão e integração dos homens de cor na sociedade brasileira. Entre muitas personalidades entrevistadas pela coluna, destaco para a nossa análise a entrevista do antropólogo Arthur Ramos, que ao ser questionado se existiria ou não um “problema do negro” no Brasil, responde:

Não existe só um problema, mas vários problemas do negro no Brasil: sociológico, antropológico, biológico. E podemos responder que esse problema existe, embora de forma diferente de outros países, no que concerne, por exemplo, a “linha de cor”. Não se pode deixar de reconhecer a existência de castas, quando convivem minorias étnicas variadas. No Brasil, porém, o problema de castas é atenuado e se confunde com o das classes. Em outras palavras, as discriminações a base da cor, reconhecem em última análise causas econômicas (*Diário Trabalhista*, 09/02/1942).

Observa-se aqui que o preconceito de cor é dado como uma reminiscência dos tempos coloniais, não como um sistema de opressão que estrutura a sociedade brasileira. Segundo Guimarães (2004), tal perspectiva ganha espaço no estudo das relações raciais no Brasil, a partir dos estudos de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, que trazem em meados dos anos 1930, uma influência dos discípulos americanos de Franz Boas, deslocando suas análises antropológicas para o fator cultural em detrimento da raça biológica.

Ainda de acordo com Guimarães, Arthur Ramos, na década de 1940 começará a utilizar-se de sua liderança acadêmica nos estudos culturais para divulgar o Brasil no exterior, como um “laboratório de civilização” e uma “democracia racial”, discurso que anos depois, na

---

<sup>30</sup> Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi um militar brasileiro, 16.º presidente do Brasil entre 1946 e 1951. Apoiado por Getúlio Vargas, Dutra foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Estado Novo. Seu governo promoveu a “abertura democrática”, mas manteve restrições aos direitos dos trabalhadores. Foi sucedido pelo próprio Getúlio Vargas que venceu as eleições em 1950 e assumiu o posto, em 31 de janeiro de 1951.

década de 1950, desembocaria no interesse da UNESCO em patrocinar um projeto de pesquisas sobre as relações raciais no país. Além dos trabalhos dos dois autores, a pesquisa de doutorado de Donald Pierson na Bahia, *Negroes in Brazil (1942)*, demonstra como o discurso do “cadinho das três raças”, influenciou algumas correntes teóricas:

Pierson já encontrou aqui, entre os acadêmicos brasileiros, uma história social do negro, desenvolvida por Gilberto Freyre, que fizera da miscigenação e da ascensão social dos mulatos as pedras fundamentais de sua compreensão da sociedade brasileira. Ou seja, para ser mais claro, eram fatos estabelecidos, já em 1935, pelo menos entre os intelectuais modernistas e regionalistas, que: (a) o Brasil nunca conhecera o ódio entre raças, ou seja, o “preconceito racial”; (b) as linhas de classe não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lenta mas progressivamente à sociedade e à cultura nacionais; (d) os negros e os africanismos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente brasileiros (GUIMARÃES, 2004, p.15-16)

Sendo assim, neste dado momento histórico, as discussões abarcadas pelo TEN e por Abdias Nascimento concentram-se na busca por soluções quanto ao “preconceito de cor”, que aliado à questão socioeconômica, seria o principal obstáculo para a integração do negro da sociedade brasileira. Em sua coluna no *Diário Trabalhista*, frequentemente eram apontadas medidas para superar tal problema social, a mais frequente era a ampliação do acesso negro à educação, tida pelos intelectuais como a única via capaz de produzir uma ascensão do negro brasileiro efetivamente. Além disso, indicava-se a necessidade dos brancos de passarem por um processo de reeducação social que os livrassem da falsa ideia de superioridade racial. Para Macedo (2005), a finalidade da coluna era “sensibilizar o público leitor, negro ou branco, para a existência do preconceito, fosse ele de raça ou de cor, no Brasil” (p.148). Através dessa experiência, Nascimento também conseguiu estabelecer os contatos e vivências necessárias para a produção de um periódico negro do TEN, o jornal *Quilombo* (1948-1950), do qual trataremos a seguir.



Imagem 12: Abdias Nascimento em entrevista ao professor Guerreiro Ramos, Fonte: *Diário Trabalhista*, 24.03.1946, p. 6.

Configurando-se em um dos mais importantes periódicos da imprensa negra brasileira, o jornal *Quilombo: Vida e aspirações do negro* (10 números, entre 1948-1950) foi fundado por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos<sup>31</sup> e tinha como principal propósito ser um veículo de divulgação das ações do Teatro Experimental do Negro. Em seu programa divulgado no primeiro número do jornal, a valorização do negro em todos os setores sociais também aparece como um dos focos do folhetim. Para alcançar tais objetivos, o jornal *Quilombo* se propunha:

1. Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia, e a ciência;
2. Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;

<sup>31</sup> Uma das lideranças do TEN e grande companheiro de Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi um grande sociólogo e ativista negro do séc. XX. Nascido no recôncavo da Bahia, Guerreiro Ramos pesquisou e escreveu sobre relações raciais, teoria sociológica e política nacionalista. Trabalhou em órgãos públicos como o Departamento Nacional da Criança e o DASP, tendo também participado intensamente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros-ISEB. Foi também deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e político cassado em 1964. A partir de 1966, passou a viver nos Estados Unidos, onde trabalhou na *University of Southern California*. Faleceu em 1982. Para mais informações sobre este importante intelectual negro, consultar: Oliveira, Lúcia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

3. Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior no país, inclusive nos estabelecimentos militares.
4. Combater os preconceitos de cor e raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
5. Pleitear para que seja previsto e definido o crime de discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940 (*QUILOMBO*, dezembro de 1948, p.3)

Pode-se notar que os compromissos elencados pelo programa do jornal *Quilombo* praticamente constituem-se em uma réplica das reivindicações eleitas na Convenção Nacional do Negro (1945) e uma continuação dos pontos debatidos pela coluna dirigida por Nascimento no *Diário Trabalhista*. Todavia, como iremos perceber, o conteúdo elaborado pelo jornal não é estritamente determinado conforme seu programa. Na maioria das edições do *Quilombo*, a apresentação e o debate acerca do “preconceito de cor” e a denúncia de situações de discriminação vivenciadas pela população negra, era a principal ênfase do folhetim. Junto a isso, o *Quilombo* se destacava dos demais jornais da Imprensa negra pela iniciativa de convidar diversos intelectuais, negros e brancos, para contribuir com textos acerca das questões sociais e acontecimentos importantes para a população negra no momento, seja a nível nacional ou internacional.

Com periodicidade mensal, o folhetim era composto por treze colunas permanentes, a saber: *Democracia racial, Fala A Mulher, Negros na História, Livros, Tribuna Estudantil, Escolas de samba, Notícias do Teatro Experimental do Negro, Cinema, Música, Rádio, Cartaz, Sociais Close up* e números de matérias assinadas. Segundo Macedo (2005) intelectuais que escreviam para o jornal *Quilombo* se dividiam entre ativistas do movimento negro e pesquisadores que desejavam emitir sua opinião a respeito das questões relacionadas à população negra, formando assim um fórum de conscientização racial. O grupo intelectual ligado diretamente ao TEN e que produzia para o *Quilombo* eram: Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Ironildes Rodrigues, Maria Lourdes do Nascimento<sup>32</sup>, Édison Carneiro<sup>33</sup>, e

<sup>32</sup> Maria de Lourdes Vale Nascimento (1924-1995) foi uma intelectual, educadora, assistente social, ativista da causa negra e liderança feminista brasileira. Fundadora do Conselho Nacional de Mulheres Negras, cofundadora e diretora do Teatro Experimental do Negro (TEN), além de colunista do jornal *Quilombo*. Casada com Abdias Nascimento entre 1943 e 1955, foi autora de ações diversificadas envolvendo educação, saúde e assistência social.

<sup>33</sup> Édison Carneiro (1912-1972) foi um jurista, jornalista, poeta e folclorista que se dedicou ao estudo dos cultos de origem africana, sendo considerado uma referência em estudos afro-brasileiros. Organizou, em 1937, o II Congresso Afro-Brasileiro e, ao final do congresso, fundou, junto com outros participantes, a União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia. Em seu legado, encontramos diversas obras que tratam sobre a etnografia, cultura e religiosidade negra.

Solano Trindade<sup>34</sup>. Na coluna *Cartaz*, o periódico costumava reservar um espaço de dedicatória aos intelectuais do TEN, apresentando-os à sociedade e destacando a contribuição dos mesmos para a formação de uma *intelligentsia negra*, classe social de referência para a comunidade negra por sua honra, cultura e educação.

A coluna *Democracia racial* caracterizava-se por ser um espaço aberto e era a principal responsável por discutir questões relacionadas ao “preconceito de cor” e reflexões acerca das relações raciais brasileiras. Publicava-se geralmente com exclusividade textos de Roger Bastide, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Hamilton Nogueira, Ironildes Rodrigues, Guiomar Ferreira Maria Nascimento, entre outros. A estreia da coluna foi realizada com o texto “A atitude brasileira” de Gilberto Freyre, onde dubiamente, o autor define o Brasil como uma “democracia étnica” ao mesmo tempo em que afirma existir um preconceito de cor entre nós, mas ressaltando sua passividade frente aos exemplos do racismo norte-americano:

Não há exagero em dizer-se que o Brasil vem se definindo uma democracia étnica contra a qual não prevaleceram até hoje os esporádicos arianismos ou os líricos, embora às vezes sangrentos melanismos que, uma vez por outra, se tem manifestado entre nós. Há decerto entre brasileiros preconceitos de cor. Mas estão longe de constituir o ódio sistematizado, organizado, arregimentado, de branco contra o preto ou de ariano contra judeu ou de indígena contra europeu, que se encontra noutros países de formação étnica semelhante a nossa (FREYRE *apud* NASCIMENTO, 2003 [1948], p.26)

Importante ressaltar para o leitor que o fato de Gilberto Freyre inaugurar a coluna *Democracia Racial*, bem como a própria existência de um espaço como este no jornal *Quilombo*, nos permitem detectar as primeiras impressões e discussões a respeito de uma “democracia étnica/racial” brasileira realizadas pelo ativismo negro na época. Como sabemos, enquanto um conceito polissêmico, tal expressão ganhou diferentes perspectivas ao longo dos anos nas discussões raciais. No que se referem às décadas de 40 e 50 especificamente, a qual se situa a presente reflexão, o conceito de “democracia racial” foi utilizado por ativistas negros, políticos e intelectuais para referir-se a um modelo ideal de convivência interracial e a afirmação de um compromisso político com a inclusão da população negra na sociedade moderna. Segundo nos informa Guimarães em *Democracia Racial: O ideal, o pacto e o mito*, nesse período democracia racial não era vista ainda pelos militantes negros como um discurso

---

<sup>34</sup> Solano Trindade (1908-1974) foi poeta, cineasta, pintor, ativista político e homem de teatro. Criador da Frente Negra de Pernambuco e do Centro de Cultura Afro-Brasileira, estruturou em Pelotas, RS, o Teatro Popular Brasileiro (1943). No Rio de Janeiro, participou da fundação do TEN além de se destacar como grande nome da poesia de temática e vivência negras no Brasil, sendo considerado o criador da poesia “assumidamente negra” no Brasil.

a ser combatido, ou como um mito, mas sim como uma prática a ser concretizada, uma espécie de pacto pela Segunda Abolição:

É justamente em torno da utopia de uma Segunda Abolição, na qual se realizaria plenamente a democracia racial, que se dá a mobilização política dos negros. É preciso que se note a ambiguidade no emprego deste termo, especialmente por parte dos negros: por um lado, falar em democracia racial significava afirmar o direito pleno a algo que não havia se materializado, mas que se poderia reivindicar a qualquer momento – nisso residia o seu legado progressista; o seu aspecto conservador ficava por conta de que tal igualdade, não consubstanciada em termos de oportunidades de vida, ficava como promessa cujo fado se cumpre ao prometer (GUIMARÃES, 2002, pp.6-7).

Sendo assim, de acordo com o autor, é possível identificar certa ambivalência no discurso das principais lideranças do TEN neste período. Se por um lado, a entidade buscava denunciar os inúmeros casos de discriminação racial vivenciados pela população negra, por outro lado o teatro negro empenha-se na edificação de uma democracia racial efetiva. Portanto, o propósito da coluna *Democracia Racial* e a aproximação dos ativistas do TEN com Gilberto Freyre, se justificaria dentro deste contexto de “pacto pela democracia racial”, onde os esforços coletivos direcionavam para a efetivação de uma sociedade democrática racialmente (GUIMARÃES, 2002).

No que tange às denúncias ao “preconceito de cor”, o jornal *Quilombo* buscava dedicar matérias e colunas que demonstrassem como a questão racial influenciava o cotidiano da população negra. No texto “Queremos estudar” escrito pelo ator Haroldo Costa<sup>35</sup> para o folhetim, por exemplo, denuncia-se como o racismo operava no sistema educacional brasileiro. Aponta-se que além da falta de recursos financeiros, os alunos negros enfrentavam a barreira racial quando as diversas escolas não permitiam admissão destes em seus quadros discentes. O ator ainda reporta casos explícitos, como o de jovens negros que foram vedados de efetivarem suas matrículas em escolas militares ao serem reprovados em exames médicos mesmo sem terem problemas de saúde (NASCIMENTO, 2003 [1948]). Lutando contra este movimento de exclusão na educação, *Quilombo* buscava divulgar iniciativas comunitárias de ensino e alfabetização. Segundo Elisa Larkin, “todos os números do Quilombo, com a única exceção do nº2, trazem notícias ou comentários sobre a questão do ensino, da educação e/ou de iniciativas

---

<sup>35</sup> Ator, diretor, produtor, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, deputado federal e senador, Haroldo Costa nasceu no Rio de Janeiro, em 1930. Sua experiência profissional como ator iniciou-se no TEN, atuando na peça *O filho pródigo*. Personagem fundamental na valorização da cultura negra, Haroldo Costa tem papel expressivo na difusão de shows de folclores em diversos países do mundo. Começou a trabalhar na Globo em 1965 como diretor de musicais e foi diretor e jurado de programas de auditório e trabalhou também como ator em minisséries da emissora.

de educação comunitária” (LARKIN, 2003, p.292). Além disso, o periódico também chamava atenção para os casos de segregação racial não institucionalizada que impediam os negros de acessar lugares públicos. Denunciando publicamente tais casos, o folhetim buscava colocar “o dedo na ferida” e questionar as motivações racistas por trás daquelas proibições, como nos mostra Rachel de Queiroz<sup>36</sup> em seu artigo publicado na coluna *Arquivo* do jornal *Quilombo*:

Será que por ausência de preconceito que quase nenhuma das ordens religiosas existentes no Brasil recebe pessoas de cor no seu seio – salvos como leigos, que dizer, como criados? E que os colégios grã-finos não aceitam alunos ou alunas de cor? E que a Light (e o governo fecha os olhos ante isso) não admite telefonistas de cor? E que nenhuma loja das ditas elegantes daqui do Rio, de São Paulo e de outras capitais, emprega vendedores de cor? Já viu manicuras e cabeleireiras de cor nos salões de beleza de luxo? Leu no livro de Mário filho o que foi a batalha para se introduzirem jogadores negros nos clubes de futebol carioca? Sabe que nenhum bar da área atlântica, em Copacabana, permite que se sente às suas mesas algum freguês de cor? E que a restrição era feita no cassino – e ainda é feita em certas “boites” ou cabarés de alta sociedade? E que tanto o hotel Serrador como outras hospedarias de alto bordo adotam como linha de conduta não tolerar hóspedes de cor... [...] Se isso não é discriminação racial – e, mais grave ainda, discriminação admitida e amparada pelo governo que nome lhe daremos? (QUILOMBO, dez de 1948 p.2).

Ao denunciar tais situações, o objetivo do folhetim era construir uma conscientização coletiva acerca das práticas racistas que a população negra vivenciava. Assumindo um lema de “educação para o negro e reeducação para o branco”, o jornal *Quilombo* defendia que a questão racial era de interesse comum na sociedade, não um “problema do negro”. Desta forma, denúncias como as de Rachel de Queiroz eram extremamente relevantes, pois “traçava um painel panorâmico do regime não declarado de segregação racial a que o negro ficava exposto em vários lugares do Brasil, na década de 1940” (DOMINGUES, 2008, p. 266).

Dentro da mesma perspectiva, por vezes encontramos nas matérias do jornal questionamentos em relação à efetividade da propaganda democracia racial no país. No artigo “Os arianos de Criciúma”, por exemplo, o escritor Orígenes Lessa, questiona o discurso da democracia racial e denuncia o surgimento de organizações de cunho nazistas que estariam surgindo no Sul no país:

Fala-se, com muito ufanismo, em nossa democracia racial. Haverá mesmo? Desconhecemos o preconceito de cor? Negros, mulatos, semi-brancos, têm no Brasil, os mesmos direitos na prática, entram em toda parte, vivem como gente? Há quem diga que sim. Há quem nos inveje essa imaginária ausência

---

<sup>36</sup> Rachel de Queiroz foi uma tradutora, romancista, escritora, jornalista, cronista prolífica e importante dramaturga brasileira. Autora de destaque na ficção social nordestina. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977. Em 1993, foi a primeira mulher galardoada com o Prêmio Camões.

de preconceitos. Porque é imaginária. No fundo, temos prejuízos semelhantes aos dos americanos do norte, apenas atenuados em virtude do compromisso geral com o sangue negro. [...] Na realidade, para o negro, e seus descendentes, poucas portas além dos serviços humildes, do rádio e de outras carreiras, estão francamente abertas. Só muito talento e acidentes de formatura dão ao negro e ao mulato no Brasil o direito de entrar num salão elegante não para servir, mas para ser servido também. E a prova mais evidente de que existe entre nós o preconceito de cor está em nossa pitoresca fuga para a brancura (QUILOMBO, jun. 1949, p.4)

Além da denúncia dos casos de discriminação, o TEN em conjunto com o jornal *Quilombo* foi pioneiro ao dedicar um espaço para a discussão dos mecanismos de exploração da mulher negra brasileira. A coluna *Fala a mulher* era assinada por Maria Lourdes Nascimento, assistente social e ativista, que exercia também a função de diretora do periódico. Promovendo debates políticos sobre desigualdades raciais e de gênero, a autora incentivava que as mulheres negras participassem da vida política em seus escritos, conforme demonstra o trecho destacado:

Se nós mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer políticas... Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas. Usar o máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer pleito eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro (QUILOMBO, 1950, p.7)

Segundo Silva (2017), A coluna *Fala a Mulher* se renovava a cada edição buscando cobrir temas da atualidade e dirigindo-se às mulheres negras para convocá-las para a participação na política e na luta antirracista. Além disso, Maria de Lourdes amplificou sua militância criando o *Conselho Nacional de Mulheres Negras*, espaço dedicado a suprir necessidades jurídicas primordiais do povo negro como o registro de nascimento. A ativista também participou da *Associação das Empregadas Domésticas*, organização fundada pelas mulheres do Teatro Experimental do Negro em defesa dos direitos das empregadas domésticas, categoria proeminente negra. Em outro artigo no jornal *Quilombo*, podemos observar as denúncias das condições desumanas enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas feitas por Maria de Lourdes:

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possam existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto, sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão (QUILOMBO, 1949, p.3).

Conforme relata Silva (2017), a visão ampla de Maria de Lourdes Nascimento a colocou em situação de destaque e liderança entre as mulheres negras da época. Enquanto assistente social, a ativista realizou pesquisas e estudos que fundamentassem os direitos legais das empregadas domésticas. Quando organizou e participou do I Congresso do Negro Brasileiro realizado no ano de 1950 no Rio de Janeiro e promovido pelo TEN, sua voz ecoou no evento ao divulgar a necessidade de investigar os problemas de ordem psicossociais ocasionados pela prostituição e que acometiam diversas mulheres negras. Suas pertinentes colocações em defesa das mulheres negras na coluna *Fala a Mulher* continuaram até o encerramento da circulação do jornal *Quilombo* em julho de 1950.

Além das contribuições na luta contra a discriminação racial no Brasil, outra característica relevante da atuação social do jornal *Quilombo* fora a ponte de comunicação com a diáspora negra internacional que o folhetim estabeleceu. Demonstrando que estavam atualizados acerca dos movimentos negros que emergiam ao redor do globo, *Quilombo* fora um dos únicos periódicos a divulgar as ideias do movimento da *négritude* francesa, que surgiu num primeiro momento como uma mobilização literária que questionava o processo de assimilação cultural e pregava uma volta às raízes africanas. Segundo a definição de Kabengele Munanga:

A negritude nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade. Neste sentido, ela é uma reação, uma defesa do perfil cultural negro. Representa um protesto contra a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele, uma recusa de assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro que devem ser encontrados; defendidos e mesmo repensados. Resumindo trata-se primeiramente de proclamar a originalidade da organização sócio-cultural dos negros para, depois, sua unidade ser defendida, através de uma política de contra aculturação, ou seja, desalienação autêntica (MUNANGA, 1986, p. 57)

Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento da *négritude* assume um aspecto político, desempenhando um importante papel histórico no processo de descolonização das colônias europeias no continente africano. Através de lideranças como Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor, o movimento buscava instrumentalizar o negro em diáspora desconstruindo estereótipos pejorativos e trabalhando na reconstrução da identidade negra, e buscando ressignificar a existência negra no mundo. Sendo um movimento de caráter diaspórico, a *négritude* mantinha uma revista, a *Présence Africaine*, que além de divulgar ações relacionadas aos movimentos, estabeleciam conexões com outras organizações negras nas Américas, como é o caso do TEN e do jornal *Quilombo*.

Simpáticos aos ideais de orgulho negro apresentado pela *négritude*, Ironildes Rodrigues e Guerreiro Ramos foram uns dos principais responsáveis por ecoar e defender os ideais da *négritude* em seus escritos para o jornal *Quilombo*. O contato entre as duas organizações se dava através de publicações mútuas em seus respectivos meios de comunicação, a *Présence Africana* e o jornal *Quilombo*. Um dos primeiros contatos aparece já em 1949, no terceiro número do folhetim, sendo uma descrição de carta trocada com a revista francesa onde se sugere a troca de contribuições entre as duas revistas. A partir daí, nos números seguintes o jornal *Quilombo* começaria a divulgação da revista da *négritude* no Brasil, conforme nos relata Abdias Nascimento:

No Brasil, enfrentando o tabu da “democracia racial”, o Teatro Experimental do Negro era a única voz a encampar consistentemente a linguagem e a postura política da *négritude*, no sentido de priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo. Por isso, o TEN ganhou dos porta-vozes da cultura convencional brasileira o rótulo de promotor de um suposto racismo às avessas, fenômeno que invariável e erroneamente associavam ao discurso da *négritude* (NASCIMENTO, 2004, p. 11).

De acordo com Elisa Larkin (2014), um dos pontos que interligavam as duas organizações era a valorização da estética negra como um instrumento na luta racial e na reconstrução da identidade negra. Além disso, o fato de os dois grupos colocarem-se numa posição política diaspórica, e defenderem a conservação das heranças africanas, constituía um intercâmbio de ideias ideal para a mobilização racial. Certa ocasião, a *Présence Africaine* convidou Nascimento e o TEN para participar do 1º Festival Mundial de Artes Negras (1966), na cidade de Dakar, no Senegal, na condição de colaboradores do evento que tinha como objetivo celebrar a independência dos países africanos e a valorização da sua cultura. No entanto, como o evento estava contando com o patrocínio da UNESCO, todos os convidados precisavam estar cadastrados nas comitativas oficiais de seu país, fato que excluiu a possibilidade de participação do teatro negro brasileiro já que o Itamaraty recusou apoio à ida dos ativistas. Em tom de protesto, Abdias escreveu uma carta-manifesto denunciando a exclusão sistemática do negro pelo órgão do governo, que foi publicada na revista *Présence Africaine*:

Era a primeira vez que o ativista brasileiro estendia para fora das fronteiras de seu país sua forma audaciosa – e corajosa – de luta. O que mobilizaria as atenções da cúpula de intelectuais negros pan-africanistas, ligados a uma vertente da *négritude*. O documento enviado por Abdias também seria publicado na revista *Présence Africaine*, importante órgão daquela vertente do movimento pan-africanista, editada em Paris. Era a primeira vez que um negro desse país oferecia à comunidade internacional uma versão diferente da “democracia racial” tão celebrada pelos porta-vozes oficiais brasileiros,

invariavelmente brancos, no âmbito da ONU, da Unesco e nos Congressos de ciência e cultura dedicados ao exame de relações raciais, ao racismo e/ou a discriminação racial (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 170).

Além do contato com pensadores e ativistas internacionais, a intelectualidade negra do TEN também buscou inserir-se nas discussões acadêmicas sobre as relações sociais no Brasil. No segundo número do jornal *Quilombo*, o grupo detalha as preparações para o I Congresso do Negro Brasileiro, evento que seria responsável por aproximar as organizações negras dos pesquisadores e cientistas sociais que discutiam a questão racial no Brasil. Antes do evento principal, o Teatro Experimental do Negro instalou uma Convenção Nacional do Negro com o objetivo de formular uma agenda de temas para o I Congresso. Na comissão organizadora do evento constavam além de Abdias Nascimento, o escritor Edison Carneiro e o sociólogo Guerreiro Ramos.

O evento preparatório ocorreu entre 9 e 13 de maio, reunindo ativistas políticos, intelectuais e um representante da ONU no Brasil, e marcou o início de uma postura crítica do TEN referente à condução dos estudos “afro-brasileiros” no país e o elitismo dos eventos universitários. Sendo assim, tanto a Convenção quanto o I Congresso, realizado posteriormente, assumem um caráter popular, rejeitando uma postura academicista, segundo consta na chamada do evento publicada no *Quilombo*, a conferência iria “fazer o levantamento das aspirações do negro (...), ouvindo não somente os estudiosos, mas principalmente os líderes e associações de gente de cor e o próprio povo (QUILOMBO, 1949, n.2, p.1).

De acordo com Macedo (2005), das pautas que foram levantadas e discutidas no evento elegeram-se seis tópicos para o temário do evento. São estes: história, vida social, sobrevivências folclóricas, sobrevivências religiosas, línguas e estética. No quinto número do jornal *Quilombo*, Nascimento enfatiza o papel prático do evento e estabelece uma diferenciação para com os congressos afro-brasileiros da década de 1930. Entusiasmado, o intelectual afirmava que o Congresso marcaria uma “nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil” (QUILOMBO, 1949, n. 5, p. 1). O I Congresso do Negro Brasileiro enfim teve sua abertura em 26 de agosto de 1950, propondo-se a reinaugurar uma nova visão sobre os estudos sobre a população negra, onde o negro passaria de mero objeto de estudos para o modelador da sua própria história (LARKIN, 2014). Em seu discurso de abertura do Congresso, podemos observar a euforia de Nascimento e ao mesmo tempo amostras de sua aproximação com o projeto de “democracia racial”, conforme elucidei anteriormente neste texto:

Este I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, e que ora inauguramos em nome da sua comissão organizadora abre uma nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil (...). Porque os brasileiros de cor, patrioticamente interessados no estudo dos meios que os conduzam a sua integração definitiva na nacionalidade, através da ascensão social e econômica possibilitada pela educação e pela cultura, estão praticamente liderando a elaboração de um pensamento, precipitando e forçando a cristalização de uma política racial cujo conteúdo ideológico se encontra em nossa tradição, em nossos costumes, que nunca permitiram ou endossaram a supremacia de um grupo étnico sob os representantes de outras raças. Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização no Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia e da sociologia, numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa, conforme é nosso caso (NASCIMENTO, 1982, p. 121-122).

Dos pontos de discussão do evento, que podem ser encontradas em maior profundidade no livro *O Negro Revoltado* (NASCIMENTO, 1982), destaco a ênfase na crítica elaborada pelos intelectuais do TEN, frente à abordagem dos pesquisadores sociais que tomavam o negro como um objeto exótico, quase uma peça de museu a ser analisada e explorada sem um retorno prático para a mudança da realidade social da população negra. Tais críticas têm em seu âmago uma relação direta com a implantação e desenvolvimento do projeto UNESCO de relações raciais no Brasil, do qual o sociólogo Guerreiro Ramos iria se tornar um dos maiores críticos. Para compreender tal postura crítica do TEN, irei recapitular a instauração do projeto UNESCO no Brasil que delineou também a institucionalização da sociologia das relações raciais no âmbito das Ciências Sociais. Segundo Marcos Chor Maio (1999), ainda sob o impacto do genocídio nazista durante a Segunda Guerra Mundial e do avanço de teorias supremacistas em países como os Estados Unidos, a UNESCO teria buscado formular uma agenda educacional contra o racismo visando destacar exemplos opostos aos de extremistas que o mundo observava. Neste ínterim, o discurso de democracia racial à brasileira era cada vez mais propagado pelo governo como diferencial da identidade nacional e internacionalizado por meio de intelectuais como Arthur Ramos e Gilberto Freyre. Os rumores de que haveria uma sociedade democrática etnicamente chamou a atenção da UNESCO, que, por sua vez, patrocinou uma série de estudos sociais que investigariam a veracidade ou não deste discurso.

Foi no contexto pós-genocídio nazista que o Brasil adquiriu ainda maior notoriedade quanto ao panorama de suas relações raciais e étnicas. A imagem positiva do país repercutiu no interior da Unesco. Em contrapartida, cientistas sociais envolvidos com o exame da realidade brasileira estavam cientes de que determinadas demandas haviam sido incluídas, com destaque, na pauta de discussões da agência internacional em regiões subdesenvolvidas — como os temas da industrialização, educação e ciência. Em junho de 1950, a “opção Brasil” foi aprovada na 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco e, de junho

a dezembro desse ano, foi definido o escopo da pesquisa no Brasil (MAIO, 1999, p.4).

Desenvolvidas entre os anos de 1951 e 1952, as pesquisas do Projeto UNESCO gerou um amplo e diverso quadro de estudos sobre as relações raciais no Brasil além de ter contribuído ao desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras. Sendo assim, quando o TEN organiza o I Congresso do Negro Brasileiro, o grupo buscava participar e contribuir criticamente para o novo campo de estudos raciais que estava a surgir. Coube então ao sociólogo e ativista Guerreiro Ramos, também integrante do TEN, apresentar uma tese na qual sugeria vias alternativas para a condução do Projeto UNESCO no Brasil.



*Imagem 13: Parte da assembleia do 1º Congresso do Negro Brasileiro, vendo-se nas extremidades da imagem os senhores Venâncio Veiga (à esquerda) e Darcy Ribeiro (à direita). Ilustração do livro O negro revoltado (1968).*

Pertencente ao grupo de intelectuais do ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Guerreiro Ramos alinhava-se com uma perspectiva da sociologia prática, engajada na transformação da realidade social estudada. Desta forma, ao escrever sobre o projeto UNESCO em sua tese, o autor reconhece o importante papel desenvolvido pela instituição na promoção de integração das minorias racializadas, mas indica que o papel do sociólogo vai além do estudo das comunidades marginalizadas. Era necessário, segundo Ramos que houvesse “sugestões práticas, evitando os estudos de ordem acadêmica ou meramente descritivos e que levam uma consciência falsa da discriminação” (RAMOS, 1982, p.237). Guerreiro Ramos argumentava que a questão racial no Brasil não poderia ser solucionada se os estudos científicos não viessem acompanhados de uma transformação estrutural efetiva. Portanto, o ativista propõe à instituição internacional a construção de uma agenda política baseada na atuação de ativistas negros

brasileiros pela questão racial. A partir da experiência do Teatro Experimental do Negro, o sociólogo sugere iniciativas que poderiam ser agregadas ao programa da UNESCO:

- a) a utilização do teatro como instrumento de integração social; b) os concursos de beleza racial como processo de desrecalcamento em massa; c) as tentativas de aplicação em massa de psiquiatria e de grupoterapia; d) a utilização de museus e filmes como instrumentos de transformação de atitudes (RAMOS, 1982, p. 238).

Publicada em setembro de 1950, a declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro incorporou a tese de Guerreiro Ramos às recomendações do evento ao projeto desenvolvido pela UNESCO. De acordo com Chor Maio (2015), a resolução não teve repercussão imediata junto à instituição internacional. No entanto, os debates ocorridos no Congresso ecoaram entre cientistas sociais diretamente envolvidos com o Projeto UNESCO tais como Charles Wagley<sup>37</sup>, Costa Pinto<sup>38</sup> e Roger Bastide<sup>39</sup>, e teria desempenhado um papel importante nas pesquisas realizadas em São Paulo por Roger Bastide e Florestan Fernandes<sup>40</sup> nos anos 50.

Por fim, não poderíamos deixar de ressaltar que, nos últimos números do jornal *Quilombo*, o periódico atuou como um dos principais divulgadores das candidaturas negras no pleito eleitoral de 1950. Na sexta edição do folhetim, Abdias Nascimento publica um texto intitulado *Candidatos negros e mulatos* onde questiona a efetividade da “democracia de cor” no Brasil e argumenta que as eleições que viriam a ser realizadas naquele ano atestariam ou não a veracidade desse discurso. Para isto, somente a representação negra nas eleições não bastaria, era preciso que houvesse um equilíbrio entre o número de candidatos negros eleitos e a dimensão populacional negra. Contribuindo para que tal objetivo fosse alcançado, o TEN abriu as páginas do jornal *Quilombo* para a divulgação de candidatos negros bem como seus

---

<sup>37</sup> Charles Wagley (1913-1991) foi um antropólogo americano e pioneiro no desenvolvimento da antropologia brasileira. Discípulo de Franz Boas, Wagley foi cogestor do Projeto de Estudos de Comunidade, desenvolvido pelas Universidades Estadual da Bahia e de Columbia entre 1951-1952.

<sup>38</sup> Luiz de Aguiar Costa Pinto (1920 – 2002) nasceu em Salvador, no seio da elite tradicional baiana. Após se formar em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, integrou, em 1942, seu quadro docente. Nos anos 1950, participou de diversos projetos coletivos de pesquisa, como os estudos da Unesco sobre relações raciais no Brasil

<sup>39</sup> Roger Bastide (1898-1974) foi um pesquisador e sociólogo de destaque nos anos 1950. Nascido na França veio para o Brasil em 1938 com outros professores europeus, à recém-criada Universidade de São Paulo para ocupar a cátedra de sociologia. No país, estudou durante muitos anos as religiões afro-brasileiras, tornando-se uma das principais referências neste campo de estudos.

<sup>40</sup> Florestan Fernandes (1920-1995) foi um político, sociólogo e ensaísta brasileiro, considerado o fundador da Sociologia Crítica no Brasil. Patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), trabalhou no Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil. Desenvolveu a pesquisa que desmentiu a tese sobre a inexistência de preconceito e discriminação no país, iniciando uma nova fase do estudo do negro.

programas políticos. Em carta enviada aos partidos políticos, a entidade solicitava aos mesmos que enviassem os dados sobre seus candidatos, para que em seguida, o jornal entrasse em contato visando construir a divulgação gratuita da campanha deles.

QUILOMBO

## O T. E. N. dirige-se aos Partidos Políticos

O Teatro Experimental do Negro acaba de enviar aos presidentes dos diretórios de todos os partidos políticos no Distrito Federal o seguinte ofício:

“O Teatro Experimental do Negro tem, entre outros objetivos, o de estimular o desenvolvimento da capacidade política do homem de cor brasileiro. Uma das maneiras de realizar este objetivo é proclamar e ressaltar, perante os leitores do periódico QUILOMBO, os méritos de negros e mulatos no âmbito da ação cívica e da atividade política.

Nestas condições, solicitamos a V. Excia. nos informar quais os nomes e os respectivos endereços dos negros e mulatos que serão candidatos desse partido, no Distrito Federal, nas próximas eleições de 3 de Outubro.

De posse desses dados, a redação de QUILOMBO irá entrar em contacto com os candidatos afim de fazer em suas páginas, gratuitamente, a propaganda dos mesmos.

Na certeza de que V. Excia. perceberá o alcance deste oferecimento e de uma resposta imediata, subscrevemo-nos com a maior estima e distinta consideração,

Abdias Nascimento  
Diretor-presidente do TEN”



**GERALDO CAMPOS DE OLIVEIRA**  
CANDIDATO A DEPUTADO  
POR S. PAULO

**MANIFESTO POLÍTICO DOS NEGROS FLUMINENSES**

Estamos informados de que o prof. Geraldo Campos de Oliveira será indicado, pelos negros de

Imagem 14: O jornal abria suas páginas a candidatos negros de todos os partidos políticos, como neste *Quilombo*, do TEN, exemplo. *Quilombo*, Ano 2, n. 7-8 (mar.-abr. 1950), p. 5. Fonte: IPEAFRO

Ademais, o TEN também estimulava uma espécie de boicote negro aos partidos em que não houvesse candidaturas negras. No *Manifesto Político dos Negros Fluminenses*, publicado no número 07/08 do jornal *Quilombo*, era orientado que os homens e mulheres de cor não votassem em legendas que possuíssem menos que três candidatos negros em suas delegações. Segundo consta (LARKIN, 2014; MACEDO, 2005), neste pleito eleitoral Abdias Nascimento se lançaria pela primeira vez como candidato a vereador do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Constituindo-se na última tentativa do intelectual de construir uma aliança entre pretos e brancos, Nascimento lança sua campanha no jornal *Quilombo* com uma matéria intitulada - *Abdias Nascimento: candidato de negros e brancos, de pobres e ricos*, da qual segue um trecho abaixo:

Amigos meus, colaboradores e simpatizantes do movimento visando à elevação cultural econômica do negro brasileiro, resolveram lançar minha candidatura à assembleia legislativa do Distrito Federal. Justificaram seu gesto com o argumento de ser minha eleição a vereador uma etapa lógica e

natural no desenvolvimento deste programa de busca de meios que acelerem o processo de integração de brancos e negros no Brasil, assegurando assim, à tática por nós usada, armas mais efetivas e poderosas na luta pela conquista desse padrão de existência ideal que libere os brasileiros de cor de complexos, tensões emocionais e das atuais desvantagens sócio-econômicas (QUILOMBO, 2003, p. 83).

Como podemos observar, embora ressaltasse seu legado na luta negra, a primeira candidatura política de Abdias Nascimento não se baseou num voto étnico. De acordo com Macedo (2005), o lema de campanha de Abdias, “candidato de brancos e negros”, salientava o aspecto populista da campanha e pretendia fortalecer a ideia de aliança ampla contra o racismo e um pacto pela efetivação da democracia racial, característica que marcava a atuação política do intelectual até o momento. Porém, na eleição de 03 de outubro de 1950, a tática adotada não funcionara. Tanto ele quanto seus dois aliados políticos, Eurico de Oliveira e Jael de Oliveira Lima, não alcançaram a quantidade de votos necessária para serem eleitos. Em depoimento, Abdias denuncia que teria sofrido um boicote do partido:

Sempre ocorria idêntica trapaça com o negro. A última hora o PSD também me torpedeou. Candidato a vereador, de surpresa o marechal Mendes de Moraes, presidente do PSD guanabarrino, me transferiu para a chapa de deputado federal, colocando no lugar seu chofer, o negro Rosa Branca. Ora, eu mal tinha chance de vencer como vereador, onde o número de votos é bem menor, como poderia disputar uma vaga federal? Tudo não passava de um embuste, um jogo para drenar o voto negro (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.35).

Posteriormente, em maio de 1954, Nascimento voltou a lançar uma candidatura política para vereador do Distrito Federal, agora pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Naquele ano, sua campanha assumiria um caráter totalmente diferente da anterior. Sob o lema “Não vote em branco, vote no preto”, o candidato Abdias direciona seus esforços de campanha para o voto negro. Entretanto, sua candidatura foi barrada pelo partido que lhe exigiu um atestado de ideologia. Mesmo entrando com um mandado de segurança contra a arbitrariedade, Nascimento não teve seu recurso julgado e sua candidatura não fora efetivada (LARKIN, 2014). Enquanto esperava pelo resultado que nunca chegou, Abdias lançou um folheto de propaganda eleitoral com o lema de sua campanha: “Não vote em branco! Vote no Preto Abdias Nascimento”.

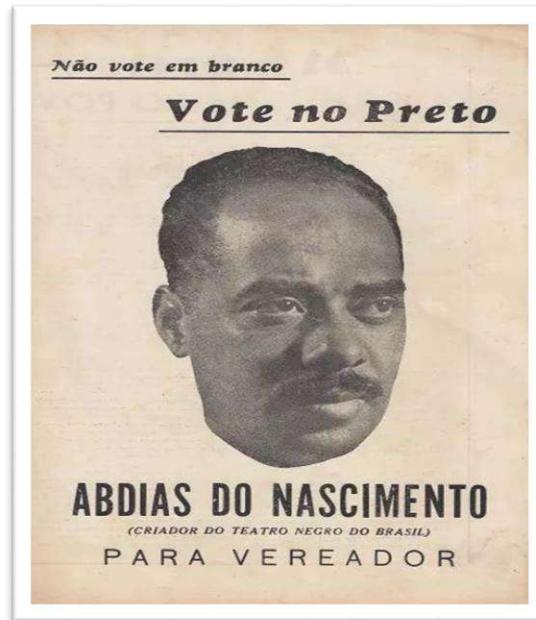


Imagem 15: Folheto de divulgação da campanha de Abdias Nascimento a vereador do então Distrito Federal pelo PST, 1950. Fonte: Acervo IPEAFRO

Tal momento é importante para a nossa análise, pois marca uma transição do pensamento social de Nascimento. Se antes, o intelectual buscava construir uma aliança entre negros e brancos na luta contra o “preconceito de cor”, a partir desta fase, redireciona seu olhar para os ideais da *négritude*, da qual ele já vinha estabelecendo contato através do jornal *Quilombo*. Segundo Macedo (2005), essa nova etapa marca o pensamento social de Abdias entre os anos 1950 e 1960: “nesse processo, tem início a valorização de uma identidade racial negra e a ideia de democracia racial começa, paulatinamente, a ser descartada como possibilidade futura” (p. 224).

Após o término do I Congresso do Negro Brasileiro e das realizações das eleições de 1950, o Teatro Experimental do Negro continuou em intervalos de tempo maiores. Dos eventos que se sucederam após essa data, destacamos: a Semana de Estudos sobre relações de raça (1955), o concurso Cristo Negro, o curso de Introdução ao Teatro Negro e às Artes Negras (1964) e a criação do Museu de Arte Negra (1968). Também foram lançadas algumas produções teóricas, sendo estas os livros: *Drama para negros e prólogo para brancos* (1961), *TEN – testemunhos* (1966) e *O negro revoltado* (1968). No que tange à atuação de Abdias Nascimento, em 1957 o autor começou a frequentar um curso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), organizado por seu companheiro de luta Guerreiro Ramos. Através da apresentação da tese *Valor sociológico do Teatro Experimental do Negro*, o ativista conseguiu terminar o curso e recebeu um diploma de sociologia.

Sucessivamente, em 1961, o Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos convidou Abdias Nascimento para participar das festividades do segundo aniversário da revolução cubana. Nascimento levou uma série de fotografias e montou uma exposição do Teatro Experimental do Negro na biblioteca da instituição, realizando ainda uma conferência sobre a mobilização do teatro negro na inauguração do evento. Em 1964, os militares dão um golpe e tomam o poder no Brasil instaurando a ditadura militar. A partir deste período, o ativismo político negro começou a enfraquecer devido às repressões policiais e políticas de censura impostas pelo regime. Conforme indica Macedo (2005), “a ditadura militar tornou oficial a imagem do Brasil como um país sem conflitos raciais e étnicos, contudo, impossibilitou a efetivação da proposta da democracia racial pela via democrática (p.236)”.

Neste sentido, o “pacto” pela democracia racial tal qual partilhado pela mobilização negra nas décadas de 40 e 50 perde o sentido nesta conjuntura. Junto a isso, alguns dos resultados das pesquisas patrocinadas pelo Projeto UNESCO sobre as relações raciais no Brasil começam a vir à tona, comprovando que o discurso de democracia racial não encontrava embasamento na realidade social brasileira. Os estudos de Florestan Fernandes (1965) e Roger Bastide (1959) especificamente contribuíram de forma imensurável para compreender como o mito da democracia racial era utilizado para mascarar e falsear a realidade social do negro brasileiro. No prefácio de *Cor e mobilidade social em Florianópolis (1960)*, Florestan Fernandes elucidada:

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de “bom tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática (FERNANDES, 1960, p14).

Tais avanços na compreensão das relações raciais brasileiras proporcionados por estes estudos influenciariam o rompimento de Abdias Nascimento com o “pacto de democracia racial” enquanto compromisso político iniciado nos anos 40. Em seu livro *O negro revoltado (1982)*, o autor constrói uma crítica incisiva sobre o tema e argumenta que “a estratégia da discriminação em nosso país, sob certo aspecto, é mais sutil e mais cruel que a praticada nos Estados Unidos, porque não permite qualquer oportunidade de defesa à vítima (NASCIMENTO, 1982, p.73)”. A partir deste período, Abdias inaugura um ativismo centralizado na noção de revolta inspirado pelos povos quilombolas, que viria a se desenvolver

após o seu exílio político junto aos pan-africanistas e resultaria na obra *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*, lançado pelo autor em 1980 e do qual aprofundaremos a análise nos capítulos seguintes.

Com o golpe militar em 1964, o cenário social constituía-se um campo minado para a mobilização política. Mesmo antes da promulgação do Ato Institucional nº5, a perseguição de intelectuais e ativistas era recorrente. Neste sentido, quando o AI-5 é baixado em 13 de dezembro de 1968 dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados inimigos do regime, a situação tornar-se-ia insustentável para Abdias Nascimento, que começou a ser perseguido pelo regime, conforme nos relata:

Com o endurecimento do regime militar, e a repressão intensa instituída pelo AI-5, fui obrigado a deixar o país. A questão racial virou assunto de segurança nacional, a sua discussão era proibida. Fui incluído em diversos Inquéritos Policiais Militares, COB a estranha alegação de que seria encarregado de fazer a ligação entre o movimento negro e a esquerda comunista. Logo eu, que era execrado pelos comunistas, como fascista e racista ao contrário! Ironia suprema... (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p.164).

Convidado para uma visita de intercâmbio pela *Fairfield Foundation*, em Nova York, Abdias Nascimento embarcou para os Estados Unidos em 1968, onde ficaria durante treze anos conhecendo as atividades políticas, sociais e culturais dos negros norte-americanos. Por sua condição de auto-exilado, Abdias pôde manter um contato próximo com os acontecimentos no Brasil, e realizar viagens constantes para o país e para o continente africano. Representando uma nova fase da trajetória social de Abdias, o auto-exílio proporcionaria ao autor um contato maior com líderes pan-africanistas e possibilitaria a participação de Nascimento em eventos internacionais relacionados à luta negra, conforme veremos a seguir, no nosso segundo capítulo.

## Capítulo II: Entre repressão e mobilização: Abdias Nascimento e o (auto) exílio

*“Eu nasci no exílio, porque num país onde eu não me vejo refletido nas instituições, no sistema de ensino, em nada, sou um exilado”<sup>41</sup>.*

De acordo com Túlio Custódio (2011), o autoexílio funcionou para Abdias como uma medida preventiva contra a repressão social que avançava no governo militar. Fruto de uma polarização política numa sociedade assombrada pelo fantasma do comunismo, a ditadura militar brasileira, instaurada em 31 de março de 1964, apresentou diferentes facetas e objetivos ao decorrer dos seus longos 21 anos de duração. Com o intuito de assimilar a posição social de Nascimento nesse contexto, buscarei relatar brevemente ao leitor os principais fatores sociais e políticos que culminaram no golpe militar e marcaram os primeiros anos do regime. Considerando que as interpretações acerca do que resultou no golpe de 1964 são diversas, tanto no senso comum quanto nos trabalhos acadêmicos da área, buscaremos destacar e analisar as seguintes questões: Quais os fatores sócio-políticos marcaram o contexto de golpe? Como a sociedade da época recepcionou o golpe militar?

Para o historiador Marcos Napolitano (2014), um dos fatores que contribuíram para o golpe militar de 1964 fora justamente a profunda divisão da sociedade brasileira por grupos que tinham projetos políticos inconciliáveis para o futuro do país. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que antecedeu Jânio Quadros, ostentou uma exuberante fase de crescimento com seus “50 anos em 5”. Por outro lado, deixou de herança também uma dívida externa, corrupção e inflação nas alturas, questões que se tornaram os temas do debate político nos finais dos anos 1950. Sendo assim, durante sua campanha para presidente nas eleições de 1960, Jânio Quadros concentrou seus projetos e promessas políticas em reparar as finanças públicas, propondo o congelamento de salários e a adoção de uma política externa independente da influência estrangeira. Além disso, um dos principais símbolos da sua campanha, a vassoura, representava o desejo de varrer a corrupção do país, a qual ele pretendia combater com medidas moralizadoras e inquéritos punitivos (NAPOLITANO, 2014).

Com um perfil carismático e próximo ao movimento popular e sindical, Quadros venceu o pleito e foi eleito com 48% dos votos, derrotando o candidato apoiado por Kubitschek, o

---

<sup>41</sup> Abdias Nascimento em depoimento para o livro *Memórias do Exílio* (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 23)

general Lott. Seu vice-presidente, porém, acabou sendo o candidato da chapa de oposição liderada por Lott, o getulista João Goulart. Curiosamente, na época, a legislação permitia que houvesse uma eleição separada para presidente e vice, que podiam ser de partidos opostos. Dessa forma, algumas lideranças sindicais defendiam o voto em Jânio e Jango, conhecidos como os comitês Jan-Jan. Ex-ministro do segundo governo de Getúlio Vargas, João Goulart fora o responsável por transformar a atuação do Estado frente aos sindicatos. Destaque na estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Jango promovia um diálogo direto com os representantes dos sindicatos, além de derrubar a exigência do atestado ideológico para ser dirigente sindical e defender um aumento substantivo dos salários mínimos, ações que despertaram o “alarme vermelho” da ala conservadora.

Assim foi formada uma chapa presidencial com candidatos de diferentes partidos, mas onde ambos possuíam aproximações com as classes populares. Entretanto, o que ninguém esperava era que, ao tomar posse em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros daria início a um governo rápido, com duração de 7 meses. Marcado pelas polêmicas e impopulares decisões administrativas do presidente, como a proibição de brigas de galo e o uso de biquínis em concursos de misses, a gestão de Jânio foi perdendo credibilidade e apoio político. Além de que sua política externa era constantemente alvo de críticas, pois defendia uma orientação independente da influência norte-americana em plena Guerra Fria, o que sugeria aos setores conservadores e anticomunistas uma aproximação com os países socialistas.

A gota d’água para o governo de Quadros aconteceu justamente quando o mesmo decidiu condecorar Ernesto Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em 19 de agosto de 1961. A controvérsia homenagem vinha como agradecimento ao líder da Revolução Cubana pela libertação de sacerdotes católicos condenados ao fuzilamento em Cuba. Ainda assim, tal ato despertou a ira e uma reação indignada dos reacionários e de setores do Exército, dando início à crise da qual seu governo não escaparia. Até mesmo seu partido de origem, a União Democrática Nacional (UDN), retirou o apoio ao governo e acusou Jânio Quadros de preparar um golpe de Estado comunista.

Isolado politicamente, Quadros renunciou ao cargo de Presidente em 25 de agosto de 1961. Seu vice, João Goulart encontrava-se em missão diplomática com a China e uma junta militar assumiu o poder interinamente. Apoiados pelos setores conservadores, os militares fizeram de tudo para impedir a posse do vice-presidente. Porém, uma forte mobilização política e civil defendia a legalidade da posse de Jango. Segundo Napolitano (2014), existiam alas do

exército que fizeram resistência à ideia de uma intervenção militar, exibindo uma divisão no interior das Forças Armadas. Além disso, a sociedade civil se mobilizou através da imprensa e dos sindicatos. Participaram desta mobilização a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na classe política, os parlamentares buscavam uma solução conciliadora, afastando o radicalismo. Foi assim que, em 29 de agosto, o Congresso Nacional rejeitou o pedido de impedimento de João Goulart, inviabilizando o veto a sua posse. Por outro lado, o mesmo Congresso aprovou na madrugada do dia 1º de setembro o regime parlamentarista, que significou, na prática a diminuição do poder de atuação de Jango na presidência.

João Goulart foi empossado por um golpe de Estado civil, para evitar outro, militar. Podem-se celebrar as virtudes conciliadoras do arranjo político que instituiu o parlamentarismo em setembro de 1961, depois da confusão causada pela renúncia de Jânio Quadros. O fato de não ter acontecido uma guerra civil de proporções consideráveis não deixa de ser um mérito da engenharia política brasileira. Mas não se pode negar o caráter golpista do parlamentarismo, apelidado de “golpe branco” pelos setores mais à esquerda. Ainda mais porque, desviando-se do próprio princípio parlamentar, o chefe de Estado não podia dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Ou seja, o importante era tirar os poderes de Goulart e não criar um sistema político robusto e administrativamente eficaz (NAPOLITANO, 2014, p. 34).

O modelo parlamentarista não foi bem recebido por nenhuma das forças políticas, nem pela direita, esquerda, civis ou militares. Em um dos seus primeiros discursos como presidente, Jango questionou o modelo político e sugeriu que o povo decidisse a melhor opção para o país. Neste mesmo discurso, feito no dia 1º de maio de 1962, o presidente também reiterou a necessidade de se instaurar uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de implementar as reformas de base como: a reforma agrária, bancária, eleitoral e tributária. Tais reformas já constavam em seu projeto político centralizado na democratização da cidadania e da propriedade. No quesito reforma agrária, por exemplo, Jango propunha uma política fiscal para terras improdutivas. Todavia, em um ambiente político tradicionalmente excludente e inflamado pela oposição comunismo x capitalismo trazido pela Guerra Fria, tal agenda era inaceitável.

No ano de 1962, a aproximação do presidente com os movimentos populares acirrou a disputa política e começaram a surgir os primeiros indícios de uma polarização extrema. As esquerdas reafirmavam o compromisso com as reformas, cobrando da presidência sua efetivação imediata. A direita, ainda acuada pela derrota com a posse de Jango, buscava alianças e traçava estratégias frente à “ameaça comunista” que se aproximava. Quando o

presidencialismo é escolhido pelo povo como forma de governo no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, inaugura-se uma nova etapa do governo Jango, visto que, com o retorno dos poderes presidenciais, o caminho para as reformas estaria mais livre. Foi neste momento que as organizações populares de esquerda passaram a radicalizar seus discursos, pressionando o governo pelas reformas e acusando Jango de ser pelego por não cumprir com suas promessas políticas. Deu-se início então a uma mobilização nas ruas, como descreve Napolitano (2014):

A esquerda apoiou todas as suas fichas em uma campanha de comícios, que já vinham acontecendo desde 1963, mas que agora ganhava apoio da máquina governamental. O momento inaugural seria o Comício da Central do Brasil, marcado para o dia 13 de março. Ele deveria ser o modelo para vários comícios reformistas por todo o Brasil, culminando em uma grande manifestação na Primeiro de Maio. Para a direita golpista, eram os sintomas do golpe de esquerda em marcha. Os panfletos convocatórios enfatizavam a necessidade de garantir as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, e defender as liberdades democráticas, adotando uma estratégia de ocupar as ruas (NAPOLITANO, 2014, p. 53).

Buscando retomar seu apoio popular, João Goulart passou a participar ativamente destas manifestações de rua. No comício da Central do Brasil, que reuniu quase 200 mil pessoas, Jango marcou presença e fez um discurso emocionado comprometendo-se mais uma vez com as reformas e criticando os discursos conservadores que o vinculavam ao comunismo (FERREIRA; GOMES, 2014). Em um trecho do seu discurso, o presidente disse lutar com todas as suas forças pela transformação da sociedade brasileira e lutar também “pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil”<sup>42</sup>. Tentando “mostrar serviço” no campo prático, Jango assinou decretos que viabilizassem a efetivação das suas promessas. Dentre elas, congelou preços de aluguéis e desapropriou terras ociosas próximas às rodovias federais para uso da reforma agrária. Além disso, enviou uma carta ao Congresso Nacional solicitando uma revisão constitucional e propondo uma negociação a respeito das reformas de base. Entretanto, após suas aproximações com a esquerda, parte da ala liberal se aproximava cada vez mais da direita conservadora provocando certa resistência às propostas do governo.

O comício da Central do Brasil e a carta do presidente ao Congresso provocaram reações em vários setores da sociedade brasileira, especialmente da imprensa que acusava João Goulart de utilizar as Forças Armadas para garantir a realização do comício (FERREIRA; GOMES, 2014). Sugerindo que o presidente articulava junto à esquerda um golpe de Estado para tomar

---

<sup>42</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p.4.

o poder e instaurar as reformas, o argumento de direitistas e liberais consistia em “era preciso defender a Constituição e a legalidade enquanto há tempo”. Sendo assim, em resposta aos movimentos reformistas, organizou-se também uma mobilização de rua com o objetivo de demonstrar a rejeição de outras parcelas da população à agenda reformista. Os conservadores queriam mostrar que tinham apoio popular convocando principalmente lideranças civis e religiosas, empresários e pequenos burgueses para sair às ruas no dia 19 de março em São Paulo:

As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunhava cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelo de laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosos, políticos, lideranças de classe também estavam presentes na passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve o apoio de mais de 100 entidades civis (NAPOLITANO, 2014, p. 54).

Tal manifestação ficou conhecida como a primeira ação do movimento Marcha da Família com Deus para Liberdade. Nos gritos de guerra entoados, era perceptível o espírito anticomunista que movia a Marcha. Entre alguns deles, destacamos “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo; Getúlio prendeu os comunistas, Jango premia traidores comunistas”<sup>43</sup>. A aproximação de Jango com a esquerda em conjunto com a rejeição ao comunismo, característicos dos anos 1960, podem ser definidos como marcadores centrais para a revolta da direita golpista, que advogavam ser os responsáveis por defender a legalidade e a constituição (FERREIRA; GOMES, 2014). De acordo com Napolitano “no momento em que as esquerdas ameaçaram transformar sua agenda reformista em um projeto político de governo, o que aconteceu a partir do final de 1963, as direitas agiram” (NAPOLITANO, 2014, p.39).

Com o argumento de que haveria um golpe de esquerda em gestação, onde Jango iria impor as reformas por Decreto Presidencial, as alas conservadoras e militares propunham então um “golpe preventivo” com o propósito de defender a democracia e os valores cristãos. A imprensa, tradicionalmente aliada à classe liberal-conservadora, ofereceu a base ideológica para implementação do golpe em 1964. Consolidando o discurso de que o país caminhava para o comunismo, os grandes jornais acusavam Jango de querer tomar para si a função do poder legislativo, inflamando ainda mais os boatos de um golpe comunista. Segundo Napolitano, tais

---

<sup>43</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 de março de 1964, p.3

fatores demonstram como existiu uma coalizão civil-militar para implementação do regime militar no Brasil:

Fato esquecido pela memória histórica, o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores (NAPOLITANO, 2014. P.43).

Pode-se constatar tal afirmação ao considerarmos que a instauração institucional do golpe não veio especificamente das Forças Armadas rebeladas, mas sim, do próprio Congresso Nacional. Na noite de 2 de abril de 1964, os deputados e senadores do Congresso, que já haviam formado uma aliança liberal-conservadora contra o governo, declararam a “vacância” do cargo de presidente da República com João Goulart ainda em território nacional. Isto porque, sem presidente o caminho para a tomada do poder estava livre. Além do mais, nem mesmo o Poder Judiciário questionou a atuação do Presidente do Senado, como se a instauração de um novo governo nestas condições estivesse dentro da legalidade (FERREIRA; GOMES, 2014).

Quando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, tomou posse temporariamente como presidente, o fez sob a tutela e proteção dos militares. Ao mesmo tempo em que o novo governo era estabelecido, as tropas dos generais Mourão e Muricy desfilavam nas ruas rumo ao Rio de Janeiro. Segundo consta, os soldados eram aplaudidos pela população que comemorava a derrota do comunismo e o fim do governo de João Goulart (NAPOLITANO, 2014). Contudo, é importante ressaltar que, neste momento, a intervenção militar não era vista como algo permanente, não continha um ideário de governo, nem muito menos apontava para uma ditadura militar tal qual o Brasil iria viver. A intenção, naquelas circunstâncias, era justamente depor Jango e promover uma limpeza contra os comunistas, assegurando a democracia no país.



Imagem 15: *Editorial de O Globo em 2 de Abril de 1964*

Desta forma, quando o Congresso Nacional elegeu em 11 de abril o nome do general Castelo Branco para ocupar o cargo da presidência, tinha-se dois objetivos básicos: o primeiro era desarticular as lideranças intelectuais e políticas que apoiavam as reformas propostas por Jango; e o segundo, que viria como consequência do primeiro, seria cortar a influência destes sobre os movimentos sociais de base, principalmente os sindicais, buscando reprimir tais movimentos. Para alcançar estes objetivos, as primeiras pessoas a serem cassadas pelo regime militar foram justamente os líderes políticos e sindicais. Além disso, os sindicatos, principais instrumentos da organização da classe trabalhadora, tiveram suas diretorias dissolvidas e sofreram intervenção federal do Ministério do Trabalho.

Concomitantemente, o governo golpista buscava manter uma certa política de equilíbrio, evitando fomentar uma repressão generalizada em seus primeiros anos de atuação. Com o intuito de não perder o apoio civil da classe média e conservadora, que proporcionou a chegada dos militares ao poder, o regime “poupou” sobretudo artistas, intelectuais e jornalistas, por estes motivos algumas mobilizações sociais e culturais continuavam na ativa. Segundo Napolitano, isto aconteceu pois:

A relativa liberdade de expressão que existiu entre 1964 e 1968 explica-se menos pelo caráter “envergonhado” da ditadura e mais pela base social do golpe de Estado e pela natureza do próprio regime por ele implantado. Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores), os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional

autoritária e centralista. Em outras palavras, a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar brasileiro estava mais interessada na blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização dos setores populares (operários e camponeses) do que em impedir completamente a manifestação da opinião pública ou silenciar as manifestações culturais da esquerda (NAPOLITANO, 2014, p.68).

Provavelmente tenha sido por esta razão que Abdias Nascimento só viria a sair do Brasil no ano de 1968, período que marca a instauração do Ato Institucional n.º 5 e o endurecimento no regime militar. De acordo com Elisa Larkin (2014), nos primeiros anos da ditadura o Teatro Experimental do Negro (TEN) continuava a promover ações culturais e políticas. Em 1964, foi comemorado o 20º aniversário da organização, onde foi oferecido um curso de introdução ao teatro negro e às artes negras ministrado a mais de trezentas pessoas no auditório do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. Participaram do encontro na condição de conferencistas nomes como: Florestan Fernandes, Grande Otelo, Edison Carneiro, Nelson Pereira dos Santos e Abdias Nascimento.

Porém, no que tange aos eventos oficiais e internacionais sobre a questão racial, a atuação do TEN durante a ditadura militar era reprimida e silenciada. Ainda em 1964, o governo brasileiro e a UNESCO patrocinaram o Seminário Internacional sobre a Cultura Africana no Rio de Janeiro. Adotando o discurso da democracia racial, o regime ditatorial buscava manter uma falsa imagem de um governo que se importava com os problemas raciais no mundo. Ao organizar tal evento, elegeu pessoas brancas para falar sobre as relações raciais brasileiras, omitindo a real face do racismo que imperava no país.

Combativamente, o TEN, na pessoa de Abdias Nascimento, denunciou a ausência de intelectuais negros brasileiros no Congresso, fato programado com objetivo de calar o protagonismo negro. Com o auxílio de Marietta Campos, Abdias entrou em contato com Aimé Césaire, um dos principais intelectuais do movimento Negritude, que participava como conferencista do seminário. Segundo Sandra Almada (2009), Césaire usou seu espaço de fala para expor “a precariedade do ‘antirracismo’ brasileiro, que mantinha o negro discriminado dentro do país e o impedia de articular seus próprios conceitos a respeito de sua vida e de seus problemas (p.37).

Esta mesma exclusão e silenciamento foi sentida novamente por Abdias Nascimento e os intelectuais do TEN por ocasião do primeiro Festival de Artes Negras organizada por Leopold Seghar Senghor, líder do movimento Negritude e presidente do Senegal. O evento que foi realizado em Dakar, em 1966, contava com delegações oficiais de vários países. A delegação

brasileira foi composta novamente por “representantes” brancos do negro brasileiro, excluindo intelectuais e artistas negros que tinham uma aproximação com o movimento Negritude no Brasil, a exemplo do próprio TEN, que desde a década de 50 mantinha contatos com a revista *Présence Africana*, principal veículo de comunicação do movimento africano. Conforme Elisa Larkin (2014), foi divulgado num documento oficial do Itamaraty que o critério de seleção dos membros da delegação brasileira seria o de “integração nacional”, o que sugere que deveria haver uma aproximação dos integrantes da delegação com o próprio governo ditatorial. Foram enviados grupos de capoeira, escola de samba, artistas e intelectuais que advogavam em prol da democracia racial.

Em resposta a escolha feita pelo Itamaraty sem nenhuma consulta às lideranças negras, Abdias Nascimento escreveu e encaminhou aos organizadores do Festival uma carta aberta denunciando o processo discriminatório da seleção. Em “Carta Aberta a Dakar”, Nascimento citou diversos artistas e intelectuais negros com trabalhos e atuações significativas que poderiam compor a delegação oficial e foram preteridos frente aos brancos especialistas em cultura negra. Publicada pela revista *Présence Africana*, a carta de Abdias oferecia à comunidade internacional uma versão diferente daquela propagada pelos porta-vozes oficiais brasileiros sobre as relações raciais brasileiras:

Queridos irmãos: a exclusão do Teatro Experimental do Negro – TEN, é fato que não devemos estranhar. E se o lamentamos, não o fazemos por nós mesmos, mas pela excepcional oportunidade que o Brasil teria de ratificar perante o mundo sua tão decantada democracia racial. O que foi enviado, infelizmente, representa uma amostra não significativa da exata situação ocupada pelo negro no território das artes no Brasil. Nossa exclusão nada tem de surpreendente. Surpreendeu, e muito, foi a ausência de seriedade e idoneidade dos responsáveis pela seleção. Entretanto, previmos esse desfecho com muita antecedência, e conosco o esperaram aqueles que acompanham, com atenção e honestidade, o desenrolar das especialíssimas relações entre pretos e brancos no nosso país. Aos que ignoram nossos precedentes históricos, seja-nos permitido lembrar que a benignidade da escravidão brasileira não excluía o africano da brutalidade física, além da violência moral inerente ao regime. Sob tais condições, quase sozinho, ele foi autor do soerguimento de nossa estrutura econômica. Exerceu forte e incontida influência cultural. Advinda, porém, a abolição da escravatura, não lhe permitiram, ao contrário de tanta proclamação romântica, que o novo brasileiro livre gozasse plenamente a cidadania que lhe outorgava na letra das leis. Herdeiros de privilégios sobreviventes do antigo regime, ainda agora usufruem o direito consuetudinário de manipular o negro, material e espiritualmente. Nenhuma outra comunidade negra, fixada em país de civilização ocidental, talvez sofra de maneira tão trágica a pressão de um meio social só na aparência totalmente favorável. Pois desde o recôndito do seu procedimento, esse meio mantém vigilante e severa censura aos esforços de

afirmação do negro e de sua tomada de consciência. Não querem o negro brasileiro assumindo sua negritude (NASCIMENTO, 2002, p.322).

Este boicote deliberado acerca da questão racial nos primeiros anos da ditadura atingia também os âmbitos universitários. Em uma das suas últimas atividades de Abdias no Brasil antes do exílio, o ativista foi convidado pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo a dar uma palestra sobre o tema da negritude. Todavia, segundo consta, o diretor da faculdade, Alfredo Buzaid, proibiu a utilização do salão nobre da instituição para o evento, forçando Nascimento a utilizar o pátio interno do prédio, sob vigilância constante, conforme seu relato: “então falei no pátio da escola, com ameaças de todos os lados, até professores se metendo pra acabar com a conferência, com esse ‘negócio de negros’ (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.48).

Ainda no início de 1968, Abdias realizou a exposição inaugural do Museu de Arte Negra – MAN. A ideia de se criar o MAN emergiu da fértil e polêmica discussão sobre a "Estética da Negritude" no 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado pelo TEN em 1950. Criado para combater o racismo estético e valorizar a arte e cultura negra, o MAN tinha como propósito transformar a representação do negro nos museus tradicionais, visto que estes eram retratados de forma estereotipada sob um viés cultural evolucionista e fetichista. A coleção Museu de Arte Negra ganhou forma sendo composta por pinturas, desenhos, gravuras, fotografias, esculturas, dentre outras, numa pluralidade de suportes e técnicas. Inspirado pela cultura africana, Abdias Nascimento começou a pintar durante o período em que realizava a curadoria do projeto Museu de Arte Negra. Mal imaginava ele, que este seria um dos seus cartões de entrada ao mudar para os Estados Unidos naquele mesmo ano.

No final dos anos 1960, o Teatro Experimental do Negro começou a diminuir suas atividades e a se dissolver. Com o endurecimento do regime militar, nomes importantes como o de Guerreiro Ramos, tiveram que deixar o país o que enfraqueceu a organização. Nos estudos que versam sobre o TEN e Abdias Nascimento, (ALMADA, 2009; ROSA, 2007; CUSTÓDIO, 2011), não são encontradas muitas informações sobre como se deu exatamente o epílogo do grupo, somente que a saída de Nascimento para o intercâmbio nos Estados Unidos afetou duramente a organização do grupo que estava perdendo seus principais líderes. Em 1968, Nascimento recebeu um convite de intercâmbio da *Fundação Fairfield* para visitar instituições culturais negras estadunidenses. A princípio, a viagem duraria dois meses; porém, quando estava em Nova York, o governo militar promulgou o Ato Institucional n.5, inaugurando os anos de chumbo no Brasil. Neste sentido, Abdias decide permanecer nos Estados Unidos, dando

início a um exílio de 13 anos que representaria uma outra etapa do seu ativismo. Em primeira instância, como artista em conjunto com os movimentos norte-americanos e, posteriormente, como pan-africanista, junto aos movimentos pela libertação dos países africanos.

## **2.1 Arte em movimento: Pinturas, Cultura negra e Ativismo nos Estados Unidos da América**

Assim como foi relatado ao leitor no início deste capítulo, a saída de Abdias Nascimento do Brasil no ano de 1968 seu deu de forma oportuna num momento crítico da história brasileira. Segundo consta em alguns relatos (ALMADA, 2009; CUSTÓDIO, 2011), o endurecimento do regime militar teria o obrigado a deixar o país. Inquéritos Policiais Militares incluíam Nascimento como suspeito de ligar o movimento negro à esquerda comunista. De acordo com Custódio (2011), a hipótese de que Nascimento manteria esta ligação com a esquerda surgiu a partir da sua colaboração na libertação de Lima Azevedo, angolano vinculado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que foi preso e torturado pela ditadura militar no Brasil. O MPLA foi fundado em 1956 e constituía-se em um dos principais grupos de contestação ao colonialismo português implantado pelo regime de Salazar em Angola. Seu principal líder foi o poeta Agostinho Neto, que se tornou presidente do país em 1975 quando o mesmo alcançou a independência.

Durante sua existência, o MPLA assumiu fortes posições nacionalistas e mantinha certo diálogo com o Partido Comunista Angolano (PCA), o que lhe conferia um aspecto de grupo subversivo para o regime militar brasileiro. Segundo Elisa Larkin (2014), Abdias Nascimento era um dos representantes oficiais do MPLA no Brasil e teria ajudado na libertação de Lima Azevedo ao apresentar o seu caso ao embaixador do Senegal Henri Senghor, que por vias diplomáticas conseguiu negociar a libertação daquele. Esta relação pode ter favorecido para a inclusão de Nascimento nos inquéritos policiais da ditadura, e a adoção de uma vigilância maior com as posições políticas do ativista. Desta forma, quando recebeu o convite de intercâmbio da *Fairfield Foundation*, o ativista não hesitou em aceitar o convite, visto por ele como uma “sorte grande” do destino. Na segunda quinzena de outubro de 1968, Abdias Nascimento embarcou para os Estados Unidos dando início ao que viria a ser um autoexílio de 13 anos de duração (1968-1979), conforme já anunciamos.

Fundada em 1952, a *Fairfield Foundation* (FF), era uma organização sem fins lucrativos que mantinha vínculos com a milionária família Fleishmann, conhecida pela grande influência na indústria de bebidas dos EUA. De acordo com Túlio Custódio (2011), a FF chegou a receber um grande fluxo de investimentos da agência de segurança nacional CIA durante a Guerra Fria. Tal iniciativa tinha como finalidade demarcar certo domínio americano na área das humanidades, universo comumente associado ao bloco socialista (URRS). Neste sentido, a bolsa que Abdias Nascimento iria receber estava circunscrita num âmbito de expansão cultural estadunidense, constituindo parte do programa “Travel and Study” da fundação. Instituído pela FF em 1963, este programa tinha como objetivo “atrair personalidades, intelectuais e artistas de diversas partes do mundo para desenvolverem projetos pessoais nos Estados Unidos e visitar instituições culturais do país” (CUSTÓDIO, 2011, p.64).

No ano em que Abdias desembarca nos Estados Unidos, o contexto social era marcado pela insurgência de movimentos sociais negros que buscavam combater a intensa segregação racial no país. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, ainda sob a sombra da Guerra Fria, diversos grupos e coletivos políticos passaram a se organizar politicamente em prol da luta por direitos civis e em oposição ao sistema racial opressivo que atingia grupos minoritários, principalmente negros e latinos. Embora não seja possível reconstituir todos os processos históricos e de luta destas mobilizações sociais, partiremos dos principais movimentos e discursos negros que parecem ter influenciado diretamente a recepção de Abdias Nascimento no país e a oferta de oportunidades singulares nas artes e na academia estadunidense que o ativista usufruiu posteriormente.

Um dos movimentos que se apresenta como decisivo para a trajetória de Abdias Nascimento no autoexílio é o *Black Arts Movement*. Surgindo em meados de 1960, esta mobilização se destaca por empreender uma luta contra o racismo americano através das artes, da literatura e do teatro. Defendendo a construção e difusão de uma estética negra que contestasse as representações eurocêntricas vigentes no universo artístico, o *Black Arts Movement* impulsionou o reconhecimento e visibilidade de diversos artistas negros, propondo uma produção da arte atrelada ao discurso político negro. Inicialmente localizado no município de Nova York, o movimento se estendeu para as cidades de Detroit, San Francisco e Chicago onde atuou com veemência no sentido de estabelecer e consolidar novas vozes negras no universo excludente das artes. De acordo com Nganga (2020), o *Black Arts Movement* guarda uma relação de continuidade com o *Harlem Renaissance*, movimento que surgiu na década de

1920 liderado por intelectuais e artistas negros que projetavam a experiência afro-americana nas artes:

Harlem Renaissance foi uma alternativa de enfrentamento às construções de preconceitos acerca da população negra elaboradas pelos brancos norte-americanos. Foi um momento de auto-escrita, no qual negros e negras utilizaram da literatura, música, pintura e teatro para falarem de si próprios em primeira pessoa, para relatarem seus medos, vitórias, angústias e anseios a partir da perspectiva e subjetividades de quem vivencia esses sentimentos, e não mais pautado pelo olhar de quem está de fora (NGANGA, 2010, p.121)

Tanto o *Harlem Renaissance* quanto o *Black Arts Movement* tinham como objetivo principal integrar a luta contra as desigualdades raciais através das artes. Entretanto, a abordagem política que o *Black Arts* conferia a sua atuação o diferenciava do seu antecessor. Tendo em vista que este movimento surge em meio à luta por direitos civis, as atividades desenvolvidas por estes militantes compunham uma agenda conjunta contra o racismo estrutural. Segundo consta (NGANGA, 2020), o *Black Arts Movement* atuou em parceria com o *Black Power Movement*, sendo considerado até mesmo o “braço cultural” da organização. Iniciado também na década de 60, o movimento *Black Power* é largamente conhecido pelo seu legado na luta pela libertação negra. Inspirando-se no pan-africanismo e no nacionalismo negro, a organização se opunha aos ideais de protesto não-violento contra a segregação racial tal qual o líder Martin Luther King indicava. Segundo estes ativistas, somente os protestos contra a segregação racial não eram suficientes para sanar as desigualdades sociais e a perpetuação histórica do racismo sistêmico na sociedade americana.

Guiados pelos discursos de lideranças como Malcom X e Marcus Garvey, o *Black Power Movement* defendia os princípios de orgulho racial, autonomia e autodeterminação da população afro-americana e propunham que os esforços da luta antirracista deveriam se concentrar na criação de uma estrutura de poder econômico, social e política negra, ao invés de buscar a integração dos negros em uma sociedade dominada por brancos. Dentre inúmeras ações políticas promovidas pelo movimento, destacamos a fundação da *Escola de Teatro e Repertório de Artes Negras* liderada pelo poeta e ativista Amiri Baraka, também conhecido como Leroi Jones, em 1964. Promovendo atividades como leituras de poesia e concertos teatrais, o *Teatro de Artes Negras* levou seus programas culturais às comunidades do Harlem buscando despertar uma consciência negra e nacionalista nos afro-americanos. Num movimento feito por e para a comunidade negra, a aproximação direta com seu público alvo era imprescindível para o movimento visto que:

O Black Arts Movement é completamente oposto a qualquer conceito do artista que o afaste de sua comunidade. Este movimento é a irmã estética e espiritual do conceito Black Power. Como tal, ele imagina uma arte que fala diretamente às necessidades e aspirações da América Negra. Para realizar esta tarefa, o Black Arts Movement propõe uma reordenação radical da estética cultural ocidental. Ambos os conceitos de arte negra e poder negro se relacionam amplamente com o desejo do afro-americano de auto-determinação e nacionalidade. Ambos os conceitos são nacionalistas. Um deles se preocupa com a relação entre arte e política; o outro com a arte da política (NGANGA, 2020, p.104).

Neste sentido, é interessante perceber como para estes movimentos existe uma necessidade comum de recriar o mundo a partir do ponto de vista negro e em seus próprios termos. A “escrita de si” revela-se aqui como uma importante formulação para a desconstrução das representações estereotipadas dos negros na sociedade. Exausto de ser retratado somente em papéis subalternos e ridicularizados, o negro como agente social confronta artística e politicamente o modelo branco de pensar e pautar a sociedade e demonstra que as vivências do negro americano ultrapassam os lugares comuns impostos pela branquitude. Por meio da sua atuação, os poetas, dramaturgos, musicistas e escritores negros do *Black Arts Movement* traçavam um novo caminho de protagonismo negro apresentando novas possibilidades para a comunidade afro-americana.

Paralelamente, o Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias, se propunha a ressignificar a forma como os negros brasileiros eram representados nas artes e na cultura brasileira. Segundo relata Elisa Larkin (2014), ao entrar em contato com os ativistas do *Black Arts Movement*, Nascimento compartilhava suas experiências como ator político e explicava como os aspectos singulares do racismo brasileiro exigiam que a abordagem sobre este tema não fosse feita de forma academicista ou elitista:

Abdias Nascimento visitou Baraka na Spirit House, casa que abrigava o grupo teatral Spirit House Players. Passou um dia convivendo com Baraka e sua proposta de construir uma comunidade artística e política autônoma. Eles tiveram uma conversa animada sobre o inferno de Dante, tema caro à Santa Hermandad Orquídea, a que Amiri Baraka dedicou um livro. Mas a atenção dos dois se concentrava em estratégias políticas da luta negra. Baraka, que trabalhava em aliança com “latinos” porto-riquenhos, agora se deparava com um negro “latino” brasileiro, militante político do movimento negro que lhe trazia novas referências (LARKIN, 2014, p.205)

Sendo assim, a que tudo indica, a posição que Nascimento assume junto a estes movimentos é de referência sobre cultura negra na América Latina. Como bem ressalta Larkin (2014), os norte-americanos sabiam pouco sobre a realidade dos negros brasileiros. Sua visão geográfica restrita, indicava que a presença negra na América Latina compreendia somente os

países de Cuba e Porto Rico, raramente se referindo à herança africana na América do Sul. Sendo assim, “Nascimento encarnava uma espécie de avis rara, despertando o interesse naqueles que queriam aprender sobre novas dimensões da experiência humana” (NASCIMENTO, E. 2014, p.207).

Durante o intercâmbio, Nascimento teve a oportunidade de conhecer diversas lideranças afro-americanas, grupos de teatro negro e organizações culturais com os quais manteve relações durante sua estadia em terras estadunidenses. Reconhecido pelo seu trabalho desenvolvido no Teatro Experimental do Negro, Abdias visitou os principais focos da mobilização artística negra como a *Spirit House*, grupo de teatro negro comunitário fundado por Amiri Baraka e o *Negro Theatre Ensemble*, companhia e oficina de teatro focada em obras com temas baseados na experiência negra fundada em 1967 pelo dramaturgo Douglas Turner. Frequentou o centro de dança e cultura da famosa coreógrafa negra Katherine Dunham, a qual havia conhecido e colaborado. Além disso, Nascimento também conheceu Bobby Seale, presidente do partido Panteras Negras em Oakland.

Ao término da bolsa em janeiro 1969, Abdias permaneceu nos Estados Unidos. Embora não haja fontes que indiquem quando e razão pela qual o intelectual tomou esta decisão, um fato histórico pode tê-lo influenciado. Durante este mesmo período, o Ato Institucional Nº5 (AI-5) acabava de ser implantado no Brasil pela ditadura militar no governo do general Costa e Silva. O cenário social, que já era de repressão, agora se encontrava num pico de censura e cerceamento dos direitos civis e políticos da população brasileira. De certo, não seria prudente para Abdias Nascimento, um ativista político, retornar ao país naquele momento de perseguição institucionalizada. Ao mesmo tempo, ao falar sobre sua situação de exilado nos EUA, Abdias confessa que sentiu uma valorização do seu trabalho naquele país, razão pela qual estendeu sua permanência:

Já disse e repito, sempre fui um exilado em meu próprio país, não tenho uma “terra natal”. Ou melhor, tenho: África. A sociedade brasileira recusou minhas raízes africanas, quis cortá-las, arrancá-las à força, fazer de mim um desenraizado. Tive de lançar minhas raízes de cima para baixo, pelo esforço consciente, lançando-as no ar como certas plantas fazem. Não foi a vinda para os Estados Unidos que criou meu exílio. Pelo contrário: aqui pude me expressar muito melhor, continuando o que já fazia, noutro contexto. Uma grande diferença é que, aqui nos EUA, o valor do meu trabalho foi reconhecido, é coisa que não posso negar (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 48).

Entretanto, ao optar por permanecer num país estrangeiro sem financiamento, Nascimento também enfrentou desafios financeiros e de moradia. Felizmente, graças aos

contatos que tinha estabelecido ainda no Brasil, Abdias encontra abrigo e solidariedade com sua amiga Ann Bagley, artista plástica que conheceu em 1945 durante a exibição de estreia da peça *O Imperador Jones*, encenado pelo Teatro Experimental do Negro. Num apartamento em Manhatam, Ann e seu marido acolheram Nascimento até que o mesmo se restabelece financeiramente (CUSTÓDIO, 2011). Desta relação benfeitora, outros frutos brotariam. Sendo Ann Bagley, uma artista plástica, o convívio intenso despertara em Abdias o desejo de retomar a dedicação às artes (plásticas), iniciadas pelo autor em seu trabalho de curadoria no projeto do Museu de Arte Negra (1958). Usando os palitos de fósforo e restos de tinta dispensados pela amiga Ann, Abdias pintou seu primeiro quadro no exterior, o *Riverside I*. A partir daquele momento, a arte se apresentaria para Nascimento como um cartão de visita nas terras americanas. A pintura, além de permitir que o autor se reerguesse financeiramente, significou também a construção de pontes de comunicação em terras estrangeiras. Não se comunicando fluentemente em inglês, Abdias encontrou nas artes uma forma de expressar seus discursos e posições ideológicas, conforme relata no livro *Memórias do Exílio*:

Uma coisa sensacional aconteceu comigo nos E.U.A. Bloqueado pelo inglês, desenvolvi uma nova forma de comunicação. Ao invés de aprender a falar bem uma outra língua, descobri que possuía uma outra forma de linguagem dentro de mim mesmo: descobri que podia pintar; e pintando eu seria capaz de mostrar o que palavreado nenhum diria (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.49)

A produção artística proporcionaria para Abdias também um sentimento de reconhecimento social. Um dos seus quadros foi comprado pela primeira vez por Charles Wagley, importante professor da *Columbia University* e um grande interessado nas relações raciais brasileiras, um momento de grande felicidade para o ativista “não tanto pelo dinheiro em si que não contava tanto, mas pelo reconhecimento” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.48). Ainda no ano de 1969, Nascimento conseguiu montar suas primeiras exposições no *Harlem Art Galery* e na *Crypt Galery* (Columbia University). Atendendo a um convite da Escola de Drama da Universidade de Yale, em New Haven, o autor ministrou oficinas como *Visiting Lecturer*, relatando aos estudantes suas experiências com o Teatro Experimental do Negro e expondo suas pinturas na galeria da Faculdade de Arte e Arquitetura de Yale. Focados na temática de resgate da cultura negra, a maioria dos quadros produzidos por Nascimento faziam referência a orixás e entidades das religiões de matriz africana, mas especificamente o candomblé.

Esta postura afro-centrada do autor teve início ainda no Brasil, na década de 50 com a aproximação do TEN e do jornal *Quilombo* com o movimento francês *Negritude*. Através destes referenciais e das vivências com o teatro negro, Nascimento busca vincular a noção de identidade negra brasileira com a herança cultural africana encontrada nas religiões afro-brasileiras, especificamente no Candomblé. Símbolo de resistência ancestral, o Candomblé é o pilar da produção artística de Abdias Nascimento e é representado através dos Orixás e Entidades traçados pelo autor com o objetivo de resgatar o legado de resistência e exprimir as raízes culturais e a força do povo negro brasileiro, conforme o mesmo explica em depoimento:

Em minha pintura procuro distinguir entre os símbolos e mitos que só existem como tradição, e aqueles que preenchem necessidades do nosso tempo podendo abrir uma perspectiva de futuro. Não advogo que simplesmente lembremos o nosso passado. Meus orixás não estão imobilizados no tempo e no espaço. São forças do presente. Emergem na vida diária e em assuntos seculares. Os orixás recebem nomes de pessoas vivas, assumem a defesa dos heróis e mártires que ainda hoje são oferecidos pela raça negra como sacrifício na busca da liberdade. Mencionar Ogun é evocar uma idéia-força que se opõe à submissão dos povos africanos e negros em qualquer parte do mundo (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.49-50).

Em seus quadros Abdias buscava exprimir seus sentimentos de pertença e valorização pela cultura negra brasileira articulando discurso ideológico e práxis política nas artes plásticas. Seus empenhos pelo resgate das raízes africanas demonstrado em suas pinturas, abriram as portas para uma atuação política junto a centros culturais e universidades americanas. Em 1970, Nascimento foi convidado a ser professor visitante da *Wesleyan University*, onde abordava o teatro negro como instrumento de luta e afirmação dos valores da cultura afro-brasileira. Nesta instituição, o autor foi responsável por organizar o seminário “A Humanidade em Revolta”, que teve duração de um ano e contou com a participação de nomes importantes da época como o escritor Norman O. Brown e o compositor John Cage. Tal evento tinha como objetivo refletir, de maneira interdisciplinar, as questões emergentes do contexto social turbulento que os EUA vivenciavam.



Imagem 16: *Abdias Nascimento, Oxum em Êxtase. Acrílico sobre a tela, 102 x 153cm. Búfalo, 1975*

Após o período na Wesleyan, Abdias foi contratado como professor adjunto pela Universidade do Estado de Nova York em Buffalo. Segundo Elisa Larkin (2014), o convite para integrar o corpo docente da Universidade teria vindo das relações que Abdias mantinha com ativistas porto-riquenhos. Responsáveis pela instalação do Centro de Estudos Porto-Riquenhos da instituição, o escritor Alfredo Matilla e o cineasta Francisco Pabón conheciam o trabalho de Nascimento e o convidaram para fundar a cadeira de Culturas Negras das Américas. Importante destacar, porém, que fatores externos também contribuíram para a inserção de Abdias Nascimento na academia americana. De acordo com Custódio (2011), haveria um grande interesse de algumas universidades em aprofundar os estudos acerca das relações raciais na América Latina, campo de estudos considerados “marginais” até então. Estas buscas por novas abordagens acadêmicas também teriam exercido uma influência na sua admissão:

O convite a Nascimento se inscreveria no interesse daquela Universidade por ter um artista afro-latino americano em seu quadro de docentes. Vale ainda ressaltar que nesse momento pouco se conhecia sobre o Brasil, principalmente sobre a cultura negra brasileira, a qual estava submersa no discurso oficial do país em torno da democracia racial. Dessa maneira, a presença de Nascimento enquanto artista, com suas pinturas orientadas para a representação dos elementos africanos, tinha um interessante valor simbólico (CUSTÓDIO, 2011, p. 69).

Abdias permaneceu na Universidade de Nova York de 1971 a 1981, sendo promovido a Professor Titular com estabilidade. Para o intelectual, a experiência de lecionar nas universidades americanas teria tido grande importância visto que o mesmo não teve a mesma oportunidade em seu país de origem. Era um momento de reconhecimento da sua trajetória política visto que, segundo ele, “viajava muito dando conferências, recebia muito convite e fazia também exposições. Sempre denunciando essa falta da democracia racial” (ALMADA, 2009, p. 44). Abdias ainda assumiria as cadeiras de “Cultura Africana no Novo Mundo” e “Experiência Africana nas Américas do Sul e Central” no âmbito daquela universidade. Como Nascimento não falava inglês, o mesmo sempre recorria a tradutores em suas aulas. Em sua maioria, estudantes e pesquisadores interessados nos estudos sobre América Latina, falantes de português ou espanhol.

Neste ínterim, uma das principais figuras que auxiliaram Abdias Nascimento com essa barreira linguística foi Elisa Larkin, futura esposa do intelectual. Os dois se conheceram em 1974, quando Elisa ainda era aluna de pós-graduação do Departamento de Estudos Porto Riquenhos. Feminista e ativista dos direitos humanos, Larkin havia feito intercâmbio no Brasil quando adolescente, fato que a possibilitou aprender português. A autora relata que, quando conheceu Nascimento era como se tivesse acontecido uma junção entre vida afetiva e projeto político (ALMADA, 2009). Os dois se tornaram um casal em 1976, e a partir daí, Elisa Larkin passou a desempenhar um papel central na jornada de Nascimento durante o autoexílio, isto porque, a jovem além de o auxiliar com a escrita e tradução de textos para o inglês, proporcionando que não-leitores de português tivessem acesso à produção do ativista, ela também o acompanhava nos encontros, seminários e congressos internacionais que Abdias participaria, facilitando suas comunicações orais nestes eventos.

## **2.2 Redes afrodiaspóricas: A atuação de Abdias Nascimentos nos Encontros Pan-africanistas**

A partir de 1973, o ativismo de Abdias Nascimento ganhou proporções intercontinentais. Segundo Túlio Custódio (2011), o intelectual buscou ampliar sua participação em congressos e seminários fora do território norte-americano durante os anos de 1973 a 1981, o que teria marcado o auge de suas experiências no exílio. Neste período, o autor publicou importantes livros como o *Genocídio do Negro Brasileiro (1978)*, participou de grandes eventos pan-africanistas e se tornou professor na Universidade Nigeriana de Ilê Ifé. O pan-africanismo

desempenhou um importante papel na reformulação do pensamento de Nascimento acerca da cultura e identidade negra, sendo assim, buscaremos apresentar um pouco da história deste movimento e qual o posicionamento assumido por Abdias nos seis congressos internacionais e pan-africanos de que ele participou.

O pan-africanismo ganhou destaque como movimento social na luta pela descolonização e libertação dos países africanos a partir da década de 1970. Segundo Carlos Moore (2002), após a Revolução do Haiti em 1804, o pan-africanismo se tornou um movimento mundial, se intensificando nas Américas a partir das reivindicações pós-abolicionistas e na oposição à tutela colonial e imperial na África, no Caribe e no Pacífico. Baseado na ideia de solidariedade racial entre os povos africanos e afrodescendentes, o pan-africanismo pode ser dividido em três principais correntes que se modificaram ao longo do tempo. A primeira, tem início no final do século XIX e foi construída a partir da aspiração de dar continuidade ao protagonismo negro trazido pela Revolução do Haiti. Neste momento, a preocupação era de libertar os países africanos do colonialismo e construir estratégias de integração do negro à sociedade. Esta corrente, composta por nomes como Edward Blyden, Sylvester Williams e W.E.B Du Bois, foi responsável por organizar a “Conferência dos povos de cor”, em 1900 na Inglaterra. Tal evento, apesar de estar fora da África, é considerado um dos primeiros eventos responsáveis por articular laços de solidariedade negra intercontinental, característica ímpar do pan-africanismo.

A segunda corrente é representada na figura de Marcus Garvey, um dos principais expoentes do movimento a nível mundial. O *garveysmo* se destacou por abordar o pan-africanismo a partir do nacionalismo negro. Segundo Paim, “Garvey representa um divisor de águas por dois motivos. Nele encerra-se a fase pioneira da edificação pan-africana (1940) ao mesmo tempo em que inaugura a fase de concretização e difusão do pensamento a partir de seu projeto (PAIM, 2014, p.96)”. Tido como uma vertente “messiânica” ou religiosa, o pan-africanismo de Garvey também guardava relações com o movimento/religião rastafári, que tinha o cantor de *reggae* Bob Marley como um dos principais divulgadores das suas propostas. Rejeitando propostas integracionistas, o *garveysmo* defendia a autonomia dos povos africanos através do desenvolvimento econômico, político e cultural do continente. Segundo esta corrente, era preciso estabelecer forças políticas e econômicas nacionais conjuntas na diáspora das Américas, do Caribe e do Pacífico que fossem independentes dos blocos econômicos europeus e estadunidenses. Desta forma, seria efetivada a criação de um Estado negro autônomo que agregasse os povos de África e da diáspora sobre um mesmo propósito: a edificação de

uma comunidade negra próspera. O pensamento *Garveyista* influenciou grandes nomes do movimento negro estadunidense como o de Malcom X e também foi a base do movimento Black Power e do partido das Panteras Negras.

Por fim, a terceira e última corrente é comumente ligada à vertente cultural do pan-africanismo: a negritude francófona. O movimento *négritude* surgiu em meados de 1920, tendo origem primordialmente nos países de colonização francesa. Responsável por destacar a contribuição das culturas negras para a história da civilização ocidental, este movimento teve como principais porta-vozes intelectuais como Aimé Césaire, Léon Dantas e Léopold Sédar Senghor, que utilizavam a literatura como ferramenta de luta contra a assimilação colonial da cultura europeia. De acordo com Petrônio Domingues (2009), em rejeição ao processo de alienação, “os protagonistas da ideologia da negritude passaram a resgatar e a enaltecer os valores e símbolos culturais de matriz africana” (p.197).

Promover o orgulho das raízes culturais africanas na comunidade negra mundial era um dos objetivos centrais da negritude. Segundo consta em Munanga (1988), para os ativistas deste movimento, a negritude se caracterizava pelo ato de se assumir enquanto um negro consciente de sua identidade, história e cultura. Aimé Césaire, um dos idealizadores do movimento, teria definido a negritude em três características principais: identidade, fidelidade e solidariedade. O primeiro aspecto se referia ao orgulho de sua identidade negra; o segundo seria expressa na relação de vínculo com a herança ancestral africana; e a último poderia ser definido através do sentimento de solidariedade com a diáspora africana. Apesar de, na sua fase inicial, o movimento da negritude se restringir ao campo da literatura, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o objetivo do movimento se ampliou e seus adeptos passaram a fortalecer a luta pela libertação das colônias africanas do domínio europeu. Assumindo um discurso de repúdio ao imperialismo, a *négritude* impulsionou a luta pela descolonização, integrando o movimento pan-africanista (DOMINGUES, 2009).

Conforme indica Carlos Moore (2002), entre as três vertentes do pan-africanismo, Abdias Nascimento, enquanto um homem das letras e artista, teria se identificado de maneira natural e espontânea com o pan-africanismo político cultural da *négritude*, com que vinha mantendo contato desde a década de 1950 no Brasil. Tal relação se intensificaria ao decorrer dos congressos e seminários pan-africanistas que o autor frequentou durante o exílio, visto que seu contato com estes ativistas se tornaria mais diretos. A primeira participação de Abdias nos encontros pan-africanos se deu por ocasião da Conferência preparatória do 6º Congresso Pan-

africano que seria realizado em Dar-es-Sallan, na Tanzânia, em 1974. O ativista teria sido convidado pelo célebre C.L.R James<sup>44</sup>, um dos maiores representantes da diáspora africana no Congresso que “conhecia o trabalho de Abdias Nascimento e externou sua intenção de dedicar um dia inteiro do 6º Congresso para discutir a situação brasileira” (NASCIMENTO, E. 2014, p.221).

Na conferência Preparatória de Kingston, realizada em 1973, Abdias conheceu Carlos Moore<sup>45</sup> e a viúva de Marcus Garvey. Demarcando sua visão acerca do pan-africanismo, Nascimento teve um embate com Marcus Garvey Jr., que se opunha à participação dos povos nativos da Austrália no congresso. Sob o argumento de que somente as populações negras oriundas da África teriam direito a participar das reuniões pan-africanas, o filho de Marcus Garvey solicitava a expulsão de Robert Sikes, mulher negra que representava estes países no evento. Abdias se opôs veementemente a esta situação, defendendo um pan-africanismo global independente de blocos ideológicos. Neste momento, Nascimento foi apoiado pela ilustre Ammy Jacques Garvey, viúva de Garvey, conforme relata Moore (2002):

Foi emocionante ver essa senhora, aos 83 anos e somente quatro meses antes de sua morte, concordar com Abdias do Nascimento, denunciar como "aberrações" as posições de seu filho e ratificar o caráter mundialista do pan-africanismo definido por Marcus Garvey, assim como o novo papel que o gênero feminino estava destinado a cumprir nas tarefas libertárias desse movimento (p,24)

Em 1974, Abdias recebeu o convite oficial do governo da Tanzânia para participar do 6º Congresso Pan-africano em Dar es Salaam. Segundo Larkin, no mesmo dia em que recebera o telegrama de confirmação de participação, Nascimento soube que o coordenador da região do Caribe e da América do Sul e a delegação da Guiana inglesa teriam sido excluídos do Congresso. Em solidariedade a eles, C.L.R James desistiu de comparecer ao evento. Abdias quase tomou a mesma decisão, mas resolveu comparecer em forma de protesto. Durante o

---

<sup>44</sup> Cyril Lionel Robert James (1901-1989), de Trinidad e Tobago, foi um historiador, jornalista e pensador social. Marxista e Pan-africanista, seus estudos versam sobre a história da diáspora africana e suas resistências e revoluções. Sua obra mais famosa, *Os jacobinos negros* (1938), é uma referência clássica acerca da revolução haitiana (1791-1804). Figura como uma voz pioneira e influente na literatura pós-colonial.

<sup>45</sup> Escritor, pesquisador e cientista social dedicado ao registro da história e da cultura negra. De origem cubana, está exilado no Brasil desde os anos 2000, após o regime de Fidel Castro iniciar uma perseguição política aos movimentos negros. Sobre isso, vale contextualizar que o Partido Comunista Cubano, nos primeiros 30 anos da Revolução, considerou que as políticas sociais universalistas seriam suficientes para acabar com as desigualdades raciais. O próprio Fidel Castro afirma, na Segunda Declaração de Havana, que a discriminação por raça e sexo havia sido eliminada em Cuba. Nos anos 70, em entrevista, Fidel Castro continua fazendo tal afirmação. Porém, nos anos 90, o debate sobre o racismo ganha fôlego em Cuba, no chamado Período Especial. Em sua última longa entrevista ao jornalista espanhol *Ignacio Ramonet*, Fidel Castro admite a existência do racismo e aponta a necessidade de medidas para combatê-lo.

Congresso, o ativista brasileiro foi o único representante da América do Sul. Apresentando o *paper* “Revolução Cultural e o Futuro do Pan-Africanismo”<sup>46</sup>, Nascimento defendeu a adoção de uma cultura progressista pan-africana mundial que considerasse as contribuições das diásporas na luta pela libertação: “tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura pan-africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de nós” (NASCIMENTO, 1980, p.45)

Além disso, o autor chamou a atenção para o caráter excludente do Congresso no que se referia às línguas oficiais adotadas. De acordo com Abdias: “exigem dos africanos que falam português – o grande contingente que inclui Brasil, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – o uso obrigatório do inglês ou do francês, exigência que significa para nós uma dupla colonização em termos de linguagem” (NASCIMENTO, 1980, p.29). Segundo consta (ALMADA, 2009; CUSTÓDIO, 2011), a participação do intelectual neste evento teria sido prejudicada visto que não possuíam tradutores do português. Sua intervenção só foi possível porque uma mulher francesa que integrava o corpo oficial de tradutores, se disponibilizou para auxiliá-lo. Dessa forma, Nascimento conclui afirmando que este elitismo linguístico estimulava a ausência de negros brasileiros nas lutas internacionais e favoreciam a ida de representantes oficiais do governo que apresentavam uma versão distorcida da história e identidade afro-brasileira.



Imagem 17: Abdias Nascimento, único representante das populações afrodescendentes da América do Sul, 6º Congresso Pan-africano, Dar es Salaam, Tanzânia, 1974. Fonte: IPEAFRO

<sup>46</sup> A maioria dos *papers* e relatos sobre a experiência de Nascimento nestes eventos internacionais podem ser encontrados na obra *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*, publicado pelo autor em 1980.

Ainda neste congresso, segundo relata Moore (2002), Abdias teria ficado perplexo com as propostas da vertente pró-comunista e marxista do pan-africanismo de Manchester. Composta por intelectuais renomados como Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral e Angela Davis, tal vertente era responsável por promover a transmissão do pensamento comunista para os povos do Continente Africano e para seus descendentes na América do Norte, na América do Sul e no Caribe. Vale ressaltar que, quando Abdias Nascimento entrou em contato com o pan-africanismo, o movimento estava dividido em grupos de ativistas de três vertentes diferentes: as facções pró-comunistas, as pró-capitalistas e as nacionalistas. Em todas elas, as ideias marxistas tinham um poder de influência visto que o próprio momento histórico da Guerra Fria favorecia essa “supremacia” marxista dentro dos movimentos sociais. Entre os fatores que potencializavam essa predominância, destacam-se: a potência do bloco comunista no Leste Europeu e da Ásia; a repercussão internacional positiva da revolução marxista em Cuba e ainda o fato de os próprios Estados progressistas e movimentos de libertação na África, no Caribe e no Pacífico terem adotado o marxismo como ideologia (MOORE, 2002).

Em meio a este conjunto de ideologias, Abdias escolheu unir-se à vertente nacionalista, liderada por Cheik Anta Diop, Malcolm X, Steve Biko, entre outros. De acordo com Carlos Moore, Nascimento rejeitava tanto o comunismo quanto o capitalismo como soluções para os problemas específicos dos povos negros:

Abdias do Nascimento se opusera de forma vigorosa a essa marxização do movimento pan-africanista "de Manchester" - mesmo essa tendência majoritária sendo representada por chefes de Estado e prestigiosos dirigentes de movimentos de libertação nacional - e proclamara que o mundo africano deveria encontrar sua própria identidade ideológica, baseada na experiência histórica dos povos africanos do continente, assim como na experiência das suas diásporas das Américas, do Caribe e do Pacífico (MOORE, 2022, p.25).

A busca de Abdias pela construção de caminhos autônomos da atuação política apresentou-se novamente no Seminário Alternativas para o Mundo Africano, realizado em Dacar, Senegal em fevereiro de 1976. Este teria sido um momento especial para o autor que estava conhecendo o país depois de ter sido excluído da delegação brasileira ao 1º Festival Mundial de Artes Negras pela ditadura militar dez anos antes. Neste encontro, Abdias deu a sua contribuição ao evento internacional defendendo um pan-africanismo focado “nas referências culturais africanas como ferramentas para pensar o futuro e na autonomia política e econômica, não alinhada aos eixos hegemônicos” (NASCIMENTO, E. 2014, p.224). Neste evento, o intelectual também conhece os intelectuais africanos Wole Soyinka e Cheik Anta Diop, autores

que se tornariam as principais referências de Abdias no que tange à reflexão sobre as dimensões históricas e epistemológicas, herança africana no Brasil e no mundo ocidental.

O trabalho de Cheik Anta Diop é considerado pela literatura africana como um dos principais legados científicos da reflexão pan-africanista. Em seu livro “A Origem Africana da Civilização: Mito ou Realidade” (1974), Diop realiza um profundo resgate da história antiga do continente africano e demonstra a influência cultural que os povos africanos tiveram na civilização egípcia revelando que o antigo Egito teve raízes negras. A afirmação que cultura egípcia antiga, tão admirada pelo mundo ocidental, seria africana e teria sido influenciada por povos provenientes da África negra, provocou revolta na comunidade científica ocidental. No entanto, por detrás desta tese estavam argumentos científicos sólidos, como por exemplo a proximidade das linguagens do antigo egípcio com outras línguas africanas. Sendo assim, Diop provava como a historiografia europeia produzia uma falsificação da história baseada no racismo científico. De acordo com Túlio Custódio, a obra de Cheik Anta Diop se tornou um dos principais referenciais teóricos de Abdias Nascimento durante e após o exílio:

Os principais tópicos absorvidos da obra de Diop são: a concepção da antiguidade egípcia, ou seja, a ideia de Egito negro e a antiguidade e posição precursora daquela sociedade frente às áreas de ciência, filosofia, matemática, línguas, arte e religião; a influência estabelecida pela cultura egípcia sobre arte e língua em outras sociedades africanas, incluindo a ioruba; pressuposto dos regimes matrilineares que, em oposição à noção patrilinear ocidental determinariam a preeminência da mulher (negra) como figura de poder e alguns atributos, entre os quais a tolerância e a cultura da paz; resgate da História africana como base política do pan-africanismo político-cultural e crítica aos regimes políticos ocidentais, incluindo socialismo, como alternativas inconsistentes para determinação dos interesses do continente africano (CUSTÓDIO, 2011, p. 114).

A influência do trabalho de Diop nas produções de Nascimento podem ser visualizadas diretamente no texto escrito para o Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana – FESTAC 77: *Racial Democracy in Brazil: Mith or Reality*, que mais tarde seria editado e publicado no Brasil como o *Genocídio do Negro Brasileiro (1978)*. Nesta obra específica, Nascimento faz uma releitura da história do negro no Brasil, destacando o processo de embranquecimento e apagamento histórico das contribuições africanas para a cultura e sociedade brasileira. Além deste, décadas depois, Nascimento também empreendeu um movimento de resgate da herança africana na produção da *Revista Thoth*<sup>47</sup>: *Escreva dos Deuses*

---

<sup>47</sup> Representado com as formas da ave íbis ou de um babuíno, deus Toth era relacionado pelos antigos egípcios à escrita e à sabedoria. Para eles, Toth teria sido o responsável pela criação da escrita hieroglífica, da matemática, arquitetura, medicina, e todas as demais ciências das quais os egípcios faziam uso. Segundo a crença dessa civilização, essa divindade compreendia todos os mistérios da mente humana.

(1997-1999). Principal veículo de comunicação do gabinete de Abdias no período em que foi Senador Federal, a revista também tinha a função de divulgar informações e debates sobre os temas de interesse da população afrodescendente. Frequentemente, as seções da revista eram dedicadas a difundir referências sobre o legado africano no Brasil e no mundo com o objetivo de recuperar “uma tradição africana escamoteada à população brasileira enquanto verdadeira matriz de nossa civilização”<sup>48</sup>.

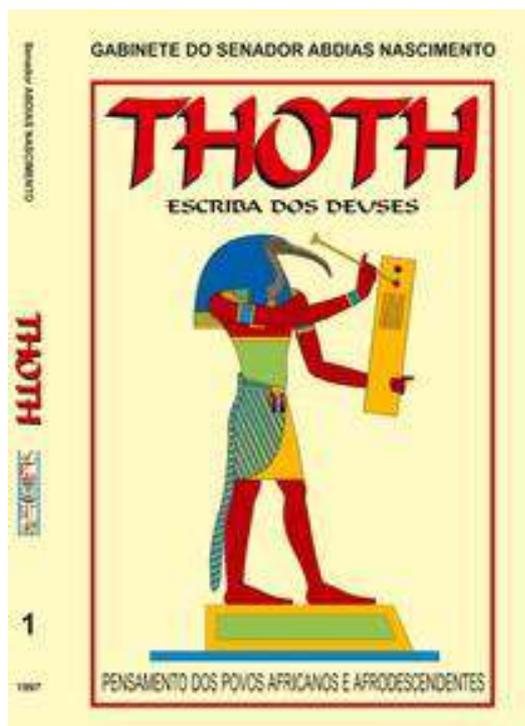


Imagem 18: *Capa da Revista Thoth, Brasília, n. 1, p. 12. jan./abr. 1997*

Em 1976, Abdias Nascimento recebeu convite para passar um ano como professor visitante do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade de Ifé na Nigéria, que era dirigido pelo professor e babalaô Wande Abimbola<sup>49</sup>. Durante o tempo em que esteve no país, Abdias aproveitou para realizar um itinerário de visitas a locais sagrados da religião ioruba. Admirador dos Orixás do candomblé, o autor passou pelas cidades de Oshogbo, capital do Estado de Oxum; e por Oyó, território onde se situava o reino de Xangô. Além disso, Nascimento buscou conhecer outros países do continente, como Angola, Guiné Bissau e Gana. Sobre suas experiências e aprendizados adquiridos na universidade africana, Abdias nos relata:

<sup>48</sup> Thoth, Brasília, n. 1, p. 12. jan./abr. 1997

<sup>49</sup> Ògúnwándé (Wándé) Abímbólá, nascido em 24 de dezembro de 1932, é um acadêmico nigeriano, professor de língua e literatura iorubá e ex-vice-reitor da Universidade de Ife, atualmente Universidade Obafemi Awolowo. Atuou como o líder da maioria no Senado da República Federal da Nigéria.

Estou sumamente honrado e feliz de representar, como um afro-brasileiro, o Projeto das Culturas Africanas na Diáspora, da Universidade de Ifé, na Nigéria. Instalada nas vizinhanças do próprio local onde Obatalá, o enviado de Odudua, baixou sobre as águas de Olokum para fundar a terra e criar os seres humanos, Ilê-Ifé é a cidade que significa para o mundo negro-africano não somente o berço da nossa resistência, como também um dos lugares onde os padrões da criação artística afro-negra atingiram os níveis mais altos em técnicas e significação simbólica. Foi como se eu estivesse praticando a volta ritual às minhas origens o tempo em que permaneci no seu Departamento de Línguas e Literaturas Africanas; durante aquele ano pude ser uma testemunha participante do que aquela bela instituição de ensino superior está realizando para atender às exigências da reconstrução da África, após séculos de destruição colonial (NASCIMENTO, 1980, p.157).

No ano de 1977, sendo professor visitante de Ilê Ifé, Abdias tem a oportunidade de participar do II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas – FESTAC 77. O objetivo do evento era reunir intelectuais, professores, pesquisadores, artistas e estudiosos do mundo africano para refletir e dialogar acerca do futuro dos povos de origem africana. A convite da Unesco, o ativista preparou um texto sobre as influências da cultura africana no Brasil que viria a ser apresentado no colóquio promovido pela instituição durante o encontro. Entretanto, segundo relata o autor em *Sitiado em Lagos (1981)*, movimentações políticas externas ao Festival teriam removido as Nações Unidas e a UNESCO da organização do Festival. O evento passaria a ser organizado através de delegações oficiais dos países integrantes, tal qual foi o primeiro FESTAC.

Neste momento, a participação de Nascimento é incerta visto que o ativista não mantinha uma boa relação com a ditadura militar. Em 1975, devido à sua participação no VI Congresso Pan-africano onde denunciara a democracia racial, Abdias teve o passaporte apreendido nos Estados Unidos. Viajando somente com um salvo-induto (salvo-conduto?) concedido pelo governo americano, o autor entrou na mira do governo brasileiro, sendo vigiado desde outubro de 1976 quando chegou na Nigéria para assumir como professor visitante (CUSTÓDIO, 2011). Vejamos um relato de Abdias sobre um dos momentos em que o mesmo perceberia uma aproximação suspeita durante o FESTAC 77:

Trocávamos cumprimentos e abraços quando, de repente, alguém me chamou a atenção para um vulto, uma pessoa talvez, que, evitando ser vista, tentava me fotografar. Escondia-se atrás de outras pessoas, e ao ver-se apanhado em flagrante por mim e meus amigos, todos nós voltados surpresos em sua direção, o improvisado fotógrafo rapidamente guardou sua máquina e seu vulto desapareceu entre a multidão das delegações. Com o auxílio dos companheiros, pude identificar o inusitado “retratista”: tratava-se, nada mais

nada menos, do que Dr. George Alakija, representante permanente do governo ditatorial brasileiro junto ao FESTAC (NASCIMENTO, 2002, p.263-264).

Piu Zirimu, um dos organizadores do evento, tentou garantir a participação de Abdias Nascimento mesmo com a tensão provocada pela delegação oficial brasileira. Entretanto, o texto submetido por Nascimento, que tecia fortes críticas à democracia racial, teria sido barrado pelo corpo diplomático brasileiro que possuía certa influência na Nigéria. Conforme Túlio Custódio (2011), durante os anos 1970, o governo brasileiro mantinha relações comerciais com o país africano, que desfrutava de um acentuado crescimento provocado pelo comércio de petróleo. Interessado no mercado pós-colonial em África, o regime ditatorial não poderia correr o risco de manchar a imagem do Brasil enquanto uma “democracia racial”, sendo assim: “o corpo diplomático teria feito o possível para coibir a participação de Nascimento no colóquio, delegando inclusive à comitiva de intelectuais que o ‘respondesse’ a altura em qualquer comentário ou denúncia” (CUSTÓDIO, 2011, p. 96).

Desta forma, Abdias perdeu o direito de apresentar propostas e de votar durante o FESTAC 77, podendo apenas manifestar-se na condição de observador ao Colóquio Internacional, espaço que o mesmo utilizou como ferramenta de denúncia da perseguição sofrida até então. Enquanto observador, Nascimento acompanhou as discussões do grupo IV denominado “Civilização Negra e Educação”, composto principalmente por intelectuais da delegação norte-americana como Ronald Walters e Molefi Asante e pela delegação oficial brasileira, representada por Fernando Mourão, René Ribeiro, Clarival Valladares e Yeda Pessoa de Castro. No decorrer das atividades do grupo, Abdias conseguiu distribuir cópias do texto que fora vetado pelo governo. O material teve ampla circulação e a denúncia de Abdias foi divulgada inclusive pela mídia nigeriana que realizou uma cobertura do fato, favorecendo o ativista. Além disso, com o apoio da delegação americana e de companheiros africanos como Wole Soyinka, Nascimento conseguiu um espaço para falar sobre o conteúdo do texto *Racial Democracy*, obra que mais tarde conheceríamos sob o título de *O Genocídio do Negro Brasileiro (1978)*.

Segundo Elisa Larkin (2014), a delegação brasileira tentou impedir o pronunciamento de Nascimento alegando que “haveria problemas” entre o Brasil e Nigéria caso o presidente do Colóquio lhe cedesse a palavra. A resposta prontamente obtida seria a de que para Nigéria não haveria problema algum. Após escutarem as denúncias feitas por Abdias, o plenário do Colóquio aprovou uma recomendação de que fossem investigados os fatos relatados pelo ativista. Tal situação incomodaria bastante a diplomacia brasileira, que se via agora envolta em

uma polêmica internacional. Na tentativa de responder às denúncias de Nascimento o embaixador brasileiro na Nigéria, Geraldo de Heráclito Lima, escreveu uma nota oficial direcionada à imprensa nigeriana, que se recusou a publicá-la. Considerando o valor histórico do documento, o reproduziremos aqui para que tenhamos uma noção da visão oficial que o governo tinha sobre a figura de Abdias Nascimento:

A embaixada brasileira lamenta muito os aborrecimentos causados pelo Sr. Abdias do Nascimento às autoridades competentes do FESTAC'77, em relação ao ensaio que ele apresentou ao Colóquio, o qual foi rejeitado por sua junta de seleção de trabalhos como “não estritamente acadêmico”. Em atenção a uma obrigação de hospitalidade e cortesia ao público nigeriano e aos leitores da imprensa, desde que a questão foi tornada pública nos jornais nigerianos sob os auspícios de patrocinadores de grupos estrangeiros participantes do Colóquio, os quais não respeitaram a decisão do FESTAC'77, a embaixada gentilmente solicita a atenção dos leitores da imprensa para os seguintes pontos: o Sr. Abdias do Nascimento nasceu efetivamente no Brasil, mas tem vivido por mais de 10 anos nos Estados Unidos, onde está, sob cobertura de dar palestras, trabalhando como militante político com dúbios grupos. Os trabalhos do Sr. Abdias do Nascimento nos Estados Unidos são considerados, como agora se viu na Nigéria, destituídos de valor acadêmico e reconhecidos como de natureza panfletária, desde que eles são planejados, financiados e aprovados pelas instituições que o patrocinam e a seus estudos. Ninguém pode negar que, assim sendo, têm algum valor onde a intolerância racial prevalece. As contradições do Sr. Abdias do Nascimento são tão gritantes que seria inócuo responde-las. A espinha dorsal da sua monografia é o argumento de que o “melting pot” brasileiro, sua miscigenação pelo intercasamento, a ausência de quarteirões separados para os descendentes de africanos, italianos, alemães portugueses, japoneses, é um caminho sutil de destruir a raça negra; atos de integração racial, os quais o Sr. Abdias do Nascimento tem a audácia de chamar “genocídio”, ofendendo 90% da população brasileira – um feliz resultado e exemplo para o mundo -, de uma bem sucedida mistura de todos os brasileiros, a maioria dos quais tem sangue índio, negro, europeu e asiático. O melhor caminho para julgar o Sr. Abdias do Nascimento é ler seu próprio trabalho. Ele mesmo é uma contradição viva de sua tese, desde que ele casou duas vezes – com uma brasileira branca e agora, na idade de 62, ele persistentemente comente o “genocídio” tendo casado com uma loura branca de 19 anos de idade. As atividades do Sr. Abdias do Nascimento são conhecidas desde os dias de pré-guerra quando ele se registrou como um membro proeminente do chamado “partido fascista”<sup>50</sup> do Brasil, baseado no modelo do partido nazi, um partido que defendia, como é sabido, idéias de “supremacia branca”, tornando-se – e isto não teria sido de outra forma – o objeto da gargalhada do dia. Não conseguindo impressionar qualquer segmento da opinião pública brasileira, e levantando sérias dúvidas entre muitos de que ele deve ser mentalmente desequilibrado, o Sr. do Nascimento deixou o país de sua própria vontade, para propagar absurdas teorias as quais só têm repercussão onde a intolerância racial é assunto de preocupação. Nos parece uma pena que o Sr. Nascimento deixasse de entender que ele está sendo usado como um títere bem pago. Finalmente, a embaixada brasileira está confiante que nenhum nigeriano será enganado, desde que o Brasil é conhecido em todo mundo e transcrito por milhares de cientistas políticos e

<sup>50</sup> Referência ao movimento integralista, do qual Abdias fez parte durante os anos 1930.

sociais como país capaz de edificar uma civilização multi-racial, onde 110 milhões de pessoas de diferentes descendências são uma lição viva para os países onde até agora isso não tem sido possível. Em 200 anos, ninguém jamais ouviu falar de problemas ou conflitos raciais no Brasil. O Brasil apresenta, a este respeito, sua grande contribuição universal, como o mais genuíno, espontâneo e significativo exemplo para qualquer país realmente interessado em aprender a praticar a tolerância racial. Por muitos anos, o Brasil tem invariavelmente adotado uma consistente posição: refutar onde quer que possa surgir, mesmo em países com os quais o Brasil mantém relações, quaisquer alegações de superioridade racial, seja ela o apartheidismo ou qualquer suspeito “ismo” com aquela conotação (NASCIMENTO, 2002, p. 289-291).

Sem dúvidas, este episódio marcou uma vitória simbólica para Abdias Nascimento. Denúncias contra a realidade de repressão, censura e sobre a questão racial eram altamente indesejadas pelo governo brasileiro e eram acompanhadas de perto pelo corpo diplomático como podemos observar na carta descrita acima. Entretanto, com as declarações de Nascimento ganhando cada vez mais projeção internacional, a imagem externa do país enquanto democracia racial estava abalada. Felizmente, segundo informa Custódio (2011), como o regime militar estava em processo de diluição da repressão, dando início ao processo de abertura política, Nascimento não sofreria mais perseguições ou represálias para além deste episódio. Ao mesmo tempo, tal situação teria consolidado a importância e imagem de Abdias enquanto liderança do protesto negro em escala internacional.

Esta valorização se refletiria na participação de Nascimento nos eventos internacionais que se sucederam. Logo após o FESTAC 77, o ativista recebeu o convite do escritor e antropólogo colombiano Manuel Zapata Olivella para participar do 1º Congresso de Cultura Negra das Américas que seria realizado em Cali, na Colômbia, em agosto de 1977. Neste congresso, o autor apresentou um estudo que denunciava a política externa do Brasil em relação ao processo de descolonização dos territórios africanos que estavam sob domínio português, que são atualmente os países independentes de Moçambique, Angola e Guiné Bissau. No texto intitulado, *Etnia afro-brasileira e Política Internacional*, Nascimento expõe os posicionamentos do Brasil durante as Assembleias promovidas pelas Nações Unidas acerca da situação colonial em África:

A fim de ilustrar a posição do Brasil em face da descolonização da África, vou relacionar algumas das inúmeras resoluções discutidas e aprovadas pela Assembleia Geral, sublinhando o voto da delegação brasileira. De 11 resoluções apoiando a independência dos Territórios africanos sob domínio português, houve 3 votos contrários do Brasil, 6 abstenções (na prática a voto contra) e 2 a favor, sendo que um destes foi dado em 1974, às vésperas da independência conquistada por aqueles países africanos, e quando não havia

mais possibilidades de tentar sabotar ou impedir um fato histórico consumado (NASCIMENTO, 1980, p.185)

A tese de Abdias também problematizava o apoio do Brasil ao regime do *apartheid* da África do Sul, temática que aparecerá com frequência em sua atuação parlamentar enquanto Deputado Federal (1982-1984). Segundo o intelectual, haveria movimentações para a formação de uma aliança entre África do Sul, Brasil e Argentina denominado Tratado do Atlântico Sul que tinham como propósito utilizar os portos de Angola e Moçambique para defender as rotas marítimas do petróleo: “objetivo básico na projetada Aliança ou Tratado seria integrar a África do Sul ao perímetro de defesa ocidental, e os aliados locais, neste caso, seriam o Brasil, a Argentina e o Chile” (NASCIMENTO, 1980 p.202). Tal denúncia foi acatada pelo Congresso que, por sua vez, emitiu uma declaração dirigida aos países envolvidos, à OEA, à OUA e às Nações Unidas repudiando qualquer tipo de aliança que colaborasse com os governos racistas da África Austral.

Em 1980, Nascimento participou do 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá em 1980. No evento, o intelectual apresenta o conceito de *Quilombismo*, teoria afrocêntrica que reflete a busca e construção de Abdias por um pensamento negro autônomo dos eixos hegemônicos durante sua experiência pan-africanista. Tomando como ponto de partida a experiência de resistência dos quilombos brasileiros durante o jugo colonial, Nascimento propõe uma nova organização nacional baseado na estrutura social e econômica adotada nos quilombos brasileiros:

Existe outra condição da vida africana que nunca se modificou durante a história do meu povo: nossa resistência contra a opressão e nossa vitalidade e força criativas. Trouxemos conosco, desde África, a força do nosso espírito, das nossas instituições socioeconômicas e políticas, de nossa religião, arte e cultura. Essa é a essência do *Quilombo* (NASCIMENTO, 1982, p.26)”.

Segundo Guimarães (2002), a teoria quilombista é fruto de uma construção teórica de Nascimento que vinha sendo elaborado desde os anos 1950, quando o autor começa a narrar a história do negro brasileiro como uma história de resistência cultural. Porém, foi precisamente a partir da incorporação das noções de *résistance* e *révolte* adquiridos com os intelectuais da *négritude* que o quilombismo é criado. Além disso, é possível visualizar neste trabalho a influência dos movimentos negros estadunidenses através do enfoque no nacionalismo negro que Abdias apresenta ao propor um Estado Nacional Quilombista. Na perspectiva *Nascimentista*, tanto no Estado colonial português quanto no Brasil República, a condição de existência do negro é sua permanência num regime de terror racial. Em meio a um Estado

naturalmente ilegítimo, a luta da população negra situa-se para além do mercado de trabalho. O eurocentrismo ramificado pela sociedade dominante rotulara como inferiores e escravos por natureza a população negro-africana, não os concebendo enquanto forjadores e integrantes da nação. Sendo assim, para Abdias a busca por libertação “não se esgota na obtenção de pequenas reivindicações de caráter empregatício ou de direitos civis, no âmbito da dominante sociedade capitalista burguesa e sua decorrente classe média organizada” (NASCIMENTO,1980, p.261). Seria necessário que a comunidade afro-brasileira construísse um projeto político de nação fundamentados na experiência negro-africana no Brasil:

Eu digo que nós possuímos um futuro a ser celebrado. Um futuro que nós construiremos, sobre as fundações de nossa própria experiência histórica. Não temos mais necessidade de imitar nosso opressor, ou de pedir emprestadas as suas filosofias, teorias ou ideias. Chegou a hora em que os africanos podem substituir os sistemas de pensamento eurocêntricos pelos seus próprios. Qualquer povo soberano, qualquer cultura genuína, tem instalado dentro de si mesmo seu centro de gravidade (NASCIMENTO,1980. p.265)

Neste sentido, caracterizado como ruptura afrocêntrica, o Quilombismo é proposto como uma possibilidade político-social de combate ao racismo e de elaboração de uma sociedade inspirada na experiência histórica dos quilombos brasileiros e nas culturas de matrizes africanas. A elaboração deste conceito reflete a interlocução que Nascimento realiza entre sua produção teórica e artística e seu trânsito pelo mundo negro internacional com suas experiências e construções teóricas adquiridas no Brasil com o Teatro Experimental do Negro. Através desta obra, conseguimos captar a síntese que o autor realiza das diversas influências e fontes contidas na sua trajetória: a valorização da história e cultura negra apreendida pelo TEN e pela Négritude; A perspectiva afrocêntrica da ciência inspirada em Cheik Anta Diop (1974); O nacionalismo negro dos movimentos estadunidenses; e o anti-imperialismo dos pan-africanistas.

Além disso, o discurso quilombista também pode ser visualizado enquanto um instrumento político de Abdias no contexto brasileiro após seu retorno do autoexílio. É importante considerar que durante o autoexílio, o autor visitou o Brasil por duas vezes: em 1975 e 1978, a partir da última, o mesmo começa a construir um retorno gradual ao país, que só é efetivado no ano de 1981. A passagem de Nascimento pelo país em 1978 marcou o início do seu diálogo com a nova geração do movimento negro. Segundo Elisa Larkin (2014), neste ano o ativista recebeu a notícia do falecimento de Efraín Tomás Bó, seu companheiro da Santa Hermandad del Orquidea. Sem passaporte, Abdias viajou com o “salvo conduto” disponibilizado pelo governo norte-americano. Na ocasião, o mesmo participa no ato de

lançamento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo no dia 07 de julho. Sobre a contribuição de Nascimento para este momento, Antônio Sérgio Guimarães nos informa:

De real e completamente novo, portanto, Abdias trará ao Brasil o discurso afrocêntrico. É certamente dele que decorrem os pontos mais virulentos do discurso Quilombista: a denúncia de genocídio físico e cultural que estariam sofrendo os negros brasileiros, e a apresentação internacional da democracia racial como discurso supremacista branco (GUIMARÃES, 2006. p.166).

Entretanto, a figura de Abdias Nascimento não era unanimidade entre os ativistas da nova geração. Seu ressurgimento, acompanhado de Elisa Larkin, uma mulher branca, causava certo desconforto em um momento de tensão racial. Além disso, os grupos que compunha o corpo dos movimentos sociais negros naquele período tinham uma forte tendência à esquerda, buscando articular a questão racial em conjunto com as questões de classe (ALBERTI; PEREIRA, 2007). Como sabemos, Nascimento tem um histórico de conflitos e antagonismos com a esquerda no Brasil, fato que pode ter influenciado sua decisão de adotar uma postura de ativista independente, sem vínculo pleno com os movimentos organizados brasileiros do período. Mesmo assim, Abdias participa de algumas reuniões na fundação do movimento negro e ajudou a implantar núcleos pelos estados brasileiros, inclusive na Bahia.

Neste período, a aliança com Leonel Brizola e o papel desempenhado por Nascimento na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) dá vazão ao início de sua carreira política nos anos 1980 quando volta ao Brasil. Os detalhes sobre a relação de Abdias Nascimento com o Movimento Negro Unificado e com o PDT no contexto da abertura democrática serão um dos objetos a serem analisados no próximo capítulo. Neste momento, é interessante realizar um retrospecto histórico acerca do surgimento de grupos e centros de pesquisa na década de 1970, quando Nascimento ainda estava no exílio. Estes coletivos serão os principais responsáveis pela reorganização do movimento negro em 1978, por isso conhecer um pouco sobre suas origens e bases teóricas nos auxiliarão a compreender a recepção que Abdias Nascimento recebe em seu retorno ao Brasil.

### **2.3 Organizações negras e Ditadura Militar: Mobilizações na década de 70**

Entre 1964 e 1973, o regime ditatorial brasileiro abrigou três mandatos de presidentes militares: Marechal Castelo Branco (1964-1966), Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1973). O primeiro governo foi marcado pela sua tarefa de instituir o

regime político ditatorial-militar e reorientar a economia brasileira através de um processo de modernização capitalista que facilitasse o investimento das grandes corporações nacionais e multinacionais. Este processo foi estruturado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) que buscava estabilizar os preços de forma ortodoxa aplicando ajustes fiscais e controles salariais.

Lançado em agosto de 1964, o Paeg não tinha propriamente um caráter de planejamento estratégico da economia, era na verdade um conjunto de intervenções para a reestruturação do sistema fiscal e financeiro. Sendo assim, as principais medidas econômicas do governo Castelo Branco foram: arrochos salariais; corte de gastos da administração pública; criação do Código Tributário Nacional e do Banco central, responsável pela política de emissão de moedas e regras cambiais. No fim deste período, não houve mudanças significativas em termos de crescimento econômico, entretanto partes dos objetivos foram atingidos: “o controle da inflação, a recuperação fiscal e o controle dos aumentos salariais, tidos como principais responsáveis pela inflação” (NAPOLITANO, 2014, p.143)

Após assumir o poder, em meados de 1967, o general Costa e Silva mudou os rumos da política econômica. Com receio que a política recessiva do governo Castello Branco minasse a relação do regime militar com suas principais bases de apoio, a classe média e a burguesia, Costa e Silva nomeou Antônio Delfim Neto para ser o principal gestor econômico. Adotando uma postura mais flexível, Delfim acreditava que o combate à inflação deveria ser conciliado com políticas de incentivo à retomada do crescimento econômico. Desta forma, em 1968, o governo lançou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujas prioridades eram:

Estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação; o fortalecimento da empresa privada, visando à retomada dos investimentos; a consolidação da infra-estrutura, a cargo do governo; e a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente dos duráveis (HERMANN, 2005, p.84).

Com a mudança de ênfase na política monetária e anti-inflacionária introduzida pelo PED, os efeitos do crescimento começaram a aparecer. A expansão do crédito ao consumidor se refletiu na atividade econômica de 1968, quando o PIB cresceu 9,8%. Aumentou também a entrada de capital externo no país facilitado pelas políticas cambiais que ofereciam um terreno seguro para investidores estrangeiros. As exportações e importações alcançaram taxas de crescimento acumuladas de 275% e 330%, respectivamente. Conhecido como “milagre econômico”, este cenário acompanharia o governo Médici, até meados de 1973. Para a maioria da população, especialmente a classe média, o Brasil vivia tempos gloriosos no começo dos

anos 1970 gozando de pleno emprego, alto consumo e acesso ao crédito. Grandes obras como as da Ponte Rio-Niterói e da Rodovia Transamazônica serviam como propaganda do projeto Brasil Grande Potência veiculada pelas mídias televisivas (NAPOLITANO, 2014).

Tido como elemento fundamental no projeto de desenvolvimento nacional do regime militar, o ensino de graduação e pós-graduação foi bastante estimulado durante o período do “milagre brasileiro”. Com vistas a suprir os quadros de emprego que estavam surgindo tanto no setor público quanto no privado, o governo expandiu o acesso ao ensino superior. Segundo Napolitano (2014), “em 1960, 18.852 pessoas concluíram o curso superior, número que passou para 64.049 (1970) e 227.997 (1980). A pós-graduação também foi incrementada. Em 1969, havia 93 cursos de mestrado e 32 de doutorado no Brasil, passando a 717 e 257, respectivamente, dez anos depois” (p.194).

Ironicamente, ao expandir o ensino superior, o governo militar alimentou também o crescimento de núcleos de oposição ao regime. Isto porque vários grupos e centros de pesquisa surgem neste período no âmbito acadêmico com o objetivo de refletir sobre o processo político, social e econômico do país. A exemplo destes citamos: O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que analisava criticamente o autoritarismo das instituições brasileiras; o Instituto de economia da Unicamp e a PUC do Rio de Janeiro que reprovavam as políticas econômicas do governo e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) que buscava construir um pensamento acadêmico ligado aos novos movimentos sociais que emergiam naquela década.

Dentro deste contexto social emergem também os primeiros centros e grupos de pesquisa dedicados a pensar a questão racial durante a ditadura militar brasileira. Estes grupos seriam os responsáveis pela reorganização do movimento negro no final da década de 1970. Segundo Joel Rufino dos Santos (1985), esta expansão do ensino superior foi responsável pelo ingresso de um número relevante da população negra nas universidades públicas e privadas. Para o autor, “o movimento negro atual é, pois, da maneira como o entendem suas lideranças e intelectuais, filho do ‘milagre brasileiro’” (SANTOS, 2005, p.290). Embora o acesso à universidade não garantisse a igualdade de oportunidades ou remuneração justa comparados aos brancos graduados, esta inserção possibilitou a formação de uma elite intelectual negra responsável por estabelecer novas estratégias de mobilização racial no contexto ditatorial. Grupos de leitura, organização de seminários e palestras destinados a estudar e discutir sobre as relações raciais no Brasil, bem como nos Estados Unidos e no continente africano, eram as

principais ferramentas de fortalecimento coletivo utilizados. No livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC (2007)*, Amilcar Pereira e Verena Alberti nos oferecem valiosos relatos de ativistas que fizeram parte da construção destes grupos no período de repressão social. Sobre o acesso negro às universidades e o contexto econômico, Yedo Ferreira<sup>51</sup>, um dos fundadores de várias destas organizações negras, nos revela:

Em 1971 fui fazer matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, na ilha do Fundão. Me deu na cabeça de fazer, porque eu gostava de matemática. Na verdade, eu gostava – e gosto até hoje – de história, mas só que naquele período história era muito perigoso. As ciências sociais de um modo geral, eram perigosas mesmo, e eu já era um “cara queimado”. Se eu bato lá, então, eles não me dão nem um dia. Os caras vêm todos para cima de mim. Aí fui fazer matemática. Era um curso que não tinha grandes implicações e não existia uma perseguição em cima das pessoas que faziam. Mas o importante é que acabo encontrando alguns estudantes negros. Porque a gente tem que ver a ligação disso com a questão do “milagre brasileiro”. Muitas pessoas voltaram a estudar acreditando poder ser incorporadas ao mercado de trabalho, principalmente os negros (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.183).

Além da presença negra nas universidades, fatores externos também incentivaram o processo de formação de grupos destinados a refletir sobre as relações raciais no Brasil. A luta pela descolonização dos países africanos e contra o apartheid, do qual Abdias Nascimento participou ativamente, constituíam as bases para as novas organizações que surgiam. De acordo com Joel Rufino: “Amilcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel, e, menos - por razões óbvias - Nkrumah, Patrice Lumumba, Ben Bella, Mandela, Keniata, Nierere - se tornaram, nos anos setenta, fortes referências do negro brasileiro” (SANTOS, 1985, p.292). Da mesma forma, as lutas por direitos civis nos Estados Unidos inspiraram o surgimento de grupos voltados para a cultura, estética e identidade negra, através dos slogans trazidos pelos movimentos *Black is Beautiful*, em conjunto com a Négritude francófona que despertava o sentimento de orgulho racial.

Outro fator importante que propiciava esta troca de ideias eram as pontes estabelecidas entre intelectuais e ativistas negros no Brasil e nos Estados Unidos. O fato de vários militantes norte-americanos terem vindo ao Brasil conhecer a “democracia racial” propagada pelo governo e aqui terem conhecido um pouco da luta afro-brasileira assim como a ida de ativistas brasileiros para os Estados Unidos e outros países, foi algo que proporcionou uma rica troca de

---

<sup>51</sup> Yedo Ferreira nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação (Ba) em 27 de agosto de 1933. Mudou-se para o Rio de Janeiro quando tinha sete anos com a família, onde cresceu. Foi militante comunista até a década de 1960, quando foi dispensado do seu emprego nos Correios e passou a sofrer perseguições do regime militar. Devido a sua experiência na militância, teve grande importância na fundação e estruturação de organizações negras na década de 1970, foi fundador da Sinba, do ICPN e do MNU.

informações e aprendizados no Atlântico Negro. Uma das pessoas que certamente desempenhou um importante papel neste intercâmbio foi Abdias Nascimento:

Abdias do Nascimento teve também importante participação na construção de uma rede de militantes e organizações negras nas Américas como um todo, que ao longo das últimas décadas tem alcançado êxitos significativos no que se refere à manutenção de contatos e encontros, trocas de experiências e busca de alternativas para solucionar problemas comuns às diferentes populações negras no continente (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.150).

Ao contrário do que diziam as acusações de que os negros brasileiros estariam importando um problema racial e imitando os movimentos norte-americanos, Carlos Medeiros<sup>52</sup>, importante ativista negro, nos informa que as organizações no início dos anos 1970 se inspiravam na luta tanto na África quanto nos Estados Unidos para construir suas próprias interpretações sobre a questão racial brasileira: “Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia na África e nos Estados Unidos e também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a história afro-brasileira, adaptar essa ideia e trazer isso pra cá. Isso era absolutamente válido e necessário” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.110).

Dentro desta perspectiva, as primeiras organizações negras que surgiram na década de 1970 tinham diferentes visões acerca de como abordar os problemas raciais brasileiros, quais ferramentas de luta utilizar, em quais referências se basear etc., o que certamente produziu uma gama múltipla e diversa de entidades voltadas ao combate ao racismo. Buscarei apresentar brevemente ao leitor os principais grupos e centros de pesquisa que figuram no cenário de luta neste momento, ressaltando seus processos de fundação e suas perspectivas ativistas. O primeiro grupo encontrado nas referências sobre a formação do movimento negro contemporâneo foi o Grupo Palmares fundado em 1971 no Rio Grande do Sul. Principal responsável pela proposição do dia 20 de novembro, como alternativa às comemorações do 13 de maio, este grupo surge com a proposta de revisão histórica no Brasil com o objeto de ressaltar a tradição de resistência do afro-brasileiro. Oliveira Silveira, um dos fundadores do grupo Palmares<sup>53</sup>, nos disponibiliza informações sobre sua criação:

---

<sup>52</sup> Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 4 de agosto de 1947. Formado em comunicação pela UFRJ, participou da fundação da Sinba e do ICPN. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Sedepron) no segundo governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro durante a gestão de Abdias Nascimento (1991 – 1994), de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999).

<sup>53</sup> Além de Oliveira Silveira, compunham o grupo: Antônio Carlos Cortes, estudante de direito na época, Ilmo da Silva, que era funcionário público assim como Vilmar Nunes, a estudante Nara Helena Medeiros Soares e Anita Prestes.

O grupo se reuniu nessa primeira oportunidade, no dia 20 de julho de 1971. Se não é essa data, é em torno dela. Adotamos essa data porque esquecemos de registrar. Na reunião seguinte, que foi onde moravam Antônio Carlos Cortes e seus pais, aqui na rua da Praia, já foi dado o nome “Grupo Palmares”, justamente porque reconhecíamos ou entendíamos que Palmares era a passagem mais importante da história do negro no Brasil. E também, logo em seguida, passamos a estabelecer um programa de trabalho para aquele ano. Seriam três atos: uma homenagem a Luiz Gama, em agosto; uma a José do Patrocínio em 9 ou 10 de outubro, no aniversário de nascimento; e a homenagem a Palmares, que seria realizada em 20 de novembro de 1971. Nós cumprimos esse calendário nesse ano e realizamos, então, em novembro, o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de novembro, no Clube Náutico Marcílio Dias (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.180).

Para o Grupo Palmares, a releitura da história levaria os negros à tomada de consciência de sua condição social no Brasil. Mantendo-se ativo até o ano de 1978, o coletivo buscava com sua ação e discurso utilizar-se de uma tradição africana ou afro-referenciada para, a partir dela, produzir uma nova postura frente à sociedade discriminadora. Outra importante organização que surge neste período é O Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Fundado em São Paulo em 1972, o Cecan tinha como objetivo trabalhar a ideia de negritude através do incentivo à construção de uma consciência voltada para a identidade racial. A organização propunha-se a recuperar a história e valores culturais do povo negro como elemento de luta e resistência. Em sua gênese, o Cecan buscava sensibilizar o branco em relação à situação racial, econômica e política do negro dentro da sociedade brasileira, entretanto, posteriormente a associação voltou-se exclusivamente para a comunidade negra.

De acordo com Joana Maria Ferreira da Silva (2012), o Cecan esteve vinculado originalmente ao Teatro Experimental do Negro (TEN), tendo passado por algumas modificações ao longo de sua existência, tanto no que se refere aos seus instrumentos de atuação quanto suas propostas de ação. Neste sentido, o grupo teria atuado de 1971 a 1974 enquanto um grupo teatral e de 1976 a 1981 como um centro que promovia diversos tipos de atividades socioeducativas. Esta vinculação com o TEN poderia ter influenciado o grupo a adotar a perspectiva da negritude como frente de atuação. Como já citamos anteriormente, o TEN foi o primeiro grupo negro no Brasil a divulgar os ideais deste movimento por meio do *jornal Quilombo*. No Cecan, a negritude era trabalhada como um “conjunto de ideias que se contrapõe a ideologia racial brasileira, com ênfase na afirmação e na reabilitação de uma identidade étnica” (SILVA, 2012, p.15).

A idealizadora e fundadora do Cecan, Thereza Santos, era uma ex-militante da Juventude Comunista e do movimento estudantil que saiu do Rio de Janeiro para São Paulo

buscando fugir da repressão política. A mesma também participou como atriz do TEN e era próxima de Abdias Nascimento. Suas experiências com a esquerda a teriam levado ao aprofundamento da questão racial, visto que esta discussão não ocupava um lugar de visibilidade nestes grupos. Sendo assim, “nesta primeira fase do Cegan, calcado no teatro, o objetivo principal era mostrar a história do negro segundo seu ponto de vista, ressaltando a importância da consciência étnica para a superação da problemática racial no país” (SILVA, 2012, p.26). Em 1972, houve uma tentativa de ampliação das atividades do Cegan, porém por divergências internas entre seus dirigentes o grupo diluiu-se. Além disso, posteriormente em maio de 1974, Thereza Santos perseguida por sua trajetória no Partido Comunista deixou o país, viajando para Angola. O grupo só seria rearticulado novamente em meados de 1976 pelo ex-vice-presidente Odacir de Matos. De acordo com Milton Barbosa<sup>54</sup>:

Eu fui do Centro de Cultura e Arte Negra, Cegan, em São Paulo. A Thereza Santos fazia parte, depois ela foi pra Angola. Mais ou menos em 1974, o Odacir Mattos escreveu para ela, pediu autorização, e começamos a retomar as atividades do Cegan, que é uma das entidades que foram o embrião do Movimento Negro Unificado. Nós tivemos uma sede na rua Maria José, na Bela Vista, e a gente fazia reuniões, atividades, debates e organizava trabalhos, que eram feitos fora de lá. (...). Então, foi muito legal o trabalho do Cegan, que foi uma entidade cultural importante em São Paulo, porque era através dela que a gente fazia atividades na cidade toda, nos relacionávamos com outras cidades no interior do estado e com o Rio de Janeiro, e tínhamos contato com outras organizações (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.181-182).

Em sua segunda fase, o Cegan deu continuidade à sua proposta inicial de despertar uma identidade étnica através da conscientização do negro sobre seus valores culturais, o que mudaria seriam os meios para alcançar este fim. Expandindo seus instrumentos de ação, o grupo organizou atividades educacionais como cursos de alfabetização bem como simpósios, palestras, debates e exposições de arte. Participou da fundação do folhetim *Jornegro* produzido pela Federação de Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo (Feabeso) em 1978. De acordo com Silva (2012), a organização também passou a incluir em seu estatuto o compromisso com a pesquisa, promoção e defesa da cultura negra. Após o surgimento do Grupo Palmares e da Cegan, outras organizações foram criadas com o objetivo de pesquisar sobre a cultura negra no Brasil e no continente africano. Um dos primeiros grupos de estudantes e

---

<sup>54</sup> Nasceu em Ribeirão Preto (SP) em 12 de maio de 1948, mudando posteriormente para o bairro do Bexiga em São Paulo, onde foi criado. Foi um dos fundadores do MNU, tendo presidido o ato público de lançamento do movimento no dia 7 de julho de 1978. Em 1982 fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, sendo um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT.

pesquisadores negros que surgem neste período é o Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA da Faculdade Cândido Mendes (1973).

Liderado por José Maria Nunes Pereira e pela então estudante de pós-graduação Beatriz Nascimento, o CEAA tinha como objetivo reunir pessoas interessadas em conhecer e discutir autores que versavam sobre a questão racial no Brasil e no mundo, especialmente no continente africano. Os pesquisadores que frequentavam o CEAA se debruçavam sobre textos de Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento e Solano trindade assim como livros e revistas que trouxessem informações acerca dos processos de luta negra travadas naquele período ao redor do mundo. As discussões realizadas nas reuniões do CEAA, que aconteciam semanalmente e cresceram rapidamente, foram de extrema importância para o surgimento de novas organizações negras, entre elas a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (ICPN). Dando continuidade ao seu relato, Yedo Ferreira nos detalha o processo de fundação do CEAA:

Eu estava com esse pessoal todo em 1973, 74, e soubemos que o Zé Maria queria fazer uma reunião. Ele falou: “Olha, estão aqui os livros”. Ele praticamente montou a sala do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, CEAA, que era, na época, na Faculdade Candido Mendes. (...). Então ele criou o CEAA e convidou alguns negros para irem lá e frequentarem. E eu fui. Tanto assim que sou considerado por ele como um dos fundadores do Centro. O Zé Maria tinha interesse em que a gente tomasse conhecimento sobre África. Ele nos apresentou a biblioteca e, como eu já tinha me interessado pela conversa com as pessoas e conhecia pelo menos Patrice Lumumba, quando apareceu a oportunidade eu disse: “Está aí, é interessante essa biblioteca”. Porque aí fui saber de algumas coisas que não sabia, principalmente sobre África. Tinha ouvido falar sobre Fanon, aquele pessoal todo. Então a gente passou a se reunir aos sábados. E daí surgiu a discussão para se formar uma instituição negra. Veio o Sinba (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 184).

Fruto do CEAA, a Sinba articulava os referenciais da luta africana, como Franz Fanon, para construir sua própria política de oposição à ditadura militar e a desigualdade racial brasileira. Formada em 1974 por Amauri Mendes<sup>55</sup> e Yedo Ferreira, a organização carregava um discurso mais radical sobre a questão racial, criticando a forma folclórica como a cultura negra era visualizada pelos intelectuais culturalistas. Segundo Túlio Custódio (2011), a posição política da Sinba era muito semelhante à adotada por Abdias Nascimento nos eventos pan-africanistas no que tange à defesa das revoluções anticoloniais africanas e dos movimentos antiapartheid. No relato de Amauri Mendes sobre o grupo, podemos observar que os mesmos

---

<sup>55</sup> Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1951. Formado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1974, foi fundador da Sinba, integrou a direção do ICPN e participou da criação do Movimento Negro Unificado.

tiveram contatos com Sebastião Rodrigues Alves, ex-integrante do TEN, o que pode ter facilitado a ponte entre as duas gerações de ativistas:

Em 1974, quando foi fundada a Sociedade Intercâmbio Brasil-África, o que a gente fazia era aglutinar e discutir, e tentar fazer eventos chamando a atenção para o problema racial. Organizava semanas de debates, algum tipo de evento que pudesse mexer com a sociedade. Primeiro, para informar a gente mesmo e, depois, aglutinar mais gente. A gente dizia “precisamos ter audiência, falar sobre isso”. A Sinba não tinha sede própria. A gente conseguiu uma sede com Sebastião Rodrigues Alves, que era um velho militante do Teatro Experimental do Negro, TEN, do tempo do Abdias (ALBERTI; PEREIRA, 2007. p.186).

Para além dos eventos e palestras, a atuação da Sinba se estendeu também para o campo da imprensa negra. Em julho de 1977 foi lançado o jornal *Sinba*, principal veículo de comunicação da organização. Nas páginas do folhetim, os ativistas traziam informações sobre as lutas contemporâneas em diferentes países africanos: Namíbia, Rodésia, Moçambique e Nigéria, ressaltando o valor das lutas e as conquistas alcançadas. Eram publicadas também denúncias dos horrores praticados no *apartheid* da África do Sul e histórias de resistência africana no Brasil colonial. O jornal *Sinba* se distinguiu por delimitar a posição crítica do grupo em relação à orientação política do movimento negro naquele período. Para os ativistas do grupo, os movimentos negros em geral estariam adotando uma postura elitista ao eleger a ascensão social do negro e a formação de uma elite negra como os principais fins da luta contra o racismo. Podemos observar esta crítica logo no primeiro número do jornal, num artigo intitulado “Dois Passos à Frente”

O movimento negro do momento continua elitista, restrito às organizações de cúpulas ou a grupos isolados. Afastados uns da nossa cultura, outros da nossa realidade. (...) E’ preciso romper a tradição elitista, através de uma posição crítica ao movimento negro atual. E isto só é possível com debates. Esta é a função deste jornal<sup>56</sup>.

Os integrantes da *Sinba* buscavam transformar o movimento negro, que ainda se encontrava restrito aos ambientes universitários, em uma mobilização de massas. Para que isto acontecesse, era preciso dialogar com a população acerca dos problemas raciais específicos da realidade brasileira, por esta razão o grupo pregava que “um jornal negro deve se dirigir à massa negra informando e não estar somente voltado para a sociedade branca, reivindicando”<sup>57</sup>. Neste sentido, a organização foi responsável pela criação de uma posição política original que buscava

<sup>56</sup> Sinba, nº 1, Julho de 1977, p. 5. Disponível em <http://negritos.com.br/2020/04/15/sinba-no-1-julho-de-1977/>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

<sup>57</sup> SINBA, ano II, nº. 3, agosto/1979, p. 1. Disponível em <http://negritos.com.br/2020/04/29/sinba-no-3-agosto-de-1979/>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

construir uma concepção ampla do movimento negro e forjar uma identidade positiva para os negros brasileiros, valorizando suas histórias e tomando como referência os caminhos revolucionários traçados em África. De acordo com a Sociedade Intercâmbio Brasil-África, a memória positiva que se buscava construir em relação ao continente africano deveria “se basear nas lutas protagonizadas por negros africanos, não só do passado longínquo, mas principalmente naquele momento histórico de descolonização, de luta por liberdade e pela conquista de melhores condições de vida” (PEREIRA, 2010, p.142-143). Do grupo de militantes que constituíam a Sinba, surgiram outras organizações negras. Segundo relata Amauri Mendes, houve uma cisão no grupo que originou o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – ICPN:

Primeiro nasce a Sinba e logo depois vem o ICPN, que a gente dizia que era a elite negra, os negros que queriam ficar na Zona Sul, em volta do Milton Gonçalves e do Jorge Coutinho, que eram atores já com um certo espaço – o Milton Gonçalves já era ator da Globo -, da Léa Garcia, do Zózimo Bulbul, esse pessoal que vinha do Teatro Experimental do Negro. Alguns não vinham, mas tinham essa memória do meio artístico. Então um grupo de negros, uma parte destes que já estavam no Sinba, se articulou com outros que tinham participado das reuniões do CEAA mas tinha tomado outro rumo. O Benedito Sérgio era comadre do Milton Gonçalves e resolveu criar não uma Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, mas um instituto de Pesquisas das Culturas Negras (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.187).

Ao contrário da Sinba, o ICPN tinha a atenção voltada para pesquisa acadêmica como forma de militância em vez da ação política popular. Fundado em 1975, o grupo era composto por estudantes e profissionais de classe média, que contrastavam com as estratégias de movimento de massas proposto pelo seu antecessor. Além disso, é preciso ressaltar que o ICPN também contava com o apoio financeiro de fundações norte americanas como a Fundação Ford, o que não ocorrera com a Sinba. Sendo assim, as críticas sobre o elitismo negro encontrados nos números do jornal da organização eram direcionados também aos membros do instituto:

Havia uma certa articulação entre nós, mas a gente dizia: “Eles são os negros burgueses. A pequena burguesia negra. Nós estamos fora. Somos revolucionários negros, nossa visão é revolucionária. Nosso referencial não é os Estados Unidos. Estados Unidos criaram uma elite negra. Nossa visão são as lutas de libertação africana, luta armada” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.188)

Mesmo com as divergências de pensamento, um ponto que aproximava Sinba e ICPN era a concepção de solidariedade racial. Segundo consta (PEREIRA, 2010), Yedo Ferreira, integrante da Sinba, auxiliou na fundação do novo grupo com os processos de registro institucional e na elaboração do Estatuto. Além do mais, a abordagem sobre as histórias das

lutas negras no Brasil também era um ponto em comum nas duas organizações. Beatriz do Nascimento, historiadora negra membro do ICPN, por exemplo, trabalhava a temática do Quilombo como um instrumento valioso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira e a figura de Zumbi como a imagem da resistência negra. Para os ativistas do grupo, era possível construir percepções positivas sobre a cultura negra brasileira, substituindo as definições folclóricas baseadas no mito da democracia racial.

Interessante notar que a maioria das organizações negras que surgem neste período centralizam e carregam em seus nomes termos como “cultura” e “pesquisa”. De acordo com Joel Rufino (1985) isto se deve a dois motivos estratégicos: o primeiro seria para escapar da perseguição do governo militar, visto que registrar uma entidade como sendo de caráter “racial” além de ser proibido, gerava motivos para repressão; o segundo atuaria como forma de agregar mais pessoas já que a questão racial isoladamente ainda não era um catalizador social das massas, sendo necessário agrupá-la a termos como “cultura” ou “cultura negra”. Porém, a centralização nos termos da cultura negra nestes grupos e organizações nos revela outro fator importante: a influência de movimentos culturais e musicais afro-americanos como o movimento *Soul*, que trazia em seu cerne afirmações positivas sobre a identidade negra como “black is beautiful” e “black power”. De acordo com Almicar Pereira (2010), estas influências tiveram um grande impacto na construção da identidade de jovens periféricos, principalmente no Rio de Janeiro, onde influenciou diretamente o movimento *Black Rio*, e na Bahia, por meio do bloco afro *Ilê Aiyê*.

O Movimento Black Rio surgiu na década de 1970 e foi um importante momento na trajetória da afirmação e do orgulho negro no Brasil. Reunindo milhares de jovens a cada fim de semana em bailes e clubes nas periferias do Rio de Janeiro, o movimento foi perseguido pela ditadura militar e bastante criticado por se inspirar em ideias e estéticas dos negros norte-americanos. Em sua gênese, o movimento nem tinha este nome, *Black Rio* foi o termo empregado pela jornalista Lena Frias na matéria “O orgulho (importado) de ser negro no Brasil – Black Rio” (FRIAS, 1976), onde a repórter do extinto *Jornal do Brasil*, descreveu os bailes e encontros de jovens negros que aconteciam com o objetivo de celebrar a sua negritude na década de 1970. Entre os diversos clubes e bailes que constituíam o *Black Rio*, as noites do Shaft realizados no clube Renascença aparecem com destaque nas pesquisas sobre este movimento.

Criado em 1972 por Dom Filó<sup>58</sup>, as noites do Shaft era um evento destinado à valorização da estética e identidade negra através de um discurso politizado com referências como Malcolm X; Martin Luther King e os africanos Agostinho Neto e Samora Machel. O nome do evento era uma referência ao filme Shaft, que apresentava as aventuras de um detetive negro de mesmo nome protagonizado pelo ator Richard Roundtree em 1971. O filme trazia um protagonismo negro atrelado a narrativas positivas sobre as experiências das populações negras estadunidenses e se popularizou por lançar um herói negro ligado aos estilos e valores culturais da sua comunidade. A iniciativa de criar um evento com o título do filme tinha o objetivo de celebrar o orgulho negro mostrado nas telas de cinema. Nas noites do Shaft eram organizados bailes e eventos culturais que atuassem como formadores de uma consciência racial e social junto à comunidade negra. Sobre a importância destes eventos na valorização da cultura negra, Carlos Aberto Medeiros nos conta:

A festa do Filó era aos domingos à noite no Renascença e era um negócio emocionante. Hoje você pode ter um vislumbre do que é isso no baile charme, por exemplo, nas noites de quinta-feira no Bola Preta. Mas era um impacto muito maior porque era também uma novidade. No Rio de Janeiro reencontrei aquela coisa do Sul: Um lugar em que eram, praticamente, todos negros. Aí poderia haver um ou outro branco, mas era um ambiente em que dava o tom eram, sem dúvida, os negros, com os cabelos afro, aquela afirmação de identidade negra, às vezes com coisas africanizadas. E o Filó, diferentemente de outras equipes de *Soul*, era um dos poucos que tinha um trabalho racial consciente. Ele passava slides, por exemplo, com fotos de famílias negras, de crianças negras, e botava palavras como “estude e cresça”. Então era um negócio que trazia uma mensagem muito positiva (ALBERTI, PEREIRA, 2007, p.105)

Luciana Xavier de Oliveira (2018) nos explica que as noites do Shaft tinham uma vinculação maior com a política negra pois, além de serem realizadas em um clube de negros que detinha uma trajetória de valorização racial, também eram organizados por pessoas já ligadas à militância negra que estava em fase de reorganização com membros integrantes da Sinba e do ICPN, por exemplo. Além das fotos, eram projetados nos bailes trechos de filmes negros representativos, fotos de astros da música negra norte-americana como James Brown, Jackson Five e fotos dos próprios frequentadores do baile, buscando criar uma identificação dos jovens negros com aqueles ícones mundiais. Dom Filó também interrompia a discotecagem para passar mensagens que estimulasse a conscientização racial. De acordo com a autora, os

---

<sup>58</sup> Em 1949, ele nasceu Asfilófilo de Oliveira Filho, filho do Seu Sereno e da Dona Eulina no Rio de Janeiro. Engenheiro de formação, mas produtor da noite, ainda em 1972, Filó passou a integrar a direção do Clube Renascença, lugar símbolo do *soul* na época. Desde a década de 1960 atua no cenário cultural carioca na celebração da força da cultura negra no Brasil. Em 1988 cria a produtora Cor da Pele, responsável por muitos dos registros da história negra brasileira, que hoje integram o acervo do Cultne.

bailes do Shaft também eram ocasiões em que ativistas negros utilizavam para buscar novos adeptos e distribuir obras sobre a temática racial: “mais que um simples baile, o evento emulava uma nova maneira de ser negro, apresentando um universo contemporâneo de imagens e referências e rejeitando o lugar a que se pretendia tradicionalmente atribuir o negro brasileiro, ligado a símbolos como samba, morro, favela, carnaval” (OLIVEIRA, 2018, p.113).

Os bailes black passaram a disputar espaço, atenção e simpatia com as tradicionais rodas de samba realizadas nos clubes negros. Por esta razão, o movimento Black Rio também encontrava resistência não só da sociedade tradicional, que buscava emplacar o discurso da mestiçagem através do samba, mas também nas gerações negras mais antigas que tinha outra perspectiva sobre o que seria identidade negra brasileira.

Causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí foi interessante porque se levantou o establishment branco. (...) E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, enquanto os comunistas rejeitavam como uma expressão do imperialismo americano. Gilberto Freyre publicou um artigo que dizia que estava havendo uma invasão, estavam trazendo dos Estados Unidos uma “música melancólica – essa era uma tradução curiosa para o soul, porque algumas coisas de soul poderiam ser melancólicas, outras eram revolucionárias. Havia até um setor do movimento negro que também criticava, não era todo mundo que gostava disso. No início dos anos 1970 enquanto James Brown estava cantando “Say it loud: I’m black and I’m proud” – “Diga em voz alta: sou negro e tenho orgulho” -, o Salgueiro teve um samba enredo que era assim: “Ô, ô, ô... Que saudade da fazendo do senhor”. Não dava pra competir (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.106).

Outro grupo que causou impacto ao buscar redefinir as bases da representação cultural e identitária negra neste período foi o bloco afro *Ilê Aiyê*. Fundado em 1974 na cidade de Salvador-Ba, a entidade foi uma das principais responsáveis por construir uma nova referência estética afro-brasileira, centrada na valorização de elementos culturais africanos. Num contexto de intensa propagação do mito da democracia racial, o mais belo dos belos, como ficou conhecido o bloco, nasce com o propósito de fortalecer a autoestima e conscientizar a massa negra a respeito das desigualdades raciais presentes na estrutura da nossa sociedade. Através de seus desfiles e ações socioeducativas, o Ilê encampou uma luta antirracista que gera frutos até os dias atuais.

Sob a liderança de Antônio Carlos, o Vovô do Ilê e de Apolônio de Jesus, o surgimento do Ilê Aiyê na década de 1970 se configurou como um “marco para criação dos modernos blocos afro em Salvador e ao mesmo tempo passou à história como a deflagração do processo abrangente da Reafricanização” (PINHO, 2003, p.220). Este processo de reafricanização a que se refere Osmundo Pinho se caracteriza como um movimento de afirmação de identidade negra

que tomou conta da vida cultural de Salvador no final dos anos 1970. O Ilê Aiyê contribuiu para este movimento resgatando as heranças culturais africanas em seus desfiles de carnaval, o que também incentivou posteriormente o nascimento de outros blocos e afoxés com a mesma perspectiva, como o Olodum<sup>59</sup>.

Esta característica singular do bloco afro se deve principalmente ao fato de que sua formação está diretamente atrelada às religiões de matriz africana, o candomblé especificamente. Como demonstra Pinho (2003), o candomblé jeje-nagô se tornou uma das principais referências sobre a cultura negra no país através do campo de estudos que ficou conhecido com Estudos Afrobrasileiros. Salvador, considerado território negro por excelência, transformou-se em um campo privilegiado destes estudos pela considerável preservação da cultura africana mantida pelos terreiros de candomblé. O Ilê é concebido justamente dentro de um destes espaços sagrados da ancestralidade negra que é o Ilê Axé Jitolu, terreiro jeje-nagô situado no Bairro da Liberdade e liderado por Mãe Hilda Jitolu, grande baluarte da religião e conselheira do bloco afro.

Em razão do seu pertencimento ancestral, o bloco estabeleceu o compromisso de remontar em seus desfiles, músicas, vestimentas, penteados, temas e adereços, histórias e elementos culturais das religiões de matriz africana. O próprio nome do bloco representa esta proposta, em tradução livre Ilê Aiyê significa “mundo negro” na língua africana Ioruba. Segundo um dos fundadores, o Vovô do Ilê, mesmo que existissem as influências das referências norte-americanas acerca do orgulho negro, a organização optou por representar suas raízes africanas:

Na década de 1970 tinha a influência, a gente já ficando rapazinho, do movimento negro americano. Com toda a dificuldade da ditadura, mas a gente já tinha acesso, na época, às músicas que chegavam, aos discursos, às nossas festas, porque todos nós aqui usávamos cabelo *black*, todo mundo curtia o Brown. Todo mundo se vestia à moda do negro americano. Mas, quando fundamos o Ilê Aiyê, nós optamos pela África: “vamos trabalhar com a origem, com a mãe África”. (...). A nossa busca sempre foi essa relação com a ancestralidade, com a África, com a religião. Isso sempre foi mais forte (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.107).

---

<sup>59</sup>A cultura percussiva do Olodum (Instituição sem fins lucrativos e de utilidade pública, fundada em 25 de Abril de 1979), agrega expressões de vida e tradições, cultivando um senso de continuidade dos valores socioculturais africanos. Ao mesmo tempo, transmite conhecimento e gera um sentimento de identidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e singularidade humana.

Com a bênção e supervisão de Mãe Hilda Jitolu, foi formado um grupo responsável pela organização do primeiro desfile que ocorreria no ano seguinte em 1975. De acordo com Pinho (2003), compunham este grupo o Vovô do Ilê, Apolônio de Jesus, Dete Lima e Macalé. Estes tinham a particularidade de pertencer a uma incipiente classe operária negra que surgia a partir da instalação do Centro Industrial de Aratu em 1966 e do Polo Petroquímico de Camaçari em 1972. Pagando salários muito superiores aos praticados localmente, a indústria do petróleo marcou uma nova e importante fase da modernização e industrialização baiana. Em razão da necessidade de mão de obra qualificada, estes polos passaram a desenvolver uma força de trabalho técnica local que conseqüentemente promoveu uma certa mobilidade social, conforme Pinho (2003): “estes trabalhadores terão uma origem na baixa classe média ou na pobreza ‘remediada’ e se formarão no ambiente otimista dos anos setenta, atendendo as demandas da consolidação de uma sociedade técnica e aberta onde sua formação valeria como acesso ao mundo das classes (PINHO, 2003, p.40). Tal conjuntura possibilitou que membros do Ilê Aiyê dispusesse de recursos para custear seus primeiros desfiles, como nos relata Vovô:

Nós saímos com cem pessoas no primeiro ano, em 1975, com uma dificuldade muito grande. Na verdade, do segundo ano em diante, 1976, 77, os primeiros patrocinadores do bloco pode-se dizer que fomos nós. Porque a gente trabalhava no Polo Petroquímico. O Apolônio já trabalhava lá, depois fui para o Polo também, e o Polo Petroquímico, na época, pagava muito bem. Entrei como estagiário, estava solteiro e tinha 21 anos. Então a gente mesmo tinha condições de bancar as coisas do bloco (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.192).

O primeiro tema de desfile do Ilê funcionou como um protesto à exclusão velada da população negra dos blocos de carnaval de Salvador, que eram compostos majoritariamente pela elite branca como ainda é até os dias de hoje. Segundo relatos, mesmo os negros que tinha condições de pagar para sair nestes blocos eram impedidos de frequentá-los. Sendo assim, o bloco afro surgia com a proposta de ser um espaço de socialização e recreação da comunidade negra soteropolitana. Anunciado num panfleto onde se lia “Ilê-Aiyê 75 Ilê Aiyê: *apenas um bloco original SÃO OS AFRICANOS NA BAHIA*”, o primeiro desfile teve a participação de aproximadamente 200 membros, todos negros, uma das regras para composição do bloco. Com as bênçãos e proteção dos Orixás intermediadas pela matriarca Mãe Hilda, o Ilê subiu a ladeira do Curuzu ao som dos tambores e do toque Ijexá, levando até o centro da cidade uma linguagem corporal e estética negra. Reivindicado a ampliação dos espaços de participação negra na cidade, as letras das canções entoadas pelo bloco convidavam a todos os negros a iniciar o movimento de autovalorização da negritude, reconhecendo suas identidades étnicas e buscando

um sentimento de solidariedade entre os negros. Em uma das suas músicas mais representativas, o bloco canta:

*Somo crioulo doido, somos bem legal.  
Temos cabelo duro, somos black power.  
Somo crioulo doido, somos bem legal  
Temos cabelo duro, somos black power  
Que bloco é esse? Eu quero saber  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você)  
Que bloco é esse? Eu quero saber  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você  
Branco, se você soubesse  
O valor que o preto tem,  
Tu tomava um banho de piche, branco  
E ficava preto também [...]  
(CAMAFEU, 1974)*

O Ilê recriava o espaço do Ilê Axé Jitolu na grande avenida, demonstrando que a tentativa de apagar as heranças culturais africanas havia fracassado. Entretanto, como era de se esperar, o primeiro desfile do Ilê causou revolta na opinião pública conservadora baiana. Acusando o bloco afro de cometer uma espécie de racismo reverso, o Jornal *A Tarde*, de grande circulação à época, publicou uma nota desqualificando o projeto político apresentado pelo Ilê sob o argumento de que no Brasil não havia conflitos raciais:

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: ‘Mundo Negro’, Black Power, Negro pra Você, etc., o bloco Ilê Aiyê, apelidado de bloco do racismo, proporcionou um feio espetáculo neste carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte-americana, revelando enorme falta de imaginação, uma vez que em nosso país existem uma infinidade de motivos a serem explorados, os integrantes do ‘Ilê Aiyê’ – todos de cor – cegaram até a gozação dos brancos e demais pessoas que os observavam no palanque oficial. Pela própria proibição existente no país contra o racismo é de se esperar que os integrantes do ‘Ilê’ voltem de outra maneira no próximo ano, e usem em outra forma a natural liberação do instinto característico do carnaval (*A Tarde* 12/02/1975 apud SILVA, 2001, p.62)

Felizmente, o desejo do folhetim não se concretizou e o Ilê Aiyê retornou para avenida nos anos seguintes. Em 1976 surgiu seu primeiro tema relacionado diretamente à África contando a história dos guerreiros Watusi e o primeiro tecido é artesanalmente pintado. Conhecidas por suas cores vibrantes, branco, vermelho, amarelo-ouro e preto, as fantasias usadas pelos componentes do Ilê buscavam remeter aos trajes africanos. Os turbantes, tradicionais amarrações africanas, em conjunto com os adereços utilizados, compõem uma estética afrocentrada que busca demonstrar aos negros brasileiros a realeza de sua origem ancestral. Em 1979, a organização produziu a “Noite da Beleza Negra”, concurso direcionado à exaltação e protagonismo das mulheres negras baianas. O evento, que elege a “Deusa do

Ébano”, busca contrapor os padrões hegemônicos dos concursos de beleza convencionais onde o biótipo branco é o valorizado. Ultrapassando o âmbito puramente estético a Noite da Beleza Negra também tem o propósito de incentivar as mulheres negras a ocupar um local de fala e de representatividade, onde estar ciente de sua ancestralidade e identidade racial é muito importante.

O concurso investia em outras formas de avaliação, considerando como quesitos necessários para a escolha de sua vencedora o tipo de penteado apresentado, a roupa utilizada (confeccionada pela própria candidata), as estamparias do tecido, a graça e desenvoltura na dança afro. O próprio formulário de inscrição era considerado um primeiro instrumento de avaliação, uma vez que, juntamente com questões costumeiras em todo tipo de formulário, trazia um questionamento as candidatas: “para você o que é a negritude?” (MARTINS, 2017, p.108)

A Deusa do Ébano tem a responsabilidade de exaltar a alta estima da comunidade negra soteropolitana e representar o bloco e sua comunidade nos diferentes eventos. Por isso, ter um discurso politizado e consciente é um importante fator para a articulação entre identidade, cultura negra e educação que o Ilê Aiyê tanto preza. Ainda em 1986, o bloco afro se tornou uma associação visando ampliar o alcance e a potencialidade do trabalho já desenvolvido durante o carnaval. Dentre as ações educativas que o Ilê passou a produzir, destacamos a fundação da Escola Mãe Hilda, um projeto que busca garantir o direito básico da educação às crianças do bairro, já que as escolas existentes não supriam todas as demandas da comunidade. Idealizado pela Yalorixá Mãe Hilda, a escola começou com o objetivo de alfabetizar as crianças e formá-las até a terceira série, no decorrer do tempo passou a ampliar os atendimentos e a transformar-se em uma instituição de ensino formal que atende anualmente cerca de 200 crianças da comunidade e dos bairros vizinhos: “Além de oferecer aulas das disciplinas da educação escolar tradicional como: português, matemática e geografia fazem parte do currículo pedagógico da escola a história social e cultura afro-brasileira, indo desde as crenças religiosas até a culinária e estética negra.” (OLIVEIRA, 2017, p.109).

Como podemos observar, as redes de organizações e lideranças criadas na primeira metade da década de 1970 fomentaram um espaço crítico e a formação de uma coletividade negra essencial para a construção de um movimento negro unificado. A articulação política feita através do incentivo à cultura e a valorização da identidade negra era um instrumento importante num contexto de repressão, onde uma ditadura militar com seus órgãos de segurança e informações também acompanhava as mobilizações que surgiam no seio dos movimentos negros. De acordo com Almicar Pereira (2010), é possível encontrar nos arquivos do Serviço

Nacional de Informações (SNI), alertas sobre “manifestações de racismo negro” no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia:

Continuando o acompanhamento que vinha sendo feito, com mais intensidade, desde o ano passado, foram detectadas várias manifestações de Racismo Negro, exteriorizado de forma mais concreta no movimento “Soul”, que tomou conta da juventude negra do Rio de Janeiro e São Paulo, e começou a espalhar-se para o Nordeste com o movimento “Black Bahia”. Também os institutos de cultura-afro-brasileira, ampliando-se, ultimamente, têm, em muitos casos, parcela de responsabilidade no estímulo a atitudes racistas e revanchistas, por parte de jovens negros, que vêm neles e no movimento “Black” uma maneira de auto-afirmação racial. Esses movimentos, caso continuem a crescer e se radicalizar, poderão vir a originar conflitos (PEREIRA, 2010, p.130-131).

Como indica Napolitano (2014), até o começo de 1977, a abertura política era uma miragem, um projeto ainda incerto do governo militar que continuava a perseguir movimentos organizados e proibir manifestações de rua. Porém, em meados daquele ano, as organizações estudantis voltaram a se organizar e “rompendo o tabu de não ir às ruas para protestar contra o regime, uma das leis de ferro da era AI-5, os estudantes conseguiram dar visibilidade para a questão democrática e apontar os limites da chamada “abertura” (NAPOLITANO, 2014, p.235). Em setembro de 1978, cada vez mais criticado por atores sociais e políticos, o governo militar começou a construir uma agenda política voltada para a transição democrática, começando pelo anúncio da Emenda Constitucional nº11, que derrubou o AI-5, a cassação de deputados pelo Poder Executivo e com a censura prévia.

Neste contexto surgem as primeiras articulações para a construção do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDCR), que posteriormente conheceríamos como Movimento Negro Unificado. No âmbito do seu surgimento o MNUDCR agrupava diferentes grupos e perspectivas de pensamento e atuação. Debates sobre cultura x política e raça x classe dominam neste período, assim como a influência dos partidos de esquerda na formação da nova geração de ativistas negros, pontos que serão aprofundados no nosso próximo capítulo.

### **Capítulo III – O nascer de uma nova era: Redemocratização, Movimento negro e as eleições de 1982**

Quando falamos a respeito do período de redemocratização no Brasil (1974-1985) um dos pontos que precisam ser ressaltados é que este processo foi iniciado e conduzido pelo governo militar. De acordo com Codato (2005), embora os movimentos sociais tenham influído de maneira decisiva no ritmo da liberalização do regime, tal processo teve sua natureza, andamentos e objetivos determinados pelos militares que, por sua vez, tinham dois objetivos principais: restabelecer a ordem no interior da estrutura militar e garantir uma estabilidade institucional ao regime por meio de uma retirada negociada do poder. Isto porque, segundo o autor, “o controle que as Forças Armadas exerceram sobre o aparelho do Estado e sua presença ostensiva na cena política acabaram por importar uma série de conflitos políticos e ideológicos para o aparelho militar, subvertendo a hierarquia tradicional” (CODATO, 2005, p.84).

Neste sentido, era preciso resolver problemas internos à corporação, afastando gradualmente o aparelho militar da política nacional de forma “segura”. Conforme explica Silva (2003), a saída negociada dos militares deveria comportar garantias básicas para o regime como “evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento – de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do próprio Geisel e a incorporação de uma nova constituição” (p.262). Tal constituição também deveria ser introduzida pelos militares e jamais através de uma constituinte. Dessa forma, o regime institucionalizaria um modelo político mais liberal, restaurando algumas liberdades civis mínimas e garantindo que não houvesse retaliações posteriores.

Tal projeto foi construído visando uma mudança “lenta, gradual e segura” em três fases distintas: distensão política, abertura e transição democrática. A primeira iniciou-se no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), com um relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade. Neste período, a estratégia seria abrir canais de diálogo com alguns setores liberais sem necessariamente abandonar a repressão à esquerda e aos movimentos sociais como um todo. Tal fato pode ser constatado no saldo repressivo do governo Geisel, que resultou em 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. Além de que, o Congresso foi fechado durante 15 dias em 1978 e a censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada (NAPOLITANO, 2014).

A agenda de abertura política começa a ser efetivada então após 1977, quando há a revogação do Ato Institucional nº5 por Geisel e a indicação oficial de João Figueiredo para a presidência. O então chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), apesar de figurar a ala linha dura do regime militar, mostrava-se a melhor opção para enfrentar o crescente apoio à figura do general Silvio Frota. Considerado porta-voz dos “duros”, Frota não escondia sua insatisfação com a distensão que, para ele, facilitaria a volta da subversão comunista. Anticomunista convicto, o general colocou-se como reserva moral da ditadura, e desde 1977, remetia à Presidência longos relatórios fazendo alarmes acerca da “infiltração comunista” no governo. Crítico ferrenho de Geisel, Frota iniciou uma articulação para a campanha presidencial que contou com o apoio de cerca de 90 políticos da Arena. Acusado de orquestrar um levante militar contra o governo, Silvio Frota foi demitido por Ernesto Geisel antes de concretizar seus planos de candidatura. Esta medida de contenção, porém, não enfraqueceu a ala mais conservadora dos militares que continuavam a se opor ao processo de redemocratização. Desta forma, a chegada deste grupo ao poder ofereceria um perigo iminente ao processo de abertura política bem como seus objetivos iniciais, situação que a eleição de Figueiredo deveria evitar cumprindo o processo de abertura política, nos termos que o contexto impunha: lenta e gradual.

Sob o nome de “política de abertura”, o último presidente da ditadura militar (1979-1985), deixou claro desde o início sua intenção de conduzir a abertura em um ritmo compatível com a segurança do regime. Entre suas principais realizações constam: a normalização da atividade parlamentar, a extinção do bipartidarismo e a sanção da Lei da anistia que “perdoava” todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde a edição do Ato Institucional nº1 em 1964. Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), havia então 52 presos políticos, dos quais 17 foram libertados imediatamente e 35 permaneceram à espera de uma análise mais demorada dos seus processos. Entre presos, cassados, banidos e exilados a Lei da Anistia beneficiou 4.650 pessoas.

Embora tenha sido desenhado e monitorado pelo governo ditatorial, o processo de redemocratização política não seguiu estritamente o arranjo proposto pelos mesmos que passaram a enfrentar um novo elemento naquele jogo político: o ressurgimento dos movimentos sociais que passaram a ocupar as ruas a partir de 1977. A campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita é reconhecida como o primeiro movimento nacional unificado contra a ditadura. Sua articulação começou a partir da criação do Movimento Feminista pela Anistia –MFPA em 1975, organização que construiu sua atuação por meio de núcleos estaduais e regionais que editavam e distribuíam boletins e jornais reivindicando a anistia política. Lançado pela ex-prisioneira política Therezinha Zerbini, a MFPA reuniu mães e familiares de presos políticos e de exilados

brasileiros em um manifesto que acumulou 16 mil assinaturas em todo Brasil. A partir desse momento, o tema da anistia política ganhou a cena pública como palavra de ordem agregadora da luta de diferentes setores de oposição ao regime militar. Contando com o MFPA e outros grupamentos, além da participação de entidades civis e de classe e de amplos setores da sociedade – estudantes, intelectuais, artistas, advogados, sindicatos, presos políticos e seus familiares, setores da Igreja, parlamentares – o movimento experimentou avanços e recuos, logrando conquistas importantes.

Nesta trajetória, o ano de 1977 seria decisivo. Além da criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia – CBA's foram registradas inúmeras manifestações estudantis em protesto contra prisões e torturas de presos políticos em várias regiões. Segundo Napolitano (2014), mesmo durante a fase mais repressiva do regime, o movimento estudantil não deixou de atuar politicamente pois sua mobilização era construída a partir dos *campi* universitários com os diretórios acadêmicos e os eventos de caráter político-cultural. Sendo assim, as passeatas que começam a surgir naquele ano já eram fruto de tensões e articulações acumuladas por anos pelo movimento estudantil que passaram a anunciar um novo ciclo de luta por redemocratização, onde a sociedade civil não aceitaria mais um projeto de abertura lento e inexpressivo de forma complacente.

No dia 5 de maio de 1977, manifestantes saíram em marcha do Largo São Francisco em direção à Praça da República, no centro de São Paulo, em horário comercial reivindicando o direito da anistia aos presos políticos opositores ao governo. Impedidos pela tropa de choque da Polícia Militar de continuar a passeata, os estudantes sentaram-se em pleno asfalto do Viaduto do Chá e leram seu manifesto de resistência:

Hoje, consente quem cala. Porque não mais aceitamos as mordanças é que hoje exigimos a imediata libertação dos nossos companheiros presos (...). É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: fim às torturas, prisões e perseguições políticas (...). Anistia ampla e irrestrita a todos presos, banidos e exilados políticos; pelas liberdades democráticas<sup>60</sup>.

O manifesto foi recebido com aversão pelos militares, que na pessoa do ministro Arnaldo Falcão, soltou uma nota ameaçando os manifestantes e proibindo qualquer tipo de mobilização coletiva que perturbasse a ordem pública. A imprensa, por sua vez, produziu uma atmosfera de temor generalizado ao sugerir que as passeatas poderiam levar ao adiamento das

---

<sup>60</sup> Manifesto Pelas Liberdades Democráticas, em Marcos Napolitano, *Nós que amávamos tanto a democracia: protesto de rua na grade São Paulo (1977-1984)*, dissertação de mestrado em História Social, 1994 (anexos).

eleições e ao fechamento do congresso, como havia acontecido em 1968. Contudo, apesar das ameaças e da repressão policial, os estudantes marcaram um “Dia Nacional de Luta pela Anistia”, que promoveu marchas em todo país.

Neste dia, perseguidos pela polícia, os manifestantes decidiram adotar a estratégia de fazer pequenos protestos em lugares e horários diferentes, com o objetivo de despistar os agentes públicos. Entretanto, na realização do III Encontro Nacional dos Estudantes a repressão policial atingiu níveis de repressão maiores. O evento, que viria a ocorrer na cidade universitária da USP, foi realocado de última hora para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como forma de inibir as ações policiais no encontro. Quando a manobra foi descoberta pela Secretaria de Segurança Pública, o evento estava encerrando e contava com um número reduzido de pessoas. Ainda assim, a operação continuou e a PUC foi invadida pelos agentes que prenderam cerca de mil estudantes e depredaram salas e dependências da instituição (NAPOLITANO, 2014).

Apesar das repressões, nos anos de 1978 e 1979 a campanha pela anistia expandiu suas alianças com outros movimentos, principalmente os sindicais e populares, que então emergiam com força no cenário político do país. Dessa forma, o movimento ganhou o apoio amplo da população e aumentou a pressão sob o governo militar para que a Lei da Anistia fosse promulgada, fato que ocorreu em 28 de agosto de 1979. O projeto de lei, elaborado pelos militares não atendia todas as reivindicações do movimento visto que a tendência do governo era outorgar uma anistia parcial, que excluísse os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o regime. Como se não bastasse, tal lei, sob nº 6.683, impedia que militares envolvidos em crimes de tortura e morte fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas, o que garantiria a segurança do regime.

Em que pese sua vitória parcial, as campanhas e manifestações pela Anistia reconfiguraram a agenda da redemocratização ao passo que as mesmas romperam o tabu de não sair às ruas contra o regime, uma das determinações expressas do AI-5, fato que abriu caminhos para a mobilização de outros setores organizados da sociedade. De acordo com Napolitano (2014)

Durante a crise estudantil de 1977, muitas vozes expressivas de diversos setores sociais, profissionais, religiosos e culturais se manifestaram na carona dos protestos de rua. Não houve dia, naquele ano, em que a imprensa não publicasse notícia sobre as “siglas da democracia”. Foi uma verdadeira sopa de letras que se tornaram sinônimas da oposição democrática: OAB, CNBB, SPBC, AIB. Era o apogeu da crença na “sociedade civil”, termo que se

consagrava como expressão da luta pela democracia, contrapondo-se ao lugar do autocrático, o Estado (NAPOLITANO, 2014, p.236).

Dentre estas vozes constavam uma nova geração de ativistas negros que seriam responsáveis pela fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MCDR) fundado em 1978 e conhecido posteriormente como Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Amílcar Pereira (2010), o surgimento do MNU deu-se num contexto de efervescência política causada pelas passeatas estudantis e pelas greves do ABC paulista ocorridas em maio e junho daquele ano<sup>61</sup>. Para o autor, tais mobilizações demonstraram que já seria possível partir para um enfrentamento direto nas ruas, traçando uma rota de protesto negro diferente daquelas que ocorriam até o momento com grupos de pesquisa e organizações culturais, conforme demonstramos no capítulo anterior.

Além da mobilização política, outro fator que influenciou para a organização de um movimento negro unificado foi o contexto de crise econômica que assolou o país a partir de 1974 e que atingia, principalmente, a população negra. De acordo com (FERREIRA; DELGADO, 2003), no início do governo Figueiredo, a inflação beirava os 50% ao ano e, a despeito das altas taxas de lucro das empresas estrangeiras que chegaram ao país no período do “milagre econômico”, os trabalhadores enfrentavam uma piora significativa em suas condições de vida, consequência política recessiva de controle de créditos e salários. Neste sentido, o sustento do repentino crescimento econômico significou, para a classe trabalhadora, uma intensificação da exploração do trabalho, conforme demonstra Andion (2020):

A perda do poder de compra, causado pelo rebaixamento salarial, fez com que mulheres e crianças sentissem a necessidade de trabalhar nas fábricas, para complementar a renda familiar, o que contribuiu como mais um fator para o barateamento da mão de obra. Além disso não havia horas extras, as quais os trabalhadores se submetiam pelo medo de perder seus empregos e com o objetivo de reforçar a renda (ANDION, 2020, p.19).

A industrialização intensa pela qual passou a região metropolitana de São Paulo também deu sequência a um crescente processo de urbanização forçada dos grandes centros. Com a centralização dos empregos nas indústrias, os trabalhadores rurais amargavam péssimas condições de subsistência e conseqüentemente passaram a migrar das regiões menos industrializadas, como o norte e o nordeste, para as grandes cidades onde a promessa de “novas oportunidades” era uma constante. Dentro deste contexto, ao se deparar com uma nova

---

<sup>61</sup> Os movimentos grevistas ocorridos na região do ABC Paulista no final dos anos 1970, marcaram o ressurgimento da luta sindical no país. Como reação à precarização das condições de trabalho e o arrocho salarial, os operários de empresas automobilísticas como a Ford, Mercedes e Volkswagen iniciaram um ciclo de greves e paralizações que durou até o ano de 1980.

realidade, muitos buscavam moradias nas periferias das cidades, onde os preços dos imóveis eram mais acessíveis justamente por não ter acesso a recursos básicos como saneamento e transporte público. De acordo com Lélia González e Carlos Hasenbalg, este quadro social atingiu principalmente famílias negras que viviam “amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem presença policial só que não é pra proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar” (GONZALEZ; HANSENBALG, 1982, p.15).

Tais condições sociais desempenharam um papel decisivo nas premissas teóricas e de atuação adotadas pelo movimento negro contemporâneo que estava surgindo. Diante do esmagamento estrutural vivenciado pela comunidade negra, a visão de luta adotada a partir de então pelos ativistas negros buscava associar os marcadores de raça e classe na luta por transformação social. O depoimento de Sueli Carneiro, uma das principais lideranças políticas do período, ilustra bem esta premissa:

Em 1978 nasceu o MNU, (...) que traz uma nova perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando os temas raça e classe. O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais de esquerda, que eu acho que foi a influência fundamental de toda militância da minha geração (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.196).

Esta articulação entre raça e classe se apresenta com mais força dentre os militantes negros da geração de 1970 devido às experiências que muitos destes compartilhavam junto a grupos de esquerda que ressurgiam naquele contexto de resistência à ditadura militar. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, teve em seus quadros de militantes nomes como Yedo Ferreria, fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África- Símba e do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN e Thereza Santos, fundadora do Centro de Cultura e Arte Negra-CECAN. Por conseguinte, o elo mais forte entre a esquerda e o movimento negro naquele período era representado pelo Núcleo Negro Socialista, um grupo de ativistas negros que faziam parte da Liga Operária, conhecida posteriormente como Convergência Socialista.

A liga operária (1972-1978), grupo socialista de forte influência trotskista, foi fundada na Argentina por exilados brasileiros ligados à Mario Pedrosa. No Brasil, o grupo formou seus primeiros núcleos em Santo André e na Escola de Sociologia e Política, em São Paulo. Segundo Michael Hanchard, o coletivo era “a célula mais ideologicamente radical e militante dos grupos esquerdistas que restaram em São Paulo depois da institucionalização da ditadura” (2001, p. 146). Sua abertura para a questão racial se dava em razão de haver, no interior da convergência,

um grupo de trotskistas negros que se inspiravam na colaboração estratégica de Trotsky com o intelectual e ativista negro C.L.R James, escritor de *Jacobinos Negros*, obra sobre a Revolução Haitiana que se tornou símbolo dos movimentos pan-africanistas e anticoloniais na África, no Caribe e nos Estados Unidos. Segundo explica Hanchard:

Trotsky manteve discussões com James a respeito da ligação entre a luta pela igualdade racial nos Estados Unidos e as preocupações do Partido Comunista, voltadas para os trabalhadores, durante a época em que esteve exilado no México, na década de 1930. Essas discussões foram publicadas e disseminadas de outras maneiras, e acabaram chegando às mãos dos esquerdistas brasileiros exilados na França, Grã-Bretanha e noutros países da Europa ocidental no início dos anos 1970. A conjugação que faziam entre raça e classe foi avidamente acolhida por militantes negros, que tinham sido historicamente alienados pelo positivismo materialista da esquerda brasileira branca. Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, o falecido Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto e outros, ligaram-se à célula da Convergência em São Paulo. Mais tarde, emergiram dela como figuras axiais na criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que depois se transformou no Movimento Negro Unificado. (HANCHARD, 2001, p. 146).

O Núcleo Negro Socialista, um dos principais responsáveis pela formação do MNU, acreditava que a superação do racismo só poderia ocorrer com a ruptura das estruturas de poder capitalistas às quais o mesmo estava ligado. Neste sentido, o foco seria utilizar a base marxista para articular analiticamente o problema racial e o problema das classes sociais do país, sem tornar o primeiro mera consequência do segundo. Podemos conhecer um pouco mais sobre a perspectiva destes ativistas através do Jornal *Versus*. Editorial fundado em 1975 pelo jornalista Marcos Faerman, o *Versus* tinha como objetivo principal difundir o pensamento de intelectuais de oposição à ditadura militar.

Fazendo parte da imprensa alternativa, o jornal contava com uma estrutura profissional de redatores e jornalistas, além de uma rede de distribuição que abarcava as principais capitais brasileiras. Em sua décima segunda edição, o folhetim lançou a seção *Afro-Latino-América*, coluna dedicada a refletir sobre a temática racial no país por meio da contribuição de jornalistas negros como Oswaldo Camargo, Jamu Minka, Neusa Maria Pereira, Tânia Regina Pinto e Hamilton Cardoso. Neste espaço, eram publicadas as principais reivindicações de setores do movimento negro que estavam se reorganizando durante a ditadura militar, bem como denúncias de discriminação racial que marcavam o cotidiano do negro brasileiro.

Para Fábio Nogueira e Flávia Rios (2014), a atuação política no jornal *Versus* seria o exemplo mais bem-acabado de uma aliança entre ativistas negros e a esquerda política pois “nele, a juventude negra organizada na Liga Operária inseriu a pauta racial no debate sobre a

redemocratização e se apresentou como ator coletivo organizado” (NOGUEIRA; RIOS, 2014, p.509). Num artigo intitulado “Nós e a Convergência” da seção Afro-Latino-América é possível constatar tal articulação quando os redatores citam a importância de se construir um movimento negro de frente ampla, que dialogasse com diferentes setores políticos.

As barreiras sociais, colocadas contra o negro e todos os setores oprimidos, são produto do regime capitalista. Seria, inclusive, por isso, um erro discutirmos a questão negra apenas em entidades ou grupo fechados, sem a participação de outros setores. O negro, organizadamente, deve levantar todas as suas reivindicações sociais e raciais para o conjunto da sociedade. Hoje, existe um determinado espaço político a ser ocupado. E deve sê-lo, pela convergência socialista, e nós, do Afro-Latino-América lutamos para que isso aconteça.<sup>62</sup>

Entretanto, segundo o depoimento de Milton Barbosa, quando o MNU começa a ser estruturado em 1978, houve um rompimento do Núcleo Negro Socialista com a Liga Operária visto que os debates sobre raça não eram abraçados pela totalidade da organização: “Na realidade, eles queriam a nossa discussão, o nosso conteúdo, mas não queriam nos inserir de fato no negócio” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.155) Os conteúdos apreendidos até então foram redirecionados para a formação de um Movimento Contra a Discriminação Racial autônomo e de base ampla, ou seja, uma mobilização de grupos sociais oprimidos racialmente que lutavam contra a opressão e a discriminação racial. Neste sentido, num primeiro momento o MCDR não era uma organização exclusivamente negra pois buscava aglutinar outros grupos raciais como os indígenas e os judeus.

O marco de fundação do MCDR foi a realização do ato público contra o racismo realizado em 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Segundo consta em depoimentos, o protesto seria uma reação aos casos de discriminação racial que ocorriam com frequência durante a ditadura militar:

Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael Pinto, o Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso no 44º Distrito Policial de Guaianazes e foi torturado, vindo a falecer em consequência das torturas. Isso revoltou a população negra e saiu no jornal Folha de São Paulo. Logo em seguida, teve discriminação de quatro garotos negros, que foram impedidos de treinar no time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê. Havia o João Bolquiam, um dos técnicos lá, que denunciou. Nós fizemos reuniões e resolvemos fazer uma grande manifestação (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.197).

---

<sup>62</sup> Afro-Latino-América. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edição fac-similar 2014, p.46.

Conforme o relato de Milton Barbosa, eleito presidente do ato, as reuniões que antecederam a fundação do MCDR contaram com a participação de diversas entidades e organizações negras, entre elas: o Centro de Cultura e Arte Negra-CECAN, o Centro de estudos afro-brasileiros, a Câmara de Comércio afro-brasileira e o Núcleo Negro Socialista. Nestes encontros, os ativistas discutiram a necessidade de criar um movimento unificado contra a discriminação racial como forma de reação aos episódios de violência contra a população negra, decidiram então realizar um ato de lançamento público do movimento no dia 07 de julho, data escolhida em razão do prazo necessário para preparar a manifestação “tínhamos umas três semanas, tempo suficiente para rodar material, fazer contato com a imprensa, com a Igreja, setores de direitos humanos, contatos internacionais” (ALBERTI; PEREIRA 2007, p.198).

Durante este intervalo de tempo, as organizações responsáveis pelo ato também se prepararam para negociar com as forças de repressão, evitando que houvesse empecilhos no momento da manifestação. Levando em consideração a recepção dada a protestos anteriores, foi acordado que a melhor estratégia seria entregar uma carta ao secretário de segurança do estado solicitando a permissão para a realização do ato: “Elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito. (...) E foi bom isso porque, nesse contato, em função daquela cartinha, liberaram a praça” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.199). Com o caminho livre, passaram então a distribuir a carta de convocação à população produzida durante uma reunião do Cecan, que dizia:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida. (...) O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18:30h, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela imprensa<sup>63</sup>.

De acordo com Lélia González (1982), assinavam o documento os seguintes grupos e associações: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira; o Centro de Arte e Cultura Negra; a Associação Recreativa Brasil Jovem, Afro-latino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-brasileira, Jornegro, Company Soul e Zimbabwe Soul. Além dos grupos paulistas, contatos também foram estabelecidos com coletivos do Rio de Janeiro que assinaram uma nota conjunta de solidariedade remetida à matriz paulista, entre eles constavam: o Núcleo Negro

---

<sup>63</sup> Carta convocatória Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (1978). Disponível em: <[www.historiadaditadura.com.br/post/plano-de-aula-o-movimento-negro-e-a-ditadura](http://www.historiadaditadura.com.br/post/plano-de-aula-o-movimento-negro-e-a-ditadura)>. Acesso em 01/09/2022.

Socialista, o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). O encontro para a saída do ato se deu na galeria Nova Barão partindo em direção às escadarias do Teatro Municipal. Além dos organizadores, encontravam-se entre os manifestantes Abdias Nascimento que havia chegado ao país naquela semana. O ato também recebeu cartas de apoio de entidades negras da Bahia e dos presos da Casa de Detenção de São Paulo, onde era desenvolvido um projeto de conscientização racial.

Conforme relatos dos participantes (GONZALEZ, 1982; ALBERTI; PEREIRA, 2007), o clima era de emoção graças ao espírito de luta que reuniu uma multidão de cerca de duas mil pessoas, brancas e negras, em prol da luta por justiça racial. Foram colocados cartazes e faixas com as reivindicações do movimento, além da distribuição e leitura da carta aberta “Contra o Racismo” à população, fato que marcou a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o sub-emprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.49)

Na carta de apresentação, o movimento que surgia se colocava como um instrumento de luta da comunidade negra, onde o princípio básico deveria ser a denúncia de todo ato de discriminação racial e a constante organização da comunidade para o enfretamento a todo e qualquer tipo de racismo. Buscando a unificação dos grupos negros que lutavam contra a discriminação racial, a carta também propunha a criação de centros de luta do MUCDR em todo lugar onde o negro vive: nos bairros, vilas, prisões, escolas e locais de trabalho. Estes centros deveriam promover o “debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-os um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos setores da sociedade negra” (GONZALEZ, 1982, p.50). Por fim, a carta reforçava o compromisso de criar um movimento de frente ampla ao convidar os setores democráticos da sociedade a engrossarem a luta por uma verdadeira democracia racial.



Imagem 19: *Manifestação do Movimento Negro Unificado nas escadaria da Igreja da Sé, em São Paulo (1978). Imagem: Folhapress.*

Além da carta foram lidas as moções de apoio ao evento e algumas lideranças do movimento também realizaram discursos cobrando melhores condições de vida para o povo negro. Para Milton Barbosa, foi um ato vitorioso porque fora realizada uma articulação muito bem-feita com a Imprensa e com Secretaria de Segurança Pública. Na semana anterior, o mesmo tinha participado de uma reunião com Boris Casoy na *Folha São Paulo* com o objetivo de conseguir um espaço de divulgação do ato no folhetim. Acordo que se concretizou visto que, no dia seguinte, a *Folha* publicou uma matéria repercutindo a criação do MUCDR: “O braço direito esticado e a mão fechada, gesto característico do movimento americano ‘Black Power’, foi usado ontem, nas escadarias do Teatro Municipal, como princípio de uma luta negra contra o racismo no Brasil” (PEREIRA, 2010, p. 191).

Após a realização do ato público, o próximo passo da mobilização foi a execução de uma assembleia interestadual, com a participação dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo no dia 23 de julho. Nesta ocasião, dentre as propostas levantadas, destaca-se a inclusão da palavra “negro” ao nome do movimento que viria ser Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Segundo Pereira (2010), essa mudança foi relevante pois “ao invés da construção de uma frente ampla reunindo todos os “discriminados” – como queriam algumas lideranças no processo – optou-se por se criar ali uma organização que reunisse somente entidades e grupos de negros (p.193).

A inclusão da palavra “negro” teria sido proposta por Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez que receberam apoio da maioria do grupo, com exceção de Hamilton Cardoso,

militante do Núcleo Negro Socialista que defendia a permanência do caráter amplo do movimento. Neste sentido, também é preciso esclarecer que Nascimento não representava um consenso entre os ativistas que estavam à frente do processo de fundação do MNU. Neste período em que o movimento estava sendo fundado, o intelectual estava preparando seu retorno definitivo para o Brasil, que viria a se efetivar em 1981, portanto não estava vinculado a nenhuma organização negra. Além disso, o seu surgimento acompanhado de Elisa Larkin, uma mulher branca, causava surpresa e desconfiança dentre os demais ativistas. O relato de Amauri Mendes Pereira nos oferece importantes informações sobre a recepção que Abdias recebeu neste novo núcleo de mobilização negra:

E aí se faz a discussão, as maiores brigas. Já queriam detonar o Abdias, porque as principais lideranças ali eram Hamilton e Miltão. Um pouco Rafael e um pouco Neusa Pereira. E principalmente, Hamilton e Neusa eram filiados à Convergência Socialista, que ainda estava na luta armada. Eram os mais radicais: a Convergência Socialista, os trotskistas. O Hamilton era realmente filiado; Miltão não tenho certeza, mas acho que também era. Eles eram as principais lideranças, ultraradicais. Eles diziam: “O Abdias é um burguês negro que foi para os Estados Unidos. Agora vem aqui querendo mandar. Não tem nada disso. Vamos detonar o Abdias”. Aí tivemos que circular um papel dizendo: O que é isso? É hora de juntar, hora de união. O cara lutou, o cara é de luta!”. Enfim, aceitamos o Abdias, “quebramos o galho” dele – realmente era assim, a radicalidade era muito grande: era quase um favor ao Abdias Nascimento (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.204).

Acreditamos que dois fatores podem ter levado a esta receptividade hesitante à figura de Nascimento: a história de conflitos que o ativista guardava com grupos de esquerda, que, por sua vez havia expandido sua influência no movimento negro da década de 70, e o seu posicionamento político mais direcionado à ala “cultural”, linha de atuação criticada por muitos ativistas deste período. Conforme demonstra Amílcar Pereira (2010), a dicotomia entre política e cultura configurou-se como um dos principais debates no movimento negro contemporâneo. Durante a fundação do MNU, “grupos do movimento se autodenominavam como estritamente políticos e avessos a muitas práticas chamadas por eles de culturais ou culturalistas” (PEREIRA, 2010, p.168). A utilização de práticas culturais como elementos importantes para a mobilização e conscientização racial era vista como uma estratégia ineficiente para a superação coletiva do racismo em seu plano estrutural. Dessa forma, na opinião desta geração, grupos que se baseavam na estética e cultura negra não teriam poder político de transformação social, sendo duramente criticados, conforme relata Antônio Carlos dos Santos, fundador do bloco afro Ilê Aiyê:

Nós fomos chamados de “falso africano” e de “tocador de tambor” pelo próprio pessoal do movimento negro. Essas pessoas achavam que tinha que

ser pelo político e não pelo cultural. Só que nós mostramos ao pessoal que só o fato de a gente criar um bloco desses já foi um ato político. E você faz o político junto com o cultural (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 313).

Com o passar do tempo, esta divisão mostrou-se sem sentido, e os próprios militantes do MNU passaram a realizar um processo de “africanização” onde “o discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana” (DOMINGUES, 2007, 117). Mesmo não ocupando um papel de “liderança” do movimento, Abdias Nascimento engajou-se no MNU ajudando a implantar muitos núcleos pelos estados brasileiros. Enquanto articulador do movimento, o mesmo foi incumbido junto à Lélia Gonzalez de viajar para Salvador a fim de informar aos grupos que haviam mandado sua moção de apoio ao Ato Público, a respeito das últimas decisões tomadas, entre elas a eleição de uma coordenação interestadual e uma comissão provisória encarregada de elaborar o Estatuto, Carta de Princípios e Programa de Ação do movimento. A adesão do núcleo baiano, representada pelo Núcleo Cultural Afro-brasileiro<sup>64</sup>, foi então consolidada conforme relata Gilberto Leal, liderança do grupo:

Em meados da década de 1970, a nossa militância era na Bahia, nós éramos bem domésticos. Quando passamos a integrar o MNUCDR foi que passamos a ter uma inter-relação nacional. E aí passei a conhecer outros militantes: Amauri, Yedo, Januário Gárcia, Miltão, e aí vão os grandes históricos. Abdias Nascimento retornou da sua vida fora do Brasil e passou a integrar, veio à Bahia. Passamos a conhecer Lélia Gonzalez, que também vinha à Bahia neste processo. Em 1978, quando foi fundado o MNUCDR, a gente mandou uma carta de apoio. (...) Não fomos ao ato, mas fomos à primeira assembleia no Rio de Janeiro, que se deu no ICPN, em setembro de 1978. Então, observe que estávamos iniciando a retomada da luta negra nacionalizada; depois da Frente Negra, talvez a mais nacionalizada (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.213).

A primeira Assembleia Nacional do MNUCDR foi realizada entre os dias 9 e 11 de setembro de 1978 nas dependências do ICPN, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes na ocasião as delegações de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, além dos cariocas e fluminenses. Segundo consta (GONZALEZ, 1982), o público estimado era de 300 pessoas no local, reunidas com o objetivo de discutir e votar os documentos básicos do movimento além de eleger uma Comissão Executiva Nacional e estabelecer uma posição oficial do movimento frente às eleições legislativas que viriam a acontecer. Neste evento, houve o primeiro racha no movimento, visto que disputas políticas e de concepções teóricas dominaram a reunião, que no

---

<sup>64</sup> Fundado em 1972, o Núcleo Cultural Afro-brasileiro foi o primeiro grupo do movimento negro baiano no período de redemocratização política. Composto por Gilberto Leal, Manoel Almeida, Lino de Almeida e Roberto Santos, esse coletivo se consolidou como um grupo de estudos sobre a realidade social do negro no Brasil.

primeiro dia durou 36 horas. O principal ponto da discórdia foi o estatuto do movimento que teria ficado sob responsabilidade da comissão do Rio de Janeiro, liderada pelo ICPN. Porém, na hora da apresentação do documento, outro Estatuto foi proposto pela comissão paulista, que diferia completamente do anterior, conforme explica Yedo Ferreira, integrante do ICPN:

Tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos. Por quê? O nosso estatuto dizia: o MNU tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser reivindicativo. E essa discussão, embora pareça uma coisa simples, é uma questão teórica, de princípios. Se ele é reivindicativo, não propõe coisa alguma, fica apenas do âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria de ser mobilizador, na medida em que vimos que ele teria que trabalhar com a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra, que era o que a gente colocava na época, e sim mobilizar a massa da população negra para reivindicar, porque ela está no subemprego, está favelizada (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.194)

No final das contas, a proposta do ICPN foi derrotada e o grupo se retirou do movimento. Após três dias exaustivos, os documentos básicos como o estatuto e carta de princípios foram votados e a fundação do MNU foi consolidada. Além disso, foi decidido o posicionamento da organização frente às eleições que seria baseado na noção de voto radical e significava a construção de uma plataforma das exigências da comunidade negra a ser apresentada aos candidatos negros e aos candidatos progressistas da oposição para que os mesmos buscassem efetivá-las durante o mandato.

Uma nova Assembleia Nacional foi então marcada para o dia 4 de novembro, que viria a acontecer na cidade de Salvador-Ba. A sede do evento foi o Instituto Cultural Brasil-Alemanha – ICBA, local que já era utilizado pelo Núcleo Cultural Afro-brasileiro para seus encontros. Apesar de ser uma instituição alemã, o ICBA teria se constituído uma importante referência para os militantes baianos por ser um local aberto para a comunidade negra, onde os mesmos encontravam uma bibliografia extensa sobre a questão racial. Além disso, a instituição era um dos poucos locais na capital baiana onde a repressão policial não era intensa, o que possibilitou a realização da segunda Assembleia Nacional do MNUCDR:

A segunda assembleia foi em Salvador, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. O Icba foi tão referência para quem militou politicamente nesse período que – pouca gente no Brasil sabe disso – a aprovação do dia 20 de Novembro como Dia da Consciência Negra se deu na Bahia, dentro do Icba, numa assembleia geral do MNUCDR em plena ditadura militar, no final de 1978. Sabe por que isso? Porque a polícia repressora, baseada no AI-5, não permitiu que fizéssemos a assembleia, e o diretor do Icba, que já convivía com essa nuance de debate negro lá dentro, porque a gente frequentava – O Luiz Orlando, o Manoel Almeida, o Roberto Santos -, ele cedeu o espaço e topou a briga, porque o Icba, por ser um território alemão, não poderia ser invadido pela polícia. Então, a criação do Dia Nacional da Consciência Negra foi na Bahia,

dentro do Icba, contraditoriamente num território alemão (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.214).

O estabelecimento do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra foi um marco para a história do movimento negro contemporâneo pois transformou a data comemorativa em um ato político de afirmação da história de resistência negro-africana no Brasil. Até então, o 13 de maio era utilizado pelos órgãos governamentais como um símbolo da benevolência da princesa Isabel que havia “libertado” os negros ao assinar a abolição da escravidão. Tal data não tinha nenhum valor representativo para a comunidade negra, pois como sabemos, a falsa abolição foi impulsionada justamente pela expansão do capitalismo e pela necessidade que a República brasileira tinha de se adequar às novas formas de produção capitalistas. Neste sentido, quando o MNUCDR determina que a data de 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, deveria ser o dia da comemoração de uma consciência negra, há um movimento de reconhecer o protagonismo negro em sua própria história. Graças a este empreendimento que hoje grupos e organizações negras de todo país se mobilizam em torno desta data, inspirando-se no espírito de resistência do quilombo dos Palmares para celebrar a luta negra contra a opressão racial.

De acordo com Amílcar Pereira (2010), após as assembleias do MNU, houve um crescimento considerável de coletivos negros em diferentes estados do país, entre eles constam: o Centro de Cultura Negra (CNN) do Maranhão; a Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; os blocos afro Olodum e Malê de Balê em Salvador e o Grupo Negro da PUC de São Paulo, todos fundados em 1979. A expansão do movimento gerou, inclusive, uma descentralização dos eventos que geralmente ocorriam no eixo Rio-São Paulo e que passaram a ser sediados pelas redes de organizações negras do Norte e Nordeste. Além do Seminário do Memorial Zumbi, que iremos tratar com mais detalhes à frente, estas entidades passaram a organizar os grandes Encontros de Negros do Norte e Nordeste, evento que aconteceu anualmente, sem interrupção, entre 1981 e 1989.

Nestes primeiros anos do MNUCDR, as estratégias de atuação adotadas são construídas a partir de dois pontos centrais: o investimento no terreno educacional como forma de conscientização racial e a denúncia pública do discurso da democracia racial. O trabalho com as escolas foi uma ferramenta adotada por muitas organizações que utilizavam a produção de cartilhas educativas para informar alunos e professores sobre as histórias de personalidades afro-brasileiras pouco representadas nos livros didáticos. A cartilha do CNN intitulada “Essa história eu não conhecia”, por exemplo, buscava aumentar a autoestima das crianças negras de

forma didática ao retratar uma mãe que contava histórias “positivas” dos negros após algum caso de preconceito sofrido pelo filho. Tais materiais também eram utilizados nas formações de novos integrantes do movimento que, por sua vez, abriram o debate acerca da necessidade de incluir o ensino da história dos povos africanos no Brasil nos currículos escolares.

O movimento também se empenhou na denúncia do discurso da democracia racial ao abordar temas como mestiçagem e branqueamento racial. Segundo Petrônio Domingues, foi desenvolvida uma campanha contra a mestiçagem, vista naquele momento como ferramenta de diluição da identidade do negro no Brasil: “O mestiço seria um entrave para a mobilização política daquele segmento da população. Segundo esta geração de ativistas, a mestiçagem historicamente esteve a serviço do branqueamento” (DOMINGUES, 2007, p.116). O mestiço, fruto dos casamentos inter-raciais, seria então a representação pura do projeto de “genocídio” da população negra no país. Neste período, a obra de Abdias Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (1978), constitui-se uma das principais referências do movimento, pois demonstrava como o discurso da democracia racial estava vinculado a um projeto de aniquilamento da população afro-brasileira, tanto no campo histórico-cultural, com o apagamento da contribuição negra ao país, quanto no campo físico através do embranqueamento racial.

A partir de 1979, após o I Congresso Nacional, o MNUCDR passa a se chamar somente MNU – Movimento Negro Unificado, e além das estratégias acima demonstradas, alguns setores do momento passaram a criar espaços de interlocução com partidos políticos. O retorno das eleições diretas para os governos estaduais em 1982 estimulou a aproximação de ativistas negros com o poder público, especificamente nas esferas dos poderes Executivos e Legislativo, que tinham como finalidade tratar das demandas do movimento social no âmbito da máquina pública do Estado. Segundo Pereira (2010), tal articulação nem sempre era bem vista pela organização, “muitos entrevistados referem-se a acusações de ‘cooptação’, que eram feitas sempre que determinado grupo ou liderança estabelecia alguma articulação com o poder público” (PEREIRA, 2010, p.214).

Embora alvo de críticas, o diálogo com partidos e órgãos públicos gerou importantes conquistas para o MNU e à população negra em geral. Durante esta década, com a formação da Assembleia Constituinte (1985-1988), várias demandas históricas do movimento negro, como a criminalização do racismo, foram, em grande parte, consolidadas em razão de haver representantes desde movimento ocupando espaços de poder institucionais. Um dos grandes

exemplos disso é a própria eleição e atuação de Abdias Nascimento na Câmara dos Deputados, entre 1983 e 1987, à qual iremos dedicar a análise.

### **3.1 De Volta pra Casa: O retorno de Abdias Nascimento, a questão racial e os Partidos Políticos**

Durante os treze anos que viveu no exílio, Abdias Nascimento teve a oportunidade de visitar o Brasil em algumas ocasiões como em 1978, quando participou do ato público e da fundação do MNUCDR. Voltando efetivamente em 1981, o autor concentrou seus esforços na fundação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros – IPEAFRO, associação sem fins lucrativos com sede do Rio de Janeiro que exerce sua ação nas áreas do ensino, pesquisa, cultura e documentação. Seus objetivos principais são: “cooperar com a população afrodescendente na recuperação de sua história e na manutenção e expansão de seus valores culturais de origem e do respeito à sua identidade, integridade e dignidade étnica”<sup>65</sup>.

Buscando contribuir para o conhecimento sistemático da realidade social da comunidade afro-brasileira, o IPEAFRO estreou sua atuação política com a realização do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas em 1982<sup>66</sup>, evento que trouxe pela primeira vez no Brasil, uma representação do Congresso Nacional Africano da África do Sul (ANC), partido de Nelson Mandela. Neste evento, sediado na PUC-SP, foram discutidos aspectos e desafios da cultura africana e diaspórica no contexto social e político brasileiro, contando com a contribuição de “vários países da América Central e do Sul e do Caribe e representantes do movimento negro de vários estados do Brasil” (NASCIMENTO, E. 2014, p.234).

Além destes empreendimentos, Abdias participou da criação do Memorial Zumbi, processo que reuniu diversos ativistas, pesquisadores e organizações negras em prol da implantação de um memorial negro na Serra da Barriga – Alagoas, local histórico em que existiu o Quilombo dos Palmares. A iniciativa teria partido da Universidade Federal de Alagoas que construiu um projeto de cunho explicitamente turístico e convidou a comunidade externa para discuti-lo, o que, por sua vez, modificou completamente os rumos do mesmo, conforme explica Joel Rufino:

---

<sup>65</sup> Descrição retirada no site Ipeafro. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/ipeafro/missao/>. Acesso em: 21/08/2022

<sup>66</sup> Os anais do evento podem ser consultados na Revista Afrodiápora (n. 1-4, 1983-194) publicada no site do IPEAFRO.

Esse grupo de intelectuais e militantes negros, lá chegando, discutiu o projeto da Universidade e o reverteu e virou de cabeça pra baixo. O projeto original tinha um caráter predominantemente turístico e, a partir dessa reunião, dessa crítica feita pelos intelectuais e militantes negros, passou a ter um caráter predominantemente político-ideológico (SANTOS, 2020, p. 151).

A reunião a que Joel Rufino se refere foi realizada entre 22 e 24 de agosto de 1980 em Maceió. Nela, foram reunidos representantes do mais amplo e representativo espectro de entidades e organizações negras, dentre eles: as delegações do MNU da Bahia, do Ceará e de São Paulo; o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNN); o movimento Alma Negra (Moan) do Amazonas, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) da Bahia, o Centro de Estudos Afro-brasileiros (Ceab) de Brasília, o Ipeafro, o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (Cecerne) de Recife e João Pessoa e o Grupo de Trabalho André Rebouças do Rio de Janeiro. Além destes coletivos representando a comunidade negra, o plenário contava com a presença de catorze delegados oriundos das instituições oficiais responsáveis pelo projeto: Universidade Federal de Alagoas, Capes, Sphan, Governo do Estado de Alagoas e Prefeitura de União dos Palmares.

Neste período, Abdias Nascimento se apresenta como um dos principais agentes no processo de politização do Memorial Zumbi. De acordo com o depoimento de Nilma Mendes, uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa): “o Abdias tinha articulações pelo Brasil, e ele queria uma maior representatividade na tentativa de criação do Memorial Zumbi na Serra da Barriga. Então ele articulou com várias pessoas” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.232). Em julho de 1981, Nascimento apresentou um trabalho na 33ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) onde denunciava, em nome do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, a tentativa de espoliação da cultura negra presente na concepção original do Parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares proposto pelo MEC. Segundo o ativista:

Em sua proposta objetiva, o documento do MEC<sup>67</sup> retorna às linhas clássicas do euro-centrismo paternalista, comercializador e folclorizador da cultura e da história afro-brasileira, ao concluir que a criação do Parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares “indicará também um caminho que possibilite promover a valorização dessa história, ao tempo em que proporcionará o aproveitamento dos recursos turístico-culturais, em potencial”. Completando o cenário da exploração turística dos Palmares, o documento propõe a “identificação do mercado turístico promissor” e a promoção e divulgação da oferta turística da área”, definindo o “potencial turístico da região” como “fator motivacional

---

<sup>67</sup> O documento ao qual Abdias se refere é o Termo de Referência Sobre o Parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares, contido em: Brasil, Ministério da educação e Cultura, Coordenação do Aperfeiçoamento de Nível Superior, Assessoria Especial de Projetos.

maior” do parque. Visa à instalação de “serviços e de equipamentos turísticos” no local, tais como “lanchonete, restaurante, loja de artesanato, motel, serviços públicos [...], área para camping [...], atividades artesanais e folclóricas” (NASCIMENTO, 2020, p.145).

Quando este projeto foi apresentado ao plenário, o mesmo prontamente rejeitou de forma unânime o caráter comercial da proposta. Uma das primeiras mudanças foi substituir a ideia de “Monumento” pelo conceito de “Memorial Zumbi”, visto que o primeiro teria um sentido estático enquanto o segundo significava “a opção por uma conceituação dinâmica, de participação ativa da comunidade interessada” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.146). Para Abdias, a perspectiva eurocêntrica dominante não reconhece os acervos da cultura negra como patrimônios histórico-culturais, neste sentido, a instauração do Memorial representava o começo de uma tentativa de modificar essa perspectiva deformada. Ainda durante o seminário, foram então elaboradas uma “Declaração de objetivos” e uma “Metodologia de trabalho” que substituiriam o esboço provisório do MEC. Em sua nova versão, o Memorial Zumbi teria como meta se firmar como um polo de uma cultura de libertação do negro, na qual se buscaria:

1. Promover humana e socialmente as massas de origem africana e de todos segmentos oprimidos do país; 2. Exigir a devolução à comunidade afro-brasileira da riqueza que ela criou e que lhe foi usurpada; 3. Resgatar a memória de Palmares e da comunidade afro-brasileira como base de luta (NASCIMENTO, 2020, p.146-147).

A assembleia do Seminário também fez questão de assegurar a eleição de um Conselho Deliberativo que teria como objetivo central iniciar a luta pela desapropriação e tombamento do sítio histórico da Serra da Barriga, base indispensável para a concretização do Memorial. Faziam parte deste conselho “movimentos organizados, intelectuais e lideranças políticas de algum modo afinadas com o Memorial ou que tenham, em algum momento, reconhecidamente prestado serviço a causa negra” (SANTOS, 2020, p. 160). Durante os anos de 1981-1989, este conselho trabalhou em conjunto com os representantes de órgãos públicos do Estado de Alagoas com o objetivo de promover “um conjunto monumental que fosse ao mesmo tempo um ponto de encontro dos movimentos negros democráticos, um centro de pesquisa e um museu da contribuição do negro à formação social, política econômica e civilizatória do Brasil” (NASCIMENTO, 2020, p.152). Neste sentido, pela primeira vez após a formação do MNUCDR as organizações negras se juntavam em prol de um objetivo único: a construção de uma instituição dedicada a retratar a história de resistência dos povos africanos no Brasil.

O projeto somente se concretizou no ano de 2007 com a implantação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares em um platô (área plana) do alto da Serra da Barriga. O

local, por sua vez, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985 após a luta dos ativistas no projeto do Memorial Zumbi. Esta atuação também gerou outros frutos como a criação da Assessoria para Assuntos Afro-brasileiros do Ministério da Cultura, fundado em 1985 com a participação de intelectuais como Beatriz Nascimento, Lélia González, Abdias Nascimento, Carlos Alves Moura, Dalmir Ferreira, entre outros. A instalação deste departamento incentivou a organização da comemoração do Centenário da Abolição da escravatura e o nascimento da Fundação Palmares em 1988, órgão responsável por diversas atividades voltadas à comunidade negra, como o reconhecimento de figuras públicas negras que honraram a história da população negra, e que infelizmente hoje é objeto de desmonte por parte do governo Bolsonaro<sup>68</sup>.

Ao falar sobre as realizações e desafios encontrados no processo de criação do Memorial Zumbi, Joel Rufino nos revela que o objetivo mais importante alcançado foi a consagração da Serra da Barriga como um local anual de peregrinação, uma espécie de “Meca” dos movimentos negros do Brasil. Segundo conta o autor, durante os nove anos de desenvolvimento do projeto, muitas instituições, coletivos e lideranças passaram a subir a Serra da Barriga no dia 20 de novembro em celebração à memória de Zumbi dos Palmares:

Essa peregrinação vem crescendo desde 1981. Na primeira foi modesta, na segunda aumentou um pouco, na terceira diminuiu relativamente, graças a uma série de circunstâncias específicas daquele momento, mas a partir do quarto voltou a crescer, até se tornar uma grande festa que congrega milhares de pessoas, mobilizando bastante energia e bastante dinheiro (SANTOS, 2020, p.155).

Além disso, o autor também destaca que, durante a existência do Memorial, foi possível encontrar uma ampla documentação referente ao Quilombo dos Palmares. O acervo que conta com aproximadamente cinco mil manuscritos sobre Palmares, foi construído a partir de fragmentos encontrados em Pernambuco, Alagoas, Bahia, Portugal e Espanha e possibilitou a reconstituição de partes da vida de Zumbi dos Palmares assim como o funcionamento da sociedade palmarina, suas formas de governo, seu exército, modos de produção econômica e o

---

<sup>68</sup> O atual governo de Jair Bolsonaro (PL) foi responsável por instituir o desmonte da Fundação Palmares ao indicar para o cargo de presidente da fundação o jornalista ultraconservador Sérgio Camargo. Defensor da elite branca brasileira, Camargo constantemente argumenta em suas aparições públicas que não existe racismo no Brasil e defende a desconstrução das políticas públicas para promoção da igualdade racial já alcançadas no país, como as políticas de cotas. Durante o período em que esteve à frente da Fundação Cultural Palmares (2019-2022), o mesmo utilizou a instituição como instrumento para apagar a memória da população negra e patrocinar o racismo estrutural no país, retirando da lista de personalidades, por exemplo, todas as referências do movimento negro do passado e do presente.

processo de resistência ao colonialismo português. Para Rufino, a descoberta desta documentação “joga por terra um dos mitos mais arraigados da historiografia brasileira, segundo o qual é impossível conhecer a história dos negros por falta de documentação” (SANTOS, 2020, p. 157).

Outro ponto que é importante ser considerado é que o projeto Memorial Zumbi mobilizou não tão somente os movimentos negros organizados nacionalmente, mas também parte dos setores democráticos no contexto de redemocratização. Segundo relata Abdias Nascimento, através do Memorial “os negros brasileiros afirmam a consciência de sua origem nacional africana enquanto trabalham ombro a ombro com representantes dos poderes públicos, enfrentando o grande desafio de preencher o vácuo histórico causado pela negação sistemática do seu patrimônio” (NASCIMENTO, 2020, p.148). A luta pela desapropriação da Serra da Barriga também estimulou a busca pela regularização das chamadas “terras de preto”, que mais tarde ficaram conhecidas como comunidades remanescentes de quilombos. As organizações negras nordestinas, principalmente o CNN sob liderança de Mundinha Araújo, foram centrais neste processo que desembocou na representação desta demanda na Constituinte de 1988 e na formação do movimento quilombola.



Imagem 20: Subindo a Serra da Barriga com Mãe Hilda do Ilê Axé Ogum, na primeira peregrinação do Memorial Zumbi ao local do Quilombo dos Palmares, 20 de novembro de 1980. Fonte: IPEAFRO.

A década de 1980 também é marcada pelo fim do bipartidarismo implantado pelo governo militar por meio do Ato Institucional nº2 (AI-2) em 1965. Neste sistema partidário era permitida a atuação de somente dois ou no máximo três partidos políticos. Na prática, com as exigências legais, só foi efetivada a criação de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional

(ARENA), que representava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Porém, ainda nas eleições parlamentares de 1974, o MDB começou a ganhar projeção nacional. Ao conquistar mais de um terço da Câmara, o partido adquiriu o direito de pedir comissões parlamentares de inquérito e começou a exercer de fato o papel de oposição. O governo militar reagiu promulgando a Lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral na TV a retratos dos candidatos. Além disso, em 1977, Geisel fecha o Congresso e impõe uma eleição indireta ao Senado, de forma a garantir uma maioria parlamentar para a Arena. Como golpe final, visando a fragmentação da oposição reunida no MDB, a ditadura se dedicou à reforma político-partidária que propunha o retorno do pluripartidarismo.

Neste sentido, com a aprovação da reforma em 1979, a ARENA e o MDB foram dissolvidos, dando início ao processo de organização dos novos partidos em 1980. Os parlamentares da ARENA migraram para o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Como parte dos integrantes da oposição abandonaram a legenda, foram criados novos partidos: Ressurgiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - que reuniu setores do antigo trabalhismo liderados por Ivete Vargas - e foram criados o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que também reivindicava a herança do trabalhismo getulista e o Partido dos Trabalhadores (PT). Dentre estes, a fundação do PT e do PDT nos interessa visto a relação que estes partidos criaram com ativistas negros e com o movimento negro organizado.

De acordo com Rios (2014), há uma ausência de estudos que versem sobre a institucionalização dos movimentos sociais, principalmente no que tange à relação entre movimento negro e agremiações partidárias. Dessa forma, ao analisar a atuação parlamentar de Abdias Nascimento no contexto de redemocratização, buscamos contribuir para este campo ao refletir sobre como a questão racial era abordada pelos partidos políticos durante as eleições diretas de 1982, ao mesmo tempo em que abordamos o vínculo de Nascimento com o Partido Democrático Trabalhista, do qual ele participou da fundação em 1979.

Conforme demonstrado por Pereira (2010), a princípio havia muita desconfiança em relação às primeiras articulações do movimento negro com o Estado, “setores mais radicais do movimento, que se contrapunham a essa articulação com os poderes públicos, consideravam que o movimento deveria lutar contra o racismo de maneira independente, sem vinculação com partidos políticos nem com o Estado” (PEREIRA, 2010, p. 215). Entretanto, apesar das críticas de cooptação, alguns militantes negros participaram da fundação e organização de novos

partidos políticos, entre o PT e o PDT. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em agosto de 1980 e emergiu da união histórica entre sindicalistas, intelectuais, militantes políticos, artistas e setores ligados à Teologia da Libertação da Igreja Católica. As greves organizadas pelos sindicatos a partir de 1979 na região do ABC Paulista, impulsionaram a criação do partido visto que os trabalhadores enxergavam a necessidade de representação de suas demandas no processo de redemocratização no Brasil. Liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, os sindicalistas adotavam uma posição socialista democrática com críticas aos modelos de socialismo até então implantados em outros países e, também, ao reformismo proposto pelos partidos social-democratas.

Participaram da fundação do PT, os ativistas negros ligados ao Núcleo Negro Socialista da Liga Operária e ao jornal *Versus*. Nomes como Milton Barbosa, Rafael Pinto, Flavio Jorge, Gevanilda Silva e Hamilton Cardoso, que participaram da fundação do MNU, levaram a discussão racial para este novo partido e introduziram termos como discriminação, raça e negro em seu repertório discursivo. Segundo Rios (2014), na declaração pública de 13 de outubro 1979 do PT, “o movimento negro é apresentado junto aos demais movimentos sociais como uma das bases de mobilização social e de legitimação que sustentava a ideia de uma agremiação partidária marcada pela heterogeneidade de classe e pelo pluralismo político” (RIOS, 2014, p.167).

Como o PT tinha a particularidade de ser um partido político que nasceu no seio dos movimentos sociais, a participação negra no processo de criação do partido era importante posto que o MNU ganhara cada vez mais notoriedade política após o seu ato de fundação, que mobilizou não somente a comunidade negra, mas também abriu espaço de diálogo com outros setores da rede de mobilizações contra a o regime militar. Neste sentido, “ao que tudo indica, pelo menos no âmbito discursivo, os negros como os demais agentes de movimentos sociais, tinham alguma expressão na base de sustentação do Partido dos Trabalhadores nascente” (RIOS, 2014, p. 169).

Os militantes negros compunham então um setor específico dentro do PT, intitulado Movimentos Sociais e Cidadania. Além deste setor, o partido formou outros quatro, cada um dedicado a determinado segmento, sendo eles: mulheres, meio-ambiente, desenvolvimento e questão agrária. Segundo Rios (2014), a partir de 1981, os ativistas negros criaram a Comissão de Negros do PT. Esta comissão teria como responsabilidade colher as principais reivindicações do movimento negro organizado e relacioná-las com a abordagem teórica/ideológica do partido,

afim de que as demandas da comunidade negra fossem intercaladas com a de classe. De acordo com a autora, as propostas apresentadas pela Comissão de Negros do PT eram muito similares às reivindicações do MNU em 1978, como podemos observar na tabela abaixo.

**TABELA 1 – Plataforma Política da Comissão de Negros do PT (1981-1982)**

<b>Descrição</b>	<b>Tipo de Reivindicação</b>
Contra a discriminação racial	Direito Civil
Contra o desemprego	Econômica
Contra a violência policial	Direito Civil
Garantia trabalhista às empregadas domésticas	Direito Social (trabalhista)
Inclusão de História da África nos currículos escolares	Direito Cultural ou Reconhecimento
Rompimento das relações entre Brasil e África do Sul	Política Internacional

**Fonte:** RIOS (2014, p.94), a partir de documentos localizados no Acervo Perseu Abramo.

Entretanto, haveria uma diferença basilar entre as demandas apresentadas pelo MNU e pelo Comitê Negro do PT, visto que as primeiras estariam mais situadas no campo das bandeiras dos direitos políticos, inerentes ao contexto da década de 1970; já as segundas, representariam a inclinação das exigências por políticas governamentais e intervenções legislativas, características do ambiente de (re) articulação partidária de 1980. Dessa forma, em sua maior parte, as reivindicações da Comissão de Negros do PT são de fundamentação econômica e de caráter igualitário, as classificadas como “reconhecimento cultural” encontram um espaço minoritário no campo de discussões deste grupo, uma tendência recorrente entre os militantes negros de esquerda, como já demonstrado anteriormente. A tentativa de articulação entre raça e classe através do PT tornava-se explícito no manifesto da comissão, como podemos observar:

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores como aquele no qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim,

trabalhadores em geral. E também pelo seu panorama que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões e ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e dos oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações (DOC da Comissão de Negros do PT, 09/1982 *apud* RIOS, 2014, p.173).

Interessante perceber que o sentido atribuído à luta antirracista a ser desenvolvido no âmbito do PT era vinculado ao combate à exploração de classe e à luta dos oprimidos. Neste sentido, compreender a distinção entre as noções de exploração e opressão é importante aqui pois a primeira seria a “experiência desigual dos trabalhadores frente às forças capitalistas, enquanto que a segunda seria uma forma de dominação experimentada nesse mesmo sistema econômico, porém não sendo percebida exclusivamente na esfera da economia, mas também no sistema cultural” (RIOS, 2014, p.169). Ao afirmar que o PT seria a agremiação partidária ideal para a população negra em razão deste grupo social compor a classe trabalhadora, o Comitê buscava atender a necessidade do partido de priorizar o fator econômico em suas reivindicações visto que os temas que não fossem relacionados à exploração de classe eram colocados em segundo plano. Conforme Rios (2014), “as identidades, os discursos e as plataformas dos projetos políticos dos movimentos sociais deveriam se apresentar basicamente em termos de reivindicações materiais, que viessem a reparar uma desvantagem explicada pela exploração econômica” (p.171).

A forma problemática com que a questão racial era inserida na plataforma política do PT gerava críticas entre os ativistas negros, entre eles, Lélia Gonzalez, uma das fundadoras do partido no Rio de Janeiro e principal articuladora entre o “mundo dos brancos e o mundo dos negros”. Aqui é necessário ressaltar que a formação do núcleo petista no Rio de Janeiro se dá de forma diferente de São Paulo. Na capital paulista, o partido estava intrinsecamente ligado aos movimentos populares sociais, enquanto o grupo fluminense agregava mais os setores de classe média. Neste sentido, Gonzalez cumpriu um importante papel na ampliação do raio de atuação do PT-Rio, incluindo os movimentos sociais de base, principalmente o negro.

Na fundação do partido, a intelectual e ativista negra já era professora universitária e frequentava grupos marxistas ligados à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Segundo Flávia Rios (2014), Lélia detinha certa influência cultural e política nos espaços de mobilizações pois era “frequentadora dos círculos acadêmicos de classe média e de esquerda cariocas, ao mesmo tempo que fazia parte da direção das organizações negras reconhecidas como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (ICPN), e integrava o grupo Cândido Mendes” (RIOS, 2014, p.177).

Embora a ativista tivesse objeções com as tendências de esquerda que não priorizavam a questão racial, a mesma decidiu integrar o PT por enxergar no partido um caráter pluralista e por acreditar que, com a presença negra demarcada, seria possível “convencer”, através do discurso, que a questão racial também tem uma centralidade para explicar os índices de desigualdades sociais no Brasil. Constituindo-se uma das peças centrais de mobilização política do partido, Lélia foi a única liderança do movimento negro organizado a ser eleita para compor a primeira gestão do diretório nacional do PT entre 1981 e 1984. Foi através dela que nomes importantes como o de Benedita da Silva passaram a integrar o quadro do partido. Entretanto, após o PT nacional não incluir os problemas sociais enfrentados pela comunidade negra em seu programa publicitário, a ativista opta por deixar o partido em 1986, conforme entrevista cedida ao Jornal Pasquim:

**Jaguar:** Por que você mudou de partido?

**Lélia** – Eu mudei de partido por uma razão simples, é conhecido de todos que o PT do Rio de Janeiro acabou ficando restrito a determinados setores e que são majoritários no PT, não realizam um trabalho efetivo na questão racial. Então, meu último sentimento em relação ao PT do Rio – eu quero frisar que só estou me referindo ao Rio de Janeiro, por que se eu estivesse em São Paulo, eu não teria saído do partido – foi vê-los como uma vanguarda falando para quatro paredes. O PDT no Rio possui um amplo respaldo e dentro desse respaldo, a questão racial é tratada com muito mais atenção. A razão fundamental foi essa, o próprio programa partidário, diferentemente de outros partidos é que antes de entrar no programa propriamente dito, ele declara suas prioridades e veja que essas prioridades são a criança, o trabalhador, a mulher e o negro (PASQUIM, 1986, p.9)

Se o Partido dos Trabalhadores apresentava a questão racial somente em forma discursiva, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), por outro lado, constitui-se um dos poucos, senão único partido, a firmar em seus documentos oficiais um compromisso substancial para com as reivindicações negras. Isto porque, em seu ato de fundação ocorrido em Lisboa, em 1979, havia a presença determinante de Abdias Nascimento. O autor já tinha uma aproximação com a causa trabalhista derivada de participação no Diário Trabalhista e da sua candidatura a vereador do Rio de Janeiro em 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nos EUA, ele manteve contato com alguns militantes que o deixavam informado sobre a situação brasileira. Foi desta forma que o autor participou do projeto Memórias do Exílio (1976) que reuniu depoimentos de pessoas exiladas durante a ditadura militar e resultou na publicação de um livro com título homônimo. O projeto, que contava também com a participação de Paulo Freire e Nelson Werneck Sodré, era o começo de uma articulação de brasileiros fora do território nacional.

Diferentemente dos outros partidos formados no contexto de abertura democrática, o PDT foi concebido em terras estrangeiras, mais precisamente em Lisboa Portugal. Isso porque sua principal liderança, Leonel Brizola, perseguido e cassado pelo regime, encontrava-se exilado. O líder trabalhista passou 13 anos em exílio no Uruguai e cerca de cinco meses no Estados Unidos, mudando-se para Portugal somente em 1978, incentivando o deslocamento de uma leva de exilados para esse país europeu. Já em Lisboa, no ano de 1979, Brizola organiza o “Encontro dos trabalhistas do Brasil com trabalhistas no exílio”, reunião que marcou o início do processo fundacional do Partido Democrático Trabalhista - PDT, cujas resoluções fundamentais ficaram registradas em um documento que ficou conhecido como Carta de Lisboa. O objetivo inicial de Brizola no encontro de Lisboa era refundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia sido extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº2 (AI 2) que estabeleceu o bipartidarismo. No entanto, o mesmo perdeu a legenda para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, num processo judicial concluído em 1980. Ainda assim, manteve-se a Carta de Lisboa como um marco fundador de um novo trabalhismo, centrado na defesa dos direitos das minorias, como a mulher, o negro e o índio, além da classe trabalhadora.

Abdias Nascimento participou da confecção da proposta original do PDT pois o mesmo já mantinha relações com as lideranças políticas no exterior. Em 1977, quando Leonel Brizola e sua esposa Neusa Goulart Brizola chegaram à Nova York, foram apresentados a Nascimento por Clóvis Brigadão, estudante de Ciência Política e ex-aluno de Guerreiro Ramos, que promoveu um encontro entre as duas figuras históricas. Elisa Larkin, que estava presente nesta reunião, nos oferece detalhes acerca dos tópicos abordados na conversa:

Tive a honra de participar deste encontro no Hotel Roosevelt, e lembro-me do Brizola de lápis e papel na mão, consultando anotações e fazendo cálculos. “Está vendo, Abdias? O quilo do patinho está a tanto, o litro do leite vale tanto, o pão do cafezinho custa tanto. E o salário mínimo está nesse valor aqui. Como é que o trabalhador vai sustentar a família?”. Lembro também a concentrada atenção que ele dispensava a Abdias quando este lhe falava sobre sua vida como negro no Brasil, sobre a discriminação racial e sobre a hipocrisia da sociedade brasileira, que não assumia seu racismo (NASCIMENTO, E. 2014, p.230)

Segundo consta (ALMADA, 2009), os encontros entre Brizola e Abdias nos EUA eram frequentes e uma dessas reuniões chegaram a contar com a presença de Lélia Gonzalez, que aceitou discutir as propostas do PDT para a questão racial, mas declinou da proposta de integrar a fundação do partido naquele momento por preferir estar ligada a um partido com maior ligação com os movimentos sociais. Neste ponto, é preciso esclarecer que, em razão da

articulação e fundação do PDT ser construída fora do país, o partido estaria afastado das bases dos movimentos sociais que mobilizavam a sociedade civil no Brasil durante o contexto de redemocratização. De acordo com Rios (2014), “o partido que reivindicava para si a herança trabalhista, foi, na verdade, uma construção de cúpula, e foi assim que agiu no recrutamento das lideranças e intelectuais negros mais destacados” (p.186). Portanto, a presença de Nascimento nesta cúpula que forma o PDT é crucial pois essa era a única via de diálogo com uma representação do movimento negro organizado que o partido de Brizola dispunha naquele momento.



Imagem 21: *Abdias Nascimento e Leonel de Moura Brizola, Nova York, 1978. Fonte: IPEAFRO*

O socialismo moreno, como definiu Darcy Ribeiro, buscava adaptar a ideologia socialista ao contexto brasileiro a partir do tripé “democracia, socialismo e nacionalismo”. A preocupação central era firmar um compromisso com a institucionalidade democrática trazendo a importância do pluralismo partidário e o estímulo da população à participação política. O conteúdo deste socialismo moreno, porém, guardava diversas interpretações no grupo, conforme Sento-Sé (2004):

Da máxima de Juruna (1984), “[...] socialista mesmo é a tribo de índio”, à remissão ao passado da população afro-brasileira de Abdias do Nascimento (1984), “O socialismo brasileiro tem que se basear, irredutivelmente, na experiência quilombista, se não quiser ser uma flor de estufa”, passando pelas inspirações solidarista, eurocomunista, marxistas de várias tendências e trabalhistas idem, o socialismo democrático dos novos trabalhistas tinha várias cores. Daí, talvez, o alcance do adjetivo moreno, expressão da mestiçagem fundamental que marca a formação étnica da sociedade brasileira. Ele traduzia, certamente, o traço que unia correntes e apaziguava, ainda que precariamente, as tensões internas: a defesa incondicional de se encontrar o tom local, o modo brasileiro de ser socialista (SENTO-SÉ, 2004, p.172).

A forte presença de Abdias Nascimento ajudou a concretizar esta perspectiva de trabalhismo adaptado à realidade brasileira visto que o autor atuou de forma intensa para que a questão racial fosse incluída na agenda oficial do PDT. Como resultado de seus esforços e de Rodrigo Alves, que juntos assumiram uma missão de convencimento político, a Carta de Lisboa previa que o partido deveria abordar como prioridade as questões relativas a grupos que sofrem não somente com a exploração de classe, mas também discriminações de caráter racial e de gênero. No documento, o PDT afirmava que iria buscar as formas mais eficazes de fazer “justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e corpos que se construiu a nacionalidade brasileira”<sup>69</sup>.

Dessa forma, durante as primeiras eleições da abertura política em 1982, o PDT se destacava como uma das poucas agremiações partidárias a definir como prioridade programática no seu estatuto a defesa dos direitos dos negros e dos índios e a luta contra a discriminação racial. Sob liderança de Abdias Nascimento, o partido fundou a Secretaria do Movimento Negro, órgão interno onde se reuniam os ativistas negros do partido enquanto responsáveis pela ação política em torno dessa prioridade programática. Além disso, quando eleito governador do Rio de Janeiro, em 1982, Leonel Brizola colocou em prática os compromissos com a questão racial quando nomeou três negros para ocuparem o cargo de secretário do estado: Edialela Salgado do Nascimento, que assumiu a Secretaria de Promoção Social; o jornalista Carlos Alberto de Oliveira (Caó) como Secretário de Trabalho e Habitação; e o coronel Carlos Magno Cerqueira, à frente da Secretaria da Polícia Militar. Em 1991, em seu segundo mandato (1991-1994), foi criada a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron), futuramente nomeada Seafro, órgão responsável por articular políticas públicas para população negra, cujo titular era Abdias Nascimento.

### **3.2 “O Povo Negro no Poder”: A campanha de Abdias Nascimento para Deputado Federal**

Nas primeiras eleições diretas ocorridas após a ditadura militar, Abdias Nascimento lançou a sua candidatura a Deputado Federal pelo PDT. Sua campanha intitulada “O povo negro no Poder” foi conduzida com o objetivo de problematizar a ausência de negros nos espaços de

---

<sup>69</sup> Carta de Lisboa, 1979. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>>. Acesso em 10/09/2022.

poder institucional. Nos comícios e reuniões do partido, o autor apontava para a exclusão sistemática da população negra nos altos escalões do poder legislativo, executivo e judiciário e naturalização deste processo que fazia com que a sociedade não questionasse o motivo de um negro raramente ocupar um cargo de comando. Esta pauta, inclusive, já era recorrente no repertório político do autor que – desde sua campanha eleitoral para vereador do Rio em 1950 intitulada “Não vote em branco, vote no preto” – vinha abordando o caráter antidemocrático dessa exclusão. Nas eleições de 1982, Abdias retoma este discurso ao mesmo tempo em que busca fazer algo inédito: propor uma campanha política conjunta com o líder indígena Mario Juruna.

Também candidato a Deputado Federal pelo PDT, Mario Juruna é considerado um dos maiores líderes indígenas da história recente do Brasil. Oriundo da comunidade Xavante do Mato Grosso, Juruna teve a oportunidade de visitar várias comunidades indígenas da região central brasileira durante os anos de 1964-1969 enquanto trabalhava como roceiro e piloto de barco. Durante suas viagens, testemunhou a invasão dos territórios indígenas pela agroindústria e a corrupção entranhada nos órgãos públicos responsáveis pela promoção e proteção aos direitos destes povos.

A partir da década de 70, Juruna começou um movimento pela recuperação das terras Xavante que transformou os escritórios da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Ministério do Interior no novo campo de batalhas: “Enquanto guerreiros do povo Xavante usavam arcos e flechas para defender suas terras, nesta ‘nova arena militar’ Juruna encenou confrontos dramáticos com funcionários de alto nível do governo” (MOURA; GRIJÓ, 2006, p.6). Mario Juruna também ficou conhecido por utilizar constantemente um gravador em suas reuniões com políticos e seus assessores; praticamente uma “arma” contra as mentiras e falsas promessas de devoluções das terras a sua comunidade. O ativista “reproduzia as gravações e expunha publicamente os funcionários de alto nível do governo como mentirosos. Com essas notícias Juruna ganhou holofotes em manchetes de grandes jornais e virou o centro das atenções do país e deu visibilidade a suas reivindicações para o governo” (MOURA; GRIJÓ, 2006, p.6).

A aliança entre a questão racial negra e a indígena viria então pela dobradinha Abdias Nascimento e Mário Juruna, que juntos publicaram um manifesto sobre os pontos comuns da agenda política dos negros e dos índios. O “Manifesto ao Povo do Rio de Janeiro – O Negro e o Índio Unidos na Libertação” ressaltava o singular momento histórico vivenciado, onde, pela primeira vez, haveria representantes legítimos destas comunidades candidatos à Câmara

Federal defendendo os direitos básicos destes grupos. Os ativistas também destacaram a importância dessa representação política como meio para a transformação social do povo negro e indígena visto que, com suas eleições era possível influir diretamente nas decisões que impactavam as comunidades. Ao mesmo tempo, justificavam a escolha pelo PDT em razão da autonomia encontrada no partido. Finalizavam o manifesto solicitando o voto em Leonel Brizola e estabelecendo compromissos com suas respectivas comunidades:

Temos certeza de que o povo do Estado do Rio de Janeiro, também elegerá Mário Juruna e Abdias Nascimento. Sabemos que Brizola estará conosco quando levantarmos nossa voz, na Câmara dos Deputados, em defesa de nossos povos. Lá faremos ecoar nosso grito contra a usurpação econômica das multinacionais. Defenderemos a integridade econômica do Brasil, contra a cobiça e insensatez desses interesses econômicos que nos querem impor um modelo de civilização industrial, consumista e desumanizadora. Defendendo os afro-brasileiros e os índios contra o racismo e a exploração econômica, mostraremos que a sociedade deve ser feita para o ser humano e não para um chamado “progresso” das máquinas e de uma minúscula elite, arrogante e insensível<sup>70</sup>.

Para Elisa Larkin (2014), esta união inédita entre os dois candidatos de uma mesma legenda partidária demonstravam o posicionamento supra eleitoral de ambos, onde o objetivo, antes de angariar votos, seria a de dar visibilidade às causas que estes ativistas representavam. Desta maneira, Abdias construiu durante sua campanha uma plataforma política voltada à luta pelos direitos civis, políticos e sociais da população negra, além de assumir a missão de combater o racismo durante seu mandato. Entretanto, o ativista não era o único a propor uma campanha centrada na representação da comunidade negra durante as eleições de 1982. Outras candidaturas negras foram formuladas neste período entre elas grandes nomes do movimento negro organizado como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva. O PT de São Paulo, por exemplo, lançou a campanha de Milton Barbosa, um dos fundadores do MNU e integrante do Núcleo Negro Socialista, à cadeira de Deputado Federal. Além dele, “foram três concorrentes à Câmara Legislativa Federal, dois disputando uma vaga na Assembleia Estadual e três candidatos à Câmara de Vereadores, somando nove negros candidatos por essa legenda” (RIOS, 2014, p,174).

---

<sup>70</sup> Manifesto ao Povo do Estado do Rio de Janeiro – O Negro e o índio Unidos na Libertação. Impresso de Campanha (1982). Gazeta de Notícias (Natal - RN). Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/o-manifesto-do-indio-e-do-negro-ao-povo-do-rj>. Acesso em 25/08/2022.



Imagem 22: *Manifesto do Índio e do Negro. Manifesto dos candidatos Abdias Nascimento e Mário Juruna em campanha a deputado federal pelo PDT, 1982. Fonte: IPEAFRO*

Apesar do número de candidaturas, o desempenho do PT da cidade de São Paulo foi um fiasco. No conjunto, os candidatos negros somaram 87.099 votos, mas nenhum deles conseguiu atingir o coeficiente necessário para assumir o cargo no legislativo. O PT-RJ por sua vez, lançou as candidaturas de Lélia Gonzalez para Deputada Federal e Benedita da Silva para vereadora. Segundo informa Rios (2014), “as duas campanhas foram marcadas pela afirmação de identidade como mulher negra, com ênfase na proposição de que o negro é a maioria no Brasil, por isso diziam em vários discursos que sua campanha era para “a maioria silenciada” (p.180).

Benedita foi introduzida por Lélia em grupos negros de pesquisa como o ICPN e nos círculos políticos mais intelectualizados da classe média carioca. Sua atuação até então era concentrada nas associações comunitárias, participando do comitê de favela do Chapéu Mangueira e, posteriormente, da Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Fafertj). Tais associações num primeiro momento tinha um caráter assistencial, mas foram politizando-se durante a ditadura militar, principalmente a partir do trabalho da Igreja, com a Teologia da Libertação e a educação popular, além da influência exercida por militantes políticos de esquerda. Lélia, como já citado anteriormente, já frequentava grupos políticos mais ligados à classe média e desempenhava uma militância centrada no movimento negro e feminista, um pouco distante das classes populares (RIOS, 2014).

As duas estabeleceram uma amizade que adentrou o campo político. Através de Gonzalez, Benedita da Silva se aproximou do movimento feminista e dos grupos de esquerda

que formavam o PT. Embora as feministas brancas tivessem dificuldade de compreender as pautas trazidas por Benedita, uma mulher negra e popular, esta interlocução entre grupos distintos teria gerado bons frutos como o coletivo NZINGA, que reunia mulheres negras na Associação Chapéu Mangueira para

Discutir problemas como controle de natalidade, uso de métodos contraceptivos, além de oficinas de estética com vistas ao fortalecimento identitário, por meio da valorização da autoestima. As feministas apresentavam suas ideias de emancipação feminina, enquanto as mulheres pobres e negras as chocavam com seu materialismo desnudado (RIOS, 2014, p.180)

Durante as eleições de 1982, a campanha de Benedita foi conduzida sob a bandeira popular de representação das demandas das comunidades do “morro”. Apresentando-se como “mulher, negra e favelada”, Benedita foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Lélia, apesar da campanha intensa, não conseguiu se eleger Deputada Federal e ficou como primeira suplente da bancada do PT. Entretanto, a parceria entre as duas não parou aí. Segundo consta, em seu primeiro mandato, “Benedita contava com o trabalho de Lélia na elaboração de discursos, na maior inserção da vereadora em outros espaços políticos como movimento negro e o movimento feminista” (RIOS, 2014, p.181).

No que se refere ao PDT, as eleições de 1982 tiveram resultados surpreendentes. Contando com a terceira maior rede de diretórios do Rio de Janeiro, atrás somente do PMDB (ex-MDB) e PDS (ex-ARENA), o partido conseguiu eleger sua liderança Leonel Brizola e lançou candidaturas negras como a de Abdias Nascimento e a de Carlos Alberto de Oliveira, o Caó. Este último tinha ligações mais profundas com associações de classe, mas se aproximou do movimento negro durante o período de redemocratização. Baiano de nascimento, Caó tinha uma origem humilde, seu pai era carpinteiro e sua mãe costureira, ambos trabalhavam no circuito urbano de Salvador. Mesmo com as adversidades, Carlos teve acesso a uma educação de qualidade estudando no prestigioso colégio Antônio Vieira e cursando Direito na Universidade Federal da Bahia. Durante a graduação, se envolveu com a militância da União Nacional dos Estudantes, vínculo que, posteriormente, gerou uma aproximação de Caó com o Partido Comunista Brasileiro-PCB.

Após o golpe de 1964, perseguido pelo regime militar instalado no país, Caó refugiou-se no Rio de Janeiro, onde passou a exercer a profissão de jornalista e passou a atuar em associações como a Ajef (Associação de Jornalistas de Economia e Finanças), atuação essa que lhe deu certa projeção política na capital carioca. De acordo com Rios (2014), durante o

processo de abertura política, Carlos Alberto rompeu com o PCB e passou a integrar os movimentos negros cariocas, sendo cooptado pelo PDT logo depois:

Em 1982, ele se candidatou às eleições, e ao contrário de Abdias Nascimento, ele não tinha experiência eleitoral, excetuando-se às candidaturas em sindicatos e organizações estudantis. Mais jovem que Abdias, Caó também se diferenciava do colega por não ter em sua trajetória e repertório político envolvimento profundo com as organizações políticas do movimento negro; sua identidade e discurso eram afinados com a representação de classe. Foi Caó e não Abdias, que conseguiu se eleger pela sigla do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (RIOS, 2014, p.187)

Carlos Alberto assumiu o mandato parlamentar em março de 1983, licenciando-se, no mesmo mês, para exercer o cargo de secretário de Trabalho e Habitação do primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987). O interessante deste episódio político, é o fato de que a nomeação de Caó para um cargo no governo estadual se constituía, na verdade, em uma manobra política de Brizola para que Abdias Nascimento fosse empossado como Deputado Federal em 1983. De acordo com um depoimento de Edson Cardoso, integrante da Comissão do Negro do PT, Abdias teria ficado como segundo suplente da legenda pedetista nas eleições de 1982, o que em tese impossibilitaria a execução do seu mandato na 47<sup>o</sup> legislatura:

O que Brizola fez com Abdias é um caso estranho porque Abdias nunca se elegeu. E Abdias não foi o primeiro suplente, ele era o segundo suplente. Ou seja, você tem que deslocar duas pessoas para dar integralmente um mandato a uma pessoa. Isso é que é um compromisso político. E Abdias fica então quatro anos no Congresso fazendo aquele mandato extraordinário que ele fez como deputado, que é um mandato belíssimo (CPDOC, 2006, p.37)<sup>71</sup>.

Dessa forma, visando abrir caminhos para que Nascimento levasse as proposições da Secretaria do Movimento Negro do PDT para o Congresso Nacional naquele período, Brizola nomeou para cargos no Poder Executivo do Rio o titular e o primeiro suplente à vaga de deputado, e conseqüentemente Abdias assumiu seu mandato enquanto Deputado Federal em 18 de março de 1983 prometendo ser o primeiro deputado afro-brasileiro a dedicar seu mandato inteiramente à luta antirracista.

---

<sup>71</sup> CARDOSO, Edson Lopes. Depoimento. 2006: Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h 58min).



Imagem 23: Cartaz da campanha de Abdias Nascimento a deputado federal, 1982. Fonte: IPEAFRO

#### **Cap. IV: Olhar para o passado para construir o futuro: A atuação parlamentar de Abdias Nascimento em Discursos e Projetos de Lei**

Quando assumiu, em 1983, a cadeira de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro na 47ª Legislatura, Abdias Nascimento assumiu a missão de representar na Câmara dos Deputados proposições históricas dos movimentos negros dos quais ele fez parte durante toda a sua trajetória social. Como já foi demonstrado, Nascimento chega ao Brasil num contexto de ressurgimento do movimento negro organizado onde, mesmo sendo reconhecido pelo seu legado na luta antirracista, o mesmo encontrava-se desvinculado dos grupos negros da nova geração. Tais grupos, além de proporem uma abordagem diferente, baseada em raça e classe, também tinham uma certa resistência na utilização de elementos culturais como instrumento de reivindicações, o que contrariava totalmente o posicionamento político de Abdias Nascimento, que utilizou principalmente as artes, com o Teatro Experimental do Negro, para promover uma conscientização racial.

Neste sentido, ao entrar em contato com estas informações ao longo da pesquisa, percebemos que Nascimento não ocupava um papel de representante legítimo do MNU na Câmara dos Deputados. A própria eleição de Carlos Alberto, o Caó, é um exemplo disso. Mesmo imaturo no campo da política, Caó estava inserido nos grupos negros organizados, ao contrário de Abdias que era quase um militante independente, desempenhando um papel de colaborador do MNU. Isso justifica também o porquê Caó, posteriormente, foi o eleito para representar o movimento negro na Assembleia Constituinte de 1988, em conjunto com Benedita da Silva. Dessa forma, esclarecemos que, embora Abdias Nascimento apresente em seus discursos e projetos de lei proposições do Movimento Negro Unificado, não podemos afirmar que o mesmo era um representante direto da organização na Câmara dos Deputados devido à natureza colaborativa de seu vínculo com o MNU.

Posto isto, podemos introduzir o leitor ao universo de apresentação dos dados desta pesquisa. Foram utilizados como fontes primárias: os Diários do Congresso Nacional (1983-1987) e as Coleções de Anais da Câmara dos Deputados (1983-1987), consultados em forma digital no Portal da Câmara dos Deputados. As fontes secundárias foram constituídas principalmente dos livros lançados por Elisa Larkin sobre a vida parlamentar de Abdias, sendo eles: *Grandes Vultos que Honraram o Senado: Abdias Nascimento* (2014) e o seu mais recente

lançamento *Abdias Nascimento: A Luta na Política* (2020). Embora tenhamos objetos de pesquisa em comum, busco me distanciar das obras de Larkin na medida em que proponho uma análise centrada nas relações, nem sempre harmoniosas, entre Abdias Nascimento e o MNU, buscando compreender as aproximações e os distanciamentos deste ator com os grupos e partidos políticos à época. Neste sentido, pretendo alcançar certa criticidade por vezes ausentes em abordagens biográficas sobre Abdias Nascimento, visto que retratam o ativista como uma figura unânime dentro dos movimentos negros. Além destas fontes, foi utilizado, ainda que em menor escala, números da Revista *Thoth: Escriba dos Deuses*, produzido pelo gabinete de Nascimento quando o mesmo foi Senador (1993-1997), onde há documentado alguns discursos do autor em seu mandato como Deputado.

Dos dados colhidos na pesquisa, foram catalogadas<sup>72</sup> quinze (15) proposições parlamentares, incluindo-se nesta categoria Projetos de Lei; Projetos de Resoluções e Indicações. Dividindo-se por ano Abdias Nascimento apresentou em 1983: Cinco (5) Projetos de Lei e um (1) Projeto de Resolução; em 1984 foram dois (2) Projetos de Lei e um (1) Projeto de Resolução; em 1985 foram apresentados dois (2) Projetos de Lei e 3 Indicações; por fim, em 1987 foi apresentado um (1) projeto de Lei, perfazendo o total de dez (10) Projetos de Leis; dois (2) Projetos de Resolução e três (3) Indicações. Ao longo da descrição analítica dos dados, explicaremos as diferenças entre estas categorias.

No que se refere aos discursos, foram encontrados no Portal da Câmara cerca de oitenta e cinco (85) pronunciamentos e discursos. No processo de análise deste material, constatamos a diversidade dos temas abordados por Abdias Nascimento. A exemplo do discurso em apoio à causa dos intérpretes artísticos e readmissão de sindicalistas demitidos em telecomunicações. Devido à natureza diversa deste material no que tange às temáticas abordadas, selecionamos para efeitos analíticos os discursos que estão diretamente relacionados aos temas das proposições parlamentares. Desta forma, assumimos os Projetos de Lei, Projetos de Preposições e Indicações como elementos centrais de análise, enquanto os discursos como ferramentas auxiliares de compreensão da atuação parlamentar. A partir desta abordagem estratégica, foi possível classificar os temas recorrentes à performance de Abdias Nascimento como Deputado Federal em cinco (5) categorias. São elas: Referências às religiões de matriz africana; Racismo no Brasil e Democracia Racial; Políticas de Ação Compensatória; Luta anticolonial e contra o

---

<sup>72</sup> O quadro contendo as catalogações das proposições parlamentares podem ser consultados no Apêndice I desta dissertação.

*apartheid*; e Memória e Consciência negra. Apresentaremos os projetos de lei e os discursos de acordo com esta organização prévia.



Imagem 24: *Abdias Nascimento discursa na tribuna da Câmara dos Deputados durante convenção nacional do PDT, 1983. Foto: Elisa Larkin Nascimento.*

Obviamente, é preciso pontuar que a atuação parlamentar de Abdias Nascimento não se restringiu a estas categorias de análise nem tão somente à abordagem de questões raciais. Por vezes o autor pautou temas referentes ao contexto político vigente como a transição política brasileira e a campanha pelas Diretas já. Em abril de 1984, o Congresso nacional rejeitava, por 22 votos, a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República. Neste período, o movimento pelas Diretas já havia crescido exponencialmente e detinha ampla participação popular com a realização de comícios em diversas cidades com apoio de artistas e lideranças políticas. As maiores manifestações chegaram a reunir cerca de 1 milhão de pessoas no Rio de Janeiro e 1,7 milhão em São Paulo. A derrota na votação da Emenda que instituía as *Diretas Já*, levou Abdias a realizar um discurso provocativo sobre o distanciamento e a omissão dos poderes institucionais com as demandas exigidas pela população:

Penso, Srs. Deputados, no que poderei dizer agora quando chegar a um botequim de esquina no meu querido Rio de Janeiro e me defrontar com as indagações daquele bravo povo que fez muito mais do que um comício de mais de um milhão, e cuja vontade não prevaleceu diante da cegueira cívica, das armas embaladas, da corrupção autoritária daqueles que se ausentaram ontem deste plenário. Que poderei dizer das trevas em que o regime mergulhou o país, com a decretação da insensibilidade cívica

institucionalizada, quando prevaleceu no próprio Congresso a incompetência política que frustrou os legítimos anseios do povo brasileiro?<sup>73</sup>

Abdias Nascimento buscou posicionar-se também a partir do MNU. Os representantes do movimento negro organizado participaram diretamente da construção da campanha pelas *Diretas Já*, e segundo Pereira (2010), os mesmos conseguiram incluir algumas demandas da população negra ao conjunto de reivindicações apresentados. Além disso, foi realizada uma eleição para representante do movimento negro que participaria do comitê pró-Diretas do Rio de Janeiro. A intenção seria eleger alguém não relacionado aos partidos políticos, o que excluiu Abdias Nascimento do processo, conforme relata Amauri Mendes:

Durante as Diretas já, em 1984, a gente conseguiu um momento muito bom. Fui o orador oficial representante do movimento negro. Eu sempre faço questão de dizer: tudo decidido em assembleia com mais de cem pessoas. Cada movimento foi decidido: “Vamos ou não vamos participar do comitê do Rio de Janeiro pró-Diretas. Isso era janeiro, fevereiro. Havia a posição “Vamos participar” e havia “Não. Temos que fazer o nosso”. Dissemos: “Não temos que fazer o nosso aqui, mas tem que estar juntos” aí conseguimos vencer. Depois fomos decidir quem seria a representação no comitê pró-Diretas. Aí o Abdias Nascimento foi, porque ele já era um cara do PDT e, um pouco por causa disso, era governo. O Abdias é Abdias, era deputado federal, mas era o Abdias do PDT, e a gente batia: “Não. O movimento não pode ser partidário. Se o Abdias for representante, quem é o representado é o PDT. Tem que ser alguém de fora”. Aí eu fui eleito (ALBERTI; PEREIRA. 2007, p.291-292).

O relato de Amauri Mendes é revelador na medida em que, além de nos descrever os processos de decisão sobre a participação do MNU em pautas democráticas, nos indica também um processo de “conflito de interesses” sobre o qual Abdias passava ao integrar o quadro de um partido político ao mesmo tempo em que estava inserido em um movimento social. Mesmo longe de ser posições antagônicas, este processo de institucionalização de ativistas políticos demonstra a complexidade das relações entre Estado e movimentos sociais. Por muito tempo, os estudos que versam sobre movimentos sociais no Brasil partiam do pressuposto básico de que os movimentos sociais são elementos opostos e externos às instituições estatais. A atuação destes movimentos na máquina estatal chegou a ser vista como “cooptação”, uma conotação negativa à participação de ativistas que chegam aos cargos de poder e perdem as ligações com as bases sociais em que estava inserido.

Notadamente, esta perspectiva reduz e simplifica o processo de inserção institucional e dificulta o desenvolvimento de análises que buscam levar em consideração as diversas nuances

---

<sup>73</sup> Diário da Câmara dos Deputados, 21 abr. 1984, p. 2543-2544.

das relações que agentes sociais estabelecem com o Estado. Sendo Abdias Nascimento uma liderança histórica do movimento negro que assume a missão de defender os temas pertinentes à equidade social na Câmara dos Deputados, optamos por analisar sua atuação parlamentar sob a ótica dos estudos sobre ativismo institucional.

O conceito de ativismo institucional, ou também *insider activism*, visa compreender como a inserção de ativistas no mundo institucional pode revelar-se como uma estratégia de ação utilizados pelos movimentos sociais na busca de seus objetivos (LEITÃO, SILVA, 2017). Tal perspectiva aborda as práticas desenvolvidas por ativistas em prol de determinadas causas em conjunto com a análise do posicionamento destes agentes no interior das estruturas institucionais, possibilitando assim a abertura de um campo amplo de investigações sobre as relações entre movimentos sociais e Estado. O ativista institucional é compreendido aqui como aquele que orienta sua atuação no espaço institucional a partir dos interesses e demandas do movimento social ao qual ele se identifica.

De acordo com Rech e Silva (2016), os ativistas institucionais não precisam necessariamente de um pertencimento formal a uma organização de movimento social, mas sim de um comprometimento com as causas sociais que ele defende. A diferença fundamental entre o ativista institucional e os ativistas não institucionais seria a de que, os primeiros “utilizariam recursos e oportunidades vinculadas ao seu posicionamento institucional para alcançar aqueles objetivos, demandas e/ou interesses do movimento social com o qual se identifica” (RECH; SILVA, 2016, p.381). Desta forma, o ativista institucional utilizaria do poder institucional para promover uma causa social, tal qual o faz Abdias Nascimento ao abordar em seus projetos de leis e pronunciamentos questões ligadas à luta negra em variados períodos da história brasileira, não tão somente as abordadas pelo MNU a partir de 1970. Vejamos então como foi construída esta atuação parlamentar a partir das categorias levantadas nesta pesquisa.

#### **4.1 Referências às religiões de Matriz africana**

Ao assumir sua cadeira na Câmara dos Deputados, Abdias Nascimento buscou demonstrar em seus pronunciamentos a sua admiração pela cultura e religião de matriz africana, especialmente o candomblé. O intelectual constantemente abria seus discursos evocando a força dos deuses africanos, num movimento de resistência frente à hegemonia cristã que dominava o Plenário. A própria figura de Exu, Deus africano responsável pela comunicação e dinamização da nossa energia vital, que sofreu um processo de demonização intensa promovida pelo

cristianismo fundamentalista, era resgatada nos discursos de Nascimento que buscava evidenciar a importância de se construir uma identidade negra fincada na ancestralidade africana. Vejamos, por exemplo, em seu discurso de abertura, em 14 de maio de 1983, como o ativista articula estes temas:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, invoco o nome de Olorum, criador de todas as coisas; dos seres humanos e do universo. Invoco as forças telúricas da nossa pátria ancestral – a Mãe África. Invoco Exu, senhor de todos os caminhos da existência humana, senhor das encruzilhadas onde a contradição dialética vem ocorrendo desde os tempos imemoriais presididos pelos mitos. Ainda daqueles tempos mítico-históricos, evoco e suplico a proteção da mãe ancestral de todos nós, Nossa Senhora Oxum, doadora do amor, da compaixão e da esperança<sup>74</sup>.

Abdias, que foi criado numa família católica em Franca-SP, se aproximou das religiões de matriz africana pela primeira vez quando mudou-se para o Rio de Janeiro em 1940. Na capital carioca, o intelectual conheceu personalidades como Solano Trindade e o Babalorixá Joãozinho da Goméia que exerceram uma influência no autor no que tange à valorização da cultura e religiosidade negra, conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho. Nascimento deu continuidade a esta abordagem através do diálogo com os teóricos da Negritude Francófona durante os anos 1950, quando a busca pela ancestralidade africana aparece com mais força no repertório discursivo do autor. Entretanto, foi a partir do seu autoexílio que o ativista passou a trazer as religiões de matriz africana para o centro de sua atuação política com suas pinturas que retratavam os Orixás, entidades e símbolos do Candomblé. Em entrevista ao livro *Memórias do Exílio* (1976), Abdias nos fala um pouco sobre sua ligação com as religiões de matriz africana:

Nunca fui mais do que um aprendiz do candomblé. Me dava muito com a Ialorixá Senhora, cabeça do terreiro do Opô Afonjá, um dos mais antigos templos da Bahia. Frequentei para aprender, mas não cheguei a ser um iniciado, não fiz a cabeça. Muitos pais e mães de santo insistiram. Mas eu conheço as limitações, o peso da responsabilidade sacerdotal. Exige total dedicação, submissão à disciplina, à hierarquia. A vida mística do Candomblé não é demasiado rígida, porém tudo é cuidadosamente regulado pelo ritual. Não tive disposição nem temperamento para assumir tal regime de vida. Ademais, acredito que posso prestar bons serviços aqui na vida leiga. Tanto na Baixada Fluminense como nos subúrbios do Rio me lembro que quando Albert Camus visitou o Rio, levei-o a participar de um ritual de candomblé. Ele recordou isto em seu diário. Mas o místico para mim aparecia no entusiasmo das lutas, e, agora, mais serenamente, no cuidado da pintura. Uma coisa não nega a outra. Tudo converge. Tudo é complementar (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.50).

<sup>74</sup> Diário do Congresso Nacional. 14/05/1983, p. 3296.

Enquanto uma Omo Orixá, ou seja, pessoa iniciada no Candomblé, tendo a concordar com Abdias no que se refere ao nível de comprometimento que uma pessoa deve assumir ao entrar para esta religião. Sendo tradicionalmente de matriz africana, o candomblé preza pelo respeito aos ancestrais, aqueles que vieram antes de você, e pelos mais velhos, aqueles que estão nesta terra há mais tempo e em razão disso, acumularam mais conhecimentos sobre a vida terrena. Como costumamos dizer, antiguidade é posto e por esta razão a hierarquia é determinada pelo tempo de iniciação dos filhos de santo, que assumem cada vez mais responsabilidades à medida que se tornam “mais velhos” na religião. Neste sentido, respeitar esta hierarquia é imprescindível para a preservação desta tradição africana.

No depoimento dado por Nascimento é interessante observar a referência que o mesmo faz a Maria Bibiana do Espírito Santo (1900-1967), mais conhecida como Mãe Senhora, terceira Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, uma das casas mais tradicionais do culto aos Orixás na Bahia, fundado em 1910. Mãe Senhora era descendente de africanos da família Asipá, originária de Ketu, importante cidade do Império Iorubá. Com o sequestro dos povos africanos durante a escravidão, muitas reminiscências culturais e religiosas dos povos Iorubanos foram adaptadas à nova realidade e transformadas no culto aos orixás do Candomblé que se subdividiram em três principais nações com rituais e línguas específicas: Ketu - formado pelos povos do reino iorubano situado no que hoje é o Benin e parte da Nigéria; Jêje - formado pelos povos fons vindos da região de Daomé e pelos povos Mahins; e Angola - composto pelos povos bantos da África Subsaariana.

Segundo tradição oral e documentação existentes, o candomblé Ketu foi instaurado na Bahia a partir da fundação do Ilê Axé Iyá Nassô Oká em 1830. Sendo o terreiro mais antigo de Salvador, o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, como também é conhecido, foi o primeiro terreiro de culto afro-brasileiro reconhecido como patrimônio nacional. Sua fundadora, Iyá Nassô, era uma africana liberta que carregava o título de sacerdotisa de Xangô no Império de Oió. Além de Iyá Nassô, diz a tradição que mais duas sacerdotisas colaboraram na fundação do templo, Iyá Adetá e Iyá Acalá. Na Casa Branca foram iniciadas outras líderes responsáveis pelo avanço do culto na Bahia, dentre eles destaca-se: a Iyalorixá Maria Júlia da Conceição Nazaré, fundadora do Terreiro do Gantois, e a Iyalorixá Eugênia Ana dos Santos, fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá. Mãe Senhora, com quem Abdias construiu uma relação, foi iniciada aos 7 anos de idade por Mãe Ana do Opô Afonjá e preparada desde então para assumir o posto de Iyalorixá daquele terreiro. Filha de Oxum, Mãe Senhora era uma figura de prestígio e respeito no

candomblé baiano não somente pela descendência africana, mas também pela sua forte personalidade e pelo seu raro conhecimento das tradições e fundamentos religiosos.

Segundo Sandra Almada (2009), Nascimento visitou muitas vezes o Ilê Axé Opô Afonjá, onde consultava-se com Mãe Senhora e desenvolveu uma amizade com seu filho, Deoscóredes Maximiano dos Santos, o Mestre Didi, artista plástico e Assógbá<sup>75</sup> do terreiro. As orientações de Mãe Senhora e a relação com Mestre Didi, parecem ter sido decisivas para que Abdias assumisse um posto de defensor do candomblé ainda que não fosse um iniciado na religião. Uma dessas evidências é a utilização da sua tribuna na Câmara dos Deputados para prestar homenagens aos terreiros de matriz africana. No discurso proferido no dia 22 de outubro de 1983, por exemplo, Abdias Nascimento narra a importância e história da Casa Branco do Engenho Velho, casa matriz de Mãe Senhora:

A religião, para os negros, não era e não é apenas uma crença na vida transcendente, em Olorum, o Deus Supremo; não era e não é unicamente o exercício litúrgico do culto aos Orixás. Desde os primórdios de sua prática em nosso País pelos africanos escravizados, a religião do Candomblé se instituía como um templo dos Orixás e da resistência física e cultural de uma raça violentamente agredida. (...). Um dos primeiros templos de libertação dos escravos foi aquele erigido na Bahia, e que hoje é conhecido como Casa Branca ou Candomblé do Engenho Velho, e que no contexto ritual é o Ilê Iyá Nassô Oká, da nação Keto. A história desse terreiro ou templo configura o processo de experiência negra em nosso país. Com mais de 350 anos de existência, ele se destaca como um dos bens culturais da Bahia e do Brasil, constituindo um símbolo de criatividade, espírito organizativo e de resistência a colonização cultural.<sup>76</sup>

Ao analisarmos este trecho do discurso de Abdias é possível perceber como o autor articula sua visão do candomblé enquanto um elemento de preservação da cultura negra e como um movimento de resistência ao processo de colonização portuguesa que buscava extinguir qualquer herança cultural africana. Como é sabido, desde os tempos coloniais, o Estado oficializou a intolerância às religiões de matriz africana através da criminalização das mesmas e da repressão policial por elas sofridas. Invasão de terreiros e apreensão de materiais litúrgicos eram constantes no dia a dia dos filhos de santo. Esta cultura de perseguição reverbera até os dias atuais por meio do racismo religioso e da demonização dos Orixás pregada pelas igrejas neopentecostais. No plenário, Nascimento também denunciou a diferença de tratamento

<sup>75</sup> Importante título litúrgico do Candomblé ligado ao culto de Obaluaíyé, orixá da cura e da doença.

<sup>76</sup> Discurso proferido no dia 22 de outubro de 1983. Diário da Câmara Nacional. Outubro de 1983. p. 11399

dispensado pelos agentes públicos às manifestações culturais de rua do Candomblé em detrimento das manifestações cristãs:

Ainda recentemente, no último dia 7 de Setembro, os negros do bairro de Liberdade, da comunidade de liberdade, estavam procedendo, como fazem há vários anos, à lavagem do Quilombo do Orumilá. A lavagem significa um passeio procissional pelo bairro. De repente, os negros foram violentamente agredidos pela polícia militar daquele Estado, e sem nenhuma razão, sem nenhum fundamento foram presos os meus irmãos de raça Apolônio de Jesus, Lino de Almeida e Freitas. Estes eram os coordenadores da lavagem do Quilombo Orumilá. A polícia, como sempre faz nessas ocasiões, acusou os negros de perturbarem a ordem promover distúrbios na via pública. Entretanto, sabemos que a Bahia é o Estado das grandes festas religiosas católicas e essas festas, via de regra, não recebem esse tratamento violento e intempestivo por parte das autoridades. Isso ocorre com todas as manifestações culturais da raça negra. Por isso, quero deixar registrado aqui o meu protesto com o meu repúdio, porquanto aos negros que começaram a construção deste País, pela Bahia, plantando a cana, depois o algodão, depois o café, depois trabalhando na mineração, esses descendentes dos africanos têm o direito ao respeito à sua condição de cidadãos brasileiros e não a esta definição que a sociedade dominante frequentemente lhes tem impingido - a definição de marginais.<sup>77</sup>

É importante ressaltar que o reconhecimento do candomblé como instrumento de resistência por ativistas negros também está circunscrito num contexto de construção de uma identidade negra pautada no resgate das raízes culturais africanas. De acordo com Petrônio Domingues, após a formação do MNU, há um processo revisionista negro que busca romper totalmente com os padrões culturais brancos hegemônicos. Os ativistas passaram a adotar referenciais africanos em suas roupas, culinárias, penteados e cortes de cabelo. Até mesmo os nomes dados aos recém-nascidos passaram a ser africanos, sobretudo de origem Iorubá. Neste ínterim, a adesão aos elementos da “cultura africana” também atingiu o terreno religioso, segundo o autor: “Se nas etapas anteriores o movimento negro era notadamente cristão, impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o Candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral” (DOMINGUES, 2007, p.116).

Acreditamos então que estes fatores também podem ter influenciado Abdias a adotar uma postura de defesa das religiões de matriz africana em conjunto com as relações que o mesmo criou com Mãe Senhora e Mestre Didi. Este último, especialmente, com quem Nascimento teve uma relação mais íntima motivou o único Projeto de Lei do ativista dedicado a um terreiro de candomblé. O PL 3765/1984, apresentado em 26/06/1984, declara de utilidade

---

<sup>77</sup> Ibidem

pública a Sociedade Ilê Asipá, sediada em Salvador, Bahia. A declaração de utilidade pública é um tipo de registro concedido pelo Poder Público a entidades, fundações e associações civis sem fins lucrativos, como forma de reconhecimento pelos serviços prestados à sociedade. Esta declaração possibilita que a organização se inscreva em editais, receba recursos públicos e ainda seja isenta de alguns impostos.

A Sociedade Religiosa e Cultural Ilê Axé Asipá foi fundada por Mestre Didi em 1980. Criado para preservar os cultos aos ancestrais da família Asipá, este terreiro tem a particularidade de realizar cultos à Egúngun e não Orixás. O culto a Egúngún está diretamente relacionado com a ancestralidade e a preservação da memória daqueles que já se foram. Na tradição Iorubá, a morte não seria um fim, mas sim um recomeço em uma nova forma de existência, é morrer para a vida terrena e renascer para outra. Por isso, costumamos dizer que os iniciados no segredo não morrem, eles retornam para o Itunlá, a casa do renascimento. Neste sentido, o culto aos ancestrais, chamado de Egúngún, seria uma renovação que se perpetua numa união entre o passado e o presente. Os Egúngún voltam para confortar, proteger e aconselhar seus descendentes, reafirmando, dessa forma, que a vida vai além da morte enquanto os vivos lhe prestam homenagens e preservam sua memória na terra, guardando-se os laços de parentesco entre os seres que estão no Orun (céu) e no Àiyé (terra) e preservando uma harmoniosa relação entre todos.

O Ilê Axé Asipá é uma referência do culto Egungun no Brasil e zela pela continuidade dos legados sagrados reunidos na família Idilé Asipá, da qual Mestre Didi é descendente. A ideia de fundar este templo surgiu depois que o artista plástico visitou a Nigéria e o Daomé em missão patrocinada pela UNESCO em 1967. Viajando com o objetivo de realizar estudos comparativos entre a tradição dos orixás da Bahia e da África, Mestre Didi conseguiu entrar em contato com descendentes de sua família que ainda residiam em Ketu e no seu retorno ao Brasil deu continuidade ao culto dos seus ancestrais ao fundar o Ilê Axé Asipá, chegando a receber o título de Alapini, sacerdote supremo do culto aos Egunguns no Brasil. Na justificativa do projeto de lei que declara o Asipá de utilidade pública, Abdias Nascimento argumenta que:

Trata-se de uma organização preocupada com a preservação da herança litúrgica deixada pelos antepassados africanos que para aqui vieram durante a escravidão, ligados pelo axé da família Asipá. É do conhecimento dos estudiosos dos nossos problemas históricos e sócio antropológicos que o processo do sistema escravista no Brasil, e também o período pós-abolição não favorecem a continuidade das estruturas culturais oriundas da África. As várias línguas africanas, por exemplo, que durante séculos eram faladas entre a população de origem africana, aos poucos foram desaparecendo sob a

pressão da intolerância do sistema de ensino e das instituições culturais dominantes. Atualmente há um grande esforço de parte tanto dos próprios descendentes africanos como de instituições convencionais e pessoas de outras origens étnicas-raciais, no sentido de resgatar do esmagamento total parte desse acervo cultural em vias de se perder definitivamente. Nesse contexto se insere os esforços da sociedade Asipá, cuja liderança está nas mãos do mais renomado e competente portador e criador de cultura africana em nosso País: o mestre Deoscoredes M. dos Santos, popularmente conhecido como Mestre Didi. Sacerdote, escritor, escultor e educador, Mestre Didi se propõe, junto a seus companheiros da sociedade Ile Asipá, a desenvolver um trabalho espiritual e social de enorme relevância para a comunidade afro-baiana e afro-brasileira. Por esse meio, recuperando a história e os valores culturais e religiosos do povo afro-brasileiro e do povo brasileiro em geral. A sociedade Ilê Asipá não tem objetivos de lucro, nem seus dirigentes e associados auferem qualquer remuneração salarial ou rendimento. A Asipá, fundada em 1980, vem cumprindo desinteressadamente seu programa de assistência cultural e espiritual à comunidade. A sociedade Ile Asipá tem personalidade jurídica, e atende expressamente a todas as exigências legais para obter o reconhecimento de utilidade pública.<sup>78</sup>

Esta proposição foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ da Câmara dos Deputados, mas foi arquivada em 1987, o que fez com que a declaração de utilidade pública da Sociedade Ilê Asipá não fosse efetivada. Porém, trinta anos após o arquivamento da proposição elaborada por Abdias, o Ilê Asipá foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), em 2017, no centenário de Mestre Didi. Abdias Nascimento também deu continuidade à sua defesa dos povos de terreiro ao pautar na Câmara dos Deputados, uma crítica à literatura fetichista de Jorge Amado, que abordava em seus livros o Candomblé como uma manifestação selvagem e primitiva. Desde os tempos do TEN, Nascimento buscava problematizar criticamente a visão sobre o negro e sua cultura como elementos exóticos, folclóricos ou pitorescos que eram comuns no mundo artístico.

Esta postura também foi adotada durante sua atuação parlamentar, quando o mesmo propôs uma reflexão sobre como o candomblé não era visto como religião por Jorge Amado, um dos principais ícones literários da Bahia. As obras de Amado reforçavam o estereótipo do negro movido pelos “instintos animais” e constantemente retratavam as cerimônias de candomblé de forma sexualizada. Ao criticar esta abordagem racista, Abdias Nascimento provocou a ira de uma parcela da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que na pessoa do Deputado França Texeira, aprovou uma moção de solidariedade a Jorge Amado.

Nesta moção, argumentava-se que as observações feitas por Nascimento eram uma agressão grosseira e injusta contra o escritor baiano e acusavam o ativista de ser um

---

<sup>78</sup> Diário do Congresso Nacional. Junho de 1984, p. 6009.

“profissional da negritude”, estimulador de uma ideologia insana e portador da “ambição neurótica do ódio” que emitia uma “infâmia deplorável contra Jorge Amado”. Em resposta às acusações, Abdias escreveu uma carta aberta à Assembleia Legislativa da Bahia entregue pessoalmente pelo autor que foi a Salvador acompanhado pelo Deputado José Miguel (PDT-RJ) e pela Secretária de Promoção Social do Estado do Rio de Janeiro, Edialede Salgado Nascimento, além de Elisa Larkin. Iremos reproduzir parte desta Carta Aberta para que o leitor tenha a oportunidade de conhecer as dimensões das críticas realizadas por Abdias Nascimento a Jorge Amado no que tange à abordagem das religiões de matriz africana:

Recentemente, fiz algumas observações sobre o caráter do racismo brasileiro na sua expressão literária, exemplificada nos livros de Jorge Amado. Minhas Críticas não continham nenhum ataque pessoal a Jorge Amado enquanto ser humano e cidadão; tinham como alvo tão somente o escritor de histórias retratando personagens e tradições culturais do povo a que pertence, de origem africana. (...) Infâmia deplorável contra o povo negro, é justamente aquela registrada, por exemplo, nas páginas de Jubiabá, quando o romancista fornece aos leitores sua versão da cultura religiosa afro-baiana: “Oxalufã, que era Oxalá Velho, só reverenciou Jubiabá. E dançou entre as feitas até que Maria dos Reis caiu estremunhando no chão, assim mesmo sacudindo o corpo no jeito da dança, espumando pela boca e pelo sexo”. Nesta passagem não estamos frente a uma mera liberdade de recriação artística, ou da tipificação de uma personagem isolada dentro desse universo religioso. Muito pelo contrário, a cena transcrita é apenas uma entre as várias que expressam a visão consistente de Jorge Amado, ou seja, a infâmia deplorável que os signatários da moção da Assembleia Legislativa da Bahia projetaram sobre minha pessoa<sup>79</sup>.

Nascimento dá continuidade à carta enfatizando a maneira pela qual as mulheres negras do Candomblé são retratadas nas obras de Jorge Amado, sempre exaltando seus atributos físicos e sua disponibilidade constante para o sexo, sem lhes conceder nenhum tipo de respeitabilidade:

Os brancos da Bahia, que vêm praticando esse preconceito há séculos no seio histórico abuso sexual à mulher negra e mulata, atingiram o auge da hipocrisia, transferindo sua própria lascividade para elas, estampando-a com essa caracterização permanente de semi-prostituta. A esmagadora maioria das mulheres negras e mulatas do Brasil, mães ou filhas de família, sofre na sustentação desse estereótipo uma “agressão grosseira e injusta”. Dirigida contra uma coletividade definida pela etnia, tal agressão só pode ser chamada de racismo. O que tem a ver as personagens “Maria dos Reis” ou “Rosenda Rosedá” com as figuras respeitáveis de Yalorixás, como Tia Massi ou Mãe Teté, do Candomblé do Engenho Velho da Casa Branca? Poderia a dignidade de uma Mãe Menininha do Gantois ou de Mãe Stella do Ilê Axé Opô Afonjá ser confundida com as imagens espumejantes que Jorge Amado retrata no seu famigerado livro? E onde se situariam, nesse universo de estremunhamentos e sexo espumante, figuras da enorme dimensão humana e religiosa de uma Mãe Nicinha, do Bogu, ou Dona Hilda, do Ilê Axé Ogum? Essas e muitas

<sup>79</sup> Diário do Congresso Nacional. 25 de novembro de 1983, p. 2577.

outras personalidades religiosas afro-brasileiras têm sido impunemente agredidas e humilhadas nos livros de Jorge Amado, como foram nossos antepassados nas obras de antropólogos, etnólogos, historiadores, etc., criadores de estereótipos pejorativos sobre a raça negra<sup>80</sup>.

Durante seu embate com os defensores de Jorge Amado, Abdias recebeu apoio do Conselho Geral do Memorial Zumbi, que reunia diversas organizações negras de várias regiões do país. Foi publicada uma Declaração de Solidariedade onde repudiava-se as agressões sofridas pelo Deputado Federal e reforçavam a crítica feita à produção de Jorge Amado centrada na exploração sexual da mulher negra e na folclorização do candomblé: “Mais grave ainda é a impiedosa exploração literária de nossa religião, enfatizando uma suposta “sensualidade africana” sempre cultivada pelo racismo para reduzir o ser humano negro à condição de mero objeto ou animal sem intelecto, ou raciocínio”, dizia a declaração. Além do Memorial Zumbi, o N’zinga - Coletivo de Mulheres Negras também declarou solidariedade a Abdias Nascimento acrescentando que “O Sr. Jorge Amado é, sem sombra de dúvidas, o maior divulgador das teorias freyreanas, que, exaltando a miscigenação, ocultam a real situação da exploração sexual racista da mulher negra”<sup>81</sup>.

Através da análise deste material, compreendemos que o posicionamento de Nascimento enquanto aliado das comunidades de terreiro extrapolava o sentido iniciático na religião. Em 2009, nos anos finais de sua vida terrena, em entrevista a Sandra Almada, mais que admirador e comprometido com a causa do candomblé, o autor definiu-se como *pertencente* às religiões de matriz africana, ainda que não tenha se disposto ao processo ritual iniciático. Isto porque para o autor o pertencimento ao candomblé girava em torno do compromisso que o mesmo havia firmado com os Orixás junto a Mãe Senhora, de defender a religião nos espaços públicos que ocupava e no seu ativismo diário.

Além disso, a conexão de Nascimento com as religiões de matriz africana, transborda para o campo do resgate da ancestralidade africana. Ancestralidade essa cujo reconhecimento, me parece, era fundamental na visão de Abdias para que os negros pudessem se situar no mundo, saber quem são, de onde vieram. E o candomblé parecia ser a via mais óbvia para se reconhecer a ancestralidade do povo negro e, com isso, prosseguir-se na luta por reconhecimento e conquista de dignidade cidadã. Talvez, por isso, no final da vida Abdias estivesse muito convencido de que pertencia ao candomblé. É como se com tal afirmação, ele

---

<sup>80</sup> Diário do Congresso Nacional. 25 de novembro de 1983, p.2578.

<sup>81</sup> Ibidem.

estivesse dizendo muitas outras coisas sobre sua existência: que reconhecia sua ancestralidade, sua condição humana, existencial e de luta por dignidade. Uma luta que não era individual, mas coletiva, como demonstram seus projetos de lei e discursos voltados às religiões de matriz africana.

De simpático e admirador quando entra em contato com as religiões de matriz africana, Abdias, no final da vida, compreende definitivamente, ser/pertencer a elas. Um pertencimento que se configura para muito além dos ritos litúrgicos iniciáticos do candomblé, mas que não deixa de ser marcado pela noção de iniciação: uma iniciação processual ao longo de sua vida, manifesta na relação com os adeptos, com quem aprendeu e incorporou os valores mais caros da religião: o respeito à ancestralidade, à sacralidade dos atos litúrgicos públicos e privados do candomblé e o cultivo ao respeito às pessoas, suas histórias, conhecimentos iniciáticos e ancestralidade africana.

#### **4.2 Denúncia: Racismo no Brasil e Democracia racial**

Uma das características marcantes da atuação parlamentar de Abdias Nascimento foi a abordagem didática que o autor buscava trazer em seus discursos sobre racismo e relações raciais no Brasil. Numa missão quase pedagógica, o ativista desmistificava os velhos chavões que pregavam a sociedade brasileira como uma democracia racial e demonstrava, com bases em fatos e análises bem fundamentadas, como a estrutura racial impactava a vida dos afro-brasileiros. Retomando a história de resistência negra no Brasil, Nascimento constantemente apontava para como o processo de “abolição” da escravatura havia deixado sequelas permanentes na comunidade negra, a quem sempre foi negada a oportunidade de inserção social.

Tal postura, obviamente, encontrava resistência entre os colegas Deputados de Abdias, que viam a problematização racial como um “exagero” por parte do ativista ou ainda uma “importação” do problema americano para a realidade brasileira, demonstrando total desconhecimento da questão racial. Podemos observar esta tendência ao analisar os apartes (intervenções) registrados nos discursos de Nascimento. Durante o pronunciamento de 14 de maio de 1983, por exemplo, o ativista denunciava o processo de abolição da escravatura classificando-a como uma “mentira cívica”, quando o Deputado Raimundo Asfora (PMDB-PB) pediu um aparte:

Lamento que haja indisfarçável marginalização do negro no Brasil. Mas temo, Sr. Deputado, que V.Exa., que andou pelos Estados Unidos e pela Europa,

esteja, talvez inconscientemente, pregando uma espécie de racismo negro neste país. Não me tome como alguém que esteja fazendo o jogo das minorias dominantes. Eu estou longe delas. Mas não poderia deixar de expressar a V.Exa., meu receio de que sua pregação venha diluir tudo que já é conquista nossa, como a miscigenação racial e o acultramento, esses patamares atingidos por estarem colocados nos trópicos, uma raça nova, sem as discriminações viscerais que V.Exa. levanta desta alta tribuna<sup>82</sup>

Como podemos observar no aparte do Deputado, os ideais da democracia racial impregnados no pensamento social brasileiro produziam um processo de negação da existência do racismo. Mesmo após a divulgação das pesquisas produzidas pelo Projeto Unesco, que demonstravam como a marginalização social do negro era produzida não só em termos econômicos, mas também raciais, o senso comum era de que havendo miscigenação, não poderíamos falar de segregação. Neste ponto, a acusação de que ativistas negros estariam criando problemas onde não há, ou produzindo um racismo às avessas, era constante. Outro argumento utilizado pelos deputados era a de que a própria presença de Nascimento numa posição de poder, seria uma demonstração da ausência do racismo na sociedade brasileira. Como defendeu o deputado Gerson Peres (PDS - PA), ao interromper o discurso de Abdias Nascimento dedicado ao Dia Internacional da Discriminação Racial:

V. Exa. violenta uma das maiores tradições aqui existentes, pois o que aqui existe, Deputado, são preconceitos sociais, provenientes, talvez, do sistema capitalista vigente. Aqui, o preto, o negro é tão nobre e tão digno que o povo brasileiro o traz para a tribuna do Congresso.<sup>83</sup>

Abdias, por sua vez, responde:

Em primeiro lugar, V.Exa. vê o racismo como consequência do capitalismo. V.Exa. desconhece o assunto. O acúmulo do capital que permitiu à Europa desenvolver capitalismo industrial, é o resultado do racismo e da exploração escravagista. Em segundo lugar. Desejaria dizer-lhe que, ao afirmar que não há racismo no Brasil por existir um Deputado negro no Congresso Nacional, V.Exa está exatamente provando que existe. A maioria do povo brasileiro é de origem africana, e só um Deputado negro vem aqui falar a respeito do seu povo. Este é o exemplo mais clamoroso de racismo. Acabo de receber um convite de 30 Deputados que formam o bloco negro no Congresso americano, no sentido de lá comparecer em setembro. Há 30 deputados negros nos Estados Unidos, num país onde o negro representa 15% da população. No nosso país, somos mais de 70%, e há somente um Deputado negro neste parlamento.<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Diário do Congresso Nacional, 14 de maio de 1983, p. 3297-3298.

<sup>83</sup> Diário do Congresso Nacional, 22 de março de 1985, p.1581.

<sup>84</sup> Diário do Congresso Nacional, 22 de março de 1985, p.1582.

Ciente de como a ideologia da democracia racial camuflava as evidências das desigualdades sociais e raciais no país, Abdias propôs o Projeto de Resolução nº 58 de 1983 que tinha o intuito de criar a Comissão do Negro. Tendo um caráter socioeducativo, a comissão teria como principal objetivo levantar dados e informações precisas sobre os aspectos e efeitos da discriminação racial no país para que, posteriormente, fossem construídas políticas públicas de reparação à comunidade negra. Composta por 11 membros, com número igual de suplentes, a Comissão atuaria em diversas frentes, de acordo ao texto do projeto:

Art. 2.º A Comissão do Negro compete opinar sobre todos os assuntos relacionados ao negro. Compete-lhe também, em caráter temporário, receber e investigar denúncias de atentados aos direitos humanos e civis dos brasileiros de ascendências africana. Compete-lhe, ainda, e em colaboração com as demais comissões da Câmara dos Deputados e com as organizações da comunidade afro-brasileira, propor medidas legislativas atinentes ao resgate da história à identidade étnica e cultural; interesses da educação, treinamento profissional, emprego, segurança, moradia e saúde das populações negras no Brasil<sup>85</sup>.

Na justificativa do Projeto de Resolução, Abdias ressalta a importância daquela década de 1980, onde se comemorava o centenário da abolição ao mesmo tempo em que se lutava pela instituição de uma democracia efetiva, com a participação de todos os segmentos sociais. Neste sentido, para o autor, aquele era o momento de promover maior equidade social e política, especialmente para a população negra. Para alcançar tal objetivo era preciso examinar os “ganhos sócio-econômicos, cívicos e culturais dos negros, descendentes daqueles africanos escravizados, libertos juridicamente a 13 de maio de 1888”<sup>86</sup>. O autor passa então a recuperar a história da fundação do Brasil Colônia e a consequente exploração da mão de obra africana que enriqueceu os portugueses e seus descendentes e demonstra como essa minoria tem mantido, através de séculos o monopólio do poder social e econômico. Segundo Abdias, “uma estrutura e uma estratégia de dominação racial tão bem estabelecida, tão eficaz e poderosa, que tem permanecido inalterada através de todas as transformações sócio-políticas e econômicas do País”<sup>87</sup>.

Além disso, Nascimento relembra como a política de imigração na década de 1940 promoveu um processo de branqueamento da população e intensificou a marginalização da população negra, a quem eram destinados os postos de subemprego com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. Este processo ao qual o ativista já havia denunciado como uma

---

<sup>85</sup> Diário do Congresso Nacional. 28/05/1983, p. 4167.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

estratégia de extermínio da população negra em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), é retomado pelo ativista em sua atuação parlamentar:

O processo do genocídio não se limita apenas à destruição física do negro. Segundo o Dicionário Escolar do Professor, o genocídio consiste também na "recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos". Este conceito do genocídio internacionalmente estabelecido através de várias medidas da ONU e da comunidade internacional, aplica-se perfeitamente à situação do povo negro no Brasil. O supremacismo branco no Brasil criou Instrumentos de dominação racial muito sutis e sofisticados para mascarar esse processo genocida. O mais efetivo deles se constitui no mito da "democracia racial". Aqui temos talvez a mais importante diferença entre os sistemas de dominação angloamericano e luso (ou hispano) americano. O mito da "democracia racial" mantém uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e tão destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. E é este racismo que a Comissão do Negro haverá de investigar e combater através do esclarecimento da opinião pública e de propostas legislativas. Não se resolve problemas utilizando-se do método do avestruz: o método de ignorar a realidade concreta metendo a cabeça na areia. Somente construiremos uma efetiva e democrática igualdade étnica em nosso País, recusando a cumplicidade com a mentira e os falsos valores, e desvelando o rosto da verdade racial que preside nossas relações sociais<sup>88</sup>.

Do dia em que foi apresentada, 13 de maio de 1983, a proposta de resolução levou um mês em tramitação, sendo julgada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça por “ferir o preceito da igualdade perante a lei ao constituir-se uma discriminação positiva e uma dupla discriminação negativa contra brasileiros de outras raças”<sup>89</sup>. Ironicamente, ao propor uma comissão que buscasse investigar as desigualdades que sofrem o negro no país, Abdias estaria “privilegiando” uma raça em detrimento de outras na visão dos congressistas. Ao comentar a decisão da CCJ, o ativista expôs a negligência que a pauta racial sofria na casa legislativa:

Quando aqui apresentei o pedido da constituição de uma Comissão do Negro, exatamente para que a Casa tivesse seus próprios dados concretos dessa situação dramática vivida pela comunidade negra, este projeto foi imediatamente fulminado por um relator da Comissão de Constituição e Justiça, porque realmente não se quer conhecer essa realidade. Grande parte dos meus colegas não quer conhecer o que realmente o negro sofre. Querem viver na ilusão da democracia racial. Querem perpetuar essa falsa imagem de um Brasil igualitário, de um Brasil paraíso de raças<sup>90</sup>.

O autor do parecer aprovado pela CCJ era Paulino Cícero do Partido Democrático Social (PDS-MG), que representava setores políticos de direita. Natural de Minas Gerais, este

<sup>88</sup> Diário do Congresso Nacional, 28 de maio de 1983, p. 4168.

<sup>89</sup> Diário do Congresso Nacional, 15 de junho de 1983, p. 5118.

<sup>90</sup> NASCIMENTO, Abdias. Combate ao racismo: Discursos e Projetos. V.2 Câmara dos Deputados: 1983, p. 53.

deputado já havia sido eleito prefeito de São Domingos da Prata (MG) e secretário de educação do Estado. Ligado a Tancredo Neves, posteriormente assumiu o cargo de presidente da Usiminas (1988) e de ministro de Minas e Energia (1992-1993). Embora integrasse a classe dominante, havia participado da Juventude Trabalhista e votado pelo retorno das eleições diretas, o que poderia indicar uma certa abertura para discussões sociais.

Segundo Elisa Larkin (2014), após ter seu Projeto de Resolução negado, Abdias Nascimento procurou o Deputado Paulino Cícero para explicar as bases de seu projeto, defendendo que o mesmo não poderia caracterizar-se uma discriminação positiva pois a eliminação das desigualdades raciais constituía um ponto relevante para a sociedade brasileira como um todo. Em seguida, Nascimento também buscou construir interlocuções políticas com colegas de partido e aliados com o objetivo de traçar uma estratégia efetiva para a reapresentação do projeto de resolução, fazendo com que o mesmo passasse pela CCJ e fosse votado em sessão. Consequentemente, o ativista submeteu o Projeto de Resolução novamente após um ano, em 23 de maio de 1984.

O PRC 171/1984, trazia uma modificação em seu artigo principal que estabelecia os propósitos da Comissão do Negro, em vez de opinar sobre todos os assuntos relacionados aos negros e receber denúncias, agora a comissão teria como responsabilidade “investigar e documentar a situação em que se encontra a comunidade afro-brasileira nesses anos decorridos após a lei abolicionista de 13 de maio de 1888”<sup>91</sup>. Os principais pontos a serem analisados seriam as “condições de emprego, moradia, saúde, alimentação, renda, organização familiar, educação, religião, mobilidade social, participação política, produção artística e cultural” da população negra<sup>92</sup>. Além disso, a comissão do negro seria incumbida de “propor medidas atinentes ao resgate da história, e respeito à identidade étnica e cultural dos negros e das mulheres negras do Brasil”<sup>93</sup>.

Comparando as duas proposições, é notável o amadurecimento dos objetivos propostos por Abdias que agora estariam bem delimitados proporcionando sua viabilidade. Quanto ao corpo do texto que justifica o projeto, não houve mudanças significativas, o ativista continuou apontando para a exclusão do negro no mercado de trabalho e para a estratégia de embranquecimento populacional. O interessante neste caso, é que a tramitação do PRC

---

<sup>91</sup> Diário do Congresso Nacional, 05 de dezembro de 1984, p.15823,

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Ibidem.

171/1984 ocorreu de forma diferente da primeira proposição. Mesmo o relator sendo Paulinho Cícero, o mesmo que rejeitara o projeto anterior, a comissão do negro obteve parecer favorável da mesa diretora. Ao que tudo indica, após o diálogo com Abdias Nascimento, o relator passou a investigar alguns argumentos levantados pelo ativista. Isto porque, em seu extenso parecer, o deputado abordou diversos aspectos das relações raciais no Brasil, citando as diferenças entre o racismo norte-americano e o brasileiro e a falta de integração do negro brasileiro no pós-abolição. Além disso, Paulinho Cícero dedicou atenção especial ao falar sobre como a criança negra não dispõe de materiais didáticos que versem sobre as contribuições negras ao país e como isso reverbera em sua autoestima. Após pontuar diversos obstáculos enfrentados pela população negra, como a discriminação no mercado de trabalho, o Deputado concede voto favorável ao projeto da Comissão do Negro:

A argumentação oferecida pelo insigne representante da raça negra, é de fato, incontestável. (...) O Brasil criou o melhor dos mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura de privilégio branco e subordinação da população de cor, evita que a raça se constitua em princípio de identidade coletiva e ação política. (...). A matéria em exame possibilitará aos parlamentares se informarem das condições de destituídos e discriminados que afetam a maioria afro-brasileira de nossa população, tema que merecer atenção especial do Poder Legislativo. Pleiteia-se o conhecimento, utilizando-se os instrumentos de que dispõe esta casa, de uma situação de injustiça minuciosamente comprovada até pelas estatísticas oficiais pelas quais, vários Deputados e Senadores reconhecem a existência de tais desigualdades raciais e discriminações contra o negro. E quem reconhece a existência do problema admite a necessidade de sua solução. (...). Pelas razões expendidas, nossa manifestação é pela aprovação do Projeto de Resolução n.º. 172/84, de lavra do Deputado Abdias do Nascimento<sup>94</sup>.

Após o voto do relator, a Mesa Diretora aprovou de forma unânime o parecer favorável à criação da Comissão do Negro em novembro de 1984. Dali, o projeto seguiria para discussão e votação no Plenário, mas esta etapa foi postergada diversas vezes. Segundo consta nos registros oficiais, em 02 de maio de 1985, quando o projeto iria ser discutido pela primeira vez, houve a aprovação do requerimento do Deputado Darcy Passos, líder do PMDB, solicitando que a discussão fosse adiada por 05 sessões. Segundo Elisa Larkin, tal partido, com o apoio do presidente Ulysses Guimarães, estaria agindo nos bastidores para que a proposta não fosse votada. Abdias chegou a fazer um apelo aos colegas para que o projeto tramitasse normalmente no pronunciamento do dia 27/05/1985:

---

<sup>94</sup> Relatório sobre Projeto de Resolução n.172/1984. CÍCERO, Paulinho. Diário do Congresso Nacional, dezembro de 1984, p. 15824.

Sr. Presidente, logo em seguida a sua eleição para a Presidência desta Casa, tive a honra de ser recebido por V. Exa, ocasião em que lhe pedi inclusão do projeto referente à Comissão do Negro na Ordem do Dia. A matéria já aprovada pela Mesa anterior, até hoje não recebeu a sanção do Plenário. Não acredito que haja qualquer má intenção nesta demora, mas essa comissão tem um prazo certo para ter encerrados os seus trabalhos. Assim, se ela não começar a funcionar imediatamente, não terá tempo para atingir o objetivo para o qual deverá ser criada. Então, peço-lhe encarecidamente que coloque esse projeto de resolução em votação, a fim de que se decidam o destino e a sorte da Comissão do Negro<sup>95</sup>.

Depois do pedido de celeridade feito por Nascimento, o projeto passou por uma votação em 19/09/1985, quando o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) fez um requerimento solicitando que o trecho em que se delimitava o término do prazo de vigência da comissão, no centenário da abolição, fosse retirado. Foi então aprovado de forma unânime a redação para uma segunda discussão que nunca aconteceu, sendo adiada durante todo o ano de 1986 por falta de quórum. Por fim, o projeto foi arquivado novamente dois anos após sua apresentação em 23 de março de 1987. Embora a comissão do negro não tenha sido instalada, a apresentação e tramitação deste projeto merece destaque pois foi a primeira vez que uma proposição explicitamente dedicada a discutir os problemas raciais no Brasil foi analisada de forma profunda, contando com contribuições de parlamentares não ligados ao movimento negro como Paulinho Cícero.

Outra importante proposição elaborada por Abdias Nascimento foi o Projeto de Lei nº 1.661 de 1983 que define o racismo como crime de lesa-humanidade. A criminalização do racismo era uma demanda histórica do movimento negro que cobrava justiça para as denúncias de discriminação racial que não eram atendidas devido à falta de cobertura da legislação vigente. O PL de Nascimento visava substituir a Lei Afonso Arinos 1.390/51, tida como um instrumento ineficaz pois definia os casos de racismo como contravenção penal e não como crime, o que atenuava as penas dos julgados. Vale lembrar, Nascimento já estava ligado ao processo de criação da Lei Afonso Arinos em 1950. No ano de 1946, o ativista em conjunto com o Teatro Experimental do Negro promoveu a Convenção Nacional do Negro que teve como uma das principais pautas a criação de uma lei antidiscriminatória no país. A reivindicação foi levada até a Assembleia Constituinte daquele ano pelo Senador Hamilton Nogueira, mas não obteve apoio necessário.

---

<sup>95</sup> Discurso proferido em 17 de maio de 1985. Diário do Congresso Nacional, maio de 1985, p.5115.

A proposta só foi retomada em 1950 quando estourou na imprensa a notícia de que Katherine Dunhan, famosa dançarina e coreógrafa norte-americana, teve sua entrada barrada em um hotel de luxo. A lei Afonso Arinos, que leva o nome de seu criador, foi então criada com o objetivo de punir atos de discriminação racial. Porém, nos anos que se seguiram, foi possível observar que era praticamente impossível que alguém fosse punido com base nesta legislação pois, o que era caracterizado como contravenção era a recusa de atendimento ou serviço com base em motivos de raça ou cor. Na prática, quem sofria racismo teria que provar que o seu acesso foi negado porque era negro, o que dificultava a investigação já que a discriminação geralmente assume formas disfarçadas.

O PL de Abdias Nascimento, por sua vez, assumia um formato diferente. Além de considerar o racismo como crime de lesa humanidade, o autor evita listar casos que podem ser considerados atos discriminatórios como a recusa da venda de mercadorias ou hospedagem com vistas a não excluir outros possíveis casos e formas de discriminação. Vejamos então como foi estruturado o PL 1.661/83:

Art.1º.Constitui crime de lesa humanidade, punido nos termos desta Lei, discriminar pessoas, individual ou coletivamente, em razão de cor, raça ou etnia;

§1º Compreende-se por “discriminar em razão de cor, raça ou etnia” a prática de quaisquer atos ou omissões que, de maneira explícita, dissimulada ou empírica, dispensem tratamento diferenciado, ofendendo-as ou causando-lhes prejuízos materiais ou morais a pessoas pertencentes a grupos humanos historicamente sujeitos à identificação segundo critérios raciais, étnicos ou de cor epidérmica<sup>96</sup>.

Ao estruturar o texto do projeto de forma ampla, Abdias evitava o erro cometido na Lei Afonso Arinos além de definir o que seria de fato a discriminação racial, antes entendido como resultado do “preconceito de cor”. Neste sentido, qualquer ato ou omissão que se enquadrasse na descrição dada pelo projeto poderia ser considerado crime passível de punição. A pena prevista seria a de reclusão de 6 a 15 anos e multa de 20 salários mínimos, em caso do responsável pelo crime for pessoa física. Em casos em que o responsável pelo crime for pessoa jurídica, a reclusão seria de 4 a 10 anos para a pessoa que diretamente executou a discriminação e de 6 a 20 anos para o responsável direto pela instituição, acrescido de multa.

No §2º, Nascimento também teve o cuidado de ressaltar que as medidas de ação compensatória ou de reparação histórica a grupos raciais historicamente oprimidos não

---

<sup>96</sup> Diário do Congresso Nacional. 1º de Julho de 1983; p.6380

poderiam ser consideradas discriminação visto que tinham como objetivo implementar o princípio constitucional da igualdade racial. O ativista também retirou a necessidade de comprovação do ato discriminatório por parte das vítimas:

§3º. É desnecessária a comprovação de declaração explícitas, intenções, opiniões ou atitudes subjetivas do responsável ou responsáveis pela discriminação alegada para estabelecer, diante da Justiça, o ato ou omissão discriminatório; será bastante a comprovação dos elementos da definição do crime contida no §1º deste artigo<sup>97</sup>.

No artigo nº 2 da PL 1.161/1984, Abdias ainda traz um importante elemento de reprodução do racismo no Brasil: a discriminação em meios de comunicação. Também seria considerado crime o ato de: “subestimar, estereotipar ou desagradar grupos étnicos, raciais ou de cor ou pessoas pertencentes aos mesmos por meio de palavras, imagens ou representações, através de quaisquer meios de comunicação. Sujeito a pena de detenção de 2 a 8 anos e multa de quinze salários mínimos se o autor for indivíduo (pessoa física) e se o responsável for pessoa jurídica, de 2 a 8 anos para o autor direto do crime, e de 4 a 12 anos para o responsável legal pela instituição, acrescido de multa.

O artigo nº 3 classifica as circunstâncias agravantes da lei, ou seja, fatores ou situações que podem aumentar a pena aplicada ao réu. No caso da lei 1.661, a pena seria duplicada nos seguintes casos:

a) Se a vítima for menor ou tiver diminuída sua capacidade de resistência física, psicológica ou de entendimento; b) se o crime for praticado na seleção de candidatos a emprego ou cargo público; c) se o crime for praticado por funcionário público no exercício de suas funções; d) se o crime for praticado por empregado ou professor de estabelecimento de ensino no exercício de suas funções<sup>98</sup>.

A justificativa do projeto estava baseada numa profunda análise sobre os elementos da Lei Afonso Arinos que a tornavam ineficaz e rejeitada por parte do movimento negro. Realizando uma retrospectiva, Nascimento cita os diferentes estágios da mobilização negra no país que sempre teve entre suas prioridades a denúncia de atos discriminatórios, situando as contribuições da Frente Negra Brasileira, do TEN e do MNU para a luta antirracista. O autor situa então a PL 1.661/84 como um produto desta mobilização histórica: “O presente Projeto de Lei tem como objetivo cumprir a segunda exigência da comunidade negra de uma lei que realmente puna o racismo e a discriminação racial”. Em seguida é apresentado o relatório da 2º

---

<sup>97</sup> Ibidem

<sup>98</sup> Diário do Congresso Nacional. 1º de julho de 1983; p.6381.

Semana Brasileira de Cultura Negra, realizado em São Paulo entre 14 e 23 de novembro de 1980. Neste evento, foi formada uma Comissão de Trabalho com o objetivo de criar um anteprojeto de lei contra a discriminação racial que substituiria a Lei Vigente. Ao que tudo indica, Nascimento baseou-se nesta decisão para elaborar o projeto de lei 1.661/83

Este foi o consenso a que se chegou na II Semana Brasileira de Cultura Negra, após amplo e democrático debate realizado pela comunidade presente. Concluindo-se que a discriminação de raça ou de cor deverá ser definida como crime em legislação penal, que venha revogar a Lei nº 1.390/51, traduzindo desta forma a intenção do Legislador Constitucional, quando o parágrafo 1º do artigo 153 deu devida ênfase à discriminação de cor ou de raça, no sentido de que a lei ordinária venha a defini-la como crime<sup>99</sup>.

Apresentado em 30 de junho de 1983, este projeto teve uma tramitação longa que se encerrou somente em 1989, com seu arquivamento. Na primeira avaliação, realizada pela Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo obteve aprovação unânime com base no parecer feito pelo Deputado Eliquisson Soares (PMDB-BA). Posteriormente, o projeto seguiria para a primeira discussão, que foi adiada cinco vezes, sendo realizada apenas um ano depois, em 18 de outubro de 1984. Nesta ocasião, foram realizadas algumas modificações textuais simples pelo plenário, que o mandou de volta para CCJ para uma nova avaliação com as alterações definidas. Aprovado por unanimidade novamente na CCJ, o projeto teve sua segunda discussão adiada por mais quatro vezes, sendo finalmente apreciada em 29/08/1985, quando foi encaminhado para a Comissão de Educação e Cultura - CEC a pedido do Deputado Cássio Gonçalves, vice-líder do PMDB. Durante a votação deste requerimento de audiência na CEC, o PDT, partido de Abdias Nascimento, votou contra ao encaminhamento, provavelmente por reconhecer naquele pedido alguma estratégia de adiamento na tramitação do projeto. Mesmo assim, o projeto passou pela avaliação da CEC que aprovou a redação e o direcionou para a segunda votação em plenário. Tal apreciação continuou sendo adiada por anos, até o seu arquivamento em abril de 1989, assim como ocorreu com o PL 1.332/83.

De acordo com Elisa Larkin (2020), as propostas de Abdias Nascimento eram sabotadas por segmentos do PMDB, que se utilizavam dos recursos regimentais para adiar/evitar a aprovação das proposições. Este partido é herdeiro do MDB, sigla opositora ao regime militar, contudo com a redemocratização do país e o surgimento de outros partidos de oposição, assumiu a posição de centro no espectro político partidário. Segundo estudos que versam sobre o PMDB, a barganha política era uma das principais ferramentas para a tomada de decisões

---

<sup>99</sup> Ibidem.

internas do partido. Tendo em vista a heterogeneidade de tendências políticas que o partido abrigava e a falta de coesão e de projeto político claro. A sigla apresentava uma posição ambígua frente aos vários eventos do processo de abertura bem como matérias parlamentares.

Contudo, não é possível afirmar que havia uma perseguição política do PMDB com Abdias Nascimento, pois não foram encontrados demais indícios ou informações sobre divergências diretas entre o ativista e a sigla partidária. Porém, acreditamos que a composição variada de membros do partido e sua tradição de negociar pautas políticas baseando-se em permutas podem ter influenciado na tramitação dos projetos de Nascimento visto que havia uma forte influência destes membros na tomada de decisões legislativas, conforme demonstra Maciel (2014): “as negociações eram tão fortemente limitadas ao governo, PMDB e PFL que as demais bancadas não faziam ideia do que seria votado, sendo esclarecidas somente após acordo firmado entre estes três atores” (MACIEL, 2014, p.69).

#### **4.3 Políticas de Ação Compensatória**

Em seu primeiro ano de atuação parlamentar Abdias Nascimento apresentou o projeto de lei 1.332/1983 que versava sobre a adoção de políticas de ação compensatória no Brasil, princípio do que conhecemos hoje como política de ações afirmativas, sancionada no país em 2012. O PL de Abdias Nascimento foi inovador não tão somente por exigir reserva de vagas para pessoas negras em instituições públicas e privadas, mas também por abordar a inclusão de conteúdos sobre a história do negro no Brasil nos currículos escolares e indicar a necessidade de formação antirracista para agentes policiais. Tais pautas, como sabemos, só começaram a ser desenvolvidas aos poucos a partir dos anos 2000, com a pressão histórica dos movimentos negros que garantiram a promulgação da Lei 10.639 em 2003, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, e cinco anos mais tarde a Lei 11.645, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena. Neste sentido, passaremos analisar o PL de Nascimento, destacando seu protagonismo e originalidade que, certamente, contribuiu para o início do debate sobre políticas de inclusão social no Brasil.

O Projeto de Lei 1.332/83 foi apresentado ao Plenário da Câmara dos Deputados no dia 07/06/1983 e dispunha sobre “ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira,

conforme direito assegurado pelo art.153, §1º da Constituição da República”<sup>100</sup>. Na construção deste projeto, Nascimento argumentava que o art. 153 da Constituição Brasileira, que definia que todos são iguais perante a lei, sem distinção de raça ou credo religioso, não abrangia a população negra visto que a mesma enfrentava um processo de marginalização social provocado por uma estrutura social racista que impedia o acesso do negro ao mercado de trabalho, educação de qualidade, entre outros aspectos da vida em sociedade. Segundo o autor, isto acontecia porque, após a abolição da escravatura, não havia sido tomada nenhuma ação concreta que promovesse a inclusão do negro na sociedade brasileira. Sendo assim, o projeto de lei teria como objetivo propor medidas que assegurassem a implementação deste direito constitucional, a partir da atuação em três dimensões da discriminação racial no país: “nas oportunidades e remuneração do trabalho, na educação e no tratamento policial”. Desta forma, o Art. 1º do PL 1.332/83 determinava que:

As autoridades públicas, os mandatários governamentais e a sociedade civil brasileiros deverão tomar medidas concretas, de significação compensatória, para implementar, para os brasileiros negros (de ascendência africana), o direito que lhes é assegurado pelo art.153, §1º, da Constituição da República, à isonomia concedida a todos os brasileiros nos setores de oportunidades de trabalho, remuneração, educação e tratamento policial, entre outros.<sup>101</sup>

O princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade, é um importante conceito da área jurídica e tem como objetivo garantir que a lei será aplicada de forma igualitária entre as pessoas, levando em consideração suas desigualdades para a aplicação dessas normas. Este conceito relaciona-se diretamente com a ideia de equidade, que busca adaptar uma regra a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Ao contrário do conceito de igualdade, que é baseado no princípio universal que todos devem ser regidos pelas mesmas regras, direitos e deveres, o conceito de equidade e isonomia reconhece que não somos todos iguais na sociedade e é preciso considerar esses desequilíbrios e desigualdades na formulação e aplicação das leis, proporcionando às pessoas o que elas precisam para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. Abdias Nascimento cobra justamente a aplicação deste conceito ao formular o seu projeto de lei:

É tempo da Nação brasileira saldar esta dívida fundamental para com os edificadores deste país. O princípio da isonomia na compensação do trabalho torna moral e juridicamente imperativa uma ação compensatória da sociedade e do Estado, destinada a indenizar, embora tardiamente, o trabalho não

---

<sup>100</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983, p. 5162.

<sup>101</sup> Ibidem.

remunerado do negro escravizado e o trabalho sub-remunerado do negro supostamente libertado a 13 de maio de 1888<sup>102</sup>.

As ações compensatórias seriam então, para Abdias, uma forma de o Estado Brasileiro reparar os danos causados pela escravidão e pelo racismo sistemático presentes em todas as estruturas sociais. De acordo com o Art. 12 do PL 1.332, a expressão “medidas de ação compensatória” abrangeria iniciativas destinadas a aumentar a proporção de negros em todos os escalões ocupacionais, incluindo: preferência pela admissão de candidatos negros, quando este demonstrar melhores ou mesmas qualificações profissionais que o candidato branco; Planejamento e execução de programas de aperfeiçoamento técnico destinados a qualificação de empregados negros para que atinjam promoção funcional; Equilíbrio de salários entre brancos e negros; concessão de bolsa de estudos a estudantes negros; regularização de trabalhadores negros informais, entre outros.

Além disso, é interessante observar a opção de Nascimento por utilizar a denominação de “ação compensatória” ao invés de “ações afirmativas” em seu conjunto de iniciativas propostos ao Congresso Nacional. As ações afirmativas são entendidas como políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. Se observarmos a definição de ação compensatória baseada no princípio de isonomia utilizada por Abdias Nascimento, a mesma não difere totalmente do conceito de ações afirmativas. Naquele período, a discussão sobre a necessidade de promover equidade de oportunidades para a população negra já dominava nos Estados Unidos e Europa. No primeiro país, a partir das demandas trazidas pelo movimento por direitos civis, o presidente Kennedy assinou em 1963, um pacote de medidas para promover a igualdade entre negros e brancos, denominadas de ação afirmativa. Já na Europa, em 1982, havia sido inserido um tipo de “discriminação positiva” no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades. A pergunta que surge então é o porquê de o autor preferir o termo “ação compensatória” a “ações afirmativas, visto que a segunda já encontrava bases sólidas em outros países.

A principal hipótese para este questionamento seria a de que Abdias Nascimento buscava um certo distanciamento com as propostas norte-americanas de ações afirmativas como forma de evitar críticas recorrentes de que o mesmo estaria importando o problema racial dos EUA para a realidade brasileira. A necessidade de criar medidas específicas de inclusão do

---

<sup>102</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983. pag. 5163.

negro já era uma pauta presente na trajetória antirracista de Nascimento desde 1940, quando o autor, em conjunto com os ativistas do TEN, incluiu no documento final da Convenção do Negro (1946), a seguinte reivindicação: “considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à elevação do nível econômico, cultural e social dos afro-brasileiros (NASCIMENTO, 1982, p.59). Esta proposição também foi apresentada pelo Senador Hamilton Nogueira durante a Assembleia Constituinte de 1946 como proposta de emenda, mas obteve negativa pois, segundo os parlamentares, faltavam evidências da existência do racismo na sociedade brasileira. Para evitar que isto ocorresse novamente, Abdias Nascimento elenca na justificativa do PL 1332/83, dados demográficos do Censo e de pesquisas produzidas pela UNESCO que demonstravam o quadro de desigualdades raciais no Brasil. Desta forma, ao adotar o termo “ação compensatória”, além de garantir que não fossem realizadas comparações com o contexto estadunidense, Nascimento demarcava a originalidade brasileira de propor ações efetivas para equidade social do negro brasileiro. O primeiro âmbito a ser atingido seria a de acesso a oportunidades de emprego e remuneração justa, como determina o Art.2º. do PL 1332/83:

Todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal; os Governos federal, estaduais e municipais; os Ministérios, as Secretarias estaduais e municipais; as autarquias e fundações; as Forças Armadas; O Poder Judiciário, o Poder legislativo, e o Poder Executivo são obrigados a providenciar para que dentro dos espaços de suas respectivas atribuições, sejam tomadas medidas de ação compensatória visando atingir, no respectivo quadro de servidores, funcionários e titulares, a participação de pelo menos 20% (vinte por cento) de homens negros e 20% de mulheres negras, em todos os escalões de trabalho e de direção, particularmente aquelas funções que exigem melhor qualificação e que são melhor remuneradas<sup>103</sup>.

De acordo com a justificativa do projeto do ativista, a porcentagem definida era diretamente proporcional ao quantitativo demográfico de negros na população global brasileira (44,34%, segundo o censo de 1980). Importante ressaltar, porém, o fato de que Nascimento faz uma diferenciação de gênero ao determinar o quantitativo de vagas a serem reservadas pelas ações compensatórias. Esta decisão teria como base os dados e pesquisas que demonstravam uma marginalização social ainda maior de mulheres negras, de acordo com o autor:

Constando a elevada intensidade de discriminação contra a mulher negra no mercado de trabalho, comprovada nas estatísticas e também em outros tipos de pesquisa, percebemos a necessidade de especificar as metas relacionadas à

---

<sup>103</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983, p. 5162.

força de trabalho negra feminina; daí a especificidade de 20% para homens e 20% para mulheres negras<sup>104</sup>.

O PL de Nascimento estendia a obrigatoriedade de adoção das medidas de ação compensatória a empresas, firmas, e estabelecimentos de comércio, indústria e serviços, visando garantir a participação negra nos quadros de empregados, diretores e administradores da iniciativa privada. A porcentagem seria a mesma, 40% dividido entre homens e mulheres negras, com a necessidade de comprovação anual do cumprimento das medidas diante do Ministério do Trabalho. As empresas, firmas e estabelecimento também teriam que demonstrar de cinco em cinco anos o resultado das medidas compensatórias executadas. As empresas que não cumprissem essa determinação estariam sujeitas a multa de 20% da folha bruta mensal de pagamento. Para as que cumprissem, seria reservado um incentivo fiscal calculado na base de 5% sobre a folha de pagamento bruto no imposto de renda a ser pago no ano posterior à adoção das medidas. Além disso, o projeto de Nascimento prevê a oferta de cursos sobre ação compensatória aos administradores do setor público e privado. A fiscalização da adoção da lei ficaria a encargo do antigo Departamento de Administração do Setor Público (DASP) e seus similares, que deveriam fiscalizar também se a população negra beneficiada pelas ações compensatórias recebia o mesmo que os brancos que desempenhavam a mesma função.

No que concerne ao campo da educação, o Art.7º do PL 1.332/83 determina que seriam destinadas 40% das bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação e Cultura e pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, em todos os níveis (primário, secundário, superior e pós-graduação) a estudantes negros. O autor justificava tal ação com base nas inúmeras denúncias de discriminação em escolas divulgadas em jornais e nos dados estatísticos: “Segundo o censo de 1980: entre os brancos, 25% carecem de instrução ou tem menos de um ano de instrução; entre os negros, a proporção é praticamente o dobro, ou seja 48%”<sup>105</sup>. O autor conclui então que se a igualdade racial assegurada na Constituição fosse verdadeira, não encontraríamos tais desigualdades educacionais no país, que dificultava ainda mais o acesso a oportunidades de emprego pela população negra. Além das bolsas de estudo, o projeto de lei também previa a reserva de 40% das vagas do Instituto Rio Branco e nos cursos das três armas (Marinha, Exército e a Aeronáutica) a candidatos negros.

Dentre as medidas mais transformadoras da PL 1.332, consta a inclusão do ensino da história negro-africana nos currículos escolares disposto no Art. 8 do Projeto de Lei. Nele,

---

<sup>104</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983, p. 5164.

<sup>105</sup> Ibidem.

Abdias Nascimento propõe que os gestores do sistema de ensino federal, estadual e municipal trabalhe em conjunto com representantes de organizações negras e intelectuais negros engajados no assunto para que se implemente modificações nos currículos escolares e acadêmicos em todos os níveis. Estas mudanças deveriam:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e política) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição. II – Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia do continente africano<sup>106</sup>.

Na justificativa do projeto, Nascimento argumentava que estas mudanças eram necessárias pois o conteúdo da educação recebido por crianças negras só enfatizava aspectos negativos sobre seus ancestrais: “a criança branca estuda um currículo em que a história e civilização europeias, criadas por seus antepassados, são rigorosamente abordadas. Entretanto, a civilização e história dos povos africanos, dos quais descendem as crianças negras, estão ausentes do currículo escolar”. Vale lembrar que a proposta de incluir referências positivas sobre a história dos negros nos conteúdos escolares constituía uma das principais reivindicações do MNU e de entidades negras à época. Como demonstrado no capítulo anterior, tais organizações produziam materiais didáticos, como cartilhas educativas, sobre a história heroica da luta contra a escravidão travada pelos quilombos, além de enfatizar trajetórias negras bem-sucedidas como a de João Cândido a fim de produzir referenciais positivos para as crianças negras.

Representando esta demanda do movimento negro da época, o PL de Nascimento também previa a eliminação de cartilhas ou livros escolares que representassem o negro de forma estereotipada, além de “incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais, filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana” e “agregar ao ensino das línguas estrangeiras europeias, em todos os níveis em que estão ensinadas, o ensino de línguas africanas (yoruba ou kiswahili) em regime opcional”<sup>107</sup>.

Por fim, no Art. 9º do PL 1.332/83, Nascimento prevê a adoção de cursos de orientação antirracista nos programas de treinamento das policiais civis, federal, militar e estaduais, com

---

<sup>106</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983. p. 5163.

<sup>107</sup> Ibidem.

o objetivo de produzir nestes agentes uma conscientização racial acerca das raízes preconceituosas do tratamento violento dispensado à população negra. O combate à violência policial é uma pauta histórica da comunidade negra brasileira e também constituía uma das reivindicações básicas do MNU neste período, que inclusive teve seu ato de fundação marcado pelas denúncias de tortura e morte de jovens e trabalhadores negros. Na justificativa da proposta, Abdias afirmava que “é notória a desigualdade de tratamento entre negros e brancos pela polícia. O negro é sempre o primeiro suspeito. Muitas vezes o negro vai preso por não ter um documento em seu poder, o mesmo não ocorre, com a mesma frequência, relativamente aos brancos”. Neste sentido, “os programas de orientação antirracista visam à eliminação dessa desigualdade anticonstitucional”<sup>108</sup>. Ao finalizar a apresentação do PL 1.332/83, Abdias Nascimento confirma nossa premissa de que suas proposições estão baseadas nas reivindicações do movimento negro organizado ao declarar que:

Este projeto de lei traduz os anseios de justiça e igualdade, numa sociedade efetivamente democrática, de milhões e milhões de brasileiros de origem africana. Estes têm se manifestado através das várias organizações negras e afro-brasileiras, e há todo um farto arquivo de pronunciamentos, manifestos, declaração de princípios, cartas de reivindicações, onde se consigna a impaciência que aguilhoa o povo negro deste país, sequioso de justiça racial. Esperamos que este Congresso, fiador do Brasil novo da abertura, seja sensível a essa aspiração do negro por uma verdadeira democracia racial no seio da Nação que ele, como nenhum outro, tem o direito de afirmar que sozinho construiu<sup>109</sup>.

Infelizmente, o PL 1.332/83 teve tramitação similar aos outros projetos apresentados por Abdias Nascimento. Após sua apresentação no Plenário, foi encaminhado e obteve aprovação de três comissões diferentes: Constituição e Justiça, Finanças e Trabalho e Legislação Social. Retornou para o Plenário em 20 de março de 1986, registrado como “Pronto para ordem do dia”, ou seja, pronto para votação. Entretanto, a votação foi adiada várias vezes por falta de quórum e o projeto nunca foi apreciado pela Câmara dos Deputados, sendo arquivado em 5 de abril de 1989.

Posteriormente, Nascimento ainda tentou emplacar uma das ações compensatórias individualmente com o projeto de lei 3.196/1984 que reservava quarenta por cento das vagas abertas nos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco, escola de formação de diplomatas ligados ao Ministério do Exterior, para candidatos de etnia negra. A persistência nesta demanda em específico provavelmente se dava por conta da relação conturbada que Nascimento

---

<sup>108</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983. pag. 5164.

<sup>109</sup> Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983. Pág. 5165.

desenvolveu com a diplomacia brasileira ao longo do seu autoexílio. Como demonstrado em nosso segundo capítulo, o ativista foi impedido várias vezes de representar oficialmente o país em eventos internacionais e chegou a sofrer perseguições do corpo diplomático brasileiro ao denunciar o racismo brasileiro nestes eventos. Constantemente, Nascimento apontava para a hipocrisia do governo brasileiro em pregar uma democracia racial e ter somente representantes brancos em seus corpos diplomáticos e delegações oficiais. Na justificativa deste PL, o ativista volta a pontuar este fato ao argumentar que:

É inadmissível, nos dias de hoje, que o Brasil, mantendo relações diplomáticas com cerca de cinquenta países do Continente Negro, não possua em seus quadros um só diplomata negro, por razões inexplicáveis, a não ser, a vigência do racismo institucionalizado há séculos nesse setor das nossas atividades institucionais<sup>110</sup>.

Este projeto de lei obteve tramitação curta pois foi julgado inconstitucional pela CCJ, pois segundo o voto do relator, Afrísio Vieira Lima, “a reserva de um determinado número de vagas para candidatos de etnia negra transformar-se-ia em discriminação contra as demais etnias”<sup>111</sup>. O parecer do relator ainda defende que a justificção baseada no princípio de isonomia do art.153 da Constituição Federal apresentada por Abdias não se sustentaria porque “a inobservância de princípio constitucional deve ser contestada pela via judicial e não pela criação de privilégios que são, também, uma discriminação odiosa como a que se pretende impedir”<sup>112</sup>. Com a aprovação do parecer do relator pela CCJ, o PL 3.196/84 foi então arquivado em 02/05/1985.

#### **4.4 Luta Contra o Apartheid e pela independência da Namíbia**

Um dos pontos centrais da atuação parlamentar de Abdias Nascimento foi a luta contra o regime do *apartheid* mantido na África do Sul entre 1948 e 1994. Dando continuidade à militância anticolonial e pan-africanista empreendida desde o seu autoexílio, o ativista realizou diversos pronunciamentos em repúdio ao regime de segregação racial e propôs três iniciativas parlamentares que solicitavam o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com o governo da África do Sul. Uma das primeiras ações do Deputado foi a produção da “Declaração contra o apartheid e de repúdio à invasão de Moçambique pela África do Sul”, documento apresentado

---

<sup>110</sup> Diário do Congresso Nacional. 06 de abril de 1984. Pág. 1516.

<sup>111</sup> Diário do Congresso Nacional. 06/10/84. Pág.11.685.

<sup>112</sup> Ibidem

em 19 de outubro de 1983 por Nascimento e assinado pelas lideranças de diversos partidos, inclusive os de oposição. Reproduziremos aqui parte desta declaração:

Os parlamentares abaixo assinados, pertencentes a diversos partidos representados no Congresso Brasileiro, vêm por meio desta declaração manifestar sua mais radical condenação e seu mais enérgico repúdio à agressão perpetuada pela África do Sul contra a República Popular de Moçambique, conforme noticiou ontem toda a imprensa. Mais uma vez, um comando do exército sul-africano invade o território de um país vizinho, independente e soberano. A opinião pública brasileira e mundial, entre escandalizada e revoltada, frequentemente vem recebendo a notícia dessas criminosas penetrações de forças armadas sul-africanas em Moçambique, Angola e Lesoto, quando centenas de mulheres, crianças e cidadãos inocentes são cruelmente massacrados. (...). Condenamos essas criminosas invasões, tanto quanto repudiamos o genocídio apartheísta do regime da África do Sul<sup>113</sup>.

Embora o documento tenha tido adesão dos demais parlamentares, é preciso pontuar que a maioria das declarações de desprezo pelo sistema do *apartheid* não se transformou em ações efetivas do governo brasileiro. Neste período, relações comerciais eram mantidas entre o Brasil e a África do Sul, principalmente no campo do turismo, onde a imprensa brasileira constantemente realizava propagandas divulgando as atrações sul-americanas, escamoteando a crise humanitária em que se encontrava o país. Como se sabe, o regime do *apartheid* instaurado pelo Partido Nacional, de extrema direita, provocou nefastas implicações para a vida dos negros da África do Sul. Submetidos a uma legislação segregacionista que visava promover uma série de privilégios para a parcela branca da população, os negros do país não tinham direito ao voto, o que contribuiu para a manutenção do poder do Partido Nacional por quatro décadas. Além da circulação limitada, a população negra tinha negado o acesso à educação, saúde, alimentação, emprego e moradia enquanto uma minoria branca desfrutava dos confortos proporcionados pela recente industrialização do país.

Esse terrorismo de Estado praticado contra os negros da África do Sul começou a ganhar a imprensa internacional e a Assembleia Geral da ONU votou resoluções recomendando aos Estados-membros o isolamento da África do Sul através do rompimento de quaisquer tipos de intercâmbio diplomático, econômico, esportivo, cultural etc., como forma de pressão visando acabar com o *apartheid*, já definido como um crime contra a humanidade. Publicamente, o governo brasileiro assumia uma posição de combate ao regime, como podemos perceber na declaração do então presidente José Sarney em uma das assembleias da ONU: “Reitero

---

<sup>113</sup> Diário do Congresso Nacional, 21/10/1983, p.11301.

solenemente nossa total condenação do apartheid e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas”<sup>114</sup>. Entretanto, às portas fechadas a situação era bem diferente, conforme denúncia Abdias Nascimento no pronunciamento de 11 de outubro de 1985:

A perpetuação do reconhecimento implícito que o Governo brasileiro concede ao apartheid do governo sul-africano através da manutenção de relações diplomáticas, através dos aviões da Varig que voam para a África do Sul e dos aviões daquele país que pousam em território brasileiro, desmentem as reiteradas condenações daquele regime feitas pelo Presidente José Sarney. E isto decepciona e frustra a Nação brasileira, que não compactua, de nenhuma forma, com o crime da discriminação racial vigente na pátria do ódio e do horror<sup>115</sup>.

Este reconhecimento a que Nascimento se refere estava diretamente relacionado com o fato de que o governo brasileiro mantinha representantes diplomáticos na África do Sul, além de promover relações comerciais por meio do Centro de Turismo brasileiro. Em outro discurso realizado em 30 de novembro de 1984, Abdias denunciou a TVE que exibiu em seu programa de “Viagens” uma reportagem dedicada a demonstrar os atrativos do país sul-africano:

Evidentemente, esse programa omitiu inteiramente a existência dos vinte e sete milhões de africanos, retratando a África do Sul como um país de louros nórdicos. As praias, realmente belas, aparecem como propriedade privada dos três milhões de brancos. Não se esclarece, entretanto, que essas praias são proibidas à maioria africana. O ouro, os diamantes, as pedras preciosas e as minas são apresentadas como se fossem trabalhadas apenas por brancos. Não há menção dos milhões de africanos submetidos a um regime de trabalho escravo, forçosamente separados de sua família e privados de qualquer assistência médica ou proteção trabalhista<sup>116</sup>.

Para o ativista, as propagandas promovidas pela TVE demonstravam a cumplicidade do governo brasileiro para com o regime do apartheid, visto que, mesmo sob sanções internacionais, a África do Sul continuava a ser beneficiada pelas transações comerciais brasileiras que, além do turismo, abrangiam também o investimento sul-africano na mineração brasileira e no transporte aéreo e marítimo. Além disso, segundo Nascimento, a imprensa brasileira não noticiava plenamente os horrores praticados pelo regime do *apartheid* à população negra daquele país. De acordo com o autor “exist[ia] um lobby sul-africano representando seus interesses econômicos no Brasil, o qual exerce[u] uma influência

<sup>114</sup> Diário do Congresso Nacional, 11/10/1985, p.11978.

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Diário do Congresso Nacional. 30/11/1984, p.15439

considerável sobre a política editorial da maioria dos grandes veículos da imprensa”<sup>117</sup>, dificultando o acesso a diversas informações sobre a realidade daquele país.

Buscando contribuir para a reversão deste quadro de cumplicidade do governo brasileiro, Abdias Nascimento apresenta enquanto membro da Comissão das Relações Exteriores da Câmara, a Indicação nº15 de 1985. Relevante pontuar que as Indicações diferem dos Projetos de Leis, pois sua finalidade é a de sugerir que outro órgão tome as providências que lhe sejam próprias sobre determinado assunto, sendo seu cumprimento de caráter facultativo. Na Indicação nº 15, Nascimento solicita que a Comissão de Relações Exteriores se manifeste acerca da possibilidade do rompimento, pelo Brasil, de relações diplomáticas com o Governo da África do Sul:

Ainda neste mês, o Conselho de Segurança da ONU votou uma Resolução, por unanimidade, condenando a África do Sul pela matança de negros que manifestavam contra o apartheid. Pela primeira vez os Estados Unidos deram seu voto favorável a uma resolução condenatória ao governo racista daquele país. É inadmissível que o Brasil não reaja a esses apelos internacionais de boicote a um país que tanto agride e ofende os sentimentos nacionais de repúdio a intolerância racial. Pois esses sentimentos não são apenas da grande parcela do nosso povo de origem negro-africana, mas de todos os brasileiros que abominam o crime racista, como este de dezenas de assassinados, em Vtenhage, nestes últimos dias quando, ironicamente, se comemora o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Esperamos que a abertura política da nossa Nova República signifique também uma posição nova diante da África do Sul, cujo lobby em nosso país não pode continuar desafiando nosso compromisso com a efetiva e verdadeira igualdade de todos os seres humanos (NASCIMENTO, E. 2014, p. 317).

A Indicação realizada por Abdias Nascimento foi encaminhada à Comissão de Segurança Nacional para apreciação. A votação desta pauta nesta comissão confirma as teses do ativista sobre como os membros do governo brasileiro relativizavam a situação do *apartheid* na África do Sul. Num primeiro momento, o relator designado para a avaliação da pauta foi o Deputado Pedro Colin, que emitiu um primeiro parecer em 22/05/1985 solicitando que fosse realizado um convite a autoridades nacionais e estrangeiras para falarem sobre “os problemas da raça negra no continente africano”. A proposta, que parecia representar um avanço para aquela casa legislativa que desconsiderava as proposições de Nascimento, não se concretizou porque a matéria foi redistribuída, ficando a cargo do Deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), que emitiu um parecer contrário à Indicação, solicitando seu arquivamento. O parecer negativo

---

<sup>117</sup> Ibidem

seguiu então para discussão no Plenário, onde as opiniões particulares de cada Deputado prevaleceram sobre as evidências demonstradas pelos órgãos internacionais.

Conforme consta no diário de 06 de outubro de 1986, dia da votação do parecer, o Deputado Wilson Falcão (PDS-BA) baseou seu voto em uma viagem que teria feito à África do Sul em fevereiro daquele ano, onde o autor teria constatado que todas as raças seriam discriminadas no país, japoneses, portugueses e não somente os negros. Para ele, a discriminação do negro naquele país se restringiria ao campo educacional visto que as escolas dos brancos teriam qualidade superiores às dos negros, mas, por outro lado, “as favelas sul-africanas são dotadas de água, asfalto e telefone”<sup>118</sup>. Em seguida, o Deputado Enoc Vieira (PFL-MA) reforçou a fala anterior ao sugerir que “a diferença de nível no ensino é devido ao nível dos professores, uma vez que cada tribo fala um idioma próprio e considera a sua tradição, a sua cultura, mais importante que a do branco”<sup>119</sup>. Quase sugerindo que haveria um racismo reverso, o deputado prosseguiu na afirmação de que “a segregação é em relação a todas as raças, sendo que, inclusive, cada raça vive em bairro separado”. Todos finalizam parabenizando o voto contrário do relator que argumentou que “a única forma do Brasil ajudar na solução racial existente naquele país é lá mantendo sua representação diplomática”<sup>120</sup>. O parecer contrário à Indicação nº 15 do Deputado Abdias Nascimento é então submetido à votação e é aprovado – contando com somente um voto contrário – sendo a matéria arquivada no dia 11 de novembro de 1986.

A postura brasileira em relação à África do Sul só começa a se modificar um pouco quando o presidente José Sarney promulga o decreto nº. 91.524<sup>121</sup> que proíbe o intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o país. Além disso, entra no ramo das proibições a exportação de armas, petróleo e combustíveis derivados para a África do Sul e o território da Namíbia, ilegalmente ocupado. Longe de ser um ato de benevolência, esta decisão veio após a pressão de movimentos negros organizados que naquele período também se empenhavam na luta contra o *apartheid* assim como Abdias Nascimento. Manifestações em solidariedade aos prisioneiros políticos e em repúdio ao *apartheid* foram registradas nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, os atos públicos do Movimento Negro chegaram a incluir a

---

<sup>118</sup> Diário do Congresso Nacional, 06/12/1986, p. 11945.

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Diário Oficial da União, 13/08/1985, p. 11705.

entrega de um diploma de honra e amizade que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro concedeu a Nelson Mandela, um dos principais líderes da resistência ao *apartheid*.

Fora da sua atuação parlamentar Abdias Nascimento também contribuiu para mobilizações que buscavam sensibilizar a opinião pública sobre o regime do *apartheid* e a invasão do território da Namíbia pela África do Sul. Em 1984, o intelectual organizou, em conjunto com a ONU e o Ipeafro, o Seminário Internacional “100 anos de Luta pela Independência da Namíbia”, realizado nas dependências da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Este evento reuniu lideranças e militantes negros de todo o país para discutir ações de combate à invasão violenta sul-africana na Namíbia. Entre as decisões do seminário estaria a de divulgar, no Brasil, informações sobre a situação em que o país oprimido se encontrava, visto que, segundo Nascimento, a população brasileira em geral não tinha informações sobre as atrocidades cometidas pelo regime do *apartheid* (NASCIMENTO, 1983). Abdias também participou da Conferência das Nações Unidas sobre a Intensificação da Ação Internacional pela Independência da Namíbia realizada em Nova York em setembro de 1985. Neste evento, o ativista apresentou um documento situando as ações de apoio à Namíbia no Brasil, empreendidos principalmente por ele e por entidades negras:

O movimento negro no Brasil, ativo e crescente, tem como uma de suas prioridades a luta pelo rompimento imediato das relações contra a África do Sul e a imposição de sanções contra o regime do *apartheid* que ocupa ilegalmente a Namíbia. Nós concebemos esse objetivo como parte integral da luta contra o racismo e discriminação racial, que os africanos e seus descendentes vêm travando ao longo de quase quinhentos anos. (...) A questão da Namíbia tem sido levantada pelas entidades afro-brasileiras com crescente intensidade nos últimos anos. Seminários e painéis têm sido organizados com o objetivo de esclarecer a opinião pública nos vários estados, sobretudo desde 1981. No Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Bahia e Belo Horizonte, por exemplo, as entidades que compõem o movimento negro têm se unido no empenho de realizar atos públicos contra o *apartheid* e as relações brasileiras com a África do Sul<sup>122</sup>.

A luta contra a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul motivou a proposição de outra iniciativa parlamentar de Abdias Nascimento, a Indicação nº 19 de setembro de 1985 que solicitava “a manifestação da Comissão de Relações Exteriores sobre a oportunidade do reconhecimento diplomático, pelo Brasil, da SWAPO, designada pela Assembleia Geral das Nações Unidas como única e autêntica representante do povo namibiano” (NASCIMENTO, E. 2014, p. 319). A Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO) era um grupo que

---

<sup>122</sup> Diário do Congresso Nacional, 16 de outubro de 1985, p. 12211.

desde 1960 liderava a luta do povo da Namíbia pela sua independência nacional e pelo fim da ocupação colonialista ilegal do seu território. No princípio, suas ações se concentravam a oferecer proteção a namibianos refugiados do regime do *apartheid*, disponibilizando serviços como saúde, alimentação e preparação profissional, em colaboração com o Instituto das Nações Unidas para Namíbia. Posteriormente, o grupo também adotou uma ala militar, o Exército de Libertação do Povo Namibiano que buscava desempenhar uma luta armada pela independência nacional, enfrentando a repressão cada vez mais violenta da África do Sul.

Os principais objetivos da SWAPO, segundo sua Constituição e programa político, eram “liberar e ganhar a independência do povo da Namíbia, através de todos os meios, e estabelecer um Governo democrático baseado na vontade e participação de todo o povo namibiano” (NASCIMENTO, E. 2014, p.319). Em 1976, a organização foi reconhecida pela ONU como única e autêntica representante do povo namibiano, passando a colaborar oficialmente com todas as medidas da instituição que visasse promover uma solução negociada para a saída sul-africana do território da Namíbia. Baseado neste reconhecimento oficial foi que Abdias Nascimento propôs que a diplomacia brasileira também passasse a reconhecer a SWAPO como representante do povo namibiano, cortando laços com a África do Sul:

O Governo do Presidente Sarney já tomou medidas louváveis favorecendo e expressando seu apoio à independência namibiana, entre elas a proibição de fornecimento de petróleo e armas, e do intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul. No dia da Namíbia, a 26 de agosto próximo passado, o presidente Sarney enviou mensagem ao presidente da Assembleia Geral da ONU, Paulo Lusaka, reiterando “veementemente apoio ao povo heroico da Namíbia e ao seu representante legítimo, a SWAPO”. Em outras palavras, o Governo brasileiro já reconheceu explicitamente a SWAPO. Falta apenas concretizar formalmente esse reconhecimento através dos competentes canais diplomáticos. É o que pretendemos com a presente iniciativa (NASCIMENTO, E. 2014, P.320).

A proposição de Abdias Nascimento foi apresentada em 04/09/1985 e a primeira ação referente ao tema data de 12/03/1986 quando o Deputado Tarcísio Burity (PDS-PB), relator da matéria, solicitou que o então Ministério das Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, se pronunciasse sobre a Indicação, dada a relevância da matéria. Foi então encaminhado um ofício ao ministro, que respondeu argumentando que “o Itamaraty entende que o reconhecimento da SWAPO já existe no grau adequado a realidade” e que “a conveniência política desse ato é privativa do Senhor Presidente da República, a quem cabe, nos termos da nossa Carta Magna, manter relações com os Estados estrangeiros”<sup>123</sup>. Com base na posição

---

<sup>123</sup> Diário do Congresso Nacional, 03/02/1987, p. 0130

assumida pelo Ministério das Relações Exteriores, foi aprovado um parecer contrário à Indicação nº 19 de 1985, sendo a matéria arquivada em 02 de fevereiro de 1987.

Mesmo após duas negativas, Abdias Nascimento deu continuidade à luta empreendida pela libertação do povo africano no Congresso Nacional brasileiro. Em 30 de outubro de 1985, o ativista apresentou a Indicação nº20 que “sugere a manifestação da Comissão de Relações Exteriores sobre a oportunidade do reconhecimento diplomático, pelo Brasil, do Congresso Nacional Africano, reconhecido pela ONU como autêntico movimento de libertação nacional do povo negro sul-africano” (NASCIMENTO, E. 2014, p.321). O Congresso Nacional Africano (ANC), partido de Nelson Mandela, foi fundado em 1912 como um movimento em defesa da população nativa contra o colonialismo europeu. Em 1923, transformou-se em um partido político criando um programa de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que buscava representar a ampla maioria da população do país, em especial a classe trabalhadora e as etnias nativas. Quando o sistema do *apartheid* foi instaurado em 1942, o partido passou a ser um dos maiores instrumentos na luta pela libertação africana. Em 1960, inclusive, seu então Presidente, o Chefe Alberti Luthuli, foi escolhido para receber o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento à batalha travada contra o sistema racista.



Imagem 25: Carlos Alves Moura, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e Abdul Hussei, Consul-Geral da Nigéria no Rio de Janeiro. Seminário do IPEAFRO sobre Namíbia, Câmara Municipal, 1984. Foto: Elisa Larkin Nascimento

Até 1962, a ANC utilizava-se somente de métodos não violentos para protestar contra o regime racista sul-africano. Porém, após o Massacre de Shaperville, em 21 de março de 1960, o partido dá início à luta armada contra alvos do governo. Neste triste episódio a polícia do *apartheid* assassinou 69 manifestantes e feriu 186, durante uma marcha popular com 7 mil pessoas, contra a Lei do Passe, que obrigava todo cidadão negro a carregar uma caderneta para

que fosse anotada pela autoridade policial de onde vinha e para onde pretendia ir. Em resposta aos atos de repressão intensa do governo da África do Sul, a ANC passou a coordenar ações de “violência revolucionária” contra o regime do *apartheid*. Essa primeira fase da luta armada tinha como centro de suas atividades a sabotagem e ataques a instalações industriais e do governo. Posteriormente, a organização assumiu frentes institucionais junto à ONU, sendo observador permanente da organização na África do Sul. O partido também contava com um forte movimento de mulheres, que integravam a Federação Internacional Democrática das Mulheres, com sede em Berlim, e participavam de eventos internacionais, como as atividades da Década das Mulheres promovidas pela ONU.

Abdias Nascimento já mantinha uma relação com a ANC desde o seu período no autoexílio e coordenou o primeiro evento a receber uma representação do partido no Brasil, por ocasião do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado em 1982, ano internacional de mobilização de sanções contra a África do Sul. Tal evento não teria contado com o apoio do governo, que se recusava a permitir que o Congresso se realizasse com os recursos esperados da UNESCO e da OEA, organizações internacionais que haviam ajudado nas outras edições do Congresso. Segundo Abdias relata (NASCIMENTO, 1983), o Itamaraty recusava-se a encaminhar as petições do IPEAFRO a estas entidades competentes, o que teria dificultado a preparação do evento. Em uma nova batalha com o Ministério das Relações Exteriores, com a Indicação nº 20, o ativista solicitava agora que a ANC fosse reconhecida diplomaticamente como representante da luta pela libertação africana:

O Brasil, país de reconhecida liderança na América Latina e no chamado terceiro mundo, poderia exercer um papel importante e inovador no combate ao racismo no mundo, impondo sanções realmente significativas à África do Sul, sobretudo o rompimento de relações diplomáticas. Não há justificativa para a manutenção das atuais relações com esse governo ilegítimo. (...) O rompimento de relações com a África do Sul e o reconhecimento diplomático do ANC constituiriam um gesto de sabedoria política coerente com o discurso antirracista que o Brasil costuma desenvolver no âmbito dos foros internacionais. Se não tiver a visão ousada de dar esse passo, em vez de permanecer na sua tradicional atitude de avestruz, o Brasil passará para os anais da História mundial como grande exemplo de imobilismo desde uma perspectiva ética, moral e política. Ecoando nesta Casa esta reivindicação da comunidade negra do nosso País, estamos certos de expressar também a vontade da maioria do povo brasileiro e esperamos ver aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e pela Câmara do Deputados a presente indicação (NASCIMENTO, E. 2014, p. 323-324).

A Indicação nº 20 levou mais de um ano para ser analisada pela Comissão de Relações Exteriores, que o fez finalmente em 03/12/1986. O parecer do relator, Enoc Vieira (PFL-MA),

elogiou a proposta política de Abdias que estava baseada em suas palavras em uma “brilhante justificativa”. Entretanto, utilizando as prerrogativas de negativas anteriores, o seu voto seria contrário, pois “a conveniência do reconhecimento diplomático sugerido é ato privativo do Senhor Presidente da República, a quem cabe, nos termos de nossa Carta Magna, manter relações com os Estados estrangeiros”<sup>124</sup>. Dessa forma, a Indicação nº 20 de Abdias Nascimento foi arquivada em 02/02/1987, mas seu trabalho para ampliar o alcance político da luta contra o *apartheid* continuou no âmbito do Ipeafro, PDT e do movimento negro organizado. O ativista continuou participando das conferências internacionais da ONU em 1984 e 1985 e de atos públicos organizados pelas organizações negras, além de articular e entregar ao governador Leonel Brizola um abaixo-assinado em favor da outorga a Nelson Mandela do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

#### **4.5 Memória e Consciência negra**

Uma das pautas marcantes do movimento negro que surge no período da redemocratização é o resgate e preservação da história e memória negra no país. Observamos no capítulo anterior que diversos centros de pesquisa e entidades negras organizavam suas atuações em torno deste tema, pois verificavam que houve um processo de apagamento histórico das contribuições negras na construção do país. A população negra, sempre retratada no âmbito da escravidão e da servidão nos livros didáticos, teve sua memória e identidade marcada por um vácuo histórico causado pela negação sistemática de seu patrimônio cultural, intelectual e material. Além disso, a representação do continente africano sempre como pobre e miserável, produziu uma invisibilidade acerca de suas riquezas materiais e culturais e sua contribuição para a humanidade. Levando em consideração este processo histórico, vários ativistas negros se engajaram na produção de referenciais positivos para sua comunidade, resgatando episódios de luta e resistência negra escamoteados pela historiografia eurocêntrica. Uma das principais reivindicações, dentro deste contexto, era a substituição das comemorações do dia 13 de maio, tida como data da “falsa abolição”, pelo 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, conferindo assim uma visibilidade maior para a história da luta negra no país.

Da mesma forma, o tema do resgate e preservação da memória negro-africana foi uma constante na trajetória ativista de Abdias Nascimento. Como vimos, o autor começara a abordar a necessidade de valorizar a herança africana no país a partir de 1950, quando o mesmo inicia

---

<sup>124</sup> Diário do Congresso Nacional, 05/12/86, p. 11643.

seu diálogo com os teóricos do movimento *Negritude*. Esta abordagem é aprofundada por Nascimento durante seu autoexílio com a publicação do livro *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), e posteriormente em 1980, com a obra *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. A partir destas produções, podemos observar a evolução do pensamento do autor em relação ao tema. Na primeira, há uma concentração na denúncia do apagamento histórico das contribuições africanas no Brasil, posição bastante influenciada pelos escritos de Cheik Anta Diop, como demonstrado no segundo capítulo. Na segunda, há uma construção de proposta de resgate efetivo da história de resistência negra, representado pelo Quilombo dos Palmares, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em seu retorno para o Brasil, Abdias deu continuidade a esta postura ao liderar, como vimos, o Projeto Memorial Zumbi, que buscava preservar este importante capítulo da história negra do Brasil que foi Palmares.

Agora no âmbito da sua atuação parlamentar, o autor buscou representar esta demanda pela valorização da memória afro-brasileira a partir de dois projetos de leis. O primeiro foi o PL 1550/1983, que buscava declarar o dia 20 de novembro como feriado nacional da consciência negra. Configurando-se em uma das principais reivindicações das organizações negras no período da redemocratização, o reconhecimento da importância simbólica e histórica desta data foi proposto pela primeira vez pelo Grupo Palmares do Rio Grande do Sul e absorvido posteriormente pelo MNU. Na justificativa do projeto de lei, Abdias destaca a importância de Zumbi e da República dos Palmares para a história do nosso país e argumenta que “a sociedade convencional brasileira tem por norma subestimar sua significação sócio-política, e sua fundamental presença em nossa História como símbolo mais eminente de luta pela liberdade”<sup>125</sup>. O autor faz um protesto sobre como os quilombos são constantemente retratados pela historiografia oficial apenas como um “reduto de escravos fugidos”, ignorando-se o protagonismo histórico dos africanos na luta pela libertação. Neste ínterim, Nascimento retoma a retórica construída em sua teoria quilombista, passando a listar os modos de organização social e econômica do Quilombo dos Palmares e como o Estado brasileiro poderia se inspirar nestes modelos: “se tivéssemos seguido o exemplo político da democracia praticada segundo as tradições africanas e indígenas na República dos Palmares não estaríamos até hoje

---

<sup>125</sup> Diário do Congresso Nacional. 30 de junho de 1983, p.6131.

nos esforçando para construir uma estrutura de poder com alguma semelhança à democracia”<sup>126</sup>.

Ressaltando a importância da sua proposição, Abdias relata que o 20 de novembro já vinha sendo comemorado pela comunidade negra havia muitos anos e as peregrinações realizadas na Serra da Barriga nessa data era uma evidência do peso simbólico que Zumbi e o Quilombo dos Palmares tinham para os movimentos negros. De acordo com o autor, tornar oficial a data 20 de novembro como dia da consciência negra era “um objetivo do qual está unida toda ampla gama de entidades e organizações da comunidade negra”<sup>127</sup>. Na justificativa do projeto, são listadas 116 organizações negras de vários estados brasileiros que manifestaram apoio ao projeto de lei. Apresentado em 23/06/1983, o PL 1550 foi aprovado na CCJ e na Comissão de Educação, indo para a votação no plenário no dia 16/05/1985, quando o Deputado Nadyr Rossetti, líder do PDT, solicitou preferência para a votação deste projeto. De acordo com nossas análises das tramitações das propostas de Nascimento, esta parece ter sido a primeira vez que uma liderança do seu partido, o PDT, tentou mudar o jogo político do Congresso Nacional a seu favor. A que tudo indica, esta estratégia funcionou até certo ponto, visto que o PL 1550/1983 foi votado no mesmo dia em que o Deputado Nadyr realizou o requerimento, sendo o mesmo aprovado pelo Plenário e encaminhado para a apreciação no Senado Federal.

No Senado, o PL de Abdias recebeu aprovação pela Comissão de Educação e Cultura e foi enviado para votação no Senado em 19 de novembro de 1985. Entretanto, o mesmo encontrou resistência do senador Aloysio Chaves (PFL-PA), que se posicionou contra a aprovação do projeto. O parlamentar em questão teria proferido um discurso questionando a existência do racismo e argumentando que o projeto provocaria uma divisão racial na Nação. Embora não constem no acervo do Senado Federal os registros originais de tal pronunciamento, reproduziremos aqui o discurso realizado por Nascimento no dia 27 de novembro de 1985, onde o autor responde às provocações realizados pelo Senador. Importante pontuar que, durante a votação do PL, que foi às vésperas do 20 de novembro, Abdias se encontrava na Serra da Barriga na peregrinação anual realizada pelo Memorial Zumbi. Quando o autor retorna, uma semana depois, o mesmo tomou conhecimento sobre a rejeição do PL e explicitou sua indignação:

O Sr. Aloysio Chaves feriu de morte a reivindicação dos negros, desenvolvendo um raciocínio fossilizado de slogans fora de uso até mesmo

---

<sup>126</sup> Ibidem

<sup>127</sup> Ibidem

pelos racistas mais empedernidos. Argumenta o Senador Aloysio Chaves com afirmações que só tem base na hipocrisia e no cinismo do racismo brasileiro – “As distinções raciais nunca prevaleceram no Brasil”. Tanto prevaleceram e prevalecem, que um simples feriado, de cunho puramente simbólico para o negro, foi rejeitado por um Senado composto só de brancos, onde apenas uma ou outra voz insubmissa, como aquela do Senador Itamar Franco, ousou discordar. (...). O Senador Aloysio Chaves açucara a voz quando fala: “Sabemos do papel, da contribuição admirável que o negro prestou para a formação do nosso país”, mas na prática nega ao negro qualquer direito à sua própria história, cultura e identidade. Porque, segundo o Senador, reconhecer que o negro tem história no Brasil “divide a nação brasileira”. Desde sua posição autoritária, o Senador demonstra um profundo desprezo pelos fatos históricos e chega ao extremo de afirmar que “a libertação dos escravos fez-se sem traumatismos, sem choques, sem violência, sem derramamento de sangue”. (...) Utilizando-se do jargão convencional do não-racismo, que alardeia a chantagem da miscigenação como prova de ausência de racismo; invocando até mesmo equívocos interesses econômicos, o Senador Aloysio Chaves nega o dia 20 de novembro como feriado porque “um projeto deste traz profundos danos também à economia nacional”. Mas nada diz o Senador sobre os mais de três séculos que o negro se viu roubado do seu trabalho produtivo e as razões econômicas se baseavam no raciocínio de que a escravidão resultava de uma “necessidade” histórica. Não podemos admitir que uma Nação erigida sobre a estrutura criminosa da escravatura queira perpetuar os privilégios de uma raça sobre a outra. Não podemos permitir que ainda hoje se possa impunemente afirmar que “este projeto atenta sobretudo contra esse caráter de homogeneidade da Nação brasileira, contra a indivisibilidade da nossa etnia, do povo brasileiro, é uma extravagância para caracterizar uma minoria negra”. Esta argumentação tradicional do sistema de dominação dos brancos sobre os negros e os índios não consegue mais empulhar e anestesiar a consciência dos brasileiros democratas e progressistas, sejam eles negros ou brancos. (...). E é para dar um basta a extravagâncias do tipo deste comportamento, do Senador Aloysio Chaves que os negros brasileiros se organizam e lutam para dignificar sua história e seus heróis. Nossa herança africana não pode ficar à mercê das distorções, incompreensões e injustiças dos racistas mascarados do nosso Brasil. No futuro vou reapresentar esse projeto de lei porque tenho confiança nas mudanças que se operam no País; mudanças, quem sabe, capazes de atingir até mesmo os mais insensíveis membros do Senado. E talvez então o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, consiga oficializar aquilo que já é para a comunidade negra brasileira: o único feriado digno de comemoração<sup>128</sup>.

Felizmente, como bem apontou Abdias em seu discurso, os tempos mudaram e com a crescente reivindicação do movimento negro e do Memorial Zumbi em torno do reconhecimento desta data, o 20 de novembro foi instituído como feriado municipal pela prefeitura do Rio de Janeiro em 17 de abril de 1995<sup>129</sup>, 12 anos após a apresentação do PL de Nascimento no Congresso. Posteriormente, quando Benedita da Silva, outra representante do movimento negro, assumiu o cargo de governadora do estado em 2002, a mesma promulgou a

<sup>128</sup> Diário do Congresso Nacional. 28/11/1985, p.14649-50.

<sup>129</sup> Lei 2.307 de 17 de abril de 1995.

Lei nº1007/2002, que tornou o 20 de novembro feriado estadual no Rio de Janeiro. Atualmente, o 20 de novembro é adotado como dia da consciência negra em vários estados e municípios, que reservam esta data, principalmente nos calendários escolares, para promover atividades de reflexão sobre questões raciais e identidade negra.

O outro projeto de lei criado por Nascimento com o objetivo de preservar a história e memória negra no país foi o PL 1361/83 que “manda erigir Memorial ao Escravo Desconhecido na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal”<sup>130</sup>. Este monumento deveria ser construído em no máximo três anos e tinha como objetivo simbolizar o esforço anônimo de milhares de africanos na construção do país. Ao falar sobre este projeto de lei no pronunciamento do dia 09 de junho de 1983, Abdias argumenta que não é apenas nos setores de trabalho, educação e tratamento policial que o negro não é tratado igualmente: “durante séculos, ele tem sido alijado da História nacional como protagonista que foi e é, da construção deste país, em suas estruturas materiais, econômicas, sociais e culturais”<sup>131</sup>. Novamente numa crítica à historiografia oficial do Brasil, o autor relata que a contribuição básica do africano e dos seus descendentes fica relegada ao plano do trabalho escravo, ocultando as contribuições culturais, filosóficas e econômicas que o povo negro desenvolveu na formação do país. Esta exclusão histórica estaria refletida também nos monumentos nacionais que frequentemente homenageavam somente figuras brancas: “os monumentos que existem exaltam a abnegação, a humildade e a subserviência do povo negro escravizado ou livre, como exemplificam algumas estátuas dedicadas à mãe preta ou ao preto velho”<sup>132</sup>. Para Abdias, esta forma de retratar os negros confirmava “a posição racista reservada ao africano e seus descendentes: a do subalterno, do inculto, do ignorante, do humilhado”<sup>133</sup>.

Interessante observar novamente o quão progressista era esta proposição de Nascimento na medida em que, nos dias atuais, cada vez mais aumentam as discussões sobre a existência de monumentos nacionais que fazem homenagem a figuras polêmicas do passado, em sua maioria colonizadores brancos. Recentemente, em 2020, durante os protestos antirracistas mundiais decorrentes do assassinato do afro-americano George Floyd a batalha contra estátuas e monumentos que homenageavam figuras controversas ganhou força. No Reino Unido, manifestantes derrubaram e jogaram no rio a estátua de um traficante de escravos; assim como

---

<sup>130</sup> Diário do Congresso Nacional. 16/06/1983, p.5258.

<sup>131</sup> Diário do Congresso Nacional. 09/06/1983, p.4756.

<sup>132</sup> Ibidem

<sup>133</sup> Ibidem

na Bélgica, a prefeitura de Antuérpia retirou a estátua do rei Leopoldo II, responsável pelo genocídio no Congo durante a colonização belga. No Brasil, também durante manifestações antirracistas em 2021, um grupo de ativistas ateou fogo na estátua de Borba Gato em São Paulo, monumento que homenageava o bandeirante responsável pelo avanço colonizador ao interior do país na época da mineração, tomando terras e escravizando negros e indígenas. Diversos grupos negros reivindicaram a derrubada da estátua do escravocrata argumentando que estes tipos de homenagem representam valores racistas ao mesmo tempo que os reforçam. Por outro lado, parte dos historiadores e arqueólogos defendem ser contra a demolição das estátuas e outros monumentos pois estes seriam parte do patrimônio histórico brasileiro.

Neste contexto, as questões levantadas por Abdias Nascimento e os ativistas da atualidade são: Por que os bens materiais e culturais da população negra, como o Memorial Zumbi, costumam a ser considerados patrimônios culturais e receber a mesma atenção dos órgãos responsáveis? Ao mesmo tempo, por que há uma ausência significativa de monumentos que homenageiem figuras negras históricas que contribuíram de forma positiva para a edificação da nação brasileira, ao contrário destes personagens históricos controversos que a sociedade branca busca preservar? Por esta razão, Nascimento advogava que o resgate da história do negro deveria ser uma das principais pautas do ativismo negro:

Não é de se esperar que os detentores do poder e dos privilégios decorrentes desta herança do racismo venham resgatar a história africana e afro-brasileira que escamotearam até hoje. Isto é tarefa nossa, dos negros conscientes, o resgate da nossa dignidade de povo, de senhores de nossa própria história. (...). Este projeto exige a ereção do Memorial ao Escravo Desconhecido, na Praça dos Três Poderes desta Capital do Brasil. Pois de todos os poderes do ser humano, o poder de raciocinar, de trabalhar, de construir, de edificar e de criar constitui aquelas que nos destaca das demais criaturas naturais. Este é o poder exercido pelo negro durante toda a História do nosso País. Seu trabalho não foi apenas manual: ele atendeu às necessidades culturais e espirituais da Nação, edificando as matrizes de uma civilização verdadeiramente brasileira. Por toda sua contribuição fundamental, escamoteado e ignorado pela nossa História convencional, o escravo desconhecido, este ser humano trazido acorrentado de sua terra original violentada, merece um lugar proeminente neste foco da consciência cívica e histórica nacional que representa, em Brasília, a Praça dos Três Poderes<sup>134</sup>.

Na justificativa do PL 1.361/83, Abdias ressalta que sua proposição estava baseada nas reivindicações dos movimentos negros brasileiros que estavam, naquele momento, lutando pelo resgate de sua história, identidade e dignidade humana. O ativista externou o desejo de que a matéria tivesse uma boa receptividade da Câmara dos Deputados, numa demonstração de

---

<sup>134</sup> Diário do Congresso Nacional. 09/06/1983, p. 4757.

justiça social e cívica para a população negra. A princípio, este desejo se concretizou. O projeto, que foi apresentado em 08/06/1983, foi apreciado pela CCJ em outubro do mesmo ano, obtendo parecer favorável. O deputado Elquisson Soares (PMDB-BA), relator do projeto, redigiu um texto elogiando a proposição de Nascimento e concordando com o autor a respeito da exclusão do negro da história oficial do país:

Embora não confesse, mas influenciado por outras sociedades – e em especial pela sociedade europeia – O Brasil parecer envergonhar-se de sua origem, quando somente há motivos para orgulhar-se dela, na medida em que não procurou oferecer aos três elementos geradores do seu perfil racial as mesmas condições sociais. Tanto índio, quanto os negros, até aqui, têm sido tratados como párias, que caracteriza o Estado brasileiro como injusto e ingrato<sup>135</sup>.

O voto do relator ressaltava a importância de repensar a nossa história, mas também ponderava o fato de que o memorial não poderia ser construído na Praça dos três Poderes, para não comprometer a originalidade arquitetônica de Brasília. Contudo, o relator não se opunha ao mérito da matéria e deu seu voto favorável. Dessa forma, o projeto de lei seguiu para avaliação da Comissão de Educação e Cultura, onde a relatora designada foi a Deputada Rita Furtado (PFL-RO), que emitiu um parecer contrário ao PL 1.361/83. O surpreendente, porém, foi a justificativa da relatora para o seu voto negativo. No primeiro momento, ela passa a reconhecer o alcance social da proposta legislativa de Abdias Nascimento e o seu papel na tentativa de restituir uma camada excluída da população, mas posteriormente passa a argumentar contra a efetividade do projeto pois primeiro era preciso realizar uma reforma educacional que incluísse a população negra nos currículos escolares:

Parece-nos que pouco valerão os monumentos se não os procedermos de uma reforma educacional que resgate não apenas o negro, mas também o índio para as gerações de amanhã. Precisamos, preliminarmente, reescrever nossa História. Suprimir a visão colonialista dos livros didáticos que sempre transmitiram a nossas crianças uma imagem distorcida desses heróis desconhecidos, estigmatizados ao longo de várias gerações<sup>136</sup>.

O curioso desta argumentação não é seu teor teórico em si, mas sim a utilização da retórica “não podemos avançar nesta questão, que é pertinente, se não avançarmos nesta outra questão, que também é pertinente”, que tende a terminar na não efetivação de nenhuma das duas propostas. Prova disso é que Nascimento apresentou um projeto de lei, o PL 1.332/83, que solicitava a inclusão da história negra e indígena nos currículos escolares no mesmo mês, e o mesmo foi rejeitado pela Câmara. Nos perguntamos onde estaria a deputada Rita Furtado neste

<sup>135</sup> Diário do Congresso Nacional. 09/10/1985, p. 11550.

<sup>136</sup> Diário do Congresso Nacional. 09/10/1985, p. 11551.

momento em que não apoiou a proposição de Nascimento que atendia aos questionamentos realizados em seu parecer. Devido ao voto negativo da relatora, o projeto não foi aprovado pela Comissão de Educação e foi arquivado sem votação do Plenário em 05/04/1989.

## Considerações Finais

Na presente pesquisa demonstramos a trajetória de luta antirracista construída por Abdias Nascimento desde os anos 1930 a 1987. Conhecemos pelo menos três diferentes dimensões do seu ativismo: num primeiro momento (1930-1950), um jovem militante que endossa as reivindicações pela integração do negro na sociedade brasileira e constrói o Teatro Experimental do Negro com o objetivo de ressignificar a representação negra nas artes; posteriormente, o processo de amadurecimento intelectual e político proporcionado pela sua aproximação com os movimentos pan-africanistas e da Negritude, que resultou na adoção de uma postura crítica e de denúncia da democracia racial brasileira. Neste período (1950-1970), sobretudo, destaca-se o aprofundamento teórico do autor ao produzir obras como *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1976) e *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (1980). Conhecemos a partir destas produções um ativista que buscou endossar o movimento de valorização das contribuições africanas no país e no mundo, promovendo também uma dinâmica de resgate histórica e ancestral ao enfatizar a importância do Quilombo dos Palmares para a história da resistência negra no país.

Por fim, no período em que centramos nossa análise (década de 1980), dá-se início a fase do ativismo institucional de Abdias Nascimento. Acompanhamos o processo de transmutação do militante pan-africanista que passa a dialogar com a máquina pública do Estado brasileiro; sua aproximação com os partidos políticos, as relações complexas desenvolvidas com o novo movimento negro que surgia no país e sua ascensão a representante da causa negra no Congresso Nacional. O que pude absorver após esta extensa análise foi o quão profundo e significativo um estudo sobre trajetória social pode se revelar considerando indivíduo, coletividade e redes de interdependência social.

Ao construir o projeto de pesquisa, tinha em mente demonstrar como Abdias Nascimento era afetado pelo movimento negro em sua atuação parlamentar, representado em seus pronunciamentos e projetos de leis. Acredito que alcançamos nosso objetivo e fomos além. Ao analisar sua atuação parlamentar conjugada a elementos que constituem sua trajetória social foi possível constatar que temas recorrentes ao ativismo de Abdias Nascimento, tais como a crítica à noção de democracia racial, criminalização do racismo, luta anticolonial, defesa da ancestralidade e dos povos de terreiro, dentre outros, estiveram presentes em seus discursos e projetos de leis como Deputado Federal. Nas justificativas dos PL's de Nascimento, o autor buscava citar as reivindicações e ações desenvolvidas por organizações negras antigas e

contemporâneas a ele, tornando-se um divulgador e defensor destes movimentos numa casa legislativa nitidamente branca, tanto em termos numéricos quanto ideológicos.

Neste campo, é importante ressaltar o papel transformador que a atuação parlamentar de Nascimento teve em um dos momentos históricos do Brasil, que foi o período de redemocratização política. O autor posicionou-se em favor da retomada das eleições diretas tanto no interior do movimento negro, ao incentivar a criação do comitê pró diretas já, quanto na Câmara dos Deputados ao realizar discursos que enfatizavam o clamor das ruas pela volta à democracia. Entretanto, era perceptível que, mesmo em um contexto de (re) surgimento de movimentos sociais e tensionamentos políticos, as causas democráticas e inclusivas ainda eram pouco absorvidas pelo Congresso Brasileiro. Exemplo disso foi a rejeição da Emenda Dante de Oliveira em plenas manifestações pelas *Diretas Já* e todas as negativas emitidas às proposições parlamentares de Abdias Nascimento, desde a mais “simples” como a instituição do 20 de novembro como feriado nacional.

Ao explorar a tramitação dos PL's de Abdias constatamos o caráter conservador e elitista dos espaços de poder político no Brasil. Atualmente, vimos o retrocesso trazido pelo governo Bolsonaro no que tange ao descrédito dispensado às desigualdades raciais do país, e ao ataque às conquistas civis já estabelecidas pelo movimento negro como a política de cotas e ações afirmativas nas universidades públicas que transformaram a vida de milhões de afro-brasileiros, inclusive a minha. Este cenário, sem dúvidas, é uma constante da história da política brasileira. Tivemos um período de dezesseis anos de inclusão social promovidos pelos governos do PT que foram suficientes para despertar a ira da ala conservadora e reacionária do país que não suporta ver classes sociais, antes marginalizadas, ocupando espaços de poder e tendo acesso à uma educação superior de qualidade.

Ao refletir sobre o contexto social em que vivemos, imediatamente me vem à mente como a atuação parlamentar de Abdias Nascimento é representativa tanto para a comunidade negra daquele período histórico brasileiro quanto agora. O fato de haver uma liderança negra ocupando uma cadeira no Congresso Nacional e abordando temas inerentes à sua comunidade é, sem dúvidas, um ato revolucionário. Neste espaço excludente, onde a força e persistência da noção de democracia racial se impunha, Abdias abordou o extermínio físico e cultural do negro brasileiro, a necessidade de inclusão da história afro-brasileira nos currículos escolares, a luta contra o *apartheid*, a necessidade de políticas de reparação social e sobretudo a importância dos povos de terreiro, que hoje sofrem intensa ofensiva dos grupos neopentecostais apoiados pelo

atual Presidente da República. Neste sentido, é imprescindível reconhecer a determinação e resiliência de Abdias Nascimento em sua missão no Congresso Nacional, que mesmo obtendo resistência dos seus colegas, permaneceu firme na defesa por direitos da população afro-brasileira, inspirando as gerações futuras.

Outro ganho significativo foi a semente da desconstrução do racismo que Abdias plantou em alguns de seus colegas durante os seus discursos que desnudavam as artimanhas do racismo brasileiro. Enfático e combativo, o ativista rebatia comentários que retomavam os chavões da democracia racial e demonstrava didaticamente como este discurso visava ocultar desigualdades raciais como a exclusão do negro no mercado de trabalho. Neste sentido, a atuação de Abdias Nascimento como único deputado federal negro naquela legislatura ajudou a abrir caminhos de diálogo sobre a questão racial que certamente contribuíram para ganhos futuros, como demonstra o depoimento do deputado Celso Peçanha (PTB-RJ) após um discurso de Nascimento sobre o tombamento da Serra da Barriga:

Nobre Deputado Abdias Nascimento, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V.Ex.<sup>a</sup> sobre o assunto que tem, por várias vezes, versado da tribuna desta casa. Não há como negar, V.Ex.<sup>a</sup> tem sido um dos líderes mais destemidos na campanha que visa a apontar à civilização brasileira os valores do negro ao longo de sua História, o serviço que ele prestou ao País, e no combate – verberando com todo ardor à segregação racial que procura afastar os homens de cor da nossa comunidade. Não só desta tribuna, mas também em conferências, no Brasil e no exterior. V.Ex.<sup>a</sup> se tem revelado um bravo lutador, que a História há de se registrar como dos mais arrojados<sup>137</sup>.

Retomando as problemáticas levantadas pela pesquisa no que tange à forma como as pautas defendidas pelas organizações negras eram refletidos nos pronunciamentos e projetos de lei de Abdias Nascimento, observamos que o maior ponto de convergência entre o ativista e o movimento negro da década de 1970 se deu no processo de construção do Memorial Zumbi. A defesa da Serra da Barriga e da preservação histórica do Quilombo dos Palmares era um ponto comum das diversas mobilizações negras do país. Como demonstramos, Nascimento foi uma liderança neste processo e este momento configura-se, em meu ponto de vista, um dos elementos chaves para a análise das relações desenvolvidas pelo autor com o novo contexto de movimento negro no Brasil.

Acredito que Abdias, em seu retorno após o exílio, havia perdido um pouco do seu prestígio enquanto liderança política negra quando comparado aos anos 1950 com o Teatro

---

<sup>137</sup> Diário do Congresso Nacional, 14 de novembro de 1985, p. 13748.

Experimental do Negro. Como vimos no terceiro capítulo, parte dos integrantes do MNU recebiam a chegada do antigo ativista com certo receio e resistência, principalmente por estar acompanhado de uma mulher branca. Além disso, o posicionamento político à esquerda do MNU, parecia constituir um impasse para o intelectual, que colecionava uma série de conflitos com coletivos de esquerda no Brasil, a exemplo da UNE.

Dessa forma, arrisco dizer que, ao contrário do que imaginávamos quando construímos nosso projeto de pesquisa, Abdias Nascimento não gozaria do *status* de “representante” do MNU no Congresso Nacional. Suas proposições estavam ligadas aos interesses da comunidade negra em geral, principalmente aquelas ligadas à sua trajetória social com movimentos negros anteriores como a criminalização do racismo que era uma reivindicação do TEN desde os anos 1950 e a luta pela descolonização dos países africanos oriundos de sua experiência pan-africanista. Na ocasião de luta pelo Memorial Zumbi, o autor volta a desempenhar o papel central na articulação entre os coletivos que compunham esta mobilização. Entretanto, à exceção deste momento, Abdias parecia manter um certo distanciamento dos núcleos negros organizados. Podemos observar isto a partir de dois aspectos centrais: a ausência das reivindicações das mulheres negras durante sua atuação parlamentar e sua tímida participação na Assembleia Constituinte de 1986.

No que se refere à abordagem de temáticas relacionadas às mulheres negras na atuação parlamentar de Abdias Nascimento, foi possível identificar o Projeto de Lei 5.466/1985 que institui o "Dia Nacional da empregada doméstica", a ser comemorado anualmente a 27 de abril. Esta proposição tem relação direta com a causa das empregadas domésticas levantadas pelo Teatro Experimental do Negro em 1950. Na justificativa do PL, o autor destaca o protagonismo das mulheres negras do TEN ao criarem o Conselho Nacional de Mulheres Negras (1950) e a Associação das Empregadas Domésticas (1962) com o objetivo de defender os direitos desta categoria, que era proeminentemente negra. Segundo Nascimento, o PL 5466/1985:

Concretiza uma das reivindicações expressas pelas empregadas em várias ocasiões, reuniões, assembleias e constitui um primeiro passo no sentido de homenagear a empregada doméstica, articulando na forma de um dia dedicado a ela a dignidade e a fundamental importância de sua contribuição para nossa vida em sociedade<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup> Diário do Congresso Nacional. 22/05/1985, p. 4759.

Certamente a valorização das empregadas domésticas constitui uma demanda histórica para as mulheres negras a quem sempre foi imposto condições de trabalho subalternos. Tanto que somente com a promulgação da Emenda Constitucional 72, em abril de 2013, as empregadas domésticas conquistaram igualdade dos direitos trabalhistas com as demais categorias de trabalho. Entretanto, ao analisar as reivindicações dos coletivos de mulheres negras da década de 1980, que vão muito além do trabalho doméstico, é impossível não nos questionarmos sobre o porquê da ausência destas reivindicações na atuação parlamentar de Nascimento.

Naquele contexto, as mulheres negras começaram a se organizar de maneira efetiva a partir de 1983 quando o governo de Franco Montoro criou o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo – CECF. Este conselho tinha como objetivo promover ações de garantia e expansão dos direitos da mulher. Fruto da articulação de organizações feministas com o governo estadual, o CECF teve seu início marcado pela inexistência de mulheres negras no primeiro órgão de políticas públicas para as mulheres. Esta exclusão silenciada foi denunciada pelas mulheres negras e desencadeou a criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, visto que o principal argumento utilizado pelas feministas brancas para legitimar tal silenciamento seria a de que “as mulheres negras não possuíam um histórico de militância feminista, do mesmo modo que não estavam organizadas politicamente e que seus protestos e imposições serviriam somente para dividir o movimento” (SILVA; WOLFF, 2019, p.15-16).

Após a criação do Coletivo em 1984, as mulheres negras conseguiram criar/ampliar sua participação no Conselho, tendo como primeiras representantes Thereza Santos e Vera Lúcia Saraiva. Naquele período, a principal preocupação era assegurar os direitos da saúde reprodutiva da mulher negra visto que havia a discussão sobre um projeto de controle de natalidade proposto por Benedito Pio da Silva com o objetivo de “reduzir a miséria do país”. Tal controle, a ser realizado por meio de esterilização cirúrgica, teria como foco grupos populacionais específicos já que “a população branca já estava informada e compreendia a utilidade de controlar a natalidade, enquanto que a população negra ainda não havia ‘se conscientizado’ sobre esse tema, e nesse sentido poderia se tornar superior à população branca”. Julgado pelos grupos de mulheres negras como um instrumento de extermínio da população parda e preta, o controle de natalidade virou um tema central e houve a organização de campanhas em todo o território nacional contra a esterilização. Embora este tema tenha relação direta com a tese de genocídio levantada por Abdias e também tenha mobilizado diversas

organizações do movimento negro, não encontramos reflexões sobre o mesmo na atuação parlamentar de Nascimento, o que reforça a hipótese de que o mesmo poderia estar alheio às demandas recentes dos coletivos negros.

Além disso, outro episódio histórico de ausência do ativista merece nossa atenção: a Assembleia Constituinte (1985-1987). Em meados da década de 80, o Movimento Negro Unificado começou a organizar diferentes eventos que procuravam incluir suas demandas na elaboração da Constituição de 1988. Entre esses, destaca-se a Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, realizada em 1986, na cidade de Brasília. Neste evento, que era aberto para todas as entidades do movimento negro no país, foram definidas quais eram as propostas a serem encaminhadas para a Assembleia Nacional Constituinte. Dentre as inúmeras demandas abordadas pelas organizações, a criminalização do racismo e a regularização das terras de quilombolas eram os temas consensuais, como informa Milton Barbosa:

Nessa Convenção Nacional do Negro, a gente buscou articular amplos setores, mas não foi fácil. Houve muitos embates, era um negócio difícil, emperrado. (...) Mas foi interessante. E os dois pontos fundamentais eram justamente a criminalização do racismo e o artigo 68 sobre os remanescentes de quilombos. Lógico que teve mais um monte de questões: a preocupação com os países africanos de língua portuguesa, a questão do imigrante africano, a questão da violência policial, tudo isso. Mas acho que, de muita importância, foram estas duas propostas, que depois foram encaminhadas, uma pelo Caó, a outra pela Benedita, se eu não me engano (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.345).

Em minha consulta aos estudos que versam sobre este processo de organização do Movimento Negro na Assembleia Constituinte, encontrei raras referências à participação de Abdias Nascimento nos espaços de deliberação sobre a Constituinte. É comum o destaque ao papel fundamental desempenhado pelo autor enquanto Deputado Federal, enfatizando-se como o mesmo abriu portas para a discussão das pautas que seriam levadas até a Constituinte. Entretanto, até mesmo nos estudos que versam sobre a biografia de Nascimento, sua atuação neste momento de importante participação política para a comunidade negra é pouco explorada. Buscando me aprofundar neste aspecto que marca uma espécie de lacuna na trajetória social do ativista, descobri, através de análises documentais sobre sua própria atuação parlamentar, que o mesmo havia participado de encontros nacionais que antecederam a Convenção Nacional de 1986. Estes encontros foram realizados em Uberaba-Minas Gerais, onde o prefeito da cidade, Wagner Nascimento (PMDB), tinha um histórico de apoio às demandas do movimento negro. O primeiro, ocorrido em 24 de novembro de 1984, reuniu cerca de 600 lideranças e ativistas negros em torno do objetivo de preparar um documento a ser entregue ao futuro Presidente

Tancredo Neves, contendo as reivindicações e propostas do movimento que deveriam ser incorporadas à nova Constituição.

Este documento foi intitulado “Carta da Comunidade Afro-brasileira ao Dr. Tancredo Neves” e foi publicado tanto pela prefeitura de Uberaba quanto pelo Movimento Negro Unificado. Não tivemos acesso ao documento original, porém encontramos referências à tal carta em um discurso proferido por Abdias Nascimento no dia 22 de março de 1985. Nele, o autor celebra o fato de que o movimento negro havia alcançado uma projeção nacional e internacional que permitia a participação efetiva da comunidade no processo de elaboração da nova Carta Magna. Também são reproduzidas por Nascimento as principais medidas exigidas pelo movimento à Constituinte naquele documento, seriam estas: voto ao analfabeto, criminalização do racismo, isonomia social e medidas de indenização histórica.

Todavia, o que se revela interessante para a nossa análise é o fato de que o Nascimento também reservou um momento do seu pronunciamento para realizar uma espécie de “crítica construtiva” à Carta publicada pelo Movimento Negro. De acordo com o autor, o documento elaborado em Uberaba se iniciava afirmando que naquele momento começaria a luta pela construção de uma cidadania negra plena, o que parece ter incomodado Abdias Nascimento, já que o mesmo fez parte de organizações negras anteriores que buscavam o mesmo objetivo. Em um documento intitulado “O negro e a sucessão”, o ativista argumenta:

Este momento histórico poderia manchar sua própria natureza e comprometer a sua grandeza se esquecêssemos ou subestimássemos a história da luta negra em nosso país, falseando a verdade do nosso processo libertário com afirmações como a de agora, hoje “pretendemos iniciar o processo de resgate de nossa cidadania para obtenção dos princípios de nossos direitos”. Desde a chegada do primeiro africano escravizado ao Brasil, o negro luta – organizadamente, sim – por sua libertação<sup>139</sup>.

Abdias prossegue citando a luta desenvolvida pelos quilombos, pelas irmandades negras e comunidades religiosas e relembra o papel central desenvolvido pelo Teatro Experimental do Negro durante a Constituinte de 1946, quando foi organizada a Convenção Nacional do Negro. Este episódio nos indica que haveria um certo desconforto de Nascimento em relação à forma como o movimento negro contemporâneo se posicionava diante de organizações negras anteriores, da qual ele participou. Acredito que, ao perceber que não recebia reconhecimento suficiente dos seus pares, Nascimento possa ter se afastado dos espaços de deliberação sobre a

---

<sup>139</sup> Diário do Congresso Nacional. 22/03/1985, p.1.586.

constituente junto ao movimento negro organizado. Nas eleições de 1986, o ativista lançou sua campanha de reeleição “Negro Constituinte”, mas não se elegeu. Foram eleitos para o cargo de Deputado Federal outros representantes negros que desempenharam um importante papel na construção da nova Constituição. Foram eles: Paulo Paim (PR-RS); Benedita da Silva (PT-RJ) e Carlos Alberto de Oliveira Caó (PDT-RJ). Este último, responsável por apresentar a emenda constitucional que criminalizava o racismo. O item XLII do artigo 5º da Constituição define que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, conforme reivindicação histórica do movimento negro.

Após o término do seu mandato em 1986, ao invés de permanecer no país para acompanhar as deliberações da Constituinte como indicava sua atuação parlamentar, Nascimento retoma seu ativismo internacional. Somente no ano de 1987 o autor participou de diversas conferências internacionais, entre elas destacamos: o encontro “Negritude, Etnia e Culturas Afro nas Américas” organizado pela Universidade Internacional da Flórida, em Miami. Neste evento, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez representaram o Brasil junto a 2.500 ativistas oriundos de países como Peru, Quênia, Costa Rica, Honduras, Senegal, Jamaica, entre outros, com o objetivo de renovar o compromisso com a luta dos povos africanos. No final do mesmo ano, Abdias também participou do simpósio “Pan-africanismo e o Mundo Africano” em Dacar, Senegal. Neste evento, o ativista participou “como membro da direção internacional do Memorial Gorée, organização dedicada ao projeto de preservação e construção de um memorial aos africanos escravizados na ilha senegalesa” (NASCIMENTO, E. 2020, p.92).

Ainda em 1989, Abdias Nascimento passou um mês em Luanda como convidado do governo de Angola e consultor da Unesco para assuntos culturais. Além disso, posteriormente, atuou também como professor visitante da Universidade Temple, no programa de pós-graduação do Departamento de Estudos Afro-americanos situado na Filadélfia, EUA. Abdias Nascimento redirecionou sua atuação para o Brasil a partir das eleições de 1989, quando compôs a chapa eleita do PDT para o Senado Federal junto à Darcy Ribeiro e Doutel de Andrade, este último faleceu antes da posse em fevereiro de 1991. Nascimento, por sua vez, assumiu a criação e liderança da Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras naquele mesmo ano, durante o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1991-1994). Posteriormente, quando Darcy Ribeiro assumiu a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais de Educação do Governo do Estado em 1991, Abdias Nascimento ocupou a cadeira do PDT no Senado Federal até o ano de 1992. Em 1997, por ocasião da morte de Darcy Ribeiro,

o ativista assume o mandato de Senador até 1999, onde aprimorou as reivindicações abordadas enquanto Deputado Federal na década de 1980. Sua trajetória na Sedepron e no Senado constitui importante fonte de análise sobre a relação entre o Estado e Movimento Negro na década de 1990, objeto de estudo que pretendo assumir em uma pesquisa futura. Os questionamentos levantados acerca da ausência da representação feminina negra em sua atuação parlamentar bem como sua contribuição à Constituinte de 1988 podem demonstrar-se interessantes temas de pesquisas a quem interessar adentrar o campo dos estudos sobre a trajetória social deste expoente do movimento negro no Brasil.

Dessa forma, ao concluir nossa intensa jornada junto às biografias, narrativas, depoimentos, produções teóricas e dados de pesquisa sobre Abdias Nascimento e sua atuação parlamentar percebemos a amplitude e riqueza de informações colhidas durante estes dois anos de desenvolvimento de pesquisa. Foi demonstrado o quão complexas podem ser as relações estabelecidas entre o indivíduo e as redes de coletividade das quais faz parte. “Onde começa o coletivo? Onde termina o indivíduo?” Estas perguntas jamais poderão ser respondidas, principalmente quando falamos de um ativista social como Abdias Nascimento que respirou e dedicou sua vida à luta antirracista. Questionamentos como estes não se sustentam na cosmologia africana ioruba, onde o sujeito é constituído não somente dos grupos que faz parte, mas também da sua ancestralidade, aqueles que lhe antecederam. Nesta filosofia de matriz africana, da qual eu e Abdias compartilhamos, o indivíduo sozinho não se sustenta, ele reflete todos aqueles que trilharam consigo os caminhos da vida.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI; Verena. PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALMADA, Sandra. Abdias Nascimento. **Coleção Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro / Summus, 2009.
- ANDION, Vinícius Ramos. **“Depois do “Milagre”**: as greves do ABC Paulista (1978-1980). 2020. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.
- BARROS, Surya. **Negrinhos que por ahí andão**: a escolarização da população negra em São Paulo (1870 -1920). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005, 185p.
- BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983, pp.129 -156;
- BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação e manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Brasiliana, 1959.
- BAUER, W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000 3ª. Ed. Pp. 183-191.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (coord.). **Memórias do exílio**. Lisboa: Arcádia, 1976.
- CARECNATO, Rita; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Rev. Texto e contexto Enfermagem, Florianópolis, 2006, Out./Dez, pp. 679-684.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociologia e Política**: Curitiba, nº25, p.83-106, nov.2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074>>. Acesso em 14 de julho de 2022.
- CUSTÓDIO, Tulio Augusto. **Construindo o (auto) exílio**: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981. Dissertação. (Mestrado em sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Rev. Tempo**, v.12, n.23, 2007, pp.100-122.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 345–374, 2016.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Revista África**, n. 24-26, p. 193-210, 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74041>>. Acesso em 25/09/2022.

DOUXAMI, Christine. Teatro negro: a realidade de um sonho sem sono. **Afro-Ásia**, n. 25-26, Salvador, 2001.

FERNANDES, Florestan. “Prefácio”. In: F.H. Cardoso e Octávio Ianni. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1960.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dôminus Editora, 1965.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 2, pp. 36-41, Jun. 2007.

FOCAULT, M. **Arqueologia do poder**. Trad.L.F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: Trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**. v. 12, n. 1, pp. 9-29, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_.A questão racial na política brasileira (os últimosquinze anos).**Revista Tempo Social**,São Paulo, vol.13, n. 2, p. 121-142, Nov. 2001.

\_\_\_\_\_.Preconceito de Cor e Racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2004, v. 47, nº 1, 9-43pp.

\_\_\_\_\_.**Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002, 232p.

GODOY, Arilda Schimidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, pp. 20-29, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Sociologia dos movimentos sociais**. Cortez Editora, 2012, 127p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, Brasília, 1983, p.223-244.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo n.73, 5 -12 pp. Maio de 1990.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). In. GIAMBIAGI, FÁBIO. Et al. (Org.) **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KOFES, Suely; MANICA, Daniela. (Org.). **Vidas e grafias: narrativas antropológicas entre biografias e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora. 2015. 412p.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KIPKA, Rosana; SCHWLLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Revista de investigaciones: UNAD**, v.14, n.2, Jul-Dez, 2015.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. Institucionalização e contestação as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). **Política e Sociedade**. Vol.16, n.37. Set./Dez. de 2017, p. 315-347. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n37p315>. Acesso em: 12/10/2022.

LESSA, Origenes. Os arianos de Criciúma. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**, Rio de Janeiro, Jun de 1949. Nº 3, Coluna Arquivo: p.4.

MACEDO, Márcio José de. **Abdias do Nascimento: A trajetória de um negro revoltado (1914-1968)**. Dissertação, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

MACIEL, Natalia Regina Avila. **Velhas Raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira**. 225 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, nº 41, outubro de 1999. 141-158pp.

\_\_\_\_\_.Guerreiro Ramos interpela a UNESCO: ciências sociais, militância e antirracismo. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.73, p.77-89, Jan/Abr. 2015.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia Qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, S.; IORUBA, T.; GOMES, F. Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos. **Rev. História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 195-210, jul./dez. 2015. Editora UFPR.

MARTINS, Daniel Gouveia de Mello. **Minha carne não é só de carnaval: por outra abordagem teórica sobre a atuação dos blocos afro em Salvador (Ilê Aiyê, Malê Debalê e Olodum).**370 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MENDES, Miriam Garcia. **O negro e o teatro brasileiro.** São Paulo, Hucitec; Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Arte e Cultura; Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1993.

MILES, Tshombe. Abdias Nascimento e a tradição intelectual afro-diaspórica: no combate ao racismo. **Revista de Ciências Sociais**. v.48, n.2,p.106-136, jul./dez,2017.

MOURA, Isaias Onório. GRIJÓ, Wesley Pereira. Visibilidade, imagem pública e mídia: Mario Juruna e a questão indígena. **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1540-1.pdf>>. Acesso em: 15/09/2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias; SEMOG, Éle. **Abdias Nascimento: o griot e as muralhas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2006. 235p.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo – Documentos de uma militância pan-africanista.**Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_.**“Racial democracy” in Brazil: myth or reality.**1. ed. Trad. Elisa Larkin Nascimento. Ile-Ife: University of Ife, 1976.

\_\_\_\_\_.**O negro revoltado.**2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_.**Teatro Negro do Brasil: uma experiência sociorracial.** Caderno Especial, n.2, Rio de Janeiro, jul. 1968.

\_\_\_\_\_.Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In: **Estudos Avançados.** 18 (50) 2004.

\_\_\_\_\_.**Teatro Experimental do Negro: Testemunhos.** Rio de Janeiro: GRD, 1966).

NASCIMENTO, Abdias (Org). **Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro**. São Paulo: Editora 34, 2003.127p. Edição fac-símile do jornal dirigido por Abdias Nascimento.

NASCIMENTO, Abdias. Memorial Zumbi: Um informe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). In. NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento, a luta na política**. Perspectiva: Coleção Debates. 2020, p. 140-150.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003, 412p.

\_\_\_\_\_. **Abdias Nascimento / Brasília: Senado Federal**, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 347 p.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento, a luta na política**. Coleção Debates. Perspectiva: São Paulo, 2020. 240p.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes. “Integração da mulher de côr na vida social”. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 4, mai. 1950.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes. “Nosso dever cívico”. Coluna “Fala a Mulher”, **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, n. 6, pp. 7-10.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes. “O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico. Coluna “Fala a mulher”, **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, jul. 1949

NARVAES, Viviane Becker. **O Teatro do Sentenciado de Abdias Nascimento: classe e raça na modernização do teatro brasileiro**. Tese de Doutorado: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 2020. 321p.

NGANGA, João Gabriel do Nascimento. Black Arts Movement: “Expressar a verdade a partir dos oprimidos ou opressores?”. **Em Tempo de Histórias**, v.1, n.36, jan/jun.2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31553>. Acesso em: 9 out. 2022.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flávia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999). **Contemporânea: São Carlos**. v.4, n.2, p. 507-530. Jul/Dez.2014. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/249>>. Acesso em: 20/09/2022.

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **A cena musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970**. Salvador: EDUFBA, 2018. 302p.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. **Sou negona, sim senhora!:** um olhar nas práticas espetaculares blocos afro IIÊ Aiyê, Olodum, Malê Debalê e Bankoma no carnaval soteropolitano. Maceió: Grafmarques, 2017. 210p.

PAIVA, Angela Randolpho. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v.15, n.4, out.-dez. 2015, pp.127-154.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PEREIRA, Amílcar A. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2010.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Rev. Cadernos de pesquisa**, n. 114, pp. 179-195, Nov. 2001.

PINHO, Osmundo Santos de Araujo. O mundo negro: sócio-antropologia da reafirmação em Salvador. 2003. 412p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833 - 1899)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RECH, Carla Michele. SILVA, Marcelo Kunrath. Ativismo Institucional como Categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil. **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal do Sergipe. Abril de 2016**. Disponível em <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/12924>>. Acesso em: 12/10/2022

RIOS, Flávia. A questão racial na formação dos partidos brasileiros: os casos do PT e PDT no contexto da redemocratização. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**. v.3, n.2. Jul/Dez de 2014. Disponível em: <<https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/89>>. Acesso em 20/09/2022.

RIOS, Flávia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/pt-br.php>>. Acesso em 01/10/2022.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RODRIGUES, Ironildes. Diário de um negro atuante. In. **THOTH. Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento**, n.03 (1997) – Brasília: gabinete do senador Abdias Nascimento, 1997.

ROSA, Daniela. **O negro e o teatro brasileiro: a cena da diferença**. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais. UNESP/Marília, São Paulo, 2002.

RAMOS, Guerreiro. A UNESCO e as relações de raça. In: NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. *Movimentos Sociais no Brasil*. Vol. I-nº2: Política e Administração. FESP. 1985, p. 287-308. Disponível em: <<http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos.asp>>. Acesso em 31/07/2022.

SANTOS, Joel Rufino dos. Memorial Zumbi: conquista do movimento negro. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento, a luta na política**. Perspectiva: Coleção Debates. 2020, p. 151-165.

SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. **Anos 90**: Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.49-76, jan./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6351>> . Acesso em: 12/10/2022.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das “raças” no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 108, maio de 2010. Pp. 145-156.

SILVA, Maria Saraiva da. A invisibilidade da mulher negra na imprensa negra do Brasil: uma questão de gênero. In: COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; PEREIRA, Jaquelandia Aristides; SANTOS, Núbia Agustinha Carvalho; ASTIGARRA, Andrea Abreu; SILVA, Maria Saraiva da (Orgs). **Infância e relações etnicorraciais em pesquisa**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. Pp. 155-182.

SILVA, Joana Maria Ferreira da Silva. **Centro de Cultura e Arte Negra – Cecan**. Coleção Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro. 2012. 112p.

SILVA, Francisco Carlos Cardoso. **Construção e Desconstrução de identidade racial em Salvador**: MNU e Ilê Ayê no combate ao racismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2001, 175p.

SILVA, Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. Coleção: O Brasil Republicano; v.4);

SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristiana Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). **Cadernos Pagu**, n.55, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt>>. Acesso em: 12/10/2022.

STRATHERN, Marilyn. O Conceito de Sociedade está Teoricamente Obsoleto? In. \_\_\_\_ **O Efeito Etnográfico**. São Paulo. Cosac & Naif. 2014. Pp. 345-506.

QUEIROZ, Raquel. Linhas de cor. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro, Rio de Janeiro, Dez de 1948, Nº1, Coluna Arquivo: p. 2.

## **Jornais Consultados**

Os negros lutam por suas reivindicações. Problemas e aspirações do negro brasileiro. *Jornal Diário Trabalhista*, Rio de Janeiro, 15/01/1946, página 5.

Onde está a estrela do negro. Problemas e aspirações do negro brasileiro. *Diário Trabalhista*, Rio de Janeiro, 23/01/1946, página 5.

Depõe o professor Artur Ramos: Depois da luta contra racismo, ainda subsiste outra, de não menor gravidade: a luta contra a miséria, contra a doença, contra todas as formas de exploração. Problemas e aspirações do negro brasileiro. *Diário Trabalhista*, Rio de Janeiro 12/02/1946, página 4.

Nosso programa. In *Jornal Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro*. Rio de Janeiro, dezembro de 1948, página 03.

Queremos estudar. In *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2003 [Rio de Janeiro, maio de 1949, página 04]

Présence Africaine (Cartas). In *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2003 [Rio de Janeiro, junho de 1949, página 03].

1º Congresso do Negro Brasileiro. In *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2003 [Rio de Janeiro, julho de 1949, página 1]

Manifesto político dos fluminenses. In *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: Editora 34, 2003 [Rio de Janeiro, março/abril de 1950, página 12].

O TEN dirige-se aos partidos políticos. In *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: Editora 34, 2003 [Rio de Janeiro, março/abril de 1950, página 5].

Abdias do Nascimento: candidato de pretos e brancos, pobres e ricos. In *Quilombo: Vida, problema e aspirações do negro*. São Paulo: Editora 34, 2003. [Rio de Janeiro, março/abril de 1950, página 10].

Abdias do Nascimento: Candidato a vereador. In *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: Editora 34, 2003 [Rio de Janeiro, março/abril de 1950, p.2];

**Apêndice: Catalogação Projetos de Lei**

**Abdias Nascimento – Deputado Federal (1983-1987)**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Assunto</b>	<b>Situação/Tramitação</b>	<b>Fonte</b>
Projeto de Resolução Nº 58/1983	Cria a Comissão do Negro	Aguardando Providências Internas Despacho ao arquivo (inconstitucionalidade). 14/06/1983	Diário do Congresso Nacional. Maio de 1983. Pag.4167
Projeto de Lei 1332/1983	Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição da República.	Arquivado nos termos do artigo primeiro, alínea 'a', da resolução 6/89 da Câmara dos Deputados em 05/09/1989	Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983 Pag. 5162
Projeto de Lei 1550/1983	Declara feriado nacional o dia 20 de novembro, aniversário da morte de zumbi, e dia nacional da consciência negra, já celebrado pela comunidade afro-brasileira.	Arquivada	Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 15/06/1983 Pag.5192

Projeto de Lei 1361/1983	Manda erigir memorial ao escravo desconhecido na praça dos três poderes, em Brasília, distrito federal.	Arquivado nos termos do artigo primeiro, alinea 'a', da resolução 6/89 da Câmara dos Deputados em 05/04/1989	Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 16/06/1983. Pag.60-62.
Projeto de Lei 1661/1983	Dispõe sobre o crime de lesa humanidade: discriminar pessoas, individual ou coletivamente, em razão de cor, raça ou etnia.	Arquivado nos termos do artigo primeiro, alinea 'a', da resolução 6/89 da Câmara dos Deputados em 05/04/1989	Diário do Congresso Nacional; julho de 1983; p. 174.179
Projeto de Lei 1581/1983	Proíbe a construção e funcionamento de instalações nucleares a menos de 100 km de cidades populosas e condiciona sua instalação, em qualquer outro local, a consulta previa a população do estado envolvido.	Arquivado nos termos do artigo 116, do regimento interno em 01/02/1987	Coleção de Anais da Câmara dos Deputados 30/06/1983. Pag. 6140
Projeto de Resolução 172/1984 apresentada em 04/06/1984	Cria a Comissão do Negro.	Arquivado nos termos do artigo 200 do regimento interno em 23/03/1987	Diário do Congresso Nacional Dezembro de 1984 Pag. 15822

<p>Projeto de Lei 3765/1984 apresentado em 18/06/1984</p>	<p>Declara de utilidade pública a Sociedade Ile Asipa, sediada em Salvador, Bahia.</p>	<p>Arquivado nos termos do artigo 116, do Regimento Interno em 01/02/1987.</p>	<p>Diário do Congresso Nacional. Junho de 1984. Pag. 6009</p>
<p>Projeto de Lei 3196/1984 Apresentado em 05/04/1984</p>	<p>Reserva quarenta por cento das vagas abertas nos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco para candidatos de etnia negra.</p>	<p>Arquivado nos termos do parágrafo quarto do artigo 28 do regimento interno em 02/05/1985.</p>	<p>Diário do Congresso Nacional. Abril de 1984. Pág. 1516</p>
<p>Projeto de Lei 5287/1985 Apresentado em 16/04/1985</p>	<p>Incorpora ao Ministério da Cultura, a Funteve e o Palácio da cultura, sediados no Rio de Janeiro.</p>	<p>Arquivado nos termos do artigo 116, do regimento interno em 01/02/1987</p>	<p>Diário do Congresso Nacional. Abril de 1985. Pag. 3154</p>
<p>Projeto de Lei 5466/1985 Apresentado em 21/05/1985</p>	<p>Institui o "Dia Nacional da empregada doméstica", a ser comemorado anualmente a 27 de abril.</p>	<p>Arquivado nos termos do artigo 116, do regimento interno em 01/02/1987</p>	<p>Diário do Congresso Nacional. Maio de 1985 Pag. 4759</p>

<p>Indicação 20/1985 apresentada em 05/11/1985</p>	<p>Sugere a manifestação da comissão de relações exteriores sobre a oportunidade do reconhecimento diplomático, pelo Brasil, do Congresso Nacional Africano, reconhecido pela ONU como autentico movimento de libertação nacional do povo sul-africano.</p>	<p>Arquivado nos termos do artigo 117 do regimento interno em 02/02/1987</p>	<p>Livro Grandes Vultos que Honraram o Senado (2014) p.317</p>
<p>Indicação 19/1985 apresentada em 10/09/1985</p>	<p>Sugere a manifestação da comissão de relações exteriores sobre oportunidade do reconhecimento diplomático, pelo Brasil, da SWAPO, designada pela assembleia geral das nações unidas como a única e autentica representante do povo namibiano.</p>	<p>Arquivado nos termos do artigo 117 do regimento interno em 02/02/1987</p>	<p>Livro Grandes Vultos que Honraram o Senado (2014) p.319</p>
<p>Indicação 17/1985 apresentada em 11/06/1985</p>	<p>Sugere a manifestação da comissão de relações exteriores sobre a oportunidade da realização no Brasil de um Seminário Regional do Conselho das Nações Unidas para Namíbia ou de uma reunião do</p>	<p>Arquivado nos termos do parágrafo quarto do artigo 125 do regimento interno em 02/02/1987</p>	<p>Livro Grandes Vultos que Honraram o Senado (2014) p.321</p>

	referido conselho em nosso país.		
Projeto de Lei do Senado nº 114 de 1987	Dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer, para a preservação da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos.	Não Localizado	Revista Thoth nº 2, p. 43